

Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

Magda Lúcia Almada Soares

Acervo sonoro como patrimônio cultural e sua preservação
digital: o caso do Departamento de Arquivo e
Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Rio de Janeiro

2022

Magda Lúcia Almada Soares

Acervo sonoro como patrimônio cultural e sua preservação
digital: o caso do Departamento de Arquivo e
Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Laurinda Rosa Maciel

Rio de Janeiro

2022

Magda Lúcia Almada Soares

Acervo sonoro como patrimônio cultural e sua preservação
digital: o caso do Departamento de Arquivo e
Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Preservação e Gestão
do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde,
da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como
requisito parcial para obtenção do Grau de
Mestre. Área de Concentração: Preservação e
Gestão do Patrimônio Cultural.

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Laurinda Rosa Maciel
PPGPAT/COC/FIOCRUZ - Orientadora

Prof^a Dr^a Ana Luce Girão Soares de Lima
PPGPAT/COC/FIOCRUZ

Prof Dr Miguel Ángel Márdero Arellano
Coordenador da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital/IBICT

Suplentes

Profa. Dra. Renata Silva Borges
COC/FIOCRUZ

Prof^a Dr^a Icléia Thiesen
PPGH/Unirio

S676a Soares, Magda Lucia Almada.

Acervo sonoro como patrimônio cultural e sua preservação digital : o caso do Departamento de Arquivo e Documentação/ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz / Magda Lucia Almada Soares. – Rio de Janeiro, 2022.
201 f. : il. color.

Orientadora: Laurinda Rosa Maciel.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

Bibliografia: f. 177-197.

1. Arquivos. 2. Armazenamento e Recuperação da Informação. 3. Patrimônio Cultural. 3. Preservação digital. 4. Brasil.

CDD 363.69

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Responsável pela Ficha Catalográfica: Marise Terra - CRB6-351

AGRADECIMENTOS

Sem ser clichê, primeiramente agradeço à minha fé, sem Deus nada eu sou e em especial Dona Nádia em oração por mim. Aos meus avós com todo amor do mundo, vocês fazem parte desta realização.

A minha família pela torcida, meu irmão, meus pais, minha amada sobrinha Luiza, meus priminhos Valentina & Frederico que me ajudaram sem saber através de sua alegria e coragem, todavia meu maior incentivador diário é meu filho João Miguel, a ele meu obrigada sai com lágrimas nos olhos. Meu filho está dissertação faz parte do meu legado para você, como sempre te digo estudar é existência, movimento, avanço, crescimento, desafios e conquistas...

Aos colegas do Grupo de Trabalho Gestão e Preservação em Documentos Arquivísticos Digitais (Sigda/DAD/COC) por toda atenção, incentivo, força, ânimo, carinho e as experiências únicas por meio de pesquisadores dedicados neste grupo, e em um incentivo diário de pesquisa, ensino e carinho meus agradecimentos aos amigos: Eliane, Ivone, Jeferson, João Guilherme, Karina, Profa. Laurinda e Marco Dreer e aos colegas Deivison, Érica, Francisco Tavares, Marcus Vinícius, e na época os amigos do DEPES Maria Claudia e Nelson.

Ao PPGPAT com carinho, Valéria Rodrigues que desde do primeiro contato na minha inscrição sempre positiva, carinhosa, respeitosa e competente, a todos os professores meus sinceros agradecimentos, em especial à minha orientadora muito querida Profa. Laurinda Maciel, por me contagiar sobre o patrimônio cultural na disciplina “Instituições de Memória”, esta contribuiu na certeza de que os estudos patrimoniais, memorialísticos e históricos registram que patrimônio cultural é lugar de disputa, de fala e, em especial de escuta. Aos Coordenadores Profa. Ana Luce Girão, Profa. Luciana Heymann e Prof. Renato da Gama-Rosa Costa, o mestrado para mim foi muito além do que eu esperava, obrigada pela oportunidade de crescimento.

À queridíssima orientadora Profa. Dra. Laurinda Rosa Maciel obrigada por TUDO, de coração. Eu desejo que os colegas discentes possam encontrar orientadora parecida contigo, sempre respeitosa, incentivadora, atenciosa, disposta a ouvir, a trocar...gratidão.

Aos nobres colegas da Turma PPGPAT 2020, em especial ao João Guilherme, Michele e Valéria pelas trocas arquivistas, preservacionistas e otimistas. Parabéns a Turma 2020 PPGPAT! Estudar é um ato de coragem, de resistência ...sigamos e avançaremos.

Obrigada ao CAD pelo trabalho maravilhoso de apoio ao discente.

Ao Prof. Miguel Ángel Márdero Arellano por meio do Grupo de Pesquisa Dríade reunir pesquisadores dedicados a compartilhar suas práticas e seus estudos referentes à preservação digital, em especial ao grupo de estudos audiovisual e sonoro. Agradeço também ao Danilo Formenton por toda atenção sobre os metadados.

Ao Vinícius Santiago por todo seu trabalho comigo, excelente profissional.

Ao Sr. Zelino e Sra. Nicinha, em destaque Sr. Zelino com a atenção aos assuntos sobre a rádio no Brasil, seu afeto foi elemento incentivador, obrigada.

Aos meus amigos Profa. Fátima Torres, Iza Saldanha, Janaína Sala e Ricardo Almeida. Aos colegas colombianos do Posgrados Maestría en Patrimonio Cultural da Universidade Pedagógica y Tecnológica de Colombia turma 2020, em especial aos queridos companheiros Diana Rodríguez *Leguizamon* e José Leonardo Cristancho Castaño pela acolhida, carinho e partilha de saberes sem igual e ao Prof. Dr. Jaime Andrés Argüello Parra por saber extrair o melhor de cada um de nós, aulas inesquecíveis de sextas à noite e sábados à tarde.

Aos Professores João Marcus Assis e Beatriz Kushnir da disciplina “Arquivo, Memória e Patrimônio”, turma atuante na área de arquivologia, assim obtive mais uma valiosa contribuição para meu aprendizado, em destaque a amiga Lourdes (UFSM). Ao Pro. Renato Crivelli (UniRio) com carinho.

Ao Grupo de Pesquisa Memória e Identidade com Prof. Dr. Beto Severino (UFBA) pela acolhida, incentivo, ânimo, atenção e respeito sem igual, gratidão Prof. Beto.

Aos Professores Carlos José Machado (UFPel) e Ângela Mara Ribeiro (Unipampa) pelo respeito e pelas partilhas, também aos alunos da UGB-FERP (NI) que nem imaginam o quanto me incentivaram.

Aos alunos da UGB-FERP pelo incentivo diário por meio das palavras animadoras, obrigada.

Aos amigos Jefferson Lopes e Marcos Ferreira do Projeto Descomplica/UFPB, obrigada.

Ao meu amigo Thiago Geri, obrigada.

“A cultura é e deve ser uma consciência.”

Breyten Breytenbach

“La memoria y el patrimonio deben estar presentes, ahora más que nunca, en este mundo global”.

Rosa María Fernández de Zamora

RESUMO

O Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), que pertence à estrutura organizacional da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), compõe o cenário de construção e desenvolvimento desta dissertação por possuir um acervo sonoro considerado patrimônio cultural e documental, constituído tanto por documentos classificados de representantes digitais como de nato digitais. Este arquivo permanente reúne documentos com data a partir de 1940 até 2021, com registros de produção ou incorporação dos titulares dos arquivos pessoais, entrevistas de projetos de história oral, depoimentos avulsos, palestras, cursos ou eventos. A importância do debate sobre a inserção destes documentos em um plano de preservação digital e gestão arquivística, parte do pressuposto de que todo documento é uma unidade de registro de informações, independentemente de seu suporte, sendo resultado de atividades institucionais que preservam a memória da saúde pública como um todo. Esta dissertação tem como objetivo geral a apresentação da situação atual do acervo sonoro do DAD/COC e a elaboração de um diagnóstico, enfatizando a gestão, conservação e preservação, com o intuito de identificar as condições em que se encontram os documentos sonoros, local de armazenamento, recursos humanos e tecnológicos, como etapa fundamental para a elaboração de um Plano de Preservação Digital. O percurso metodológico utilizado foi de abordagem qualitativa, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica-documental e observação direta, onde foram coletadas imagens do acervo sonoro, realizadas semi-entrevistas não-estruturadas para maiores e melhores informações sobre a Fiocruz, o tratamento deste acervo e seus documentos; ao final desta dissertação é apresentado um breve glossário.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Diagnóstico. Acervo arquivístico sonoro. Preservação digital.

ABSTRACT

The Department of Archives and Documentation (DAD), part of the organizational structure of Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), is part of the construction and development scenario of this dissertation because it has a sound collection considered cultural and documentary heritage, consisting both of classified documents of digital and born digital representatives. This permanent archive brings together documents dated from 1940 to 2021, with records of production or incorporation of the holders of personal archives, interviews of oral history projects, individual testimonies, lectures, courses or events. The importance of the debate on the inclusion of these documents in a plan for digital preservation and archival management is based on the assumption that every document is an information record unit, regardless of its support, being the result of institutional activities that preserve the memory of health public widely. This dissertation has as its general objective the presentation of the current situation of the DAD/COC sound collection and the elaboration of a diagnosis, emphasizing the management, conservation and preservation, with the intention of identifying the conditions in which the sound documents are found, place of storage, human and technological resources, as a fundamental step for the elaboration of a Digital Preservation Plan. The methodological course used was a qualitative approach, carried out through a bibliographical-documentary research and direct observation, where images of the sound collection were collected, non-structured semi-interviews were carried out for more and better information about Fiocruz, the treatment of this collection and your documents; at the end of the work, I present a brief glossary.

Keywords: Cultural heritage. Diagnosis. Sound archive collection. Digital preservation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABHO – Associação Brasileira de História Oral

AFAS – Associação Francesa de Acervo Sonoro

AN – Arquivo Nacional
BL – The British Library
CARINIANA – Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital
CCSDS - Consultative Committee for Space Data Systems
CDHS – Centro de Documentação em História da Saúde
CIA – Conselho Internacional de Arquivos
COC – Casa de Oswaldo Cruz
CODEARQ – Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTDAIS – Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros
CTDAISM – Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais
CTNDA – Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
CULT – Centro de Estudos multidisciplinares em Cultura
DAD – Departamento de Arquivo e Documentação
EAD – Encoded Archival Description
FBN – Fundação Biblioteca Nacional
FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FINEP – Financiadora de Projetos
FSESP – Fundação Serviços de Saúde Pública
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IASA – The International Association of Sound and Audiovisual Archives
ICOM – International Council of Museums
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IOHA - International Oral History Association
IOC – Instituto Oswaldo Cruz
IMS – Instituto Moreira Sales
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABHOI - Laboratório de História Oral e Imagem
LAI – Lei de Acesso à Informação
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
MIS – Museu da Imagem e do Som
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OAIS – Open Archival Information System
OHMS – Oral History Metadata Synchronizer
OHS - *Oral History Society*
PGCIN – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PÓS-CULTURA – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PPGARQ – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
PPGPAT – Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

REPHO – Repositório de Entrevistas de História Oral/UFRGS
SAH – Serviço de Arquivo Histórico
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SIGDA - Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPTC – Universidade Pedagógica y Tecnológica de Colombia – Maestría en Patrimonio Cultural
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Literatura Italiana contemporânea sobre História dos Arquivos.....	p.28
Quadro 2: Literatura Portuguesa contemporânea sobre História dos Arquivos.....	p.29
Quadro 3: Literatura Espanhola contemporânea sobre História dos Arquivos (Rodríguez López) ..	p.30
Quadro 4: Literatura Espanhola contemporânea sobre História dos Arquivos (Vivas Moreno)	p.31

Quadro 5: Princípios da Arquivologia.....	p.32
Quadro 6: Documentos arquivísticos, definições e tipos.....	p.60
Quadro 7: Periodização dos gêneros documentais-musicais.....	p.116
Quadro 8: Formatos de arquivo recomendados e aceitos para a fase de gestão dos gêneros audiovisual, iconográfico, sonoro e textual	p.152
Quadro 9: Níveis de Risco.....	p.156
Quadro 10: Planilha de identificação e avaliação de riscos.....	p.157
Figura 1: História oral: entrevistas, depoimentos e relatos.....	p.49
Figura 2: História oral, arquivos pessoais e o acervo sonoro do DAD/COC.....	p. 56
Figuras 3 e 4: Armazenamento do Acervo Sonoro (Fiocruz/Campus Maré e CDHS	p.58
Figura 5: Instrumentos de pesquisa.....	p.64
Figura 6: Descrição documental	p.66
Figura 7: Normas para descrição arquivística.....	p.68
Figura 8: Relações entre as funções arquivísticas e os arquivos permanentes.....	p.70
Figura 9: Dia do Patrimônio Cultural.....	p.74
Figura 10: Algumas categorias de patrimônio documental.....	p.85
Figura 11: Documento sonoro e seu fluxo de trabalho.....	p.109
Figura 12: Documentos sonoros musicais.....	p.113
Figura 13: Partitura musical no livro <i>Reise in Brasilien</i>	p.118
Figura 14: Auditório da Rádio Nacional no Edifício "A Noite".....	p.121
Figuras 15 e 16: Fonógrafo e Aparelho gravador para entrevistas.....	p.126
Figura 17: Áreas de interseção do conceito de autenticidade	p.138
Figuras 18 e 19: Acervo sonoro em CD's no CDHS	p.151
Figura 20: Tela de apresentação do Arquivo Paulo Carneiro na Base Arch.....	p.153
Figura 21: Acondicionamento das fitas cassetes.....	p.154
Figura 22: Tocador de fitas cassetes, marca TEAC	p.155
Figura 23: Mapa conceitual DAD/COC	p.160
Figura 24: Processo de digitalização do Fundo Paulo Carneiro.....	p.162
Figura 25: Elementos de metadados descritivos	p.163
Figura 26: Elementos de metadados técnicos.....	p.164

SUMÁRIO

Introdução.....	12
------------------------	-----------

Cap. 1 – Acervo Sonoro do Departamento de Arquivo e Documentação, da Casa de Oswaldo Cruz e seus processos de gestão e preservação	27
1.1 História dos Arquivos e da Arquivologia e o Arquivo Permanente do DAD	27
1.2 Criação da COC, do DAD, seu acervo e coleções documentais	37
1.3 Metodologia de história oral, os arquivos pessoais e o acervo sonoro do DAD	47
1.4 Documentos sonoros do DAD e as ferramentas de gestão e preservação digital	59
Cap. 2 – As categorias de patrimônio cultural, documental e arquivístico.....	73
2.1 Patrimônio cultural e seus aspectos conceituais, históricos e legais.....	73
2.2 Patrimônio documental	85
2.3 Patrimônio arquivístico	102
2.4 Documentos arquivísticos sonoros	108
2.4.1 Documentos sonoros como registros musicais.....	112
2.4.2 Documentos sonoros como registros radiofônicos.....	120
2.4.3 Documentos sonoros como registros de entrevistas, depoimentos e eventos.....	125
Cap. 3 – Diagnóstico do acervo sonoro	137
3.1 O Histórico do Arquivo do DAD/COC	138
3.1.1 Fiocruz e a COC	139
3.1.2 Fiocruz, política de acervo e seu processo em preservação digital	141
3.2 Apresentação do acervo sonoro.....	144
3.3 Acervo sonoro e seu diagnóstico	145
3.4 Descrição do acervo	147
3.5 Aspectos técnicos e legais	147
3.6 Descrição do espaço físico/Armazenamento.....	151
3.7 Sistema de gestão	153
3.8 Segurança do acervo.....	155
3.9 Plano de ação.....	158
3.10 Algumas práticas correntes de preservação digital em acervo sonoro	164
4 Considerações finais	173
Referências bibliográficas.....	179
Glossário.....	200

Introdução

O interesse pelo tema do acervo arquivístico sonoro se deu em 2012 quando participei do Projeto de Gestão Documental coordenado pelo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), da Casa de Oswaldo Cruz (COC). Tal inserção me deu oportunidade de conhecer melhor a Fiocruz e toda a riqueza de seu universo de pesquisa, ensino e extensão. No ano de seguinte, 2013, fui convidada para ser representante regional da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – Rede Cariniana, e nos anos seguintes, outros projetos de gestão documental aconteceram nas unidades COC e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP).

Em 2019, a COC promoveu o simpósio ‘Experiências em digitalização de acervos: a cooperação como estratégia para ampliação do acesso’, e minha participação se deu como bolsista do Projeto Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais, que contemplava os gêneros audiovisual, icnográfico, sonoro e textual no âmbito Fiocruz. Neste momento tive uma grande aproximação do acervo sonoro do DAD/COC/Fiocruz e a necessidade de apresentar e documentar o levantamento histórico e técnico do arquivo de depoimentos orais, mencionando seu processo de digitalização para endossar uma proposta institucional de preservação digital para este gênero documental.

Tal acervo constitui parte importante do patrimônio cultural, documental e arquivístico na área de História das Ciências e da Saúde no Brasil e a conservação destes documentos arquivísticos para a posteridade é ponto fundamental na preservação desta memória¹. O corte cronológico destes documentos vai de 1940 até 2021, considerando a primeira data a do registro sonoro mais antigo existente no acervo, que integra o Fundo Paulo Carneiro, um arquivo pessoal; a última data diz respeito ao depoimento avulso de Nísia Trindade, que integra o Fundo Casa de Oswaldo Cruz.

O DAD é um departamento da COC que abriga documentos produzidos e acumulados pelos institutos que passaram a integrar a Fundação Oswaldo Cruz em 1970, e que contam a memória e a história institucional desde os primórdios do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), em 1900, até a atualidade, cobrindo, portanto, uma trajetória de 122 anos de atuação. No acervo do DAD é possível encontrar arquivos pessoais de cientistas do IOC e da Fiocruz, como José Jurberg, Herman Lent ou Haity Moussatché; de sanitaristas históricos como Belisário Penna,

¹ Há na literatura quatro conceituações diferenciadas para designar acervos e coleções documentais: patrimônio cultural de arquivos; patrimônio documental-arquivístico, patrimônio cultural documental e arquivístico, e patrimônio cultural e documental. Nesta dissertação utilizaremos o último termo citado, já que se encontra institucionalizado pela Fiocruz, por meio de suas políticas, dentre elas a de Acervos, e que abrange os acervos científicos e culturais.

Oswaldo Cruz ou Carlos Chagas ou de sanitaristas mais contemporâneos, como Claudio do Amaral Júnior, cuja trajetória é associada ao processo de imunização no Brasil e campanhas de vacinação; de sociólogos que pensaram a questão da saúde sob um ponto de vista diferenciado, entendendo-a como um somatório de situações que unem meio ambiente, moradia e alimentação, como Anthony Leeds ou José Artur Rios, bem como de técnicos de laboratórios, cujas trajetórias contam um pouco da formulação e execução de políticas públicas de saúde, além de arquivos de outras instituições da área da saúde, como a Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) ou Fundação Rockefeller.

Falar de arquivos pessoais de cientistas nesse contexto é igualmente falar da própria criação da COC. Esta unidade técnico-científica, que integra a estrutura organizacional da Fiocruz, criada em 1986 e mesmo antes de sua formalização institucional, realizou dois projetos de história oral, ‘Memória de Manguinhos’ e ‘Memória da Assistência Médica e da Previdência Social no Brasil’, concretizados com financiamento da Finep. A execução destes projetos propiciou a chegada de documentos pertencentes aos arquivos pessoais que consolidaram a expertise institucional na área da preservação cultural e documental, em diferentes sentidos e dimensões (documental, arquitetônico, museológico). Vale lembrar que o arquivo pessoal de José Dias Correa Sobrinho, foi doado pelo titular em 1986, mesmo ano de criação da COC; ele é um dos depoentes do projeto sobre a Previdência Social no Brasil, cuja entrevista ocorreu em agosto e setembro de 1986. Sua entrevista foi um elemento indissociável ou detonador do processo de doação de seu arquivo pessoal e pode-se afirmar que outros titulares também tiveram essa mesma trajetória.

A documentação permanente hoje inclui registros sonoros, fotográficos, cartográficos, iconográficos, pessoais, institucionais e filmicos, e cada categoria tem suas próprias especificidades de guarda, preservação e conservação, sendo todas estas seguidas e respeitadas. Significa dizer que estão em um mesmo prédio e espaço institucional, mas possuem mobiliário adequado e salas diferentes com condições de conservação apropriadas. No que se refere ao acervo sonoro, este é constituído por cerca de 4 mil horas de gravações com depoimentos (oriundos de projetos de pesquisa e, também, de forma isolada, como depoimentos avulsos), palestras, conferências, reuniões técnico-científicas e administrativas, seminários ou celebrações. Tais documentos são considerados fontes para pesquisa na área de história de ciências e da saúde, que registram aspectos singulares de acontecimentos histórico-culturais e técnico-científicos, por possuírem valor próprio irredutível como fonte primária que transcende os limites inerentes aos projetos de pesquisa que lhes deram origem, por já nascerem com valor permanente.

Para apresentar a questão-problema norteadora da pesquisa para esta dissertação, bem como justificá-la tendo em vista o cenário da discussão voltada para questões patrimoniais, arquivísticas e preservacionistas, é importante ratificar a relevância da história oral, metodologia de pesquisa que gera registros em áudio e que constituem o acervo sonoro DAD. A maioria das gravações existentes no acervo é oriunda de projetos de história oral, porém alguns registros não o são, já que há gravações resultantes de palestras, cursos, celebrações ou comemorações, que são considerados documentos probatórios e resultado de atividades de pesquisa gerados por meio do contato presencial entre pesquisador e depoente.

Com grande produção em meados do século XX, as gravações sonoras foram comumente produzidas em equipamentos que geravam um suporte de fita cassete analógica e a partir do final do século passado e início do século XXI, passou-se a ter uma grande produção em formato digital pela profusão do uso de gravadores digitais e, mais recentemente, por meio dos aparelhos celulares que, contudo, não são recomendados para arquivos de som que necessitem ser preservados nas instituições de memória, como a Fiocruz. Assim, as fitas cassetes tornaram-se obsoletas e se deu uma grande produção de arquivos digitais gerados em tais equipamentos que refletem o desenvolvimento tecnológico que acompanha o campo da informação e comunicação.

Embora o patrimônio cultural coteje iniciativas, metodologias e políticas, como também perspectivas, suportes e planejamentos, este fato conseqüentemente traz a preocupação e maior atenção com os registros sonoros e sua preservação, quer seja analógico quer seja digital. Nesse sentido, torna-se necessário um olhar especial e legítimo para a preservação digital de suportes que contribuam para o tratamento, acesso e recuperação da informação em consonância com a trajetória memorialística, cuja salvaguarda é fundamental para a própria história do conhecimento.

Outro dado é que os documentos sonoros (entrevistas, depoimentos, relatos) e sua preservação digital são uma temática que tem pouco debate na promoção e difusão do conhecimento, pois a produção científica sobre o tema é ainda bastante exígua no âmbito nacional. Em algumas instituições estrangeiras, tais como *The International Association of Sound and Audiovisual Archives* (IASA), *International Federation of Film Archives* (FIAF) e/ou *The Association of Moving Image Archivists* (AMIA), a abordagem acerca dos documentos sonoros faz parte da discussão mais abrangente sobre acervos audiovisuais, sem particularizar os documentos sonoros. Já as instituições *Association française des archives orales, sonores et audiovisuelles* (AFAS) e Fonoteca Nacional de México, em suas publicações científicas *Bulletin de l'AFAS - Sonorités* e *Frecuencia 20*, respectivamente em cada instituição,

apresentam pesquisas referentes a registros sonoros e seus acervos musicais e etnomusicológicos. Vale ressaltar que no decorrer da pandemia de Covid 19, a IASA² teve uma retomada na discussão dos documentos arquivísticos sonoros e sua preservação digital, tanto em suas publicações quanto nos eventos realizados on line.

Cabe lembrar que o acervo sonoro que está depositado no DAD/COC sofre intervenções que visam práticas e iniciativas voltadas para manutenção, conservação, restauração e preservação de seu suporte físico, que são instrumentos normativos que validam plenamente o papel significativo e representativo dos registros sonoros, tal como a memória e história, salvaguardando-os. É fundamental uma instituição como a Fiocruz ter seu interesse no tema, sobretudo considerando que o momento é adequado para se falar e estabelecer uma perspectiva patrimonial para os acervos arquivísticos com ênfase no gênero sonoro e sua preservação digital. Esta visão e missão institucional os potencializa como instrumentos de informação, conhecimento, comunicação e divulgação ao acesso, a gestão e a preservação da informação técnico-científica na História das Ciências e da Saúde.

Desta forma, percebemos o quanto é importante manter tais documentos acessíveis em seus suportes originais, que estes sejam atualizados tecnologicamente e tenham elementos que os possam descrever no âmbito complexo da informação. Nesse sentido, esta dissertação se propõe a analisar e registrar o alinhamento entre os campos do patrimônio documental e sua preservação digital, considerando os processos que simultaneamente estejam envolvidos nas instituições de memória, tais como descrição, disponibilização, difusão, gestão, acesso e recuperação deste gênero documental.

Os fatores que me motivaram a pesquisar esta temática foram a proximidade com o acervo sonoro do DAD, suas características, peculiaridades e possibilidades, além de compreender mais detalhadamente como se formou e se forma, o que representa e como se compõe. Um desafio importante de ser ressaltado foi perceber que foram localizadas poucas referências bibliográficas disponíveis sobre o assunto, fazendo com que a busca por materiais bibliográfico e documental se tornasse uma atividade para além de fundamental, mas também inspiradora e desafiadora.

A linha de pesquisa ‘Patrimônio cultural: preservação e gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde’, deste Programa de Pós-Graduação, propiciou o desenvolvimento desta dissertação no sentido de informar, registrar e estabelecer elos entre os documentos sonoros e as áreas do patrimônio, arquivologia e preservação digital, tendo como conceitos

² Disponível em: <https://2022.iasa-web.org/> Acesso em: 11 out. 2022.

basilares memória, história oral, patrimônio cultural, documental e arquivístico, instituições de memória, diagnóstico de arquivos, acervos audiovisuais, acervos sonoros, preservação digital e seus metadados.

Em Lopes (2009) observamos referências relativas aos estudos e práticas em diagnóstico no campo dos arquivos com as publicações *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (1979), *Modern Archives Reader: basic readings on Archival Theory and Practice* (1984) e *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada* (1997). Com base nestes documentos, os diagnósticos de arquivos podem ser definidos como de uma visão maximalista ou minimalista, na qual a primeira trata de levantamentos da situação dos arquivos de um conjunto de organismos e até de países, enquanto que a segunda, visão minimalista, refere-se à situação de uma única organização.

Com esta dissertação manteremos o foco no diagnóstico minimalista, uma vez que Lopes (2009) aponta que as questões específicas integram questões maiores. As autoras Braga; Roncaglio afirmam que “(...) em diagnósticos minimalistas são identificados problemas que também estão presentes em situações gerais. (...) o profissional terá a possibilidade de propor soluções que se possam chamar de científicas, por se basearem no exame criterioso do problema” (Braga; Roncaglio, 2021, p.86). Assim, ratificamos que o diagnóstico em uma visão minimalista é a abordagem que será trabalhada nesta dissertação, cujo objetivo geral é apresentar e documentar um levantamento histórico do acervo sonoro do DAD com vistas à sua preservação digital. Esse levantamento pretende ser o diagnóstico necessário para que o acervo esteja preparado para o desenvolvimento do Plano de Preservação Digital e, conseqüentemente, promover um ‘Manual de boas práticas para sua preservação digital’ no futuro. A preservação digital (PD) é um processo e uma análise diagnóstica é peça fundamental para as etapas seguintes que visem os critérios previstos para a preservação digital.

Para apresentar este levantamento por meio de um diagnóstico do acervo se tomou como base uma pesquisa focada na produção das áreas de arquivo, patrimônio e preservação digital. Para atingir os objetivos específicos, em um primeiro momento foram informadas as práticas no campo da Arquivologia focando nos documentos sonoros do DAD, informando suas especificidades e preservação. Em um segundo momento foram historicizados aspectos legais, históricos e conceituais referentes ao patrimônio cultural, documental e arquivístico com o processo de patrimonialização dos acervos e coleções documentais e, por fim, foi apresentado um diagnóstico dos documentos sonoros almejando contextualizar um plano de preservação digital.

No que se refere aos aspectos metodológicos, estes se constituem em uma coleta de dados para selecionar artigos científicos, livros, capítulos de livros, leis, resoluções, normas, apresentação em eventos acadêmicos e científicos, grupos de estudo e de pesquisa, dentre outras fontes das áreas cujos temas de maior relevância sejam acervos arquivísticos e sonoro, patrimônio cultural, patrimônio documental, documentos sonoros, documentos audiovisuais, arquivo, história oral, história e memória. O intuito é analisar a capacitação mínima necessária para atender estratégias de busca em pesquisas bibliográficas, visando minimizar as barreiras da comunicação e da informação na aplicação dos recursos informacionais, conforme relatam Lakatos; Marconi (2010, p. 157) em que o “(...) problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução”. Com isso, a pesquisa apresenta sua caracterização que é ratificar a descrição dos instrumentos utilizados para coleta de dados e explicar a aplicabilidade de seu recorte e o método de seleção da amostra, como também a abordagem.

Foi aplicado um instrumento para coletar dados e realizar busca em bases de dados bibliográficas e arquivísticas. A fase de análise e interpretação de dados, de acordo com Gil (2010, p. 122), “(...) se dá ao longo da coleta dos dados e consiste em codificar os dados, estabelecer categorias analíticas, exibição dos dados, busca de credibilidade”. Nesse sentido, os critérios de análise, avaliação, extração e seleção de dados, foram a inclusão de artigos referentes à pesquisa e o processo de metodologia apropriado para o estudo. Buscou-se materiais bibliográficos e documentais em português, inglês, francês e espanhol.

Assim, as etapas correspondentes ao procedimento metodológico podem ser descritas da seguinte forma:

- 1 – Realização de um levantamento bibliográfico nos repositórios institucionais e acadêmicos, sendo estes: Fiocruz, UFSM, UFRGS, Unirio e uma pesquisa documental na Base Arch, a respeito de acervo sonoro para observar os procedimentos arquivísticos, da gestão à preservação;
- 2 – Compreensão do fluxo de trabalho do acervo sonoro do DAD para entender melhor a gestão desde a produção, valoração e competências desse tipo de acervo arquivístico;
- 3 – Identificação de questões existentes ou não, em relação ao processo de patrimonialização e diagnóstico, com vistas à preservação digital.

Lakatos e Marconi (2010) informam que a revisão bibliográfica é etapa indispensável quando se realiza uma pesquisa cujo propósito é delimitar o tema e fornecer elementos que possam precisar o estado atual das informações sobre o objeto da pesquisa, carências e/ou ausências e, efetivamente, qual a contribuição proposta para a melhora da difusão do

conhecimento. Nesta dissertação a intenção é apresentar a metodologia de diagnóstico de arquivo, para ter um mapeamento dos elementos que precisam ser identificados durante a realização do diagnóstico de arquivo, com vistas à proposta de um plano de preservação digital para documentos sonoros.

Os arquivos são instituições de memória que têm como atribuição a preservação e a gestão de conjuntos documentais para a salvaguarda do patrimônio documental. São locais onde a cultura, história e memória encontram-se concretizadas por meio de documentos normativos e administrativos para atender suas atribuições institucionais. De acordo com Pierre Nora (1993, p.9) “(...) a memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto e para o documento e/ou conjuntos documentais”.

Neste sentido, Pereira (2011, p.20) afirma que “A construção da memória está estritamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais”. Com isso, os acervos arquivísticos do DAD, em especial o sonoro, fazem parte da memória e não apenas da memorialística institucional, mas também do país pelo fato de seus registros dizerem respeito à história e à memória da saúde pública no Brasil.

Apresentamos um recorte a respeito da temática do patrimônio cultural e suas políticas, como também instituições de memória e do patrimônio documental, com seus aspectos históricos, legais e conceituais da discussão sobre patrimônio cultural e suas coleções a partir desta contextualização preliminar. Os autores analisados são Crivelli e Bizello (2019), Fernandes (2019), Gomes (2018), Tartaglia (2018), Chuva (2011, 2017), Nogueira (2005), Thiesen (2013) e Chagas (2002).

Para Icleia Thiesen (2013), a oficialização de uma instituição de memória já existente passa a ser regida por leis específicas e também vistas através das lentes do tempo:

as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos, dentre outros. Aquilo que instituem. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos da experiência do homem em sociedade também constituem legados, ou melhor, dizendo, memórias. (THIESEN, 2013, p. 27)

A cultura, tradição e memória nacionais são formadas por meio de um amplo processo que faz parte da história nacional, assim como ocorre em outras sociedades e, nesse sentido, sugerimos que a Semana de Arte Moderna de 1922, contribuiu positivamente com a discussão sobre cultura, patrimônio e memória. Tal fato trouxe à tona a discussão sobre acervos e sua importância para o resgate da memória nacional, colaborando com a elaboração do Decreto-Lei nº 25, sobre o qual falarei adiante. Aqui chamo a atenção para os documentos sonoros

(entrevistas) que Mario de Andrade produziu ou consultou para suas pesquisas referentes ao patrimônio e posteriormente desenvolveu um amplo trabalho com partituras musicais que fazem parte de seu acervo pessoal, juntamente com as melodias. Nesse sentido, a contribuição e participação de Mário de Andrade são fundamentais, uma vez que em abril de 1936, o diretor do Ministério de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade um anteprojeto de lei que regulamentasse o preceito constitucional, visando organizar a proteção ao patrimônio artístico nacional:

[...] Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela sua alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas aquela sua disposição de servir, queria apenas duas semanas para o trabalho. Decorrido o prazo, eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo o projeto. (CAPANEMA, 1969, p. 41)

Assim se dá a oficialização das políticas nacionais de preservação do patrimônio com vistas à criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cuja oficialização se dá com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Cabe destacar que há uma diferença entre o decreto-lei nº25 e o anteprojeto de Mário de Andrade que pode ser vista na finalidade do SPHAN. No decreto-lei está “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional (PAN)” e no anteprojeto estava proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. Esta comparação pode ser observada em Márcia Chuva (2017, p.170-171):

O SPHAN se torna Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN), a partir de 1990, a SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória são extintas e foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que em 1994, é transformado no atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O conceito legal e legítimo de patrimônio cultural foi inicialmente definido pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, tido como um marco legal dos mais importantes. Em seu artigo 1º já considerava o material bibliográfico como patrimônio e estabelecia que:

O patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, **bibliográfico** ou artístico. (BRASIL, 1937)

Nogueira (2005) apresenta uma sólida discussão a respeito de tombamento, inventário e patrimônio cultural em texto sobre Mário de Andrade e a política de preservação naquele momento. Segundo ele, o Decreto-Lei nº 25, surge como solução para desvincular o tombamento da desapropriação do bem imóvel, uma vez que a desapropriação é onerosa para

o Estado e o tombamento passa a ser uma solução menos custosa. Para organização do conjunto dos bens móveis e imóveis existentes, o 4º artigo estabeleceu que tal registro se daria por meio de Livros de Tombo, com a seguinte divisão:

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

É possível subentender que ‘documentos’ estão previstos no **Livro do Tombo Histórico**, uma vez que os conjuntos documentais são itens de interesse histórico e sua preservação pelas instituições reforça a memória destes lugares. Segundo Pereira Filho (2015), as iniciativas internacionais, como a Carta de Atenas, de 1931, foi um marco, ao destacar “(...) a importância da constituição de arquivos pelos Estados, vinculando a formação desses acervos às publicações técnicas do patrimônio” (PEREIRA FILHO, 2015, online). Porém, a Carta de Veneza, de 1964, enfatiza a necessidade de preservação destes documentos e sua disponibilização ao público interessado. Atualmente se vê nas iniciativas de preservação documental de itens históricos um dado fundamental à democracia e ao acesso à informação³.

Desta forma, pensamos que mesmo não ter sido explicitado no Decreto-lei nº 25/1937, o termo ‘documentação’, pode-se compreendê-lo como parte integrante daquilo que se qualifica como “conjunto de bens móveis e imóveis”. (PEREIRA FILHO, 2015, online). Neste Decreto ficou definido que patrimônio seriam os itens bibliográficos e apenas com o Decreto-Lei nº 526, de 1º de julho de 1938, foi previsto dentre suas áreas de atuação, a conservação do patrimônio

³ Segundo Leticia Borges Nedel (2013), os arquivos preservados em uma instituição significam um passo fundamental para tornar seu conteúdo de amplo acesso e preservado. A institucionalização de uma documentação é um dado importante para o alcance à informação, para a responsabilidade em conservar e permitir a todos acesso a seu conteúdo. Em texto que integra uma publicação acerca de arquivos pessoais, a autora trabalha com o arquivo pessoal de Getúlio Vargas e o significado de sua institucionalização pela Fundação Getúlio Vargas, para a democracia e o acesso à informação por todos os interessados, independentemente de relações pessoais com os familiares do ex-presidente. Pode-se argumentar igualmente que a criação da Lei de Acesso à Informação em 2011, representa uma conquista à informação, uma vez que todos os dados das gestões governamentais devem estar disponíveis ao público.

cultural (histórico, artístico, documental, bibliográfico etc.) e a incorporação de demais **documentos**, como manuscritos, fotográficos ou **sonoros**, como objetos que fazem parte desta legislação de proteção.

Na nota histórica “As constituições brasileiras e o patrimônio”⁴, vemos que o termo ‘documentos’, no sentido de preservação do patrimônio, é citado no artigo 175 da Constituição de 1946, que o discrimina como um dos itens de valor histórico que devem ser protegidos pela legislação patrimonial nacional: “Art. 175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais adotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público”.

No artigo 216, da Constituição Federativa do Brasil de 1988, o conceito de patrimônio é ampliado e passa a conter materialidade e imaterialidade, transformando o termo patrimônio histórico e artístico em patrimônio cultural brasileiro:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; [...]. (BRASIL, 1988, p. 145).

Ainda que contemplado com a terminologia *documento*, citado na Constituição Federal, este bem cultural só ganhará a devida atenção em âmbito legal como patrimônio documental em 1991, a partir da aprovação da chamada Lei de Arquivos (MOLINA, 2013, p.196):

Intitulada como Lei de Arquivos, a Lei nº 8.159 prevê, em seu artigo 1º, como “dever do poder público, a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Quando esta lei prevê a “proteção especial a documentos de arquivos”, ela se refere, principalmente, aos arquivos públicos e privados de nosso país.

No campo do patrimônio cultural, podemos observar que o tombamento de documentos arquivísticos ou conjuntos documentais que integram o patrimônio cultural ainda não se verificou, já que tal discussão tem sido bastante tímida. Esta carência compromete a questão da patrimonialização de acervos arquivísticos e seus gêneros audiovisual, iconográfico, textual e, em especial, o gênero sonoro. Vale ressaltar como um ponto relevante, ser aceita a inclusão de documentos sonoros como integrante do patrimônio bibliográfico, mesmo sabendo que os formatos são muito distantes entre si.

⁴ Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/537/1/NHv1862008.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

Citando o Programa Memória do Mundo⁵, uma de suas funções é estabelecer critérios e regras que abarquem a normativa documental, tendo a seguinte definição:

Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo - **seu patrimônio documental** - que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura. (EDMONDSON, 2002, p.5)

Crivelli e Bizello (2019) chamam a atenção de que para além da importância dos conjuntos documentais, os documentos sonoros precisam ser mencionados. Afirmam que isto é urgente já que o Programa Memória do Mundo inclui, nitidamente, patrimônio documental como parte integrante do patrimônio cultural mundial, estando aí inclusas todas as categorias documentais, tais como arquivísticas, bibliográficas e museológicas. Em determinada passagem deste texto, os autores relacionam o patrimônio documental ao patrimônio arquitetônico e as instituições de memórias. O Programa Memória do Mundo se baseia na suposição de que alguns itens, coleções, acervos ou fundos de patrimônio documental, formam parte da herança mundial, à semelhança dos lugares de memória de notável valor universal, incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO. Assim, “Considera-se que sua importância transcende os limites do tempo e da cultura, e que devem ser preservados para as gerações atuais e futuras e serem postos de alguma forma à disposição de todos os povos do mundo. (EDMONDSON, 2002, p. 8)

A dissertação de Fernandes (2019) nos traz outra questão relevante e necessária a ser destacada neste trabalho e segundo ela, o Arquivo Público do Império, criado em 1838, é considerado a célula inicial do Arquivo Nacional. Por sua vez, esta instituição apenas na segunda metade do século XX expõe sua preocupação com acervos audiovisuais (filmes) ao incluir em sua estrutura organizacional espaço institucional para tratamento e cuidado com este tipo de acervo. Deve ser ressaltado aqui que este suporte documental foi criado no final do século XIX e já era amplamente utilizado por departamentos do próprio governo, como o Departamento de Imprensa e Propaganda ou pelos Serviços Nacionais de Saúde, criados na década de 1940. Em 1975, com a mudança do regimento⁶ do Arquivo Nacional, foi criada a Divisão de Documentação Audiovisual, subdividida em quatro seções: Gravações, Filmes (**som e movimento**), Iconografia e Cartografia.

⁵ Em 2019, Governo Federal cessou a parceria do Brasil com o Programa Memória do Mundo, interrompendo as conquistas alcançadas com as práticas de preservação e difusão das coleções documentais em arquivos, centro de documentação, centros de memória, bibliotecas e museus.

⁶ Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional>. Acesso em: 27 maio 2022.

Porém, será com o **Projeto de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional**⁷, implantado na gestão de Celina Vargas que dirigiu o órgão nos anos 1980, que o setor se consolida. Segundo Clóvis Molinari Júnior (2003), neste momento ampliou-se o acervo sob sua guarda, e vale lembrar que tal processo teve origem quando o Arquivo Nacional se tornou depositório dos cinejornais da Agência Nacional, o que criou uma consciência de preservação deste gênero documental. Todavia, ainda não estavam inclusos os documentos sonoros e encontravam-se como parte dos filmes, que sabemos ser som e movimento.

No campo do patrimônio cultural em âmbito nacional, as instituições de memória compartilham diretrizes, planos e iniciativas com a criação de normativas internas e recursos informacionais, como plano de classificação, plano de preservação digital, tabela de temporalidade, inventário, tratamento e processo de conservação e restauração dos acervos.

O processo conceitual de patrimônio documental ainda não se encontra concretizado na maioria das instituições que pertencem à administração pública brasileira e as instituições trabalham com suas próprias políticas. No caso do acervo sonoro do DAD/COC, este é institucionalizado como patrimônio cultural e documental pelas políticas vigentes na Fiocruz, as quais contemplam os acervos científicos e culturais. Como parte deste legado patrimonial, o acervo arquivístico é descrito obedecendo às regras nacionais de descrição arquivística preconizadas na *Norma Brasileira de Descrição Arquivística-Nobrade* (2006), utilizada na Base de Dados Arch, que é o repositório de informações sobre o acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz.

Estas ações contribuem para os princípios da Arquivologia que são autenticidade, proveniência, organicidade, unicidade, indivisibilidade ou integridade, e cumulatividade, estando em consonância com a *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde* (2013), desenvolvida pela COC, que dialoga com o patrimônio documental e arquivístico de forma integrada.

A pesquisa apresentada aqui visa subsidiar o profissional em um diagnóstico do estado do arquivo e sugerir um plano de preservação digital e suas boas práticas com este acervo sonoro. Os autores Machado; Márdero Arellano; Lopes (2020) e Pontes (2021) relatam outro elemento de ordem fundamental que é o modelo de referência conceitual OAIS – *Open Archival Information System*, onde o Grupo de Trabalho ‘Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais’, pelo Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Sigda) da COC em parceria e coordenada pelo PRESERVO – Complexo de Acervos da Fiocruz, teve a tomada

⁷ Este projeto teve início em 1981, em uma parceria do Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas. Sobre o assunto ver, *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 209-216, jan/jun 2009 – p.209 - 216

de decisão em 2018, pela aplicação do Archivematica⁸ enquanto ferramenta de preservação digital dos seus acervos.

A revisão bibliográfica apresentada aqui é parte importante na construção do processo acadêmico e científico para garantir ao acervo sonoro que sua importância como objeto seja consolidada. Assim, ratificamos que o processo de patrimonialização deste acervo, enquanto patrimônio cultural institucional, nos abre a possibilidade de estruturar estudos, pesquisas e práticas, uma vez que o tema requer atenção devido à sua visibilidade e representatividade.

A justificativa para a escolha destas instituições se deu em função das pesquisas bibliográficas realizadas terem apresentado resultados que atenderam em uma primeira fase do levantamento das fontes. Assim, estes resultados impulsionaram que na segunda fase, as buscas fossem mais direcionadas, quase personalizadas. Nesta fase inicial da pesquisa, os metadados foram a partir das palavras-chaves patrimônio cultural, patrimônio documental, acervo sonoro e preservação digital.

O universo estudado foi a coleção arquivística constituída do acervo sonoro do DAD, com o fundo COC em sua maioria, localizado no Centro de Documentação em História da Saúde (CDHS), no campus da Fiocruz que abriga todo o acervo da COC. O método utilizado neste trabalho é o qualitativo, que abarca as pesquisas aplicada e exploratória⁹, objetivando ampliar as discussões a respeito dos documentos, acervos sonoros e os acervos audiovisuais, uma vez que algumas instituições consideram que na categoria documentos audiovisuais estão inclusos tanto documentos sonoros quanto filmicos.

Posteriormente foi realizado um levantamento para coletar dados em bases bibliográficas e arquivísticas, tais como Scielo, Portal da Capes e Base Arch; repositórios acadêmicos e institucionais, como *Oral History Metadata Synchronizer – OHMS*; *The British Library – Oral History*; *E-Lis*; UniRio; ARCA (Repositório Digital da Fiocruz); Manancial Repositório Digital da UFSM; Repositório LUME da UFRGS; *The International Association of Sound and Audiovisual Archives* (IASA); Associação Francesa de Acervo Sonoro (AFAS); *International Federation of Film Archives* (FIAF); *The Association of Moving Image Archivists* (AMIA); Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP); Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA); *Les Archives de Radio – Canada*; Fonoteca Nacional de

⁸ Aplicação do *software* Archivematica que, de acordo com Machado; Márdero Arellano; Lopes (2020) trata-se de algo essencial para as etapas que consistem em produção, tramitação e arquivamento permanente de documentos arquivísticos digitais, também considerando essas questões e seguindo as citadas recomendações das resoluções 37 e 43 do Conarq (2012; 2015) que corroboram para tais processos.

⁹ A pesquisa exploratória contribui na obtenção de maiores informações sobre as especificidades do(s) assunto(s) pesquisado(s), favorecendo a delimitação do tema de trabalho e a definição dos objetivos que podem oferecer resultados com um novo tipo de enfoque (ANDRADE, 1999).

México; *La Red Iberoamericana de Preservación Digital de Archivos Sonoros y Audiovisuales* (RIPDASA) e Grupo de Estudos em Preservação audiovisual e sonoro da Rede Nacional de Serviços de Preservação Digital – Rede Cariniana. Tal levantamento foi realizado com os descritores “OAIS” (modelo conceitual referencial arquivístico)¹⁰, patrimônio cultural, arquivo audiovisual e sonoro, diagnóstico de arquivo, arquivo sonoro; acervo audiovisual e sonoro, acervo sonoro.

A busca selecionou artigos encontrados até junho de 2022, em espanhol, francês, inglês e português, nos sites citados no parágrafo anterior. Importante dizer que foram utilizadas estratégias semelhantes em motores de busca (Capes, Scielo ou Google acadêmico, dentre outros) e bases de dados nacionais e internacionais (Brapci, British Library). Consideramos que o resultado da pesquisa realizada nestes sites foi de grande contribuição para a pesquisa desta dissertação, bem como os eventos acadêmicos e científicos dos quais participei, na forma presencial ou on line. O levantamento inicial das fontes foi significativo no sentido de me direcionar para uma pesquisa mais objetiva para o acervo sonoro, o que tem sido estudado e pesquisado a respeito e, principalmente, o que ainda não está sendo pesquisado. Além disso, pudemos constatar a existência de boas práticas realizadas não apenas no Brasil, mas em outros países, no que se refere aos documentos sonoros, enquanto registros sonoros na etnomusicologia, como no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e na Association française des archives orales, sonores et audiovisuelles (AFAS). Desta forma, percebemos o quanto é necessário um trabalho de boas práticas que nos possibilite avançar em estudos e atividades relacionados aos documentos arquivísticos com ênfase no gênero sonoro de entrevistas, depoimentos ou relatos.

Esta dissertação está dividida em Introdução, 3 capítulos, considerações finais e glossário. O primeiro capítulo trata da trajetória do acervo arquivístico sonoro custodiado pelo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fiocruz e a descrição arquivística do acervo e seus gêneros documentais, além da maneira como é realizada a gestão e preservação digital das gravações. Além disso, apresenta como se deu o processo de formação dos arquivos pessoais e o acervo sonoro na COC, a relação entre Metodologia de História Oral, Arquivos Pessoais, Arquivo Permanente e o Acervo Sonoro do DAD e da importância deste acervo para memória da saúde pública nacional.

¹⁰ Modelo de Referência Conceitual OAIS especifica os principais critérios que a preservação digital deve se amparar, sendo estes a autenticidade, fidedignidade, integridade e usabilidade, principalmente quando falamos em documentos arquivísticos digitais.

No segundo capítulo mostramos o debate sobre o patrimônio cultural e suas categorias, no campo nacional e internacional, e a discussão sobre patrimônio cultural dos arquivos no âmbito da Fiocruz. As questões entre bem patrimonial e bem cultural no campo patrimônio versus arquivo e o processo de patrimonialização do acervo arquivístico sonoro como as entrevistas. Quais tipos de documentos sonoros ampliam o debate do patrimônio, arquivo e documentos sonoros como as entrevistas, o que esta questão representa tanto no contexto internacional quanto no contexto nacional, ratificando assim a importância, as escolhas e os desafios que ainda ocorrem com os documentos sonoros como as entrevistas.

O terceiro capítulo apresenta o produto proposto que é o diagnóstico de arquivo tendo em vista o acervo sonoro do DAD, com um levantamento histórico que ajude a propor um plano de preservação digital. São informados e contextualizados o cenário institucional, a partir da estrutura e política de acervos, como também a descrição do acervo arquivístico sonoro com sua identificação, pois esta é sobre a gênese do documento e seus aspectos organizacionais e legais. Assim, a partir deste levantamento histórico apresentado informamos algumas práticas correntes de preservação na Fiocruz relacionando com critérios das estratégias de preservação digital e para se ter subsídios em propor um plano de preservação digital (PPD), como também o processo de digitalização que os documentos sonoros passaram com a prestação de serviços feita pelo Instituto Moreira Sales entre 2008 e 2009.

Esta dissertação teve a intenção de oportunizar alguma troca com colegas dos campos do arquivo, patrimônio e preservação digital, em uma perspectiva cultural, política, social e institucional. Assim, a questão dos suportes informacionais também foi observada por estar relacionada aos documentos arquivísticos sonoros e sua preservação digital. Desta forma, esperamos que as questões aqui debatidas possam ser elementos que façam parte da discussão sobre a importância dos documentos sonoros e sua preservação digital como parte do patrimônio cultural e arquivístico das instituições e, por conseguinte, da memória e da história da sociedade brasileira.

Cap.1 – Acervo sonoro do Departamento de Arquivo e Documentação, da Casa de Oswaldo Cruz e seus processos de gestão e preservação

Neste capítulo abordaremos os aspectos históricos a respeito da Teoria dos Arquivos e da Arquivologia, tendo como base a literatura nacional e internacional, focando nos princípios arquivísticos de proveniência, organicidade, unicidade, integridade e cumulatividade. Serão apresentadas algumas definições sobre o termo ‘arquivo’ e aspectos que esclarecem a constituição do arquivo permanente do DAD/COC, apontando as principais características do documento arquivístico, com foco na autenticidade que é o elemento fundamental nos eixos temáticos abordados nesta dissertação: arquivo, memória, patrimônio e preservação digital.

Será apresentada e contextualizada a criação da COC em 1986, e seus departamentos, abordando sua missão institucional e os compromissos a respeito da preservação documental arquivística institucional e da história das ciências e da saúde, bem como da memória da saúde pública; o desenvolvimento da política de preservação dos acervos técnicos científicos, políticas de incorporação e aspectos da preservação.

Será também abordada a metodologia de história oral e os registros sonoros de entrevistas, depoimentos e relatos, produzidos e/ou recolhidos para compor o acervo sonoro institucional e ressaltaremos as origens técnico-científicas desta Coleção Arquivística e suas especificidades; a relação entre acervos, tipologia e seus gêneros documentais para salvaguarda do patrimônio documental arquivístico; a contextualização da incorporação e o uso de ferramentas de gestão e preservação, tais como inventário, com base na bibliografia da área e nas políticas institucionais de preservação de acervo, tal como a Base Arch.

1.1 História dos Arquivos e da Arquivologia e o Arquivo Permanente do DAD

Além de documentar a história dos arquivos nos âmbitos internacional e nacional, podemos entender que os aspectos históricos são importantes para melhor compreensão da evolução dos arquivos e, assim, da Arquivologia, como também entendermos a importância em outras investigações referentes a seus princípios e funções. Apresentar e discorrer com teóricos clássicos e históricos a respeito da História dos Arquivos e da Arquivologia, a definem em seu percurso natural e esse subcapítulo tem como finalidade concentrar os processos a respeito desta história, a identificação dos princípios, funções e características do documento e a partir delas temos a autenticidade que faz a interseção entre memória, arquivo e patrimônio.

O avanço da história dos povos e suas mudanças culturais, sociais e políticas, nos deixou um legado de que os arquivos são um reflexo da sociedade que os produziu e na forma como os interpreta em conjunto com as mudanças ocorridas. Tais mudanças estão tanto nos documentos impressos quanto nos documentos eletrônicos e juntamente com suas questões relativas à autenticidade e integridade, continuam nos processos da gestão, preservação e patrimonialização de acervos e coleções documentais. De acordo com Menne-Haritz (1994), a partir da cultura e da história, vemos na literatura da área de arquivologia o quanto o espaço e custo para armazenamento são importantes para a preservação e acesso aos documentos, sendo imprescindível a atenção à duplicidade das informações. Rodrigues (2006) igualmente chama a atenção para esta preocupação com os documentos físicos, todavia faz extensão aos documentos digitais, tanto seus representantes como os natos digitais.

Em Peter Burke (2003) percebemos a coleta de informações como uma ação metódica, organizada e regular, que se consolidou em uma atividade dos governos europeus principalmente na Idade Média. Erlon Reis (2015) informa que neste momento, surgem novas tipologias documentais ampliando os tipos de documentos a se preservar e conservar, tendo sua guarda e depósito sendo realizadas apenas pelo governo.

Para falarmos a respeito de Arquivo e, conseqüentemente, de Arquivo Permanente é preciso citar alguns momentos históricos relevantes apontados pela literatura internacional referente à História dos Arquivos e/ou da Arquivologia. Percebemos que cada momento histórico teve uma determinada diretriz como base e destacaremos os tipos de literatura que mencionam a Concepção Patrimonial e o Princípio da Proveniência. Conforme Schmidt (2012), a literatura italiana contemporânea é amparada nos escritos do arquivista e educador Elio Lodolini, que destacou a “questão da periodização da conceituação do arquivo a partir do corte temporal e assinala três períodos importantes do desenvolvimento da história dos arquivos” (Schmidt, 2012, p. 99):

Quadro 1: Literatura Italiana contemporânea sobre História dos Arquivos.

Da Antiguidade até princípio do século XVIII.	Concepção patrimonial dos arquivos como local de guarda e/ou depósito, tendo os documentos um valor jurídico e sua inacessibilidade como defesa dos depositários; uso jurídico dos documentos; uso apenas do governo;
Do século XVIII até a primeira metade do século XIX	Concepção histórica do arquivo como lugar de guarda, instituição, tendo os documentos valor histórico, seu uso enquanto fontes para história, classificados por assunto; reflexo e influência do Iluminismo;

Final do século XIX até maior parte do século XX	Dupla concepção de arquivos como lugar de guarda, instituição – convivência dos dois conceitos anteriores - valor administrativo e histórico do documento, Princípio da Proveniência, acesso; reflexo e influência de grandes mudanças nas estruturas administrativas do Estado. Aumento do volume documental decorrente das atividades administrativas e burocráticas e a integração das funções e uso dos documentos nas perspectivas administrativas e históricas.
--	---

Fonte: Schmidt (2012; adaptado pela autora, 2021)

De acordo com Schmidt (2012), na Literatura Norte Americana, o arquivista John Ridener baseou a construção do conhecimento da área de História dos Arquivos e/ou da Arquivologia, identificando três momentos: “Até 1930 com a consolidação e reforço de conceitos tradicionais desde o século XIX; de 1930 até 1980, modernização, e [a partir de] 1980 a Era do Colapso no novo mundo digital” (Schmidt, 2012, p. 100), devido ao acúmulo da massa documental no serviço público e a urgência dos Estados Unidos em colocar em prática a gestão eletrônica dos documentos.

Já na Literatura Portuguesa, Schmidt (2012) elenca os professores Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, como grandes teóricos que basearam seu quadro sobre a história dos arquivos em três paradigmas: Patrimonial, Patrimonialista e Científico, que descrevemos no Quadro 2.

Quadro 2: Literatura Portuguesa contemporânea sobre História dos Arquivos.

Até o final do século XIX	Paradigma Patrimonial que colocava a Arquivologia como uma área auxiliar à Ciência Histórica; com a publicação do Manual dos Holandeses, inicia-se o período conhecido como Paradigma Patrimonialista – Histórico – Técnico/Custodial.
Final do século XIX até a década de 1980	Paradigma Patrimonialista – Histórico – Técnico/Custodial: como a própria definição aponta, valorizava a custódia ¹¹ , guarda dos documentos e tinha como modelo para análise trabalhos com documentos considerados históricos e dos arquivos públicos.
A partir da década de 1980	Paradigma Científico – Informacional/pós-custodial: remete-se ao desenvolvimento científico da Arquivologia como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação; maior preocupação com o acesso à informação do que com a custódia dos documentos; ênfase no acesso e não na custódia.

¹¹ A autora Silva (2017) trabalha com a questão da custódia na história dos arquivos.

Fonte: Schmidt (2012, adaptado pela autora, 2021)

Na Literatura Espanhola, Schmidt (2012) se baseia nos autores espanhóis Rodríguez López e Cruz Mundet, que abordaram a história dos arquivos de duas maneiras: por sua forma independente como área de conhecimento e o período definido pela própria história dos arquivos, que se encontra no Quadro 3. De acordo com Cruz Mundet (apud Schmidt, 2012, p.101), o período pré-arquivístico corresponde aos seguintes momentos: fase dos arquivos de palácio, que se refere à Antiguidade; período dos cartulários, que correspondem aos séculos XII a XVI, Idade Média; os arquivos como sinal de autoridade, desde o século XVI ao início do XIX e, finalmente, ao período dos arquivos como laboratórios da História, que corresponde ao início do século XIX a meados do século XX.

Com isso, no período pré-arquivístico, que corresponde ao momento de tratamento dos fundos documentais, e “(...) é caracterizado pela indefinição em seus pressupostos e pela submissão aos princípios de outras disciplinas”; já em Peixoto [s.d.] remete à Antiguidade que corresponde ao período em que “(...) tanto a teoria como o tratamento dos Fundos documentais têm alcançado níveis suficientes de autonomia para que se possa falar propriamente de uma Arquivística” (Schmidt, 2012, p.101). Já Rodríguez López (2000) parte da premissa da própria Arquivística como campo de saber e a classifica em três momentos:

Quadro 3: Literatura Espanhola sobre História dos Arquivos (Rodríguez López)

Século XIX – Ciência Auxiliar da História	Momento em que a História se desenvolve enquanto ciência e são criadas as primeiras escolas para formação de arquivistas;
Final do século XIX e início do século XX ¹² - Ciência auxiliar da Administração	Conjuntura social de grandes transformações e início da teoria da <i>records management</i> (COOK, 2017);
No início dos anos 90 ¹³ parte integrante da Ciência da Informação	Mesmo não estando totalmente desenvolvida neste sentido.

Fonte: Schmidt (2012, adaptado pela autora, 2021)

Porém, segundo Concepción Mendo Carmona (1995), são quatro os momentos que devem ser considerados para tal e não três, como o faz Rodríguez López (2000). O primeiro deles é a *Arquivística Empírica* que compreende ao período da Antiguidade e Idade Média;

¹² Os autores Medeiros; Amaral (2010) também contextualizam sobre a questão da História dos Arquivos de forma mais completa.

¹³ O trabalho de Fonseca (2008) nomeia a arquivologia como parte integrante da ciência da informação no início dos anos 1990.

depois a *Arquivística Doutrina Jurídica* que abarca os séculos XVI a XVIII; a *Arquivística Disciplina Historiográfica* que corresponde aos séculos XVIII e XIX e, por fim, a *Arquivística na atualidade* que, dentre outros aspectos próprios da arquivística, contempla os documentos arquivísticos digitais e sua preservação digital, que será detalhado mais adiante.

Viva Moreno (2004) baseou seus estudos em quatro momentos na História dos Arquivos que se referem à História Cultural da Arquivologia, a partir da (re)formulação de distintos “locais de racionalidade histórica”, definidas no Quadro 4.

Quadro 4: Literatura Espanhola sobre História dos Arquivos (Vivas Moreno)

Arquivística como Instrumento Indutivo e Funcional	Desde as primeiras formalizações de arquivos até a época dos <i>Trastâmaras</i> ¹⁴ , na Idade Média;
Arquivística como Doutrina Patrimonial e Jurídico-Administrativa	Compreende desde a baixa Idade Média até a segunda metade do século XVIII;
Arquivística como Desenvolvimento Historiográfico e Teoria Especulativa	Desde a segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XX;
Arquivística Integral na Sociedade do Conhecimento	Aplica-se à arquivística atual e a preservação digital

Fonte: Schmidt (2012; adaptado pela autora, 2021)

Schmidt (2012) afirma que no decorrer da História dos Arquivos e/ou da Arquivologia, experimentamos um processo de mudança que é anterior ao momento em que o arquivo foi estabelecido oficialmente como instituição. Assim, temos as necessidades do homem em produzir e resguardar documentos até a própria concepção do arquivo como uma peculiaridade do serviço público. Em outras palavras, “(...) o arquivo como instituição de funções e serviços específicos, inaugurado a partir da Revolução Francesa. Compreende os períodos que a historiografia tradicional nomeia de Antiguidade, Idade Média e Época Moderna”. (SCHMIDT, 2012, p.104)

Balan (2009) e Schmidt (2012) apresentam a História dos Arquivos e da Arquivologia considerando sua periodização em três tipos, além de chamar a atenção para o momento da segunda guerra mundial que marca o início dos princípios da gestão documental. Os três tipos de Arquivologia correspondem ao período pré-paradigmático, ou seja, a *Arquivologia Clássica*; a seguir, o momento da aplicação dos princípios da administração científica, ou seja, a *Arquivologia Moderna* com suas teorias e métodos até o final da década de 1980, quando

¹⁴ A dinastia de Trastâmara, fundada pelo Rei Henrique II, governou o reino de Castela de 1369 a 1516. Um dos momentos de intolerância na Idade Média. Disponível em: [Dinastia de Trastâmara – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinastia_de_Trast%C3%A2mara), Acesso em; 10 dez. 2021.

surtem os primeiros computadores restritos aos governos, o desenvolvimento na complexidade de equipamentos e os programas de computador. Neste momento temos o surgimento dos Centros de Processamento de Dados nas empresas, a socialização dos computadores pessoais, o avanço em tecnologia de redes de computadores e os documentos arquivísticos convencionais passam a ser gerados em meio digital. Com todas estas mudanças das tecnologias de informação temos o último momento que é a *Arquivologia Contemporânea*, no qual as empresas e os governos buscam o Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

Com esta breve apresentação da História dos Arquivos e da Arquivologia, baseada, sobretudo na obra de Schmidt (2012), é imprescindível termos como referencial teórico conceitual, a definição referente à Arquivologia elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, traduzido pelo Arquivo Nacional (2014, online):

A Teoria Arquivística, também conhecida como Arquivologia, podendo ser entendida como um conjunto de princípios, conceitos e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e uso de documentos em arquivos.

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) aborda a Arquivística por meio da Teoria dos Arquivos caracterizado com funções e tipos, dentre outros aspectos. Contudo, devemos mencionar os Princípios da Arquivologia como aspectos norteadores e basilares entre a ciência arquivística e as demais ciências documentárias por serem características do documento, o que está mostrado abaixo:

Quadro 5: Princípios da Arquivologia

Princípio da Proveniência	Fixa a identidade do documento considerando quem o produziu, ou seja, seu produtor. Por este princípio, os arquivos devem ser organizados seguindo a competência e as atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a respectiva individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados a outros de origem distinta.
Princípio da Organicidade	As relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. A organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.
Princípio da Unicidade	Não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos.

Princípio da Indivisibilidade ou Integridade	Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida.
Princípio da Cumulatividade	O arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica.

Fonte: Thomassem (2006; adaptado pela autora, 2021).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Thomassem (2006) afirma que a Arquivologia é diferente de outras ciências devido aos objetos, objetivos e metodologias com os quais trabalha. Os objetos podem ser definidos como informação relacionada aos processos, que são moldados e executados, e geram informação; já os objetivos são analisar os documentos tendo em vista sua função como produtos ou como produtores “(...) de atividades sociais e, a um nível pragmático, o estabelecimento, desenvolvimento e conservação da qualidade de documentos e arquivos (disponibilidade, legibilidade, integridade, relevância, representatividade, temática, autenticidade e confiabilidade) (THOMASSEM, 2006, p.13-14)

O autor destaca que a Arquivologia e sua metodologia usam processos de trabalho como estruturas de representação e de recuperação para análise de documentos, estabelecendo, desenvolvendo e mantendo os vínculos entre informação, documentos e seus processos de trabalho. Segundo Thomassem (2006), vale destacar que a Arquivologia melhora nossa compreensão em relação aos aspectos documentais da interação humana e sua construção de um Saber dos Acervos e Coleções Documentais. Assim, pode desempenhar seu papel nesta integração que avalia e contribui com a manutenção do elo entre documentos e processos de trabalho. Com isso, a Arquivologia fornece os requisitos funcionais para os sistemas de preservação, conservação, manutenção e uso de arquivos e documentos, além de uma fundamentação para uma política de avaliação, controle e recuperação de documentos de forma eficiente, eficaz e efetiva.

Vale lembrar que a respeito das características dos documentos de arquivo, Rondinelli (2011, p. 194-195) aponta que “(...) organicidade, imparcialidade ou autenticidade, dentre outras, estão presentes na conceituação de documento arquivístico.” A autenticidade é um elemento vital e de interseção entre os eixos temáticos desta dissertação que são Arquivo, Patrimônio, Memória e Preservação Digital.

Ainda no âmbito internacional, destacamos que o termo ‘Arquivo’ foi conceituado em 1922, pelo inglês Hilary Jenkinson e ele seria aplicado aos documentos que fossem produzidos ou utilizados em um ato administrativo ou executivo, quer seja público ou privado e que fossem “(...) partes constituintes e, subsequentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas

responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 36)

Em 1984, o CIA publicou em seu Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística, que Arquivo pode ser entendido como um conjunto de documentos, independentemente de suas datas de produção, formas ou suportes materiais “(...) produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades” (CIA, 1984, p. 25).

Já Schellenberg (2006) define arquivos como os documentos de quaisquer instituições, públicas ou privadas, que tenham sido considerados como de valor e que mereçam uma preservação permanente com finalidade de referência e de pesquisa “(...) e que tenham sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente” (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

No Brasil, em 1991, foi sancionada a Lei nº 8.159, a chamada ‘Lei de Arquivos’, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Em seu artigo 2º, define que:

podem ser considerados arquivos, os conjuntos de documentos que tenham sido produzidos e recebidos pelos órgãos públicos, por instituições de caráter público e entidades privadas, em função do exercício de suas atividades específicas, e até mesmo por pessoa física, independentemente do suporte ou da natureza destes documentos. Esta definição contempla a pluralidade da terminologia e seu emprego no plural, já demonstra o sentido amplo da palavra.

De acordo com Marilena Leite Paes (2006), podemos chamar de ‘Arquivo’ a acumulação ordenada de documentos, cuja maioria seja textual, e que tenham sido “(...) criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro” (PAES, 2006, p. 16).

Autores como Rousseau e Couture (1998) definem arquivo como um conjunto de informações e não como um conjunto de documentos. Ainda não é algo esclarecido na literatura da ciência arquivística, havendo dúvidas, mas cabe entender que a informação arquivística não prescinde do seu suporte e/ou formato. Segundo Rodrigues (2006) Por esta razão, temos justificativas que esbarram na autenticidade da informação arquivística que depende de um conjunto de referências, dentre as quais estaria o suporte que contém a informação.

O Arquivo Nacional em seu Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) definiu Arquivo como o “(...) conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Além desta conceituação, o Dicionário listou outras três definições para Arquivo: 1) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso aos documentos; 2) Instalações onde funcionam arquivos; e 3) Móvel destinado à guarda de documentos. Nesta dissertação, a concepção elaborada para arquivo é a primeira citada e se refere ao local de preservação (digital) e difusão da informação e/ou do conhecimento, seja este técnico, acadêmico, científico, cultural e social.

Para falarmos de arquivo permanente é preciso conceituar o que seja Fundo Documental¹⁵ no campo da Arquivologia, como também a organização da documentação que compõe este Fundo, que pode ser feita de forma temática, cronológica ou funcional. Assim nem sempre sua organização seguiu o Princípio de Respeito aos Fundos ou o Princípio do Respeito à Proveniência, onde cada instituição seguiu a forma mais apropriada para seu acervo permanente. Assim, partimos do pressuposto de que a organização do Fundo não deve ser apenas direcionada pelo assunto ou o suporte apresentado pelos documentos, mas conhecer a trajetória de seu produtor ou acumulador é importante no momento da organização destes documentos.

Heloisa Bellotto (2006) em “Arquivos Permanentes” elucida as diretrizes estabelecidas com a Política Nacional de arquivos públicos e privados e afirma que tais arquivos devem ter:

os documentos que reflitam a organização e o desenvolvimento da instituição, como regulamentos, regimentos, planos, projetos e programas que tratem das atividades–fim da instituição; atos e relatórios da direção, correspondência em geral que trate não só de atividades-fim como delegação de poderes, dentre outros. Também aponta o Arquivo Nacional os registros visuais e/ou sonoros que reflitam a vida instituição [...] (BELLOTTO, 2006, p. 123)

Ainda não há uma definição única para o conceito de Fundo Documental, pois em alguns momentos ele é relacionado aos materiais físicos que o estruturam, e em outros a um conjunto de materiais impressos. Discute-se a estrutura física dos documentos, mas não de maneira mais aprofundada para a conceituação do Fundo Documental. Historicamente, esta era utilizada apenas para o Arquivo Permanente, mas desde o século XX a literatura vem apresentando a dicotomia existente entre as categorias de arquivos correntes e arquivos permanentes. Em 1960, segundo a Associação dos Arquivistas da Holanda, o termo *archieef* é traduzido para o francês [*founds d'archives*] e inglês [*archives group*], como os significados de fundo.

Na literatura concernente à história dos arquivos, o conceito de Fundo caberia apenas no que se refere aos Arquivos Permanentes. Porém, é possível encontrar na literatura da ciência

¹⁵ Fundo Documental é diferente de Coleção, uma vez que o Fundo Documental é toda produção ao longo da vida de uma pessoa ou instituição de memória, já a Coleção é uma reunião artificial como, por exemplo, uma coleção de selos.

arquivística do início do século XX, autores que defendem uma perspectiva integrada no sentido de que a disciplina arquivística contextualiza o arquivo permanente como continuação do arquivo corrente. Contudo, tanto na teoria quanto na prática profissional, não há integração uma vez que existem autores que trabalham com perspectivas totalmente separadas entre as categorias de arquivo permanente e arquivo corrente.

Em sua maioria, os teóricos informam a proveniência como um dos importantes princípios da área arquivística e esta teoria tem a prerrogativa de ser ainda atual mesmo depois de quase meio século da (re)formulação do Princípio da Proveniência. Na tese de Schmidt (2012), é mencionada a formulação francesa do Princípio da Proveniência e o “respeito aos fundos” surge como uma convergência da prática do **fazer**¹⁶ que obteve contribuição direta do **saber**.

De acordo com Bellotto (2006), quando se trata da teoria dos arquivos, as bases mais importantes são os princípios da proveniência e da organicidade, já que “(...) além de sustentar a Arquivologia e os demais princípios, ajuda na diferença da Arquivologia com as outras áreas como a Biblioteconomia, Museologia e até a Documentação.” (BELLOTTO, 2006, p.16).

A diferença da Arquivologia está na Classificação dos Documentos Arquivísticos que “passa a ser entendida menos por seus assuntos e mais pela ordem na qual os documentos foram produzidos” (DUCHEIN, 1986, p.15).

Em 1910, aconteceu o primeiro Congresso Internacional de Arquivistas e de Bibliotecários ou Congresso de Bruxelas. Tal evento relacionou a questão dos arquivos e enfatizou como fundamental a importância da disciplina História na formação profissional do arquivista, devido às discussões e análises entre os representantes destas e desta forma contribui diretamente ao Princípio da Proveniência, debatido e consolidado pelo Manual dos Holandeses (SCHMIDT, 2012).

Vale lembrar que Ernest Posner (apud Schmidt, 2012, p.110) pesquisou outro marco histórico da ciência arquivística que é a ordem de produção dos documentos, sobretudo pensando em quem os produziu e de que forma. O Princípio da Proveniência como prática é introduzido, regulamentado e oficializado em Berlim em 1881, pelo também alemão Max Lehmann e só em 1898, a publicação é reformulada e reeditada com título Manual dos Holandeses.

1.2 Criação da COC, do DAD, seu acervo e coleções documentais

¹⁶ As expressões Fazer e Saber são adotadas na tese de Schmidt (2012).

Compreender os processos de preservação e gestão de acervos e coleções documentais contribui diretamente para nossa reflexão em relação ao patrimônio cultural, documental e arquivístico no Brasil. Mais especificamente, os processos em relação aos arquivos institucionais e/ou privados, que objetivam a salvaguarda de acervos e bens culturais, assim considerados como suportes da memória, cultura e história.

De modo geral, os arquivos têm suscitado cada vez mais debates, estudos e práticas a seu respeito, sobretudo desde os anos 1980. Este dado pode ser observado em Pontes (2021) e Machado (2022) se considerarmos o crescimento de cursos de graduação em Arquivologia, especializações e cursos *stricto sensu* na área, como também a formação de grupos de pesquisa e de trabalho. Como parte do debate, este trabalho pretende discutir as ações relativas à preservação e gestão de acervos e coleções documentais, relacionadas ao acervo arquivístico sonoro, do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), da Casa de Oswaldo Cruz (COC), da Fundação Oswaldo Cruz.

A COC foi criada pela Fundação Oswaldo Cruz em 19 de novembro de 1985, por meio do Ato da Presidência nº 221. Fernandes (2019) relata que a data de 26 de agosto de 1985, marca sua concepção uma vez percebida a necessidade de concretizar os processos de memorializar, salvaguardar, preservar e patrimonializar os acervos institucionais e uma nova área de pesquisa acadêmica, história das ciências, saúde e doenças, que se consolidaria fortemente na próxima década. Estes parâmetros são fundamentais para a constituição da COC, segundo depoimento de um de seus cofundadores, o professor Arlindo Fábio Gómez de Souza, que se encontra no vídeo comemorativo dos 10 anos da COC. Segundo ele, a missão institucional está centrada no interesse em preservar e salvaguardar seus acervos que formam o patrimônio cultural da História das Ciências e da Saúde; assim, um centro de documentação e pesquisa histórica como a COC, seria o ideal.

No início da década de 1980, o Arquivo Nacional (AN) realizou uma ampla modernização administrativa e institucional, cujo resultado se tornaria uma referência para a criação da COC e os trabalhos que desenvolveria. Todavia ainda não há publicação que documente as evidências da relação direta entre os dois processos de criação vivenciados tanto pelo AN quanto pela COC.

Marilena Paes (2006) fala a respeito da retomada das discussões que propunham dissolver os conflitos criados pela coexistência dos dois sistemas (Sistema Nacional de Arquivos – SNAR e Sistema de Serviços Gerais – SISG) e adotar no Brasil, uma Lei Nacional de Arquivos¹⁷.

17 Intitulada como Lei de Arquivos, a Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991, em seu texto prevê a “proteção especial a documentos de arquivos”, ela se refere, principalmente, aos arquivos públicos e privados de nosso país.

Jardim (2011) igualmente relata seu posicionamento que, como ela, vai ao encontro da construção de uma política nacional de arquivos, com recorte temporal de 1988-2011. A discussão que tem como base os principais conceitos da arquivologia¹⁸ e já elencava alguns pontos como descrição, condições de conservação e armazenamento, Plano de ação para preservação digital, que deveriam fazer parte de um diagnóstico real da situação dos arquivos ao final dos anos 1980. Até então, uma boa gestão dos arquivos era uma prática a ser consolidada e o diagnóstico poderia trazer uma visão dos documentos e suas fases, se corrente, intermediário ou permanente.

Segundo Oliveira (2011), este diagnóstico deveria conter pontos estruturantes como a dicotomia entre os valores histórico e administrativo dos arquivos, tais como, o aparecimento de unidades para o tratamento de documentos conceitualmente diferenciados; arquivos públicos sendo fracionados em atividades de guarda, tratamento técnico e acesso, além da ausência de organicidade na maioria das estruturas administrativas dos arquivos públicos brasileiros.

Os argumentos apontados por Jardim (1986) continuam em debate, uma vez que fazem parte de uma atualização e avanço do cenário arquivístico brasileiro de maneira constante. A consolidação de uma Política Nacional de Arquivos foi influenciada pela aproximação com teóricos e profissionais de instituições internacionais. Alguns autores afirmam que a ausência desta Política não havia trazido, até aquele momento, um marco regulatório neste cenário que significaria sua modernização.

Cabe ressaltar que o *Projeto Organização e Ampliação da Documentação Iconográfica do Museu do Instituto Oswaldo Cruz*¹⁹ de 1986 é considerado como núcleo formador do acervo da COC. Este projeto e outros futuros concretizaram a parceria entre a Fiocruz e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no sentido de operacionalizar os projetos iniciais de organização e tratamento de acervos. Em 1987, com o Ato da Presidência nº 56, a COC se estabelece como unidade técnico-científica da Fiocruz, passando oficialmente a compor a estrutura da instituição e mantendo áreas de tratamento e organização de acervos e coleções documentais. Camargo; Goulart (2015) apresentam como fator importante informar que sua criação e consolidação como unidade responsável pela preservação de seus arquivos e da memória institucional²⁰

18 Os principais conceitos da arquivologia e sua discussão nos orientam na elaboração de uma metodologia de preservação e gestão de acervos e coleções documentais, como também nos traz apontamentos e análises das questões que ainda precisam ser solucionadas para o acesso à informação arquivística.

19 “O primeiro conjunto de valor permanente da Fiocruz, recolhido ao Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), foi a documentação do projeto ‘Organização e ampliação da documentação iconográfica do Museu do Instituto Oswaldo Cruz’, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 1986”. Disponível em: [Instituto Oswaldo Cruz - Base Arch \(fiocruz.br\)](http://InstitutoOswaldoCruz-BaseArch(fiocruz.br)). Acesso em: 02 ago. 2021.

20 O projeto que cria a COC tem como objetivo geral a constituição de um arquivo para a documentação de caráter histórico e a formulação de uma política de gestão de documentos (...). “A questão documental da FIOCRUZ, seus

trouxo a noção de que não se poderia ter seu próprio arquivo sem uma política de gestão de documentos.

Em janeiro de 1989, o início do Projeto *Constituição de um Arquivo Histórico para a Fundação Oswaldo Cruz*²¹ traz a continuidade do apoio recebido da Finep e marca sua constituição como unidade técnico-científica. Seu regimento interno foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, por meio do Ato da Presidência nº 133, de 16 de agosto de 1989, e criados seus departamentos como órgãos executivos: Departamento de Arquivo e Documentação; Pesquisa; Patrimônio Histórico e Artístico; e Museu, bem como os núcleos de Promoção Cultural e Editorial²². Ao DAD competia as atividades de organização, tratamento e preservação de acervos e coleções documentais.

Os gêneros documentais de acervos e coleções, incorporados pela Fiocruz por meio da COC e depositados no DAD, impôs a implantação de diferentes frentes de trabalho devido às complexidades dos suportes (fotografias, filmes, entrevistas, manuscritos, mapas, dentre outros) e que pudesse abarcar os objetivos de gestão, preservação e difusão deste acervo documental. Nesta fase de criação corresponde ao 1989, uma das questões consideradas prioritárias era o espaço físico destinado à guarda, tratamento e organização com segurança de toda a massa documental sob sua guarda.

Na dissertação de Fernandes (2019), a autora informa que realizou uma entrevista exploratória com Fernando Pires-Alves a respeito da formação da COC, e que este, no decorrer do 4º Encontro de História e Saúde na Fiocruz/COC, realizado em 1990, faz uma apresentação sobre os “projetos direcionados à constituição e/ou tratamento técnico de conjuntos documentais específicos” (apud Fernandes, 2019, p.43). Ratifica que a dimensão institucional que a Fiocruz possui, implica na necessidade de frentes de trabalho para implementar os principais objetivos de organizar, preservar e difundir os acervos e coleções documentais produzidos e acumulados por ela. Nesta apresentação ele chama a atenção para o fato da implantação do DAD ser dividida em quatro momentos que se complementam.

Fernando Pires-Alves afirma que em um primeiro momento a prioridade foi resolver a questão do espaço físico o mais ideal possível para armazenamento dos acervos. Este deveria ser um local onde fosse possível custodiar e tratar de forma segura a massa documental sob a

objetivos e suas metas específicas estão na reunião, preservação e divulgação de acervos constituídos ou tratados, no âmbito de outros projetos diretamente relacionados à memória documental institucional, assim como a temas correlatos referentes à trajetória histórica das áreas de Saúde e de Ciência e Tecnologia para a Saúde”.

21 Consulta na Base Arch. Disponível em: [Base Arch \(fiocruz.br\)](http://base.arch.fiocruz.br). Acesso em: 09 ago. 2021.

22 Consulta na Base Arch. Disponível em: [Casa de Oswaldo Cruz - Base Arch \(fiocruz.br\)](http://base.arch.fiocruz.br). Acesso em: 09 ago. 2021.

guarda do DAD. Este espaço foi o quarto andar²³ no antigo prédio da Delegacia Federal de Saúde, do Ministério da Saúde, atual prédio do Campus Fiocruz Maré e:

(...) foi previsto, ainda, a separação das áreas de trabalho e arquivamento; áreas distintas para a guarda permanente de documentos textuais e materiais especiais [fotografias, acervo sonoro e audiovisual, mapas etc.]; uma área de pré-arquivo para a alocação dos registros a serem ainda submetidos às etapas de identificação preliminar, avaliação e seleção; uma área de desinfestação, assim como outra para consulta (Fernandes, 2019, p. 43).²⁴

Na entrevista realizada por Fernandes, Fernando Pires-Alves afirma que posteriormente teve início um levantamento de dados sobre a história institucional da Fiocruz, com objetivo de identificar fontes primárias localizadas na Superintendência de Administração Geral (SAG) e outros setores integrados à Fiocruz. Esta iniciativa incluiu a pesquisa em acervos de outras instituições de memória, tais como Arquivo Nacional (AN), Biblioteca Nacional (BN) e Fundação Getúlio Vargas (FGV):

(...) a apreensão das transformações organizacionais, assim como as alterações ocorridas no que diz respeito às finalidades e atribuições, de modo a permitir melhor inteligibilidade, avaliação, seleção, arranjo e descrição dos conjuntos documentais a serem trabalhados (...). Esta documentação subsidiou a montagem dos organogramas referentes à instituição, onde podemos identificar a organização e as subordinações estabelecidas em sua estrutura administrativa durante o período de 1907 a 1989. (Fernandes, 2019, p.43).

Em um terceiro momento foram aplicados questionários para realizar um diagnóstico dos acervos existentes nas unidades, departamentos e setores da Fiocruz, priorizando os documentos sem uso corrente. Estes conjuntos documentais foram listados e transferidos para a área de pré-arquivo por representarem risco de perda eminente ficando com previsão de “(...) apreender as rotinas de produção de documentos e o fluxo entre unidades, visando contribuir para a formulação futura de uma política de gestão de documentos para a Fiocruz” (FERNANDES, 2019, p.44).

Fernandes (2019) informa que no início das atividades do DAD, houve preocupação com a gestão dos documentos institucionais para compreender quais conjuntos seriam recolhidos ao acervo permanente ou quais seriam descartados. Pode-se afirmar que este foi um diferencial de seus profissionais em práticas e estudos realizados, já que a maioria das instituições de memória que detém acervo arquivístico, não têm a ação de fomentar a

²³ A princípio, a área utilizada pela COC foi o quarto andar que posteriormente foi ocupado pela Biblioteca e o Departamento de Pesquisas; o DAD passou a funcionar no sexto andar do mesmo prédio.

²⁴ No segundo semestre de 2021, o acervo arquivístico do DAD/COC, bem como sua biblioteca, foram transferidos para o prédio do Centro de Documentação em História da Saúde (CDHS), localizado no Campus Manguinhos; vale ressaltar que o Departamento de Pesquisas em História das Ciências e da Saúde e o Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, já estavam instalados no local, como também outras estruturas da COC, que antes funcionavam no Pavilhão do Relógio.

implementação da política de seus acervos. Em 1995, esta frente de trabalho lançou as bases para a criação do Sistema de Gestão de Documentos (SIGDA)²⁵, que foi o:

(...) sistema responsável por estabelecer a padronização das atividades arquivísticas na Fiocruz. Vale lembrar que o Sigda coordenado pelo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC) tem por objetivo assegurar de forma eficiente à produção, administração, manutenção e destinação dos documentos gerados pela Fiocruz e o estabelecimento de políticas e processos de gestão arquivística, condição necessária para a adequada formação e uso do patrimônio documental (FERNANDES, 2019, p.44).

No quarto e último momento desta implantação, Pires-Alves fala a respeito da documentação de valor permanente, produzida e acumulada pela Fiocruz, que foi recolhida de forma sistemática: esta era transferida em caixas arquivos, buscando-se manter, na medida do possível, sua ordem original como elemento facilitador para o trabalho posterior. Foi criada uma área delimitada de pré-arquivo que abrigou a documentação que as unidades consideravam sem utilização ou de uso muito esporádico e realizadas descrições preliminares destas. Assim, a ideia seria procurar compreender os processos de produção desta documentação, bem como a acumulação orgânica de cada um dos conjuntos documentais, além de sua tipologia e temática. As atividades de recolhimento e tratamento da documentação institucional, revelaram a existência de acervos pessoais que estavam na instituição juntamente com acervos de outras instituições e estes fizeram parte da documentação da área de pré-arquivo.

Dentre os projetos do DAD envolvendo o acervo audiovisual, destacamos *Preservação da Memória Iconográfica, Sonora e Audiovisual da Saúde Pública*, desenvolvido entre os anos de 2002 e 2005, com apoio da Fundação Vitae. Com verba deste projeto, foi possível a aquisição de armários deslizantes em aço, próprios para guarda de acervos, em substituição aos de madeira existentes até então, otimizando espaço físico e ampliando a área de guarda do acervo permanente.

Considerando a última mudança organizacional realizada em 2007, o DAD foi organizado com dois Serviços e uma Seção: Serviço de Gestão de Documentos (SGD), que engloba as ações de implantação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGDA), a formulação de políticas e diretrizes vinculadas à Fiocruz, bem como promove a capacitação e formação de recursos humanos na área; Serviço de Arquivo Histórico (SAH), que será descrito mais adiante, onde se encontra o acervo audiovisual, e a Seção de Conservação de Documentos (SCD), que realiza a conservação e pequenas restaurações de documentos permanentes, textuais

²⁵ Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/o-sistema>. Acesso em 26 nov. 2021.

e bibliográficos. Atualmente a Seção de Conservação de Documentos passou a ser um Serviço, como os demais.

Também em 2007, os processos de reestruturação e ressignificação organizacional nos apresentam a COC como uma unidade técnico-científica já consolidada e com a responsabilidade de desenvolver ações de produção e de conhecimento histórico sobre a Fiocruz, sobre ciências biomédicas e a área da saúde pública como um todo. É importante igualmente ratificar a importância de estudos na área de preservação e valorização da memória institucional da Fiocruz, dos seus campos de atuação, tais como:

de preservação e valorização da memória institucional e dos seus campos de atuação; de divulgação e educação em saúde, ciência e tecnologia; e de ensino, formação e capacitação profissional. Sua composição está na estrutura executiva juntamente com a direção e as vice diretorias de Pesquisa, Educação e Divulgação Científica, de Informação e Patrimônio Cultural e de Gestão e Desenvolvimento Institucional, tendo sob custódia departamentos de acervos científicos e culturais às atividades permanentes de caráter finalístico, como: Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, Departamento de Arquivo e Documentação, Departamento de Patrimônio Histórico e Departamento Museu da Vida.²⁶ (FERNANDES, 2019, p.45)

Como resultado da capacitação dos documentalistas e demais trabalhadores do Serviço de Arquivo Histórico e da experiência profissional desenvolvida ao longo dos anos foi lançado em 2015, o *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*²⁷, sobre o qual falaremos mais detalhadamente adiante. Esta publicação mostra a padronização de rotinas e ações no tratamento técnico da documentação que integra os fundos pessoais, tendo um item sobre os documentos sonoros constituído de entrevistas, relatos e/ou depoimentos, nas páginas 40 a 43.

O DAD custodia a coleção de documentos produzidos e acumulados pelos institutos que passaram a integrar a Fiocruz na década de 1970, e que contam a memória e a história institucional desde os primórdios do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), de 1900 até a atualidade (2022), cobrindo, portanto, uma trajetória de 122 anos de atuação.

A criação da COC está essencialmente ligada a dois projetos de história oral, *Memória de Manguinhos e Memória da Assistência Médica e da Previdência Social no Brasil*, concretizados com financiamento da Finep. A execução destes projetos propiciou a chegada de documentos pertencentes aos arquivos pessoais e consolidaram a expertise institucional na área da preservação documental e patrimonial, em diferentes sentidos e dimensões (documental,

26 Consulta na Base Arch. Disponível em: [Casa de Oswaldo Cruz - Base Arch \(fiocruz.br\)](http://www.coc.fiocruz.br/imagens/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf). Acesso em: 09 ago. 2021.

27 Departamento de Arquivo e Documentação. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz (Ed.). **Manual de organização de arquivos pessoais**. 2015. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/imagens/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

arquitetônico, museológico). Vale lembrar que o arquivo pessoal de José Dias Correa Sobrinho, foi doado pelo titular em 1986, mesmo ano de criação da COC. Dias Sobrinho é um dos depoentes do projeto sobre a Previdência Social no Brasil, cuja entrevista ocorreu em agosto e setembro deste mesmo ano. A concessão deste depoimento no âmbito deste projeto foi um elemento indissociável ou detonador do processo de doação de seu arquivo pessoal.²⁸

O arquivo permanente no que se refere ao acervo sonoro é constituído por cerca de 3800 horas de gravações com depoimentos oriundos de projetos de pesquisa e também de forma isolada, como depoimentos avulsos, e registros de palestras, conferências, reuniões técnico-científicas e administrativas, seminários ou celebrações. Tais documentos são considerados fontes para pesquisa na área de história das ciências e da saúde, que registram aspectos singulares de acontecimentos histórico-culturais e técnico-científicos por possuírem valor próprio irredutível como fonte primária que transcende os limites inerentes aos projetos de pesquisa que lhes deram origem, por já nascerem com valor permanente.

A preservação destes documentos sonoros, cuja maioria absoluta foi gerada em um contexto analógico, e sua conservação em um universo digital objetivando sua perpetuação, implica em pensarmos em estratégias que preservem suas características principais de autenticidade e originalidade. Significa dizer que não podem ser menosprezadas sua importância como documentos que refletem a memória e a história institucional da Fiocruz, bem como das ciências e da saúde de maneira abrangente.

O acervo do DAD é bastante peculiar e representativo da saúde pública no Brasil, composto por documentos de diferentes gêneros: audiovisual, cartográfico, iconográfico, sonoro e textual, engloba o período de 1803, até a atualidade, e representa um *corpus* documental que se encontra distribuído da seguinte forma:

Fundos institucionais - documentos de valor permanente produzidos e acumulados pela Fiocruz, incluindo o patrimônio documental dos institutos e unidades que a constituíram em 1970 e de outras unidades criadas e incorporadas posteriormente;

Arquivos pessoais – documentos provenientes de cientistas, sanitaristas, médicos e outros profissionais que se destacaram em áreas de atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e às linhas temáticas do acervo;

Fundos de outras instituições – documentos constituídos por arquivos de instituições já extintas com atividades nas áreas de saúde e das ciências biomédicas, incorporados sobretudo na ausência de entidade em condições de custodiar tal acervo;²⁹

²⁸ Podemos afirmar que, não raro, esse foi o caminho percorrido por outros arquivos pessoais que chegaram à COC.

²⁹ Acervo é um “conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica reuniu automática e organicamente em razão de suas funções ou de suas atividades” (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

Coleções – documentos cujo o [sic] contexto de produção é desconhecido ou foram reunidos com base em uma temática específica.³⁰ (FERNANDES, 2019, p.48)

Em 2013, a COC elaborou a primeira edição do documento *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz*, que orienta quais as diretrizes aplicadas aos processos de trabalho e instrumentos de gestão e planejamento institucional.

Tais publicações, *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz: atualização 18.09.2020*; *Manual de organização de arquivos pessoais (2015)* e o *Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz (2020)*, apresentam o compromisso com a memória da Fiocruz por meio da documentação institucional ao tratar das coleções documentais como acervo arquivístico. Este compromisso corresponde ao arquivo como bem cultural e bem patrimonial. A ressalva vale tendo em vista que a maioria das instituições de memória não tem esse tipo de cuidado em relação a seus arquivos, acervos ou suas coleções documentais. No segundo capítulo desta dissertação será aprofundada a questão acerca do patrimônio com maiores detalhes e ressaltamos que a COC tem atenção e preocupação em manter sua missão institucional por meio de seus princípios, diretrizes e orientações que foram estabelecidos para o DAD:

no âmbito do Preservo diferentes ações foram desenvolvidas quanto à elaboração e disponibilização de documentação normativa e de orientação; de preservação dos acervos e acesso físico a eles; e de preservação dos acervos e seu acesso digital. Destacam-se o desenvolvimento e disponibilização dos programas de Tratamento Técnico, e do programa de Conservação e Restauração, que incluiu o Programa de Segurança.³¹

Embora o patrimônio cultural dos arquivos coteje política de preservação digital com suas iniciativas, metodologias e planejamento para diversos suportes documentais, observa-se que ações de preservação para os registros sonoros carecem de maiores investimentos e necessitam de um tratamento diferenciado devido a manutenção dos suportes e formatos, tendo como pressupostos os princípios arquivísticos e características dos documentos.

Tal debate se vê na abordagem de Cook (2017) que contribui sobre o que se compreende a respeito dos documentos arquivísticos digitais na Era Pós-Custodial³². Este entendimento é

30 Coleção é um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”.

31 Consulta o Plano 2019-2022. Disponível em: [PQ_2019_2022-site.pdf \(fiocruz.br\)](https://www.fiocruz.br/pq/2019-2022-site.pdf). Acesso em: 09 ago. 2021.

32 Era Pós-Custodial tem a ver com os produtores poderem manter seus arquivos permanentes em conexão, por sistema, com as instituições de guarda de acervo permanentes estaduais ou nacionais, por exemplo. Ou seja, não necessariamente o recolhimento ao arquivo nacional ou estadual se fará. A custódia pode ficar a cargo do produtor, por isso pó custodial. Era custodial é que vivemos desde a revolução francesa, com os arquivos nacionais mantendo os fundos permanentes.

imprescindível e pode ser considerado um dos princípios clássicos da arquivística, o Princípio da Proveniência (Respeito aos Fundos). Luciana Duranti (1994) corrobora este dado ao destacar que as características essenciais do documento arquivístico previstas no princípio da proveniência (autenticidade, confiabilidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade), são os mesmos requisitos contemplados nos critérios mínimos pela preservação digital.

Nesse sentido, a preservação digital consiste em prever a recuperação e o acesso à informação dos fundos e coleções documentais autênticas, a partir de sua produção documental (documentos natos digitais e dos representantes digitais), uso, tramitação e conservação, assim mantendo a integridade dos conjuntos documentais.

Em Borges (2021) se observa que para alguns autores da área de arquivologia, o Princípio da Proveniência é a junção do Princípio de Respeito aos Fundos e do Princípio da Ordem Original e quando é mencionado na literatura o conceito do Princípio do Respeito aos Fundos isto se dá porque compõe as características do documento arquivístico, sendo estas autenticidade, organicidade, integridade, dentre outras e estão inseridas no Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz (PPD)³³, implementado em 2021, como parte integrante do Preservo³⁴ (2014) e da Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz (2018). O objetivo desta institucionalização é a elaboração de um plano que contenha políticas, sistemas de gestão e etapas de preservação, juntamente com a relação de metadados entre o acervo arquivístico e a preservação digital, conforme exposto em artigo de Machado; Márdero Arellano; Lopes (2020).

É importante relatar que “(...) os metadados para documentos de arquivo podem ser usados para identificar, autenticar e contextualizar os acervos arquivísticos, para efetivar e promover a preservação e gestão do patrimônio cultural das ciências e da saúde. (PRADO FILHO, 2019, p.2)

O ensaio contextual apresentado aqui ajuda a ratificar que os processos de preservação e gestão de acervos e coleções documentais, sobretudo o acervo sonoro da COC, nos abre a possibilidade de estruturar mais estudos, pesquisas e práticas, uma vez que se trata de um tema que necessita ter mais visibilidade considerando sua representatividade e legitimidade documental. Em Silva (2019) se observa que tais aspectos merecem uma abordagem que trate os documentos sonoros, como os da COC, sob o ponto de vista do princípio de proveniência e

33 https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44220/4/prog_preservacao_digital_acervos_fiocruz.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2021.

34 Preservo: Complexo de Acervos da Fiocruz, o projeto que permite a criação de infraestrutura de tecnologias da informação mais avançadas para a conservação e o acesso de domínio público ao extenso acervo patrimonial da instituição.

chama a atenção de que, sob uma perspectiva institucional, os documentos derivam das reflexões e atuações profissionais, que dialogam com os campos do Saber (formação teórica), do Fazer (prática profissional) e do SaberFazer (junção dos dois campos), e contribui diretamente para a representatividade e legitimidade do acervo sonoro como referência na produção do conhecimento.

Estas reflexões reverberarão sobre preservação e gestão de acervos e coleções documentais, com ênfase no acervo sonoro. A tentativa é documentar as diretrizes seguidas pela COC bem como a elaboração de seus instrumentos de pesquisa, o que a torna uma instituição pioneira e referência no campo quando se trata de uma política de preservação e gestão de acervos culturais em um plano de preservação digital.

Acreditamos que o grande diferencial seja a política de preservação e gestão de acervos documentais elaborada em 2013, considerando o acervo sonoro como categoria independente do acervo audiovisual, até porque são gêneros diferentes mesmo com suas convergências. Em grande parte das instituições de memória percebemos que os acervos audiovisuais são descritos como imagem, som & movimento, filmico, registros musicais, dentre outros, ou seja, os fundos e coleções são organizados e tratados de maneira indissociável, em conjunto, o que compromete os processos de gestão dos documentos e até mesmo da preservação digital do acervo sonoro que se encontra normalmente agrupado ao acervo audiovisual de maneira ampla.

As reflexões que podemos considerar são que as práticas de preservação e gestão de acervos e coleções documentais, com ênfase no acervo arquivístico sonoro, correspondem às coleções e fundos contemplados nos instrumentos de pesquisa como os manuais, políticas, planos e metodologias promovidos pela Fiocruz/COC/DAD. Com isso, a COC tem como missão garantir o acesso às informações pelas comunidades científicas, interna e externa, desde a gestão até a preservação desse acervo sonoro.

1.3 Metodologia de História Oral, os Arquivos Pessoais e o Acervo Sonoro do DAD

Neste item falaremos sobre a metodologia de história oral e os documentos sonoros que compõem o acervo sonoro do DAD, tanto os produzidos pelos pesquisadores da COC ou os recolhidos como parte de outros arquivos. Como já dito, a atividade que resultou na constituição deste acervo antecedeu a criação da COC e a consolidação do DAD como Departamento, já que foram depoimentos produzidos no âmbito de projetos de pesquisa que foram executados antes mesmo de 1986. A execução de projetos de história oral que gerou acervo sonoro institucional, bem como a incorporação de arquivos pessoais pela COC, que podem conter documentação

arquivística deste gênero foram os fundamentos para o acervo sonoro armazenado e preservado pelo DAD. Além de entrevistas realizadas e o material incorporado ao acervo, à documentação arquivística sonora possui depoimentos avulsos, e também, registros de eventos institucionais, palestras e cursos.

Arquivo oral é a designação dada à fonte confiada a um órgão público (pessoa física ou jurídica), que pode ser consultado atendendo às condições legais habituais pré-estabelecidas e sujeitas às diretrizes previstas na Lei de Direito Autoral Brasileira (Lei 9.610/98, ou “LDA”), da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11, ou “LAI”) e Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, ou “LGPD”). As instituições que possuem arquivos orais comumente possuem programas de história oral e produzem estes documentos.

Borges (2012) mostra o exemplo mais conhecido de instituição com esta identidade que é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, pioneiro desta iniciativa no Brasil. Vale a ressalva que a COC é uma instituição que detém acervo arquivístico permanente com documentos sonoros e por isso possui uma política de acervo, o que ainda não ocorre com o CPDOC e outras instituições.

O que designamos como acervo sonoro é composto por documentos sonoros que podem ser entrevistas, relatos e registros radiofônicos, musicais e etnomusicológicos, que estejam custodiados por um arquivo ou museu, ou seja, são acervos institucionalizados, mas nem sempre possuem uma política de acervo. A fonte oral pode ser entendida como o material gravado por um pesquisador, independente da área de atuação, que atenda às necessidades metodológicas considerando os objetivos e hipóteses explicitados em seu projeto de pesquisa.

Voldman (2006) discorre sobre a variação dos termos “história oral”, “fonte oral”, “arquivo oral”, “relato de vida” e “testemunho”; e ainda “entrevistado”, “informante”, “testemunha” e “investigado”. A autora confirma que as três primeiras designações estão mais próximas e define que história oral é “(...) o método que consiste em utilizar palavras gravadas; [...] fonte oral se distingue por ser suporte da fonte escrita e arquivo oral é designado à fonte confiada a um organismo público (ou a uma pessoa física ou jurídica) e seus documentos podem ser consultados.” (VOLDMAN, 2006, p. 248), ou seja, estão abertos ao público e são considerados importantes para a identidade destas instituições.

Vale ratificar que nesta dissertação estamos trabalhando com a categoria de documento sonoro arquivístico, já que ele se encontra em uma instituição de arquivo. É importante chamar a atenção a este respeito, uma vez que há museus que guardam igualmente em seu acervo

documentos sonoros, como o Musée de l'Homme³⁵, na França, e o Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro³⁶.

Alice Lang (1996) traz contribuições sobre história oral enfocando as diferentes versões e interpretações possíveis de serem preservadas com os depoimentos, já que através deles podem ser recuperadas memórias e histórias de forma diversa da apresentada em documentos arquivísticos de outros gêneros, como os textuais, por exemplo. Nesse sentido, fatos que se tornam conhecidos com os depoimentos podem registrá-los de maneira diferenciada da exposta em documentos escritos e se complementam, já que se trata de linguagem, suporte e autores diferentes. O registro derivado da fala do sujeito, embora possa parecer subjetivo em excesso, não o é mais do que uma carta ou relatório, ou demais fontes arquivísticas que se encontram em instituições de pesquisa.

Tourtier-Bonazzi (2006) afirma que o uso da história oral é uma escolha metodológica do pesquisador. Segundo ela, no que se refere às instituições e suas coleções documentais, é necessária a definição de uma política de acervos, que tenha alguns dos principais objetivos, tais como formar o acervo, sua organização e tratamento, e com isso a preservação. A autora afirma que a prática de organizar o acervo inclui sobretudo o tratamento documental, indispensável em função da atenção necessária ao acúmulo dos registros orais e preservação de sua história arquivística. No caso do DAD, há o inventário do acervo sonoro que é um instrumento de pesquisa cuja função é documentar o crescimento do acervo, oferecendo um mapeamento completo de seu conteúdo.

Conforme a Figura 1 ilustra, a maior parte do acervo sonoro do DAD resulta dos projetos de pesquisa em história oral desenvolvidos pelos pesquisadores da COC, que atuam principalmente no Departamento de Pesquisas em História das Ciências e da Saúde, mas também em outros Departamentos da COC, como o DAD e o DPH, em menor número. A história oral gera documentos que serão fontes de pesquisa para a comunidade acadêmica e a sociedade, de modo geral, sendo a maioria de tais depoimentos resultado das gravações realizadas no âmbito dos projetos. Nesse sentido, os depoimentos são a comprovação das atividades de um determinado projeto de pesquisa ou ação acadêmica e podem estabelecer um elo entre práticas e estudos em relação à memória, a um tema político ou científico e questões relativas ao patrimônio, arquivo e preservação digital, temas presentes nesta dissertação.

Figura 1: História oral: entrevistas, depoimentos e relatos.

³⁵ Disponível em: <https://www.museedelhomme.fr/fr/savoirs-partage/sons-podcasts-3737>. Acesso em 23 de fev de 2022

³⁶ Disponível em: <http://www.mis.rj.gov.br/acervo/sobre-o-acervo/>. Acesso em 23 de fev de 2022.



Fonte: Autora (2021)

Conforme Meihy (2006), a metodologia da história oral é um procedimento alinhado à produção e difusão do conhecimento, que associa entrevistador, entrevistado e um aparelho de gravação, seja um gravador tradicional, um aparelho celular ou uma câmera de filmagem, no caso de se ter o registro também em vídeo. Lucia Delgado (2010) define a história oral como um procedimento para a construção e difusão de fontes, cujos registros são o resultado de relatos estimulados ou induzidos. Estes registros se referem às interpretações sobre o tema do projeto em variados aspectos, que podem ser geográficos, temporais, tensionais e históricos. Esta autora afirma que a história oral é uma das formas da sociedade acessar e recuperar a produção do conhecimento histórico e a correlaciona de forma dupla, estabelecendo um elo entre passado e presente. O passado normalmente é a época enfocada pelo depoente, cujo depoimento é realizado no tempo presente: “Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos, registros e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades” (DELGADO, 2010, p.16). Contudo, esta interferência é relativa, uma vez que o depoente, comumente, tem autonomia para narrar da forma como melhor compreender o que lhe é perguntado.

Outros autores, como Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2006) ratificam que a história oral estimula e produz documentos que são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo. Nesse sentido, o entrevistador distancia-se de versões e interpretações fundadas em uma rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e busca caminhos alternativos de interpretação. José Carlos Meihy (2006) afirma que ela é como uma **divisão** de saberes e fazeres, que se separa em dois campos, o culturalista e o instrumental:

(...) Para respostas adequadas sobre o tema temos de qualificar as questões essenciais a seu entendimento: Por que história oral? De quem? Para quem? De um lado situam-se posturas bem formuladas que se aprazem em repetir de jeitos novos, soluções antigas e – por que não dizer? – alienadas, de formulação de conteúdos acadêmicos gastos e sem função social, pois afinal

como já se disse *ad nauseam*³⁷ “a história oral não é solução para tudo (MEIHY, 2006, p.194)

Todavia, observamos que tal metodologia é um saber prático, mas exige sabedoria por parte do entrevistador em perguntar adequadamente e guiar a entrevista para o registro acontecer da melhor maneira possível, constituindo-se, assim, em uma contribuição para a produção científica guardando as especificidades com o tema da pesquisa.

Ainda que seja aceito o inevitável – que história oral não seja solução para tudo – sabe-se que ela é, pelo menos, uma janela que deixa ventilar o ar puro do “tempo presente” e que sem ele não se pode pensar a sociedade e os projetos de melhoria da vida coletiva com base em saber rigoroso e comprometido. (MEIHY, 2006, p.194)

Delgado (2010) relata que o passado vem à tona por meio do depoente e o presente o incorpora e ecoa, através de suas narrativas e seu processo dinâmico referente à vida privada ou pessoal em concordância aos processos individuais e/ou coletivos. A reconstituição dessa dinâmica converge com o acervo aqui estudado que também é dinâmico e a História e a Memória são processos e ações que possuem ligação entre si. Consequentemente, o objetivo principal da história oral é um procedimento relacionado a um processo metodológico que preconiza a formulação estrutural de entrevistas e depoimentos com pessoas que presenciaram os processos históricos ou atestaram fatos ocorridos, tanto no âmbito da vida pública quanto privada; ela ratifica que a história oral produz documentos que são fontes para pesquisa (DELGADO, 2010).

Alessandro Portelli (2010) afirma que a história oral é significativa como processo metodológico de investigação cultural, histórica e social, conquistando cada vez mais reconhecimento e espaço no meio acadêmico por sua capacidade de revelar discursos e outros sujeitos, dar voz a muitas vozes que possam ter sido silenciadas em análises já realizadas com outras fontes de pesquisa. Segundo ele, a história oral é uma boa alternativa metodológica para a compreensão das problemáticas dos sujeitos, das culturas, identidades, instituições e memórias. Esta prática é, portanto, uma alternativa crítica à análise das novas questões históricas e sociais que se colocam no século XXI.

Atualmente sabemos que a metodologia, que sofreu críticas no início de sua utilização mais ampla em pesquisas científicas, alcançou seu patamar de reconhecimento como tal. Nesse

³⁷ Significado "ad nauseam" = Até provocar náuseas ou aborrecimento. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/ad%20nauseam>. Acesso em: 24 nov. 2022.

sentido, não cabem mais críticas que a possam ver como método de pesquisa que gera uma fonte com excesso de subjetividade pelo fato da entrevista ser produzida pelo pesquisador que tem interesse no tema e no que o depoente deixa registrado. A subjetividade pode também fazer parte do olhar de todo pesquisador em outras fontes, tais como fotografias, jornais ou até mesmo, as autobiografias.

Podemos considerar que algumas iniciativas tais como ter uma política institucional de acervos e um plano de preservação digital, impactam positivamente o lugar ocupado pelo acervo gerado com as entrevistas apoiadas na metodologia de história oral. Este dado, em longo prazo, pode interferir diretamente no processo de patrimonialização desta documentação e seus acervos nas respectivas instituições que as produziram e que as preservam³⁸.

A consolidação desta metodologia no campo acadêmico a partir dos anos 1970 e 1980, trouxe a criação de associações como a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994; da *International Oral History Association* (IOHA), em 1996; de periódicos científicos, como a Revista de História Oral, em 1998, e inúmeras publicações explorando aspectos metodológicos, teóricos, arquivísticos ou temáticos sobre o fazer entrevistas e suas consequências³⁹. Nas universidades brasileiras se consideram bastante positivos os exemplos do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), na UFF, criado em 1982; o Núcleo de História Oral e Memória, da UFRJ, criado em 2005, bem como o Repositório de Entrevistas de História Oral (REPHO), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2017.

Os documentos gerados a partir da metodologia de história oral são fundamentais neste trabalho por serem considerados um tipo de documento-monumento que registram passado-presente e se constituem, em sua maioria, de conjuntos documentais pertencentes ao Fundo COC já que foram gerados por meio dos projetos de história oral. Outra parte é a que integra os arquivos pessoais recebidos em doação pela COC, cujos documentos sonoros foram gerados e/ou acumulados pelo titular do arquivo. Além destes, o acervo sonoro possui gravações de cursos, eventos e comemorações, bem como os depoimentos avulsos, que são realizados com

³⁸ Segundo o Conarq (2018, p.13) documento sonoro é um gênero documental integrado por documentos que contêm registros sonoros. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p.79) afirma que o documento sonoro é um registro sonoro, como disco e fita áudio-magnética.

³⁹ Um exemplo incontestável é a publicação do livro 'Usos e abusos da história oral', organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, por privilegiar aspectos diferenciados e importantes sobre a metodologia e seus resultados. Vale ressaltar também a publicação do 'Manual de História Oral', de Verena Alberti, pesquisadora do CPDOC à época, que apresenta detalhadamente aspectos fundamentais a respeito da constituição e consolidação do Programa de História Oral daquela instituição, criado em meados dos anos 1970. Publicado no início da década de 1990, é um Manual que apresenta questões metodológicas, arquivísticas, de informação, preservação e conceituais que devem acompanhar a formação de acervos deste tipo.

os mais diferentes fins como, por exemplo, uma pesquisa exploratória que ajuda a consolidar uma análise mais ampla sobre uma associação médica ou a trajetória de uma figura histórica na saúde pública⁴⁰.

Conforme Freitas (2006) e outros autores que trabalham com as etapas metodológicas da história oral, como Meihy; Seawright (2020), Delgado (2010), Alberti (2015), Sordi (2007), Meihy (2006), Tourtier-Bonazzi (2006) e Thompson (1998), as entrevistas comumente são produzidas no âmbito de um projeto de pesquisa, no qual serão explicitados os objetivos a serem alcançados, os pressupostos teóricos, cronograma de execução, perfil dos depoentes, um quantitativo de entrevistas a ser executado e questões básicas a serem incluídas nos roteiros das entrevistas. De modo geral, após a elaboração do projeto e escolha dos depoentes, deve-se entrar em contato com estes e solicitar um currículo profissional, se couber. A partir daí, elabora-se um roteiro para a entrevista que normalmente abrange aspectos de sua trajetória de vida, formação acadêmica e profissional, com questões que procuram responder os objetivos da pesquisa.

Em geral, após a entrevista, o depoente assina a cessão de direitos⁴¹ cedendo à Fiocruz os direitos sobre aquele material sonoro que será transcrito por um profissional, conferido por um dos entrevistadores e/ou pesquisadores que fazem parte do projeto de pesquisa e elaborado um sumário e resenha biográfica do depoente, de modo a facilitar a pesquisa. O uso deste material é livre, estando aberto a quaisquer interessados nos temas abrangidos pelas entrevistas. Nos casos em que esta liberação não se dê plenamente, pode-se ter acesso ao documento transcrito que seja autorizado pelo depoente, devendo estar explicitado na cessão de direitos que a Fiocruz é responsável por guardar e preservar aquele documento arquivístico sonoro, que será tratado e conservado segundo as normas arquivísticas empregadas neste gênero documental. Seu uso será

⁴⁰ Como exemplo, podemos citar o depoimento de Maria Izabel Xavier Santana, realizado em 2007, com o intuito de se conhecer a história do Preventório Rainha Dona Amélia, da qual a depoente foi interna. Em 1989, foi gravada uma entrevista com Wilson Pinto, filho do fotógrafo, J. Pinto, autor da maioria das fotografias do Fundo IOC; tais imagens pertencem ao acervo iconográfico do DAD e a entrevista foi realizada para conhecer aspectos da vida daquele profissional. Em 1990, foi gravado um depoimento com Maria Penna, filha do sanitarista Belisário Penna, a respeito de sua convivência com o pai. Em 1987, foi gravado um depoimento com Mécia Maria de Oliveira a respeito de Walter Oswaldo Cruz e sua produção científica.

⁴¹ O documento de cessão de direitos, ou Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, normalmente é a versão apresentada na Plataforma Brasil pelo pesquisador quando o projeto é submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Porém, como a maioria dos projetos foi desenvolvido quando ainda não havia a sugestão de submissão dos projetos ao CEP, usou-se um modelo genérico, mas que resguarda todos os direitos dos depoentes respeitando as subjetividades de cada um em relação ao depoimento. A pesquisa em história oral deve ser amparada em pressupostos éticos, uma vez que é realizada com seres humanos, e deve seguir os protocolos necessários, como não constranger o depoente; deixá-lo livre para desistir em qualquer tempo, se for sua vontade; ter acesso aos resultados da pesquisa, dentre outros pontos importantes e balizadores da ética e das boas práticas em pesquisa científica atualmente.

para trabalhos que resultem em exposição, livros, artigos científicos ou quaisquer outros de divulgação científica, que visem publicizar seu conteúdo para a sociedade.

Atualmente, como as entrevistas são todas realizadas no modo digital, temos um arquivo de áudio, preferencialmente gravado no modo .wav, em formato não comprimido, para assegurar maior autenticidade ao documento produzido, que é considerada a fonte primária da pesquisa. Este arquivo é copiado para dois HDs e para um computador específico para este fim; até 2021, era gerada uma cópia em suporte CD ou DVD, mas atualmente se verificou não ser necessário este tipo de procedimento. Ao arquivo digital contendo a entrevista são incluídas informações de metadados e identificação pormenorizada sobre a produção do documento. O arquivo digital com a entrevista pode ter sua qualidade de áudio melhorada se submetido a um software dos tipos *Audacity* e *Sound Forge* ou qualquer outro similar, não modificando a gravação original como fonte documental.

Como já vimos anteriormente, a associação entre os arquivos pessoais e os depoimentos de história oral para a criação e concretização da COC como unidade técnico-científica da Fiocruz, é bastante relevante, existindo uma associação entre a realização dos projetos de história oral e a doação de arquivos pessoais de cientistas e de personalidades ligadas à saúde pública.

Renata Borges (2021) elucida a importância das entrevistas geradas com os projetos de história oral ao analisar o depoimento de Celso Arcoverde de Freitas, produzido no âmbito do Projeto Memória da Saúde Pública, do Fundo COC. Ao realizar a pesquisa para sua tese de doutorado no Programa de Ciência da Informação, na UFF, este depoimento foi o elemento propulsor que a impulsionou efetuar uma análise e interpretação do arquivo pessoal deste titular, Celso Arcoverde de Freitas, e é inegável que o acesso à entrevista contribuiu diretamente para seu objeto de pesquisa.

A metodologia da história oral tem sido muito importante para a produção científica e acadêmica, não só na área de História, mas também de Arquivologia, Antropologia ou Ciências Sociais, sobretudo a partir da década de 1980. No caso da COC, percebemos que a ligação entre os arquivos pessoais e o acervo sonoro, possibilita ter contato com memórias individuais e histórias institucionais, mas também com temáticas nacionais a respeito da história das ciências e da saúde do Brasil. Desta forma, os documentos arquivísticos sonoros se constituem em fontes de pesquisa custodiadas e preservadas pelo DAD, que com a Base Arch⁴², repositório institucional fundamental em pesquisas documentais, gerencia e recupera estas informações.

⁴² Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/>.

Os arquivos pessoais na França, segundo Christine Nougaret (Apud OLIVEIRA, 2011), só começam a ter sua devida importância na segunda metade do século XIX, pois até então as questões contempladas para documentos arquivísticos estavam relacionadas especificamente aos arquivos públicos. Assim, a temática envolvendo os arquivos privados na ciência arquivística, ainda no século XIX, tem contribuição direta ao interesse de guarda de tais documentos. Oliveira (2011) relata que neste período a busca realizada nos arquivos era de caráter histórico, sobretudo.

Vale ressaltar que na França os arquivos pessoais pertencem ao patrimônio nacional; no Brasil os arquivos pessoais institucionalizados também são de interesse público e possíveis de serem consultados pela sociedade acadêmica e civil, inclusive o Arquivo Pessoal de Oswaldo Cruz e o de Carlos Chagas foram contemplados no Programa Memória do Mundo. Segundo Oliveira (2011, p.26) esta definição de patrimônio nacional, se dá em função do “declínio do Antigo Regime com o sequestro, por parte do novo governo, dos bens do clero, de nobres e de imigrantes, bem como o recolhimento dos arquivos de nobres e de imigrantes aos repositórios públicos”.

As publicações de DAD (2015) e Camargo (2009) abordam a necessidade de estabelecer um consenso entre teoria e prática arquivísticas, sendo fundamental que os profissionais organizadores do arquivo, conheçam os contextos de produção dos documentos que fazem parte daquele determinado arquivo. Na primeira publicação vemos que a ‘tradição manualística’ foi consolidada no Brasil a partir da gestão de José Honório Rodrigues, como diretor do Arquivo Nacional, entre 1958 e 1964. Este momento foi bastante propício à tradução de muitas obras da área, normalmente de autores europeus e norte-americanos, dentre estas a mais importante foi, sem dúvida, a obra de Theodore Schellenberg.

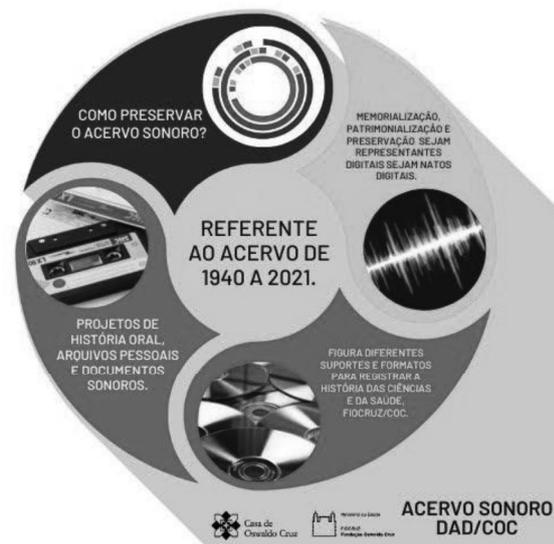
No Manual de organização de arquivos pessoais (DAD, 2015) vemos que a década de 1970, foi um momento promissor e profícuo para a percepção da grande importância política e histórica dos arquivos no Brasil, por isso há reconhecimento e valorização dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa, especialmente pelo olhar dos historiadores. Neste período, tivemos a criação de diversos centros de documentação e memória, cuja missão institucional era também receber arquivos pessoais, como também o crescimento da presença de acervos e coleções documentais em outras instituições de memória, como bibliotecas e museus. Estas instituições de memória que detém arquivos começaram a se dedicar aos estudos e práticas sobre preservação e difusão de arquivos de políticos, cientistas, dentre outros.

Ao longo da experiência adquirida no campo de trabalho brasileiro nos arquivos de instituições como CPDOC/FGV, DAD/COC e IEB/USP, veio a questão crucial: “O que fazer

com os arquivos pessoais que ao longo do século XX passaram a ser abrigados em arquivos públicos e constituíram centros de memória e documentação?” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 19). Para tanto, foi adotada a definição de arquivo pessoal concebida por Heloísa Bellotto (2006, p.266), qual seja, o conjunto de papéis (manuscritos ou não), bem como material audiovisual, sonoro ou iconográfico que foram acumulados ou produzidos no decorrer da trajetória daquele personagem, cujo perfil pode ser de um estadista, político, cientista, escritor ou líder de categorias profissionais. Personagens cuja luta e atuação possam ter interesse para as pesquisas em suas respectivas áreas “(...) ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade” (DAD, 2015, p.9).

Vale lembrar que o livro ‘Tempo e circunstância’ (Camargo e Goulart, 2007) e o ‘Manual de organização de arquivos pessoais do DAD’ (2015) são publicações basilares no que diz respeito ao tratamento arquivístico dos arquivos pessoais por critérios funcionais e as duas instituições que os produziram, Instituto FHC e COC, contribuem para a produção científica da área de arquivos pessoais, como também para as práticas arquivísticas nas instituições considerando suas peculiaridades, como assinala Renata Borges (2021).

Figura 2: História oral, arquivos pessoais e o acervo sonoro do DAD/COC.



Fonte: Señal Memoria (2016, adaptado pela autora, 2021)

De acordo com a Figura 2, constatou-se uma demanda em relação ao DAD no sentido de construir uma metodologia própria, na qual o arranjo “contemplasse, ao mesmo tempo, as

características dos arquivos pessoais sob sua guarda e também a identidade de seu acervo, esta identidade ligada à história das ciências e da saúde do nosso país” (DAD, 2015, p.11).

Santos (2012) desenvolveu em 2000, uma pesquisa como estudo de caso referente às práticas de um arquivo pessoal, no caso era o acervo do cientista Rostan Soares, a partir da percepção de um novo cenário na teoria e prática dos arquivos pessoais. Neste estudo, Santos apresenta a adoção do método que privilegia o critério funcional do arquivo pessoal no estabelecimento das divisões internas do fundo e estas receberam a denominação de grupos, subgrupos e dossiês. Nesse sentido em DAD (2015), esta adoção confirma que as práticas do DAD se filiam à arquivística contemporânea, considerando o que se preceitua a respeito da preservação de arquivos pessoais.

Até 2021, o acervo do DAD é composto de aproximadamente 87 arquivos pessoais, cujas datas de produção correspondem desde meados do século XVIII (1756-2010, Arquivo Carlos Chagas Filho) com grande predominância do século XX. Fiocruz/COC (2013) relata que a captação de arquivos pessoais segue orientações da ‘Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz’, em que “os arquivos institucionais e pessoais têm como parâmetros temáticos as ciências da vida – que envolvem as ciências da saúde, as ciências biomédicas, as ciências biológicas – e as ciências humanas e sociais alinhadas à missão institucional” (FIOCRUZ/COC, 2013, p. 13).

No âmbito da literatura especializada temos duas concepções referentes aos arquivos privados e/ou pessoais. A primeira segue a linha de pensamento de pesquisadoras como Nedel (2014) e Heymann (2009) e de instituições como CPDOC, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e Universidade de Campinas (Unicamp), que trabalham com perspectivas a partir da legislação nacional e internacional referente a conceituação de *arquivos privados*. Tal linha de pensamento, por ser um conceito internacional, qualifica os documentos tanto de arquivos privados quanto de documentos não públicos, como parte constitutiva de um arquivo privado.

E a segunda concepção, encontrada na linha de trabalho de pesquisadores como Santos (2010, 2012), Oliveira (2011), Camargo (2009) e o Manual de organização de arquivos pessoais (DAD, 2015) seguem a terminologia de arquivos pessoais por terem maior proximidade com a prática arquivística. Neste campo de atividade, a autenticidade é o foco da questão, pois como na diplomática, esta característica é o *status* do documento.

A política de aquisição de arquivos pessoais se apropria da missão e dos objetivos da instituição e precisa estabelecer seus principais critérios que direcionarão as deliberações sobre incorporação de acervos documentais. O desejado é que esta política oriente as decisões sobre sua pertinência para a instituição nestes principais aspectos:

- Linha de acervo, ou seja, o âmbito temático, temporal, geográfico etc. de interesse para a instituição.
- Modalidades admitidas de aquisição (doação, custódia, comodato, compra, permuta, entre outras).
- Gêneros documentais admitidos (documentos: textuais, [sonoros] iconográficos, cartográficos, dentre outros).
- Formações documentais admitidas (arquivos no todo e/ou em parte, coleções, itens documentais);
- Condições admitidas de acesso, nos casos em que o produtor ou custodiador reivindica restrições ao acesso do arquivo ou parte dele, como também nos casos em que tais restrições são ditadas pela legislação;
- Direitos da instituição sobre o acervo, após a sua aquisição (DAD, 2015, p.13).

No Manual de organização (DAD, 2015) vemos que os suportes do acervo sonoro são tratados em dois procedimentos arquivísticos: acondicionamento e armazenamento. O acondicionamento de documentos de arquivo tem como finalidade preservar e facilitar sua recuperação e acesso; deve ser feito utilizando embalagens confeccionadas em materiais e formatos adequados aos diferentes suportes documentais que o arquivo possua.

A publicação recomenda que tais suportes, independentemente se analógicos ou digitais, sejam mantidos em suas embalagens originais sempre. Se estas forem fitas cassete, recebem uma capa elaborada na fase de organização do acervo e possuem informações necessárias para sua identificação, tais como data da entrevista, nome do depoente, projeto e fundo a que pertence código de referência etc. Os suportes CDs ou DVDs quando não tiverem a embalagem original, deve-se optar por embalagens plásticas disponíveis no mercado, apropriadas para uso e que se assemelhem às originais. Em uma etiqueta registram-se igualmente as informações importantes para sua identificação e o número físico do documento (DAD, 2015).

Já a etapa de armazenamento consiste na guarda dos documentos em mobiliário próprio, considerando seu suporte e que esteja nas áreas de depósito em acordo com padrões de segurança e preservação do acervo. É preciso que acondicionamento e armazenamento sejam planejados, geridos e executados sob a coordenação de um profissional da área de conservação e tenha um planejamento de gerenciamento de riscos. É importante salientar que as figuras 3 e 4, mostram, respectivamente, a forma de armazenamento do acervo sonoro e o mobiliário que o acondicionava no prédio da Expansão da Fiocruz, no DAD, sexto andar, e no CDHS, nova sede da COC, localizada no Campus de Manguinhos, armazenado em mobiliário igualmente apropriado para sua devida preservação.

Figuras 3 e 4: Armazenamento do Acervo Sonoro (Fiocruz/Campus Maré e CDHS)



Fonte: Maciel (2020)



Fonte: Silveira Junior (2022)

Acreditamos que o grande diferencial seja a política de preservação e gestão de acervos documentais que considera o acervo sonoro como categoria independente do acervo audiovisual. Em grande parte das instituições de memória, os acervos audiovisuais são descritos como imagem & movimento, fílmico, registros musicais, dentre outros, ou seja, os fundos e coleções são organizados e tratados de maneira indissociável, em conjunto. Este fato compromete os processos de gestão dos documentos e, com isso, a preservação digital do acervo sonoro que se encontra normalmente agrupado ao acervo audiovisual de maneira abrangente.

Por fim, a respeito da metodologia da história oral, acervo sonoro e arquivos pessoais, de acordo com Neumann (2014), o material proveniente de entrevistas, estabelece conexões com os arquivos pessoais e privados. No caso do acervo da COC, esta se dá pelo fato de que estes arquivos também possuem material sonoro e o destaque é que na COC, os arquivos pessoais se formaram enquanto conjunto de acervos após a realização de entrevistas de história oral. Nesse sentido, os arquivos pessoais têm grande contribuição na relevância dos documentos sonoros da COC, já que a partir da realização de entrevistas de história oral, foi se formando um acervo de arquivos pessoais provenientes de doações de muitos de seus depoentes, que muitas vezes fazem link com outros pesquisadores contribuindo para uma outra entrevista. Além disso, cientistas de outras instituições ou seus familiares se sensibilizaram em doar arquivos pessoais para a COC, que construiu uma sólida reputação com trajetória respeitada neste campo.⁴³

Por meio de Borges (2012), vemos que uma das formas de contextualizar e ratificar a importância dos documentos sonoros é a partir das boas práticas, proporcionando debates

⁴³ Não temos a pretensão neste trabalho de esgotar o tema de arquivos pessoais existentes nas diferentes correntes da literatura, se tais arquivos são privados ou particulares, bem como outras questões presentes desta discussão.

referentes a seu diagnóstico com vistas à preservação digital. A elaboração desta dissertação consiste em uma versão mais apresentada e identificada sobre o levantamento do acervo sonoro do DAD correspondendo a prática da gestão arquivística e suas ferramentas para o tratamento, gerenciamento, recuperação e acesso de seus documentos.

1.4 Documentos sonoros do DAD e as ferramentas de gestão e preservação

As reflexões que podemos considerar neste item são as práticas de preservação e gestão de acervos e coleções documentais, com ênfase no acervo arquivístico sonoro, que correspondem às coleções e aos fundos contemplados nos instrumentos de pesquisa como os manuais, inventários, políticas, planos e metodologias, promovidos pela Fiocruz/COC. Estes instrumentos garantem o acesso à informação pela comunidade científica da Fiocruz ou não, desde a gestão até a preservação do acervo sonoro contribuindo ao direito à memória, que vemos no Quadro 6.

Para compreender melhor a conceituação do patrimônio documental dos arquivos, precisamos começar pela conceituação do que é documento. Bellotto (2006) compreende o que seja documento de uma maneira ampla, ou seja, aquilo que é fruto de qualquer produção e expressão da atividade humana.

Nesta mesma linha de pensamento temos a conceituação elaborada pelo Arquivo Nacional (AN), definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73), que é o “documento como unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte material ou formato”. Em 2006, o Conselho Nacional de Arquivos, através do Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), definiu o “documento arquivístico como documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência.” (CONARQ, 2020, p.24).

No quadro abaixo, ressaltamos algumas conceituações de documentos arquivísticos e seus respectivos tipos:

Quadro 6: Documentos arquivísticos: definições e tipos.

Tipo de documento arquivístico	Definição
Documento arquivístico convencional	É um documento arquivístico produzido, tramitado e armazenado em formato não digital. São exemplos de documentos arquivísticos convencionais, os registrados

	em papel, pergaminho, película, fita de gravador, fita áudio-magnética, fita vídeo-magnética, dentre outros.
Documento arquivístico eletrônico	É um documento arquivístico codificado em forma analógica ou em dígitos binários, acessível por meio de um equipamento eletrônico. São exemplos de documentos arquivísticos eletrônicos, a fita áudio-magnética, fita vídeo-magnética, documentos processados por computador, enfim, todos os documentos que necessitam de equipamentos eletrônicos para serem acessados.
Documento arquivístico digital	É um documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional. Podem se apresentar em formato digital, textos, imagens fixas, imagens em movimento, gravações sonoras, mensagens de correio eletrônico, páginas web, bases de dados.
Documento arquivístico original	É o primeiro documento completo e efetivo. O documento completo se apresenta na forma estabelecida pelo autor e/ou pelo sistema jurídico que o autoriza. O documento primeiro, ou primitivo, é o primeiro a ser produzido de forma completa. O documento efetivo é aquele capaz de alcançar os efeitos para os quais foi produzido. O documento tem que ser assinado, enviado e recebido. No ambiente eletrônico a qualidade de original é dada conforme a rota do documento dentro do sistema informatizado de gestão arquivística. Quando um documento é transmitido eletronicamente, o original é aquele que é recebido. Isto porque a transmissão acrescenta metadados que o tornam mais completo e capaz de gerar consequências. Neste caso, o documento armazenado pelo remetente é considerado uma cópia.
Documento arquivístico confiável	É o documento que possui a capacidade de sustentar os fatos a que se refere. Para tanto, há que ser dotado de completeza, ser criado pela autoridade competente e ter seus procedimentos de criação bem controlados. A confiabilidade está relacionada ao momento da sua produção e à veracidade do seu conteúdo.
Documento arquivístico autêntico	É o documento que possui a qualidade de ser o que diz ser, independentemente de se tratar de minuta, original ou cópia, e que é livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção. A autenticidade do documento está relacionada com a forma de transmissão e estratégias de custódia e preservação.

Fonte: (CONARQ, 2020, p.23-25)

Em Conrado (2014), vemos que os documentos arquivísticos são a materialização das atividades das sociedades e possuem tipos, características e finalidades, em sua maioria,

administrativas. Os documentos arquivísticos após arranjo, descrição e difusão do arquivo permanente são agrupados e passam a compor o patrimônio documental arquivístico em determinada instituição de memória, devido ao valor secundário adquirido na instituição⁴⁴. Este valor está relacionado às informações registradas nos documentos e são imprescindíveis para quem os produziu e para a sociedade, pois possuem valor de prova e são fontes de pesquisas de caráter histórico, institucional e social, sendo necessário sua preservação, digital ou não.

Este autor informa que os documentos arquivísticos são objetos de estudo e trabalho da Arquivologia. Constituem um fundo documental que objetiva proporcionar acesso a tais documentos estabelecidos e norteados, fundamentalmente pelo Princípio da Proveniência, que estabelece a formação de fundos documentais.

Assim, vemos que a Arquivologia e seus documentos possuem interdisciplinaridade, já que:

A ciência arquivística, em especial, tem como um dos pilares suas técnicas e procedimentos; todavia sofre influência como história e direito, devido a seus aspectos históricos e legais. Como também são aplicadas as questões relacionadas à conservação física da mídia e os processos de difusão e marketing comuns no mundo do patrimônio cultural dos arquivos compartilhado com ciências da documentação e da informação, e deve usar tecnologias de informação e comunicação, principalmente aquelas próximas às ciências e técnicas historiográficas, como a diplomática, genealogia, criptografia, dentre outras (ALBERCH FILGUERES, 2003, p. 21).

A partir da tradução de *arrangement*, pretendemos discutir brevemente a respeito de arranjo de documentos arquivísticos e a definição trazida pelo DBTA: “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, online).

Em 1950, com o livro de Schellenberg, a terminologia ‘Classificação’ esclareceu a questão sobre ‘Arranjo’, considerada até então como etapas semelhantes. O autor estabeleceu o termo classificação para a organização dos arquivos correntes e intermediários; já para os arquivos permanentes, usou a terminologia arranjo. Heloísa Bellotto (2006) ratifica a questão terminológica ao apresentar o arranjo como o processo de ordenação dos documentos arquivísticos que possuem valor permanente, obedecendo a característica orgânica dos documentos, princípio da organicidade também elucidado por Schellenberg.

⁴⁴ Valor primário é inerente à criação do documento, podendo apresentar valor administrativo, fiscal ou jurídico. Já o valor secundário é identificado quando cessa o valor primário e a guarda do documento faz-se necessária permanentemente.

Conrado (2014) descreve o quadro de arranjo como a transparência da localização dos documentos arquivísticos de forma eficaz, eficiente e efetiva e, além disso, possibilita a manutenção e/ou reconstituição devido à organicidade do conjunto arquivístico, uma vez que o arranjo respeita a organicidade dos documentos, característica comentada no item 1.1.

Vale lembrar que os documentos arquivísticos sonoros do DAD passam por uma determinada gestão, de forma mais técnica do que conceitual, mas a prática de gestão ocorre, sobretudo no que diz respeito à classificação com a utilização da tabela de temporalidade.

Diversos autores afirmam que a descrição arquivística é o elo entre arquivos e usuários, e o Arquivo Nacional assim a define: “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.59). Bellotto (2006) afirma que a descrição arquivística é uma atividade típica dos arquivos permanentes.

Lopes (2000, apud CONRADO, 2014) potencializa a afirmativa de que os procedimentos de classificação, avaliação e descrição devem acontecer no momento da produção do documento pelo fato de serem funções inerentes. Cruz Mundet (2006, apud CONRADO, 2014) afirma que:

a própria classificação tem características descritivas de um modo mais generalizado, pois a hierarquização das classes documentais fornece pontos de acesso. (...) a descrição realizada nos arquivos permanentes é mais complexa se comparada à realizada na idade corrente, pois as finalidades na utilização dos documentos são diferentes: enquanto os documentos em fases corrente e intermediária são utilizados para fins administrativos, aqueles em fase permanente possuem características de utilização para fins sociais (CONRADO, 2014, p.30).

Conrado (2014) relata que a descrição arquivística tem a finalidade de compor fontes de pesquisas que tenham como objetivo final mapear, identificar e utilizar documentos arquivísticos com o propósito de incentivar as pesquisas históricas ou sociais. Bellotto (2006) confirma que os instrumentos de pesquisas são documentos consolidados e referenciados, habilitados para a identificação, a síntese e a localização dos fundos, das séries e das unidades documentais pertencentes a um arquivo permanente.

Para Conrado (2014) a descrição arquivística é procedimento crucial no arquivo permanente como ilustra a Figura 5, e elabora ferramentas para pesquisa proporcionando a consulta e direcionando com exatidão os documentos arquivísticos e seu acesso. Por meio do DBTA de autoria do Arquivo Nacional (2005) e Conrado (2014) definem instrumento de pesquisa como recurso que identifica, localiza e/ou dá acesso aos documentos ou as informações contidas. Bellotto (2006) se observa a existência de instrumentos de pesquisa

apropriados para os fundos documentais, desde a forma generalizada até a mais específica e que devem ser elaborados de forma hierarquizada.

Figura 5: Instrumentos de pesquisa.

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	conjuntos documentais amplos	guia
Fundos, grupos, coleções	séries	inventário
Séries	unidades documentais	catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	assunto; recorte temático	catálogo seletivo; índice

Fonte: Lopez (2002)

O guia de acervo é um dos instrumentos de pesquisa que melhor proporciona um panorama do conteúdo de um determinado arquivo; sua definição pelo Arquivo Nacional (2005, p.92) é “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”. Conrado (2014) afirma que o guia é o primeiro instrumento de pesquisa que precisa ser elaborado, pois a partir dele podemos ter uma ampla visão do acervo, já que se trata de um recurso que possibilita um alcance maior de usuários por promover e difundir o arquivo junto à sociedade e especialmente aos interessados em pesquisar seu conteúdo. Segundo ele, um guia fornece as principais informações referentes ao funcionamento e localização da instituição, tais como: endereço, telefones, horários de atendimento, link do site institucional e da base de consulta, apresentando informações mais direcionadas sobre seus acervos. Os fundos e coleções que possuem condições físicas de acesso e de reprodução deverão estar mencionados para viabilizar a visita do pesquisador interessado no tema e propiciar conhecimento a respeito do conjunto documental custodiado pelo arquivo.

O Guia de Acervos, do DAD/COC, é um exemplo de publicação que possibilita esta ação, porém como o acervo permanente é dinâmico, tornou-se inviável a cada fundo documental recebido fazer nova impressão. Nesse sentido, a Base Arch cumpre a função de

manter atualizado o conteúdo de fundos disponíveis e seus respectivos conteúdos de maneira sempre renovada.

Segundo Bellotto (2006) diz que outro instrumento de pesquisa é o inventário, que faz a descrição arquivística a partir dos conjuntos documentais ou partes do fundo. Na estrutura hierárquica dos níveis de descrição, o guia antecede o inventário, pois é um instrumento de pesquisa superficial, que descreve sucintamente um ou mais fundos ou coleções. Conrado (2014) Sua finalidade compreende várias atividades, de acordo com cada produtor e as séries que integram o fundo ou coleção; o volume de documentos com ordenação e as datas-limite.

Os instrumentos de pesquisa contribuem diretamente na organicidade do documento, pois a ausência destes instrumentos impacta negativamente na própria organicidade do acervo e seus documentos. A atualidade do inventário é maior se comparada a do guia, já que se refere a conjuntos documentais e caso sejam inseridos novos documentos em tais conjuntos, esta atualização será concretizada após avaliação e autorização dos profissionais que atuam no arquivo permanente. No DAD há um inventário elaborado para uso interno e que apresenta o acervo sonoro; tal documento é um exemplo de instrumento de pesquisa arquivística formulado de acordo com a Nobrade, que é uma adaptação da Norma Internacional ISAD (G), conforme veremos adiante.

Já o catálogo é definido como um instrumento de pesquisa organizado segundo critérios cronológicos e temáticos, agrupando a descrição arquivística individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de maneira analítica ou sumária (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Bellotto (2006) descreve catálogo como unidade documental de uma ou mais séries, ou de um conjunto de documentos, seguidos ou não de classificação.

Vale registrar que a literatura arquivística estabelece dois tipos de catálogos: coletivo e seletivo. O *catálogo coletivo* pode ser usado para indicar a “(...) localização específica de unidades documentais, sendo que sua formulação só é possível após a classificação das séries documentais e, preferencialmente, após a elaboração do inventário” e o *catálogo seletivo* “(...) é um recurso de pesquisa que descreve detalhadamente uma seleção de documentos que compõem um ou mais fundos” (CONRADO, 2014, p.32). O Catálogo do Fundo Paulo Carneiro é um bom exemplo deste tipo de instrumento.

Alguns autores mencionam que mesmo não sendo convencionado na descrição arquivística como instrumentos de pesquisa, têm também os *índices* e a *edição de fontes*. O Arquivo Nacional (2005) nomeia os índices como peças documentais integradas aos instrumentos de pesquisa mencionados acima. O DBTA define índices como uma “relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas, contidos em documentos ou

instrumentos de pesquisa acompanhados das referências para sua localização” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, online), já em Ribeiro (1996), o autor menciona que os índices poderiam ser classificados como instrumentos auxiliares de pesquisa.

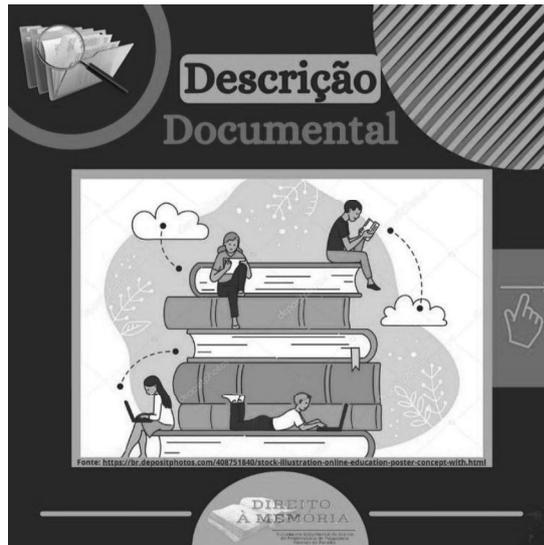
Já Bellotto (2006, p.215) define edição de fontes como “(...) um instrumento de pesquisa no qual os documentos não recebem resumos indicativos e/ou informativos, como nos anteriormente mencionados”. Locks e Chanem (1986, p.10-11) relatam que “na maioria dos casos, a edição de fontes contribuirá para que os originais continuem vivendo por mais alguns anos” e os índices podem “(...) listar organicamente o que contém o acervo.”

Para Lopez (2002) os índices correspondem aos instrumentos de pesquisa autônomos e procuram decompor os documentos em descritores que podem ser temáticos, cronológicos, onomásticos, geográficos, dentre outros. Os índices têm como objetivo localizar rapidamente as unidades documentais que tenham critérios específicos, seja uma única série ou diferentes fundos “Na confecção de índices, deve-se tomar muito cuidado com a escolha dos termos a serem utilizados. Em tais tarefas a utilização de vocabulários controlados e tesouros são imperativas”. (LOPEZ, 2002, p.33)

De acordo com D’Ávila (s.d; p.37) os índices que apontam nomes, lugares ou assuntos, em ordem alfabética e remetem o leitor às respectivas cotas de localização ou notação, podem ser parte integrante de inventários ou catálogos ou ter personalidade própria, indexando os documentos diretamente. Segundo ele, o instrumento de pesquisa e edição de fontes, ou de textos, elaborado na íntegra pode ser relativo a um documento único ou a uma sistemática publicação de textos, selecionados ou não. É útil na medida em que a consulta pode ser feita fora do espaço físico do arquivo, desde que o instrumento de pesquisa tenha sido impresso (D’ÁVILA, s.d, p.38).

No Brasil, a descrição arquivística nos anos 1980, se aproximou dos procedimentos realizados em instituições internacionais, como Inglaterra e EUA, que formularam e praticaram suas normas de descrição arquivística. No final desta década teve início a elaboração de uma norma internacional de descrição realizada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA). A descrição arquivística é etapa que contribui diretamente para o direito à memória por meio da recuperação de seus documentos, conforme mostra a figura 6:

Figura 6: Descrição documental



Fonte: Direito à Memória (2022, on line)

Em 1993, a Biblioteca da Universidade de Berkeley estabeleceu um padrão chamado *Encoded Archival Description*⁴⁵, mais conhecido como EAD⁴⁶, que codifica a norma e tem como base a ISAD(G); é recomendado em programar na linguagem XML. Esta linguagem se correlaciona com os metadados e proporciona sua interoperabilidade, garantindo busca, recuperação e preservação dos acervos arquivísticos, assim possibilitando a utilização em rede por arquivos, bibliotecas e museus, com objetivo de codificar a descrição documental (CONRADO, 2014). Desde 2002, a norma EAD é mantida pela Sociedade de Arquivistas Americanos, através do Subcomitê Técnico para Padrões de Arquivamento codificado, em parceria com a Biblioteca do Congresso (LoC).

É importante informar que o padrão arquivístico de metadados é a linguagem XML, recomendada para sua codificação e para o modelo conceitual referencial OAIS (Open Archival Information System)⁴⁷. O OAIS estabelece normas para atividades de gestão e preservação, assim especificando os principais critérios que devem amparar as iniciativas em preservação digital. Este modelo foi desenvolvido pelo comitê de agências *Consultative Committee for Space Data Systems* (CCSDS) no trabalho realizado entre The Online Computer Library System (OCLC) e a The Research Libraries Group, Inc. RLG, sob a coordenação do CCSDS. Souza (2012) informa a primeira versão foi em 2003, à segunda em 2012 e a mais recente em 2019; tal modelo de referência tornou-se uma norma internacional, regulada pela ISO

⁴⁵ Disponível em: [EAD: Encoded Archival Description \(EAD Official Site, Library of Congress\) \(loc.gov\)](https://www.loc.gov/eas/eas.html). Acesso em: 20 dez. 2021

⁴⁶ Padrão para arquivologia, baseado nas normas arquivísticas, descreve os itens da coleção e também a própria coleção.

⁴⁷ Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS). Disponível em: [http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf](https://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf). Acesso em: 28 jan. 2022.

14721:2003, com ações de descrição e preservação. Sua principal diretriz é ser um modelo centralizador de conceito arquivístico digital e será mais bem trabalhado no capítulo 3 desta dissertação.

Vale ressaltar que em 2020, o Grupo de Trabalho interdisciplinar do Sigda/DAD/COC, elaborou a publicação intitulada ‘*Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fundação Oswaldo Cruz - Manual de aplicação para a fase de produção de documentos*’ (Versão 1.0)⁴⁸, na qual o padrão EAD e seus metadados descritivos foram contemplados, indo ao encontro da descrição arquivística da Base Arch.

Em 1994, na Inglaterra, a primeira norma internacional referente à descrição arquivística estabelecida pelo CIA foi a *General International Standart Archival Description*, conhecida como a ISAD (G). No Brasil foi nomeada de Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística de acordo Conrado (2014) e seu objetivo é a formação das diretrizes para o processo de preparação da descrição arquivística, com possibilidade de utilização juntamente com as normas nacionais dos países integrantes do CIA. Tal Norma propõe a padronização da descrição a partir da estrutura do mais abrangente para o menos abrangente, e em “(...) relação à hierarquia, cada item da descrição arquivística precisa estar inserido na estrutura geral do fundo arquivístico” (LOPEZ, 2002, p.15).

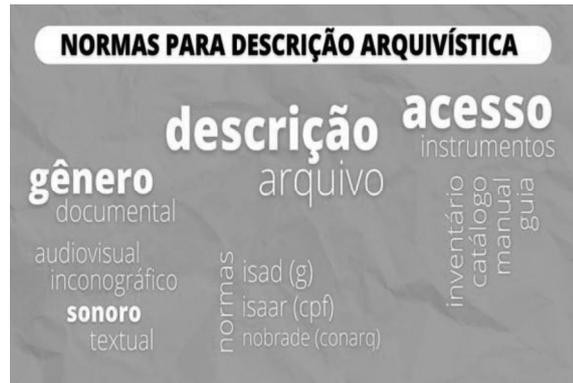
Em 2006, o Arquivo Nacional, por meio da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), divulgou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a NOBRADE⁴⁹, Conrado (2014) que é uma adaptação das normas internacionais ao cenário arquivístico brasileiro, por aquela não abarcar as necessidades nacionais. O Arquivo Nacional (2006) afirma que objetivo da NOBRADE é estabelecer diretrizes para a “(...) descrição de arquivos no Brasil, compatível com as normas internacionais, visando facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional” (on line).

Na obra de Conrado (2014), para além da NOBRADE e da ISAD(G), encontramos outras normas internacionais referentes à descrição arquivística, tais como ISAAR, juntamente com ISAD(G) e NOBRADE; ISDF e ISDIAH. Esta autora articula que a ISAAR (CPF) é a sigla da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística específica para entidades coletivas, pessoas e famílias. A ISAAR padroniza diretrizes para o registro de autoridade arquivística para normalizar a descrição de pessoas, famílias e, principalmente, entidades coletivas que produzem ou mantêm arquivos.

Figura 7: Normas para Descrição Arquivística.

⁴⁸ Disponível em: [Documentos de referência \(fiocruz.br\)](https://www.fiocruz.br/documentos-de-referencia). Acesso em: 20 dez. 2021.

⁴⁹ A NOBRADE apresenta um nível de descrição mais amplo pelo acréscimo dos elementos e do nível zero.



Fonte: Arquivo Público do Rio Grande do Sul (s.d., adaptação da autora, 2021).

A ISDF que é a “Norma Internacional para Descrição de Funções, visa subsidiar as instituições na descrição de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção dos arquivos” (CONRADO, 2014, p.34). Esta autora informa a ISDIAH, Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervos Arquivísticos, orienta acerca de regras gerais para otimizar a descrição de instituições que tenham como principal função a custódia de arquivos e, conseqüentemente, sua difusão para a sociedade.

A NOBRADE refere-se à descrição arquivística em âmbito nacional e buscou a gestão de acervos a partir de um sistema de computação somado ao intercâmbio de informações entre instituições. O Conselho Internacional de Arquivos em parceria com o arquivista Peter Van Garderen desenvolveu o software destinado à descrição arquivística o ICA-AtoM⁵⁰, que foi elaborado no formato aberto e disponibilizado em ambiente web, implantado com a base nas normas ISAAR (CPF), ISAD(G) e ISDIAH de origem do Conselho Internacional de Arquivos.

O ICA-AtoM é o sistema ao qual a Base Arch, em uso na COC, está incorporada e é o resultado de customizações feitas pela Bireme em 2008, quando identificou-se a necessidade de modificações tendo em vista as especificidades do acervo da COC. Ele tem integração com Archivematica e são plataformas de preservação e acesso em uma cadeia de custódia de documentos arquivísticos, pois garantem a autenticidade dos documentos, conforme veremos de forma aprofundada no capítulo 3. O ICA-AtoM é compatível com normas e padrões, como Dublin Core, EAD e EAC, e é utilizado na implementação dos repositórios digitais. É um software multilíngue e isto favorece a utilização por qualquer instituição que assim o deseje na função da descrição e difusão do patrimônio documental dos arquivos.

⁵⁰ A distribuição do ICA-AtoM é gratuita e pelo acesso ao link: <https://www.ica-atom.org/>. Acesso em: 28 jan. 2022

Conforme Dhion Hedlund e Daniel Flores (2014) o ICA-AtoM é muito mais que um software já que possui funcionalidades consideradas de alto impacto para descrição documental. Estas podem ser a facilidade na criação, edição e exclusão de informações pertinentes à descrição e que estejam dispostas em uma estrutura multinível, que é essencial para a própria descrição. Segundo eles, o ICA-AtoM está em conformidade com as normas internacionais de descrição e esquemas de metadados, unindo o representante digital à descrição documental, o que é um ganho de qualidade para o usuário.

Além disso, possibilita que usuários sejam cadastrados e tenham determinadas permissões, o que significa um filtro importante para a qualidade da informação. Assim, possibilita substituir simultaneamente termos em diferentes níveis de descrição, possui modos de busca simples e/ou avançada, possibilita a tradução da interface por meio de um ambiente de administração, possui “(...) gerenciamento da taxonomia; intercâmbio de dados, através da importação e exportação de descrições arquivísticas em formatos XML e EAD; conformidade com as normas de descrição arquivísticas: além dos esquemas de metadados.” (HEDLUND; FLORES, 2014, p.33)

Conrado (2014) afirma que a parceria entre a empresa Artefactual e o Conselho Internacional de Arquivos, tanto no desenvolvimento quanto na construção do ICA-AtoM, proporcionou uma nova versão com diferentes funcionalidades além de melhorias na interface, alvo de grandes queixas por parte dos usuários. Em 15 de abril de 2021, foi divulgada a versão 2.6.4 em forma estável, o que significa maior segurança em baixar versões do programa e habilidade adquirida do *software* na gestão, descrição, preservação e difusão.

Figura 8: Relações entre as funções arquivísticas e os arquivos permanentes.



Fonte: BARROS (2020, p.66)

Segundo Barros (2020) diz que embora não seja o objetivo principal desta dissertação, cabe informar a respeito das funções arquivísticas, em especial a etapa da classificação. De

acordo com a figura 8, observamos que por meio da classificação, temos as demais etapas, tais como descrição e preservação, que são cruciais na contextualização deste subcapítulo. Estas etapas impactam no acesso aos acervos arquivísticos e seus gêneros documentais exatamente por serem basilares na estrutura das relações entre as funções arquivísticas e os arquivos permanentes.

O ICA-AtoM é uma plataforma de acesso que oferece subsídio aos repositórios para o gerenciamento das coleções documentais, que já existia no DAD em sua forma física, antes da implantação da Base Arch. Porém, foi observada a necessidade de incorporar os repositórios arquivísticos digitais e constatou-se que o ICA-AtoM poderia atender a esta necessidade, associando a descrição arquivística de seus documentos (representante digital e nato digital) aos repositórios. Estes estão amparados nos critérios estabelecidos no modelo conceitual OAIS, The Project InterPARES e no campo normativo a antiga Resolução 39, atual Resolução 43 do CONARQ (2012, 2015).

Vale lembrar, que repositório arquivístico digital é o tipo de repositório que armazena e gerencia **documentos digitais** que podem estar no arquivo corrente, intermediário ou permanente. Esse repositório deve gerenciar os documentos e seus metadados de acordo com as normas arquivísticas relacionados à gestão documental, descrição multinível e preservação digital; deve também proteger as características do documento arquivístico no que se refere a autenticidade (integridade e identidade) e a relação orgânica. (DISTRELLI, s.d., online) Já o **repositório digital confiável** é o repositório que mantém os materiais digitais **autênticos**, ou seja, livre de corrupções, para **preservá-los** e dar **acesso** pelo tempo que for necessário. A Resolução nº 43 determina que repositório digital confiável deva atender à estas especificações de preservação e acesso a longo prazo (BRASIL, 2015, p. 9-10)

Segundo a autora Conrado (2014), os serviços de descrição, preservação e acesso oferecidos pelo ICA-AtoM são suas principais características por se constituírem um marco em relação às normas de descrição arquivísticas, e sua elaboração, disponibilização e difusão, se referem aos instrumentos de pesquisa e trabalho. Estes instrumentos, por sua vez, seguem normas internacionais de descrição arquivística que se encontram em conformidade com sua tradução nas normas de descrição arquivísticas nacionais, que foram sistematizadas para aplicação em ambiente digital através do ICA-AtoM, com isso contribuindo diretamente ao processo de preservação digital por meio do acesso em longo prazo.

Este autor confirma que para a comunidade arquivística estes avanços na aplicação do ICA-AtoM contribuíram para a concretização de adoção das normas internacionais juntamente com as premissas das diretrizes nacionais que são as ações de intercâmbio de informações. Para

a sociedade, os serviços e produtos do ICA-AtoM garantem o direito constitucional de acessar informações, ação que aproxima os usuários de arquivo.

No escopo desta dissertação e na literatura da arquivologia, os repositórios arquivísticos digitais são entendidos por abarcarem a descrição arquivística, assim contemplados pelas normas nacionais e internacionais, NOBRADE e ICA-AtoM, utilizadas nos procedimentos arquivísticos na COC. Vale mencionar que o Projeto InterPARES destaca-se na pesquisa internacional sobre Registros Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos, além de um grupo de trabalho sobre arranjo e descrição arquivística⁵¹, com suas recomendações e diretrizes citadas e adaptadas às necessidades do DAD.

No próximo capítulo, abordaremos as questões referentes ao patrimônio cultural, documental e arquivístico, com ênfase nos documentos sonoros e seus tipos ou subdivisões, no âmbito nacional e internacional.

⁵¹ O Projeto InterPARES será mencionado no capítulo 3 desta dissertação.

Cap. 2 – As categorias de patrimônio cultural, documental e arquivístico

Neste capítulo apresento conceitos referentes ao patrimônio e seus arquivos, que comporta algumas terminologias como Patrimônio Cultural Arquivístico, Patrimônio Cultural dos Arquivos e Patrimônio Documental Arquivístico ou Patrimônio Documental dos Arquivos por meio de uma breve reflexão. O objetivo deste capítulo não é debater exaustivamente a respeito destes termos em si, mas registrar que nos aspectos conceituais, históricos e legais, identificamos uma carência de estudos e pesquisas na produção científica sobre o tema Patrimônio Arquivístico e seu gênero documental sonoro. Assim, os apontamentos apresentam as diretrizes normativas e/ou representativas de salvaguarda existentes nas instituições e nos sistemas de governo. Esse dado impacta diretamente a relação entre acervos, patrimônio cultural e políticas públicas, com sua abrangência e aplicação, independentemente do suporte no qual se materializa. Este estudo será direcionado para documentos arquivísticos sonoros e seus desdobramentos (musicais, radiofônicos e entrevistas, etnomusicológicos) abordando também os respectivos aspectos conceituais, históricos e legais.

2.1 Patrimônio cultural e seus aspectos conceituais, históricos e legais

Este item é resultado de uma reflexão sobre o conceito de patrimônio cultural dos arquivos e o processo de patrimonialização de seus documentos sonoros, a origem de seu reconhecimento como patrimônio cultural e documental, sua caracterização e valores associados, tal como o patrimônio arquivístico.

As políticas públicas e a legislação do patrimônio cultural buscam identificar e apresentar diretrizes, regulações, dados e informações a este respeito objetivando sua preservação. Nesta

pesquisa o universo empírico é o acervo sonoro do DAD, constituído de vários fundos documentais, institucionais e pessoais, mas que em sua maior parte é proveniente do Fundo COC, que será contextualizado adiante. Desta forma, a elaboração da fundamentação teórica foi composta por conceitos pré-estabelecidos sobre a formação do documento sonoro, enfatizando seu histórico e sua história, como também seu desenvolvimento na COC através da política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde, bem como seu processo de patrimonialização dentro do contexto histórico-cultural e documental, tornando este gênero tanto um bem cultural como patrimonial, assim constituindo sua valorização, difusão e divulgação científica.

De maneira ampla, o termo patrimônio pode ser definido como “(...) o legado que recebemos do *passado*, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações” (SILVEIRA, 2013, p.28). Na última década, o significado de patrimônio transitou por diferentes conceitos e categorizações, que foram sendo incorporados por grupos de pesquisa e de trabalho nas instituições públicas e privadas, nas diversas áreas de conhecimento.

Assim, o que antes era aparentemente distante, tornou-se mais próximo enriquecendo áreas como Administração Pública, Arqueologia, Arquivologia, Arquitetura, Antropologia, Biblioteconomia, Ciência da Conservação de Bens Móveis e Engenharia de Materiais, Ciências Sociais, Comunicação Social, Economia, Direito, História, Letras, Museologia, Pedagogia e Turismo. Este fato ampliou a abrangência da celebração do dia 17 de agosto, já conhecido como dia nacional do patrimônio cultural, e a incorporação destas áreas tornou a data mais plural e repleta de ressignificações, já que cada campo do conhecimento trouxe sua contribuição.

Figura 9: Dia do Patrimônio Cultural



Fonte: IPHAN (2021)

Ao tratarmos do campo internacional em relação ao patrimônio cultural, os autores Pinheiro e Nascimento Jr. (2020) abordam o patrimônio e suas políticas iniciadas em 1874, a

partir da Declaração de Bruxelas. Tal declaração se deu em função da preocupação que ameaçava os bens culturais durante conflitos armados e que continuaram na agenda durante as Convenções de Haia de 1899 e de 1907.

Em 1929, o Instituto Röerich elaborou um projeto para o pacto de proteção aos “tesouros da cultura” e em 1935, assinou o Pacto de Röerich pelo mesmo instituto. O documento é conhecido como ‘Tratado para Proteção de Todas as Instituições Artísticas e Científicas e Monumentos Históricos’. O Pacto de Röerich foi pensado tendo como base os debates das comissões que participaram das sessões da Conferência Pan-americana, ou Conferência Internacional dos Estados Americanos, e de documentos informativos elaborados por Röerich. Todos os estados representados na sétima Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em 1933 na cidade de Montevideú, postularam que “(...) os bens culturais, que formam o tesouro cultural dos povos, devem ser respeitados e protegidos em tempos de guerra e de paz” (FIANKAN-BOKONGA, 2017, p.7).

Os autores Pinheiro; Nascimento Jr. (2020) informam que o Pacto de Röerich teve como proposição o respeito e proteção às instituições científicas, artísticas, educacionais e culturais, incluindo aí os profissionais que destas faziam parte, e os monumentos históricos e os museus, considerando o contexto dos ataques em períodos de guerras. Este Pacto foi feito com aproximadamente 20 países, dentre eles o Brasil que foi representado por Oswaldo Aranha, e assinado em 15 de abril de 1935. Esta ação que reverberou internacionalmente, influenciou outros países para elaborarem suas próprias legislações, desta forma no Brasil tivemos a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que estabelecia os procedimentos de intenção jurídica de tombamentos de bens culturais.

Nesse contexto há que se ressaltar a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1945, cujo objetivo foi se comprometer na proteção e defesa dos bens culturais e que tal pauta fosse retomada e debatida em profundidade. Também se constatou a necessidade de criar mecanismos de valorização de bens culturais e da cultura, com vistas à paz entre as nações.

Em 1948, diante dos saques às obras de arte em museus no decorrer da Segunda Guerra Mundial, Catherine Fiankan-Bokonga (2017) afirma que a Unesco fez com que os Países Baixos criassem outro tratado internacional a respeito da proteção de bens culturais em tempos de guerra. Este ato ajudou a definir, de forma mais enfática, a elaboração da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, aprovada em Haia, em 1954. Este momento foi a primeira vez que em acordos internacionais foi usada “de forma clara e objetiva

a expressão bens culturais, quando elaborado especificamente para debater esse assunto” (GUEDES, 2018, p.4).

Dias (2022) e Silva, e Silva (2022) informam sobre a primeira edição da Declaração do México realizada em 1958 a partir da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, que estabeleceu o que seria o patrimônio cultural de um povo. Nesta edição correlacionou “as obras de artes e de letras, monumentos históricos e espaços de memória, como os arquivos, as bibliotecas e os museus.” (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, online); já em 1982, na segunda edição deste evento, houve um movimento de revitalização da preservação da cultura nacional, denominado “Mondiacult”. Os autores relatam que nesta ocasião foram incorporadas diretrizes que contemplam as obras materiais e não materiais que expressam a identidade, criatividade e representatividade do povo mexicano, tais como linguística, ritos, crenças, músicos, escritores e sábios, além das criações anônimas existentes em variados grupos e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Dias (2022) e Silva: Silva (2022) afirmam que toda a população passou a ter direito e dever de defender, preservar e ter acesso ao patrimônio cultural, normativas estas publicadas em 1985, como princípios da segunda edição da Declaração do México.

É interessante destacar que a Unesco não atua diretamente na área da saúde em relação aos bens culturais, mas favorece ações no sentido de preservação desses bens. Assim, por meio de cooperações que atendam aos interesses em comum das pautas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-americana da Saúde (Opas), que procuram pensar conjuntamente temas que relacionem patrimônio cultural com as ciências e saúde, “reunindo produtos e registros dos processos de pesquisa, produção e assistência ao conhecimento para a saúde.” (PINHEIRO; NASCIMENTO JR. 2020, p.652)

Pinheiro; Carvalho; Teixeira (2021) apontam que o elo entre saúde e cultura compreende as variadas disciplinas das ciências humanas e sociais aplicadas ao campo do patrimônio. Assim, esta ligação entre saúde e cultura é incorporada aos acervos e suas coleções documentais que fazem parte da memória institucional. Desta forma, precisamos destacar as relações que se fazem nos campos da saúde, história, memória e cultura, em uma instituição centenária e de referência mundial como a Fiocruz e que atua fortemente na preservação de seu patrimônio cultural. É importante ratificar que:

o vasto campo de atuação da Fiocruz, além da sua história no campo da saúde, com interfaces entre a produção científica da instituição e as vulnerabilidades sociais da realidade brasileira e regional. Há que lembrar, ainda, que a Fiocruz é reconhecida com diversas premiações nacionais por sua atuação na preservação de seu patrimônio cultural, pela vasta produção científica e pelas diferentes ações de educação na área, que vão desde um programa de pós-

graduação a uma oficina-escola para qualificação de profissionais nos ofícios da conservação e restauração de bens culturais. (PINHEIRO; NASCIMENTO JR., 2020, p. 652)

Estes autores lembram que em 2018, foi celebrado o centenário de finalização da construção do Pavilhão Mourisco e em 2020, a Fiocruz comemora 120 anos de existência como uma das principais instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação em saúde da América Latina. A Fiocruz possui forte reputação junto a sociedade e comunidade científica nacional e internacional, e o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), tem no Pavilhão Mourisco, ou Castelo, sua principal edificação e, sem dúvida, a mais conhecida. Em sua origem o espaço era ocupado por laboratórios, biblioteca e museu, e atualmente mantém-se como sede e maior símbolo da Fiocruz, além de abrigar a Seção de Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos ICICT, salas de exposição permanente, o Laboratório de Biodiversidade com a Coleção Entomológica do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Diretoria do IOC e algumas vice-presidências e a própria presidência.

Pinheiro; Nascimento Jr (2020) apontam dados a respeito do patrimônio científico (ou da ciência) e nas análises de Lourenço; Wilson (2013) encontramos relação com o patrimônio cultural que, tal como o científico, também carecia de boas práticas sobre seus bens patrimoniais e culturais. Este fato se evidenciava pela ausência de “procedimentos técnicos e de políticas de gestão, conservação, preservação e acesso a seus acervos” (Lourenço; Wilson, 2013, p. 746).

A Fiocruz em 122 anos de existência possui grande variedade de acervos culturais e científicos preservados por meio das categorias arquitetônicos e urbanísticos, arqueológicos, arquivísticos, bibliográficos, biológicos e museológicos, que possuem reconhecimento nacional e internacional. Nas publicações da Fiocruz (2020) é confirmado que a instituição tem compreensão da importância em estabelecer uma gestão integrada de seus acervos culturais e por esta razão, formulou e adotou sua Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais, como previsto na Constituição Brasileira de 1988, onde se encontra a base do conceito aprovado e ampliado de patrimônio cultural.

Essa ação da Fiocruz reflete sua postura em relação aos acervos e pode-se afirmar a existência de uma cultura de preservação e valorização de seu patrimônio cultural e de sua memória, expressa por iniciativas históricas como a de ser proponente do primeiro processo de tombamento realizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1980. Este processo contemplou três edificações que compõem o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM) e o título foi expedido no ano seguinte e em 1985, a Fiocruz encaminhou nova solicitação ao Iphan propondo a extensão do tombamento, incluindo a área

verde existente ao redor não apenas destas edificações, mas também de outras construções do período eclético, e que se constitui em patrimônio paisagístico cultural.

Já em dezembro de 2018, a Fiocruz propôs ao Iphan, a inclusão do Pavilhão Mourisco a patrimônio mundial na Lista Indicativa do Brasil, por acreditar que possui valor universal excepcional por seu significado simbólico na ação de saúde pública no Brasil, na América Latina e no âmbito mundial, na construção de uma identidade nacional com base na ciência e na tecnologia. O patrimônio arquitetônico na Fiocruz valoriza inclusive o que está abrigado na parte interna da edificação, ou seja, seus acervos e coleções documentais.

Azzi (2011) e Loureiro (2020) relatam que os estudos de Françoise Choay (2006) a respeito do patrimônio histórico, ratifica que a Revolução Francesa representou uma mudança fundamental, um marco no âmbito patrimonial pelos impactos em todos os aspectos do patrimônio edificado que, na época da Revolução Francesa, era definido como “monumento histórico”. Estas autoras lembram que Choay explica o conceito de monumento, cuja origem vem do latim *monumentum*, com as seguintes derivações *monere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa, e está relacionada ao aspecto afetivo, pois nos toca pela emoção, ou seja, uma memória viva.

[...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 17).

Os acervos e suas coleções documentais são vistos na maioria das instituições de memória como patrimônio cultural e documental, que é uma categoria abrangente; o que vai diferenciar é o uso do termo acervos arquivísticos, como usado na Fiocruz. No artigo de Sobrinho (2020), o autor trabalha com a abordagem apresentada por Choay (2006), em relação ao conceito de patrimônio como algo “nômade”. Significa dizer que o bem cultural e patrimonial possui uma trajetória desde sua origem até a atualidade, e se completa com o termo patrimônio histórico.

Assim, no artigo de Grigoletto (2019) esta autora pesquisa a conceituação pensada por Françoise Choay, de documento como algo nômade que pode ser estendida à questão do acervo arquivístico e a preservação do patrimônio cultural documental. Com isso, recupera elementos da documentação que, dadas as particularidades dos princípios e das práticas arquivísticas, podem ser aplicados em análises sobre os caminhos para a institucionalização do patrimônio

cultural documental, ou seja, o processo de patrimonialização de seus acervos e coleções documentais.

Dominique Poulot (2009) afirma que a respeito do patrimônio cultural mundial, há conflitos políticos e sociais que provocam debates, discussões e ações diretamente judiciais acerca da cultura e de seus bens culturais, suas respectivas proteção e preservação; estas ações são os aspectos que na maioria das vezes problematizam o Patrimônio Cultural, em especial no Brasil. No Brasil este debate apresenta alguns especialistas e/ou autores clássicos, tais como Albano Rubim (2007), Lia Calabre (2007), José Roberto Severino (2014), Maria Cecília Londres Fonseca (2009), Márcia Chuva (2017) e Marilena Chauí (1995) e instituições específicas que atuam no campo do patrimônio cultural, tal como COC, Inepac e IPHAN, de forma a contextualizar as questões propostas nesta dissertação.

Conforme Chuva (2017) patrimônio é um *locus* em que convergem representações e práticas, correlacionando os diversos programas políticos estatais. Nos mais variados âmbitos, os impasses e conflitos marcaram e marcam a trajetória do Iphan desde sua fundação. Teve seus próprios planos, planejamentos, ferramentas, objetos e documentos que eram os resultados obtidos com suas ações definindo as práticas patrimoniais.

Fonseca (2009) relata que uma das principais características da preservação do patrimônio cultural visa salvaguardar o que selecionamos e/ou o que conceituamos como bens culturais, que são produtos de nossa cultura, do saber, do fazer e do saber-fazer do indivíduo. A noção contemporânea de patrimônio vem da consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens, sejam eles materiais ou imateriais, dos valores que são atribuídos a esses bens.

Contudo, o patrimônio surge de uma atribuição de valor, ou seja, requer um olhar crítico. O avanço da preocupação e maior atenção com a proteção do patrimônio cultural vêm confirmar o grande desejo de valorizar as memórias coletivas. Esse movimento não deve ser entendido ou tampouco compreendido como uma volta ao passado ou uma resistência em se viver nosso próprio tempo. Talvez por isso a definição de patrimônio cultural deva estar cada vez mais ligada à necessidade contemporânea de melhoria de vida nas cidades, dando forma às ações de peso político decisivo. Mais que salvaguarda de resquícios do passado, a proteção e a valoração do patrimônio cultural é um trabalho de ressignificação, reapropriação, restituição, revalorização e reabilitação do próprio presente, com vistas a um futuro de relações sociais mais justas. Os autores Michelin; Machado Junior; Sosa González (2012) citam Maria Cecília Londres Fonseca, que diz:

São essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens valor que servirá de base a toda reflexão aqui desenvolvida, pois considero que são esses processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios. (FONSECA, 2009, p. 35)

Vale ressaltar que Chauí (1995, p.83) afirma ser necessário ampliar e alargar o conceito de cultura indo além do campo das belas artes e “[...] tomando-o no sentido antropológico mais amplo de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres culturais e sujeitos culturais”.

Segundo Rubim (2007) o tema de políticas culturais e patrimoniais está associado ao questionamento e debate dos envolvidos nas políticas públicas e os procedimentos para esta execução. Somente as políticas submetidas à discussão da sociedade diretamente interessada podem ser compreendidas, entendidas substancialmente como políticas públicas de cultura e assim como políticas patrimoniais e seus acervos.

Severino (2014) aborda o elo entre políticas públicas de cultura e os documentos audiovisuais [e sonoros], uma vez que estes também podem ser usados como ferramentas para programas de inclusão aos direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao acesso à informação. Tais gêneros documentais contribuem diretamente nos processos de memória através de atividades que integram, interagem, divulgam e salvaguardam a cultura, a história e a memória para a sociedade civil. Em função disso, podemos observar que fazem parte das ações de formação dos acervos arquivísticos e tendem a ressignificar a relação com o passado-presente (Stella, 2021).

Calabre (2007) afirma que no Brasil a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa trajetória histórica. Contudo, a implementação de políticas culturais tem sua atenção, preparação e realização de ações de maior e melhor alcance no século XX. O estudo e a questão de tais políticas também é um objeto de interesse recente, até porque a respeito das décadas de 1930 e 1940, existe um número razoável de trabalhos que tratam da ação do estado sobre a cultura, mas não são necessariamente tratadas como políticas culturais de fato. Eduardo Nivón Bolán, citado por Lia Calabre, afirma ser a política cultural uma grande ação organizada e globalizada, surgida no período pós-guerra, por volta da década de 1950. Nas relações existentes no campo da cultura e do patrimônio observam-se conflitos, tensões ou não, porém a institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais.

Assim, entendemos que patrimônio é lugar de estratégia, é o cenário de tensões, conflitos, representações e de conquistas, ou seja, lugar de fala e escuta. Patrimônio e cultura são

segmentos de caráter político, imbricados com os aspectos legais e suas diretrizes em processo de impasses e concretizações.

Os processos de patrimonialização da Fiocruz tem contribuição direta em nossa reflexão para esta dissertação e seus desdobramentos nas categorias do patrimônio cultural, documental e arquivístico no Brasil. Observamos uma ampla discussão sobre suportes documentais dos arquivos institucionais, como o Fundo COC, e privados, como os arquivos pessoais, com metas de preservação e salvaguarda de seus acervos, coleções documentais e bens culturais.

Em âmbito externo à Fiocruz, no que se refere aos acervos arquivísticos sonoros, percebemos que este debate não tem tido a mesma reverberação, mesmo estes sendo considerados como suportes da memória, cultura e história, a partir de 2010. Neste ano houve uma reunião da Câmara Técnica do Conarq que oficializou tais gêneros documentais com estas características (memória, cultura e história), e mesmo assim esta temática tem tido pouca inclusão na discussão em variados estudos e debates no cenário nacional.

Aos processos de patrimonialização do acervo arquivístico sonoro do DAD/COC cabe citar o conceito ‘Lugares de memória’, que surge em um momento no qual a memória se torna o resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva: “Menos a memória que é vivida interna, mas ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14).

Esses lugares de memória nascem do afeto e do fato de que não há memória espontânea; ela é construída no presente e por pessoas que a vivenciam em comemorações, festas, escolas, grupos sociais ou profissionais. Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros de ações do homem no tempo. Instituições como arquivos, bibliotecas e museus surgem com a finalidade de salvaguardar a memória através dos documentos, livros e objetos, que são rastros deixados por estas ações ao longo de nossa existência. Assim, vemos que ela é múltipla e coletiva, ou seja, deve refletir a diversidade social que representa.

A questão do patrimônio cultural e documental cujos significados foram apresentados, debatidos e refletidos nas aulas das disciplinas deste PPG, trazem a oportunidade de entender que se trata do (re)conhecimento daquilo que é herança de grupos sociais e que se converte em um bem coletivo. Tal como estudado por Halbwachs (1990), Joutard (2007) e Gondar (2008), a memória coletiva em um possível diálogo com acervos e coleções documentais tem uma construção gradual e sofre os impactos de determinados entraves políticos, econômicos, culturais e sociais. Com isso, vemos as disputas entre lembrança e esquecimento, como formulam Trouillot (2016), Rossi (2010) e Pollack (1989), como também a memória no

contexto digital estudada por García Guitiérrez (2002) e Huyssen (2000). Estes últimos autores destacam o investimento que há na indústria cultural e a convergência que o mercado proporcionou entre a memória e a tecnologia.

Halbwachs (1990) afirma que será como parte de um grupo que o indivíduo vai recorrer às lembranças coletivas, nos trazendo a ideia que, de fato, as memórias individuais recebem influência do coletivo. Isso equivale dizer que, em relação aos depoimentos que fazem parte de um determinado acervo sonoro, ao ser ouvido, o depoente oferece sua narrativa acerca das lembranças e memórias acumuladas sobre determinado fato. É como se houvesse uma retroalimentação, uma não existe sem a outra e é possível dizer que a memória individual apresenta elementos de uma memória coletiva.

Embora nos apeguemos ao significativo fato de que a memória está atrelada ao esquecimento, pois é seletiva e tem acontecimentos que optamos em esquecer, por vezes involuntariamente esta ação não é completamente racional. Sabemos que é praticamente impossível imaginar que determinadas lembranças caiam no esquecimento e desapareçam por completo, mas são como se elas ficassem anestesiadas por um período, escondidas em um recôndito das lembranças. Ainda existe a possibilidade de considerarmos a memória como “manobra política”, ou como diz Gondar, “(...) todo o poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”. (GONDAR; BARRENECHEA, 2003, p. 32).

As narrativas sobre memórias citadas acima, também nortearam o tema desta dissertação que é a preservação digital do acervo arquivístico com ênfase no gênero sonoro tendo como estudo de caso os depoimentos orais do DAD/COC. Estes, que fazem parte de um acervo documental mais amplo, visto que incluem os documentos iconográficos, textuais, audiovisuais, tridimensionais, dentre outros, constituem o acervo que é patrimônio cultural da Fiocruz. Especialmente em relação aos documentos sonoros, que são parte integrante da memória sonora institucional da Fiocruz nos situando no tempo, assim como a identidade nos situa no espaço que, segundo Meneses (2012), são coordenadas que balizam nossa existência.

Impossível falar sobre este processo de patrimonialização sem mencionar a Política de Preservação de Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz que em 2018 institucionalizou o ‘PRESERVO – Complexo de Acervos da Fiocruz’, instância formuladora, orientadora e consultiva para a conformação de uma rede entre as unidades que detêm a guarda de acervos e coleções na Fiocruz. As decisões tomadas no seu escopo de atuação são derivadas de deliberações acatadas por um Comitê Gestor que se configura como um colegiado consultivo, de caráter permanente.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (1972) tem como missão a regulação e legislação “(...) sobre o que pode ser considerado patrimônio de interesse universal, por meio de recomendações, convenções, declarações, bem como da análise de processos de salvaguarda, registro ou patrimonialização que lhe são encaminhados”. (UNESCO, 1972, art.2º).

Nezi Heverton Oliveira (2019) lembra que a Unesco criou o Programa ‘Memória do Mundo’⁵² com a intenção de promover a ideia de que há documentos ou conjuntos documentais que possuem um valor extraordinário para a humanidade e merecem ser preservados. Este autor relata que o reconhecimento do valor simbólico dos documentos pode ocorrer em âmbito internacional, regional ou nacional. Entre as obras registradas conforme Oliveira (2019) pelo Programa Memória do Mundo, acatada pelo Comitê Regional para América Latina e Caribe, o único documento audiovisual registrado é ‘Limite’, de Mário Peixoto. Trata-se de um filme mudo, em preto e branco, produzido no Brasil com estreia em maio de 1931; seu tema é bastante introspectivo ao abordar a passagem do tempo e a condição humana diante desta ação implacável que nos faz envelhecer, mas, ao mesmo tempo, apresenta alguma sabedoria sobre nossa existência.

No Brasil, de acordo com a legislação vigente, cabe ao Estado com seus órgãos e instituições nas esferas federal, estadual e municipal, estabelecer o que será patrimonializado em cada território. Historicamente este processo foi inicialmente aplicado às edificações e objetos de valor histórico ou artístico: monumentos arquitetônicos, artefatos, documentos (sonoros) e obras de arte, ou seja, o bem patrimonial passa a ser definido como tal pelo grupo ou comunidade que reivindica seu reconhecimento.

O artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988, fala de valor e o sentido diz respeito ao patrimônio cultural brasileiro, ou seja, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que são portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Nos últimos dez anos, a literatura nacional apresenta uma definição de "patrimônio cultural" que conquistou valor representativo. Partindo de discursos, atividades e estudos patrimoniais referentes aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados da humanidade, se caminhou para uma concepção do patrimônio entendido

⁵² É importante ressaltar que esta nomeação começou em 2007 e no acervo da COC existem alguns conjuntos documentais que estão nominados neste Programa. Podemos citar os Arquivos Pessoais de Oswaldo Cruz e de Carlos Chagas ou as fotografias do Fundo IOC; na Coleção de Obras Raras do ICICT, há documentos igualmente registrados no Programa.

como a reunião dos bens culturais, representativos das identidades individuais e/ou coletivas. Desta maneira Zanirato; Ribeiro (2006) informam que múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

No que se refere ao patrimônio documental, o papel da FIOCRUZ/COC/DAD a partir da formulação do PRESERVO, foi de incentivar, propor um diálogo entre os gestores das unidades institucionais e suas coleções. O intuito foi promover o reconhecimento de valores culturais e patrimoniais para a produção e promoção do conhecimento e como também para o reconhecimento em ações efetivas para garantir a preservação destes documentos.

O conceito de patrimônio cultural é categoria chave na elaboração de políticas de preservação documental e seus segmentos na orientação do processo de patrimonialização. Visto que os estudos e as práticas do patrimônio cultural norteiam o acesso às informações pela gestão e preservação das coleções arquivísticas, esse fato possibilita uma maior e melhor difusão do acervo arquivístico sonoro e de seus processos de preservação, como um elemento disseminador de memórias, quer seja individual, coletiva, institucional e nacional, convergindo ao processo de patrimonialização e nas políticas culturais e patrimoniais. Tais processos para os documentos arquivísticos sonoros são parte de uma construção gradual e constante, mas é fundamental para esta instituição que o assunto seja debatido e que gere reflexão nas áreas do patrimônio, arquivo e preservação digital.

Os estudos apontam ainda a inexistência de uma definição objetiva e explícita no Brasil do que seja patrimônio documental e seus desdobramentos, porém permitem observar a carência de uma preocupação governamental com a preservação desta categoria patrimonial e a união das instituições de memória em prol dos documentos arquivísticos.

O patrimônio cultural já previsto no anteprojeto de lei solicitado a Mário de Andrade que regulamentaria a proteção e a preservação do patrimônio artístico nacional foi definido como o conjunto de práticas, costumes e valores, expressões artísticas e culturais, lugares e objetos, que é passado de uma geração a outra. Segundo Rodrigues (2016) ele é constituído por diversos elementos e se divide em patrimônio material e patrimônio imaterial, entendendo-se por patrimônio imaterial tudo o que está relacionado aos modos de fazer das pessoas, às técnicas e habilidades, valores e crenças. Já o patrimônio material constitui-se daquilo que é produto da criação humana, como artefatos, objetos e construções, e pode ser “constituído de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o patrimônio documental.” (RODRIGUES, 2016, p. 111).

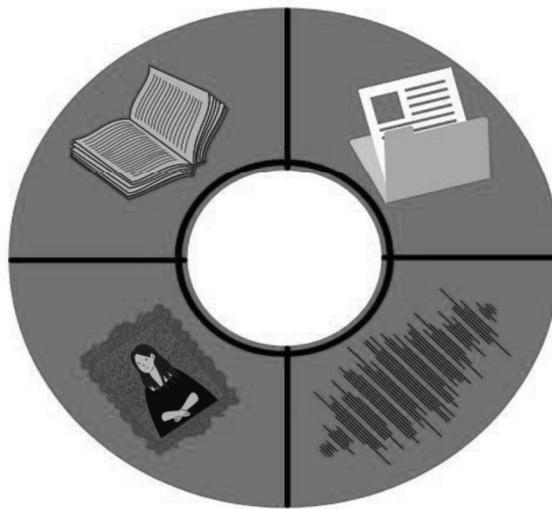
Pode-se observar que os documentos sonoros, resultantes da metodologia de pesquisa da história oral aplicada na COC, são um bem cultural e patrimonial devido a construção do conhecimento que se faz a partir da oralidade. Na categoria de patrimônio imaterial podemos afirmar que os documentos sonoros ocupam um lugar de destaque por registrarem os costumes ou práticas de diferentes naturezas e hábitos narrados em grupos de culinária típica, de religiosidade ou até mesmo de práticas de cura popular.

2.2 Patrimônio documental

O objetivo deste item é historicizar as origens da conceituação do patrimônio documental a partir de momentos emblemáticos, como a reunião realizada em 2005, na Colômbia, e o Programa Memória do Mundo, no Brasil, de 2007. Tais momentos potencializaram as práticas e os estudos referentes aos acervos e coleções documentais. Além disso, é apresentada uma contextualização das apropriações e das deliberações institucionais que norteiam as áreas do patrimônio documental.

A história, memória e cultura são registradas em livros, documentos e objetos que formam um conjunto denominado de patrimônio documental, conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 10: Algumas categorias de patrimônio documental.



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

De acordo com Janete Tanno (2018) no que se refere ao patrimônio documental dos acervos e as políticas preservacionistas percebe que suas ações ou a falta delas, apontam inúmeras perdas de documentos, seja na esfera privada ou pública. Não são apenas papéis ou seu acúmulo que estão sendo destruídos, mas também nossa história, memória e cultura, e com elas as práticas culturais, econômicas, sociais e políticas, conquistas e conflitos. Com isso,

nossas memórias estão sendo silenciadas e apagadas do rol de informações significativas, e não proporcionarão às futuras gerações o acesso à informação e ao conhecimento.

No Brasil, percebemos que mesmo com amparo legal e avanços na preservação do patrimônio cultural, aí incluso o patrimônio documental, é notável a lacuna encontrada entre o que deveria acontecer e o que efetivamente acontece em relação à guarda e preservação dos acervos e suas coleções documentais. Mesmo existindo movimentos por meio de arquivos, bibliotecas, centro de memórias, centro de documentação e museus, que defendem a prática da gestão e da preservação dos suportes originais analógicos até a preservação digital, é vista a displicência, tanto em instituições públicas como privadas, no que se refere à guarda e preservação do patrimônio documental. Segundo Tanno (2018), nas instituições estaduais, “(...) tal preocupação consubstancia-se nos arquivos de cada unidade federativa, nos inúmeros municípios o mesmo não se verifica. Ao contrário, os documentos permanentes advindos das administrações municipais, em geral, não têm como destino um arquivo municipal”. (TANNO, 2018, p.90)

O patrimônio documental de acordo com Peregrino (2013) é uma das categorias do patrimônio cultural, e é entendida como transversal a todas as demais. Este dado é ratificado quando lidamos com sua demarcação, através de registros e seus tipos documentais sejam no patrimônio material ou no patrimônio imaterial no que se refere aos ambientes arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos. A questão referente ao patrimônio documental é observada por Rodrigues (2016) por estar relacionada ao valor cultural, histórico e até mesmo estético de um acervo ou das coleções documentais (fundos arquivísticos).

Na tese “Memórias em disputa: a Unesco e a patrimonialização de acervos documentais”, de Hilário Pereira Filho (2018), vemos que o ‘Programa Memória do Mundo’⁵³, criado em 1992, teve como objetivo principal a valoração direcionada aos acervos documentais. Esse Programa da Unesco foi agregado a duas ações “estratégias” que estavam em uso no Brasil: o Decreto-lei n° 25, de 1937, que institui o tombamento⁵⁴ e a Lei n° 8.159, de 1991, que estabelece

⁵³ Programa Memória do Mundo (MoW) foi criado pelo Diretor-Geral da UNESCO Frederico Mayor Zaragoza, que devido sua preocupação e atenção aos documentos e livros destruídos na Guerra da Bósnia em 1992 onde Biblioteca de Sarajevo teve maiores perdas. O Diretor Frederico teve a consciência de que a maior parte da memória dos povos está contida em documentos bibliográficos e arquivísticos, em sua maioria em suportes fisicamente vulneráveis, guarda inadequada, guerras, e roubos, assim necessitando de sua preservação e acesso público. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/o-que-e-o-programa-memoria-do-mundo. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁵⁴ Conforme Profa. Sônia Rabello define o tombamento como “a forma mais antiga e consolidada de preservação do patrimônio cultural”, e que após a criação via Decreto-lei n° 25/1937, “foi recepcionado pela Constituição de 1988, na qual o conceito ampliado de patrimônio cultural insere esse instrumento como uma espécie dentre as diversas do gênero da preservação, dirigido a determinados tipos de bens” (RABELLO, 2009, p. 1).

a declaração de interesse público e social dos arquivos públicos e privados. O Decreto-Lei é um dispositivo legal que se consolidou como marca de atuação do Iphan em nível federal, ampliando-se para as esferas regionais ligadas às secretarias de cultura dos estados e municípios. A Lei é um instrumento conhecido como ‘Lei de Arquivos’, que prevê a “(...) gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” determinados pelo Poder Público. (BRASIL, 1991, online)

O elo identificado entre estes dispositivos legais e estratégicos, é que o ato do tombamento se apresenta mais difundido e praticado diante de bens culturais a serem protegidos, ao passo que a declaração de interesse público e social faz convergência ao campo arquivístico de forma isolada e ainda não há um dispositivo legal que contextualize aos mesmos as disposições previstas nestas legislações, já que há aspectos legais no patrimônio e na arquivologia, mas o trabalho acontece de forma isolada nas áreas quando se poderia haver parcerias. Segundo Pereira Filho (2018), durante a trajetória do Iphan poucos foram os acervos de arquivos e bibliotecas das instituições que foram tombados, e quando este fato aconteceu, o acervo arquivístico estava incluído como um acervo bibliográfico. Na maior parte das vezes, esses mesmos bens receberam tal proteção jurídica por estarem situados no interior de imóveis de interesse arquitetônico (igrejas, museus, unidades militares e outros), e muitas vezes nem se tinha conhecimento ou informação documentada a respeito dos acervos arquivísticos existentes e potenciais bens a serem tombados. No caso da Fiocruz, cujo patrimônio cultural arquitetônico é importante para a noção de patrimonialização do bem construído, foi incorporada a noção de patrimônio para seus acervos e coleções documentais.

Na tese de Pereira Filho (2018) se observa o dado referente aos bens tombados que correspondem ao total de 1.263 até o ano de 2018. Todavia vale destacar que 22 bens deste total significativo estão contemplados na categoria “Coleções e Acervos” e somente cinco se aproximam das características de documentação bibliográfica e/ou arquivística. São estes: Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente, no Rio de Janeiro; Pergaminhos do Torah também foram contemplados, mas foram destruídos no incêndio do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2018; Coleção Mário de Andrade, do Instituto de Estudos do Brasil e Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, pertencente ao Centro Cultural São Paulo, ambos no Estado de São Paulo; e por último, as Partituras de Villa-Lobos, depositadas no Museu Homônimo, pertencente ao Ibram. Estas instituições fazem parte das instituições custodiadoras de arquivos com cadastro no CODEARQ, do qual fazem parte as

unidades técnicas e científicas COC e ICICT, sendo esta última devido ao Acervo do Vídeo Saúde.⁵⁵

O interesse aqui não é questionar ou esgotar o tema desses tombamentos, mas refletir sobre se tornar acervos arquivísticos e bibliográficos de forma individual, desvinculados dos imóveis tombados. Essa prática do Iphan traz a urgência de se discutir a pouca interação a respeito das “(...) políticas de valorização de arquivos com instituições como o Arquivo Nacional, [e] não se observou uma política institucional nessa direção e sim ações restritas às iniciativas de agentes que transitavam pelos campos arquivístico e do patrimônio, seja ele documental e/ou cultural⁵⁶.” (PEREIRA FILHO, 2018, p. 176)

Em 1987, quando o Pró-Documento pertencia à estrutura da Fundação Nacional Pró-Memória, Solis e Ishaq (1987) argumentaram que mediante a elaboração de instrumentos de trabalho e de pesquisa, tais como inventários e/ou manuais, se garantiu a inserção desses acervos e suas coleções documentais no circuito científico cultural através de uma ampla divulgação de seu conteúdo e da própria instituição. A importância desses instrumentos mencionados apenas se manifesta quando a documentação a que se refere recebe o tratamento arquivístico. O tombamento e outras medidas legais nesse sentido permanecem como instrumentos válidos para casos extremos, quando exista risco iminente e/ou para acervos notadamente exemplares, visto que:

A proteção documental, contudo, só será viável se formos capazes de envolver a sociedade civil nesta tarefa, o que, por sua vez, dependerá de uma ação sistemática e continuada do Estado, através do sistema Sphan/PróMemória, no momento do inventário dos acervos documentais e no apoio à sua preservação em contrapartida à permissão do acesso público a essas fontes, pois informação é um bem público, ou precisa ser. (SOLIS; ISHAQ, 1987, p. 190)

O Arquivo Nacional não é mencionado de forma explícita pelas autoras ao se falar sobre tombamentos e seus acervos, pela falta de alinhamento entre as instituições Fundação Nacional Pró-Memória e o Arquivo Nacional, no que se refere às questões de acervo e coleções

⁵⁵ Denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ). Disponível em: [Cadastro nacional de entidades custodadoras de acervos arquivísticos — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/cadastro-nacional-de-entidades-custodadoras-de-acervos-arquivisticos). Acesso em: 05 fev. 2022.

⁵⁶ A Resolução do Conselho Consultivo do Iphan de 13/08/1985 estabeleceu que todos os acervos de bens móveis localizados nos interiores de bens tombados desde 1938, passariam a ter a mesma proteção jurídica. Uma versão adaptada da tabela, destinada ao público geral e com dados mais enxutos, encontra-se disponível no portal do Iphan: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>. As 16 categorias de bens culturais estipuladas são: bem paleontológico; bens móveis e integrados; Coleções e Acervos, Coleções e Acervos Arqueológicos; Conjunto Arquitetônico; Conjunto Rural; Conjunto Urbano; Edificação; Edificação e Acervo; Equipamentos e Infraestrutura urbana; Jardim Histórico; Quilombo; Ruína; Sítio Arqueológico; e Terreiro.

documentais nacionais na década de 1980. Isto porque estas instituições trabalhavam com ações no campo da arquivísticas, mas não havia troca profissional nem difusão de conhecimento, que poderia se dar com publicações destas instituições. Porém, havia uma conscientização de que a indicação para o tombamento só viria em situações especiais e por isso, eram esparsas as demandas sociais de patrimonialização dos acervos arquivísticos.

O Processo de Tombamento no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) teve um pedido de abertura e, com isso, conquistou a legitimidade entre as instituições de memória correspondentes a guarda de acervos no Estado do Rio de Janeiro. Em um documento como uma carta do professor Luiz Cristiano Oliveira Andrade dirigida ao Conselho Estadual de Cultura, este argumenta sobre as razões em ter solicitado proteção especial para os “(...) acervos arquivísticos e bibliográficos que estavam sob jurisdição federal: ao lado da sua exuberante paisagem natural e dos seus exemplares arquitetônicos, a cidade do Rio se mostrava como ‘capital cultural do país’”. (PEREIRA FILHO, 2018, p.177). De acordo com Pereira Filho, no caso do Rio de Janeiro, os acervos ajudam a constituir a cidade e são ao mesmo tempo, constituídos por ela; esta história ainda atualmente se confunde com a própria história da nação “(...) a própria dinâmica estabelecida entre pesquisadores e estudiosos nessas instituições de memória, merecia ser destacada como fator que impedisse a transferência de acervos para Brasília, mudança aventada para alguns órgãos como o Iphan.”. (PEREIRA FILHO, 2018, p.177-178)

A patrimonialização de acervos foi objeto de discussão em reunião da Unesco em 2005, ocorrida na Colômbia para tratar do ‘Programa Memória do Mundo’ e a partir deste evento, o Conarq pontuou várias discussões a este respeito, sobretudo em relação aos acervos arquivísticos públicos pelos órgãos de patrimônio em âmbito nacional, estadual e municipal.

A função primordial das instituições arquivísticas é a guarda, gestão e preservação do patrimônio arquivístico público para garantir o direito dos cidadãos ao acesso à informação. Com Le Goff (1990), no texto Documento/Monumento, se entende que os documentos [de arquivo] têm sua origem na observação pouco transparente dos órgãos de patrimônio sobre seu papel, práticas e funções, sejam estes arquivos públicos sejam privados.

De todo modo, o Conarq (2004) elabora um documento para esclarecimentos gerais, definindo o que é documento público e quais as categorias de valor o caracteriza, como também divulgar a legislação arquivística brasileira em contrapartida da legislação sobre patrimônio. Na mesma legislação sobre patrimônio também foi incentivada a criação de sistemas de arquivos para execução das políticas públicas nas esferas de sua competência, justificado e determinado o que possa inviabilizar ou dificultar o tombamento impróprio e indevido.

A partir da tese de Pereira Filho (2018) se constata uma justificativa para os entraves relativos ao patrimônio arquivístico ou patrimônio cultural dos arquivos com os órgãos de políticas culturais, pois estas tensões contrariam as funções primordiais dos arquivos (preservar e dar acesso) e é como se estas práticas inviabilizassem a compatibilização das funções e sua gestão de acervos tombados. O curioso é que mesmo com a integração do AN ao Conarq, ainda não se consegue fazer uma parceria entre Conarq, Inepac e Iphan, deixando transparecer um campo arquivístico permeado de conflitos; a busca por um consenso se pode ter no exemplo com o Conarq (2004) que busca criar um cenário inédito ou de controle e, por coincidência ou não, o AN por estar integrado ao Conarq.

O artigo 1º, da Lei nº 8.159, de 1991 dispõe que boa parte dessa estratégia perpassa pela tentativa de reconhecimento e que ainda é enxergado como excluído pelas políticas públicas no Brasil. Podemos constatar tal fato quando observamos os recursos financeiros reduzidos para projetos de preservação de arquivos. Talvez por se tratar de políticas patrimoniais em disputa no campo arquivístico, o tombamento ainda é um processo de muito debate e constante construção para o trabalho com os acervos documentais⁵⁷.

Falar de patrimônio implica em tensões e o mesmo ocorre entre os campos arquivístico e patrimonial quando órgãos preservacionistas como Inepac e Iphan, deixam sobressair interferências políticas na valorização de acervos, ainda que tenha pouca utilização do dispositivo legal já bastante consolidado no país, o Decreto-lei nº 25, de 1937.

Pereira Filho (2018) relata os cinco pedidos de tombamentos de acervos arquivísticos que o Iphan realizou e que são: 1. Arquivo Nacional; 2. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis; 3. Arquivo Central do Iphan - Seção RJ; 4. Acervo Arquivístico e Bibliográfico do Museu Histórico Nacional e 5. Arquivo Histórico do Exército, como também o Acervo Cartográfico da Mapoteca do Itamaraty e o Serviço de Documentação da Marinha. Todos pertencem às instituições públicas e foram inscritos nos Livros do Tombo sem causar maior repercussão de tal processo, como o que foi observado no tombamento estadual do Inepac para o conjunto de 11 acervos situados no Estado do Rio de Janeiro. O diferencial de que o próprio acervo do AN estava sendo tombado seria suficiente para iniciar toda a polêmica e foi o que aconteceu. Contudo, essa reação generalizada dos agentes do campo arquivístico demonstra uma postura coletiva, acordada no plenário do Conarq, com vistas a garantir a soberania e o

⁵⁷ A Lei de Arquivos de 1991, promove a declaração de interesse público e social dos arquivos privados, sejam acervos pessoais ou institucionais, consiste num instrumento valorativo previsto e traz a exigência de que "os acervos sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional".

monopólio dos agentes e das instituições arquivísticas nas decisões que chancelam os acervos merecedores de distinção.

O Decreto nº 4.073 de 2002, regulamentou a Lei de Arquivos e atribuiu ao Conarq uma série de tarefas relativas à política nacional de arquivos; em 2004, o Acervo Glauber Rocha foi o primeiro a ser reconhecido como de interesse público e social. Entre 2004 e 2016, podemos destacar os seguintes arquivos: Oscar Niemeyer, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro e Abdias do Nascimento, que foram identificados como de interesse público e social. Outro instrumento legal é o Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, que estabelece uma conquista e decisão regulatória nesse campo por ser um importante instrumento de preservação dos arquivos pessoais no Brasil.

O Conarq nomeou uma comissão de profissionais especializados para visitar os locais de guarda que pudesse analisar, avaliar e votar se as instituições teriam seu acervo tombado. Caso fosse deferido, se daria o trâmite administrativo que culmina na publicação do decreto do presidente da República, responsável por reconhecer o título do acervo avaliado. Porém, existe uma contradição no Decreto nº 4.073/2002, quando afirma que “(...) são automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público”⁵⁸. (BRASIL, 2002, online)

Luciana Heymann (2009) afirma a necessidade de se jogar luz nesta discussão sobre os processos de patrimonialização conduzidos pelos setores responsáveis de natureza pública, pois é preciso valorizar, proteger e preservar os acervos documentais no país. A autora designa esta tarefa como de operações de monumentalização:

Ao ser concedido chancelas que atestam valor e conseqüentemente atribuem valor de determinados acervos, tais operações, além de instituírem o valor que pretendem destacar, validam e legitimam os agentes sociais na sua descrição, conservação e difusão. Assim sendo será privilegiado, na análise e validação, o processo de nomeação de acervos ao Registro Nacional de Programa de Memória do Mundo da Unesco. (HEYMANN, 2009, p.1-2)

De acordo com Pereira Filho (2018) tal situação ainda não se aplica aos 15 acervos que já receberam parecer favorável da Comissão do Conarq para sua patrimonialização e aqui citaremos 11 destes que são o acervo de Barbosa Lima Sobrinho; Associação Brasileira de Educação; Glauber Rocha; Atlântida Cinematográfica; Darcy Ribeiro; Berta Gleizer Ribeiro; Oscar Niemeyer; Abdias Nascimento; César Lattes; Paulo Freire; Cúria Diocesana de Nova Iguaçu; dentre outros. Porém, alguns impasses ocorrem quando o Inepac regulamenta o

⁵⁸ Trecho do artigo 12, da Lei Federal nº 8.159, de 1991. Trata-se do acervo documental privado de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, cuja instituição custodiadora é o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho.

tombamento coletivo de arquivos e bibliotecas, tais como a carência de profissionais especializados na área de arquivo ou biblioteca, e de recursos financeiros para tratar tecnicamente tais acervos.

O ato de se tombarem acervos concentra-se quando estes são públicos, ou seja, se há visibilidade de sua existência no meio social e acadêmico, esta gera a necessidade de tombá-los, se tem importância do fato de que nestas instituições públicas existirem profissionais do campo da arquivística que chamam a atenção sobre a importância de tais acervos e sua preservação. Dito isto o esclarecimento é que o tombamento seria a concretização da indicação destes profissionais especializados que detêm a sabedoria para definir quais acervos públicos são passíveis de patrimonialização.

Vale destacar que instrumentos como a nomeação do MOW (Memory of the World Programme), Declaração do Conarq e o Tombamento Iphan e/ou Inepac, são inclusivos, interagindo e integrando suas ações, e desta forma podem existir casos em que os acervos agregam tais nomeações simultaneamente (Pereira Filho, 2018). A nomeação Memória do Mundo dada pela Unesco passou a ser utilizada frequentemente como a alternativa mais viável para a patrimonialização de acervos arquivísticos em território nacional. Esse dado esclarece o porquê do MoW ser tão imbricado aos acervos e coleções documentais, sendo um dos motivos por se distanciar das tensões existentes com órgãos de preservação no Brasil e estes têm o respaldo de uma organização significativamente considerada no campo do patrimônio internacional e também legitima a atuação de proteção aos arquivos diante dos bens culturais e patrimoniais considerados pelo Conarq a partir de sua especialidade.

Por fim, no que se refere aos aspectos legais que permeiam nos campos do patrimônio e arquivo, e não menos importante, temos a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A chamada ‘Constituição Cidadã’ emprega o termo Patrimônio Cultural e o legitima, conforme seu artigo 216º, que o definiu como “(...) bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, online).

Em relação à essa discussão e a COC, sua Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde estabelece seis programas de preservação e gestão: Programa de incorporação, Programa de processamento técnico, Programa de conservação e restauração,

Programa de segurança, Programa de acesso, empréstimo e reprodução e Programa de difusão cultural comum aos acervos sob sua guarda⁵⁹.

Pinheiro (2017) relata aspectos importantes da história e da criação da Fiocruz, que se deu em 1900, para fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica e a febre amarela e denominada Instituto Soroterápico Federal. A Fiocruz hoje vincula-se ao Ministério da Saúde e atua como instituição pública dedicada à pesquisa, ao ensino, à extensão, ao desenvolvimento tecnológico, como também aos serviços de referência e atenção à saúde pública. Os cientistas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas são alguns dos pesquisadores que atuaram em seu período de criação e consolidação, tendo uma contribuição inequívoca para a história das ciências e da saúde do Brasil.

A instituição tem cooperação com parceiros de outros países e se configura como espaço de constituição e guarda de expressivos bens culturais e patrimoniais, representados por seus acervos arquitetônicos e urbanísticos; arqueológicos; arquivísticos; bibliográficos, biológicos e museológicos. Em seus primeiros anos de atuação, o então Instituto Oswaldo Cruz, criou um museu voltado para suas futuras coleções biológicas e posteriormente um outro dedicado à Memória de Oswaldo Cruz, que faleceu em 1917.

Vale lembrar que na segunda metade dos anos 1980, destaca-se a criação de duas unidades técnico-científicas na Fiocruz: a primeira delas com a missão de preservação do patrimônio e da memória institucional e das ciências da saúde, que é a COC, e a outra responsável por coordenar as várias bibliotecas e a conservação de seus acervos bibliográficos, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). A criação dessas áreas de trabalho e pesquisa expressou algumas mudanças de direção neste processo e na cultura organizacional da instituição, sendo relevantes como reafirmação do posicionamento político adotado pela Fiocruz, desde sua origem até a preservação de seu patrimônio cultural.

A partir de 2008, a COC assumiu a responsabilidade de (re)formular e desenvolver um projeto institucional que integrasse, interligasse e modernizasse as infraestruturas, como também as práticas de guarda dos acervos culturais e científicos da Fiocruz, preservando a autonomia das diferentes unidades envolvidas. Essa iniciativa passou a ser denominada em 2014, como Complexo ‘Preservo’. A política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde se refere aos acervos sob responsabilidade da COC e que foi uma experiência fundamental para se conceber teoricamente o que seria o Preservo e a metodologia

⁵⁹ Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 21 maio 2022.

adotada para desenvolvimento das políticas, dos programas, manuais e planos de preservação de acervos da instituição que a sucederam. Para melhor exemplificar como está organizada no Preservo a dimensão de constituição de documentação estruturante, podemos observar, onde o conceito adotado é o de que uma política pode ser constituída por outras políticas mais específicas, e por programas, planos, manuais. (FIOCRUZ/COC, 2013, online)

Pinheiro (2017) elucida que para o desenvolvimento da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, havia algumas questões iniciais a serem consideradas e podemos destacar as três principais. A **primeira** é que as políticas de acervos despertam ao mesmo tempo, interesse e incompreensão sobre seu alcance e significado, e para isso é importante diferenciar o que se trata de políticas de patrimônio cultural que estejam na esfera pública ou que reflitam na sociedade, das que estão circunscritas a uma instituição. A **segunda** questão é a inexistência de padrão para a elaboração de políticas desse tipo, evidenciada pela diversidade de formatos e conteúdos identificados durante a fase de levantamento de referências bibliográficas. E até o momento, a **terceira** e última, mais direcionada à realidade da COC, se refere ao processo histórico de organização e constituição das áreas da unidade ligadas à preservação das diferentes tipologias de acervos.

Os estudos de Mirjan Foot trazem luz à pesquisa de Pinheiro (2017, p.78) quando este afirma que: “(...) sobre as políticas de preservação que se constituam em plano de ação, devem constar os seguintes critérios, o que deve ser preservado e o porquê, para quem, por quem e por quanto tempo”. Pinheiro concorda com ela que afirma ser a política sinal de responsabilidade e de intenção dos gestores com financiadores e usuários, “(...) o que difere de uma estratégia de preservação, que deve considerar: como fazer; quando; em que prioridade”. (PINHEIRO, 2017, p.78). Essa diferença propiciou a divisão desta política na COC em relação à tipologia de seus acervos e coleções documentais. Conseqüentemente se evidencia por programas mais específicos tratando desde a “(...) incorporação até o acesso aos acervos, passando por tratamento técnico, conservação etc. Essa fase exigiu o esforço de todas as partes para estabelecer consensos em relação às terminologias a serem adotadas” (PINHEIRO, 2017, p.78).

Após a aprovação desta política, ela foi publicada e atualizada no portal da COC (www.coc.fiocruz.br), sua implantação trouxe resultados de diferentes ordens para a instituição, sendo um dos mais significativos a constituição da Comissão Permanente de Acervos, que avalia a incorporação de novos acervos à COC. Outro resultado importante foi a constituição

de um Grupo de Trabalho⁶⁰ responsável pela elaboração da política de constituição, preservação, gestão integrada e difusão dos acervos científicos e culturais da Fiocruz.

De acordo com Fiocruz (2020) esse Grupo de Trabalho foi criado pelas Portarias 265/2016-PR, de 17/03/2016, e 407/2017-PR, de 23/03/2017, e teve a colaboração de dois grupos já existentes: Grupo de Trabalho para formulação do Plano de Preservação Digital da Fiocruz (Portaria 061/2014-PR, de 16/01/2014, e Portaria 405/2017-PR, de 23/03/2017) e Grupo de Trabalho para estabelecimento de padrões e normas para edificações e infraestruturas que abrigam acervos científicos e culturais (Portaria 062/2014-PR de 16/01/2014 e Portaria 406/2017-PR de 23/03/2017), e atua na conservação preventiva e na gestão de riscos dos acervos.

Nos aspectos conceituais vale mencionar que as pesquisas no campo do patrimônio têm uma definição a respeito da terminologia ‘documento sonoro’ que se aproxima do campo da arquivologia, já que neste segundo campo não são elaboradas políticas próprias para organização, tratamento e preservação de documentos sonoros. No campo do patrimônio essa conceituação ainda se refere ao documento sonoro de maneira abrangente, uma vez que inclui os arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Na arquivologia, até mais ou menos a década de 1990, os documentos sonoros eram considerados e tratados como documentos especiais, categoria na qual estavam inclusos documentos iconográficos, audiovisuais e tridimensionais.

O Arquivo Nacional define documento como “(...) unidade de registro de informações, qualquer que seja seu formato ou seu suporte.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73) e complementa informando sua classificação, que pode ser de acordo com o gênero documental (documento audiovisual, documento iconográfico, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento digital, documento iconográfico, documento sonoro, dentre outros).

Na obra de Joan Reitz “*Dictionary of library...*” traduzida por Márcia Carvalho Rodrigues (2016), a autora define documento como “(...) um termo amplo para uma entidade física que consiste em qualquer substância na qual é registrada a totalidade ou uma porção de uma ou mais obras com o propósito de transmitir ou preservar o conhecimento.” (RODRIGUES, 2016, p.111). Rodrigues também informa que os teóricos da comunicação definem documento como “(...) o “meio” através do qual uma “mensagem” (informação) é comunicada e “(...) formatos de documentos incluem manuscritos, publicação impressa (livros, folhetos, periódicos, relatórios, mapas, gravuras), mídias não impressas e recursos eletrônicos”. (RODRIGUES, 2016, p.111)

⁶⁰ Em 2013, temos a primeira edição de “Política de Acervos...”, iniciativa da Câmara Técnica de Informação e Documentação da COC e da Sub-Câmara de Patrimônio Cultural.

Cunha; Cavalcanti (2008) apresentam uma série de definições baseadas por teóricos de épocas distintas sobre o termo documento é uma unidade de registro de informações e vai ao encontro ao Arquivo Nacional e sua proposta de uma classificação dos documentos de acordo com sua tipologia.

Rodrigues (2016) reitera que nos dicionários específicos em pesquisas realizadas com o termo patrimônio documental, os resultados apontam para o conceito de “patrimônio arquivístico”; se pelo termo patrimônio bibliográfico, os resultados remetem para a expressão “acervo”. Estes resultados confirmam a relação acirrada no campo do patrimônio em função das ligações entre a composição do tipo de patrimônio e o gênero documental.

Como exemplos, temos o site do IPHAN⁶¹ onde encontramos o termo ‘documento’ no *Dicionário do Patrimônio Cultural do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em dois verbetes: ‘documentação’ e ‘bem cultural’.

No verbete documentação, Pereira Filho (2015) informa que o tombamento de acervos documentais não é prática recorrente nas instituições de patrimônio em função da gestão documental. Esta, quando bem estruturada e aplicada, selecionará os documentos classificados como permanentes, considerando a tabela de temporalidade própria, como a da Fiocruz ou a do AN. O ato de se tomar e atribuir valor à documentação ocorre em situações de impulsionar os acervos considerados representativos ou em situações de risco iminente por perda, dentre outros. Iniciativas como as do Programa Memória do Mundo têm lançado luz sobre o patrimônio documental considerado ‘em perigo’ e que seja ‘valeroso’, como uma forma de sensibilizar sua preservação, pois é apontado como valor cultural dos povos. (PEREIRA FILHO, 2015, online)

E no verbete ‘Bem Cultural’, os autores Carsalade (2015) e Guedes; Maio (2016), afirmam que o objetivo de reuniões internacionais no campo do patrimônio era encontrar formas de regulação em meio a episódios extremos, como guerras, por exemplo, que poderiam gerar prejuízos ao patrimônio, e proteger os objetos e as instituições. Desta forma, se delimitou paulatinamente a elaboração e o emprego da expressão *bem cultural*, que englobava propriedades particulares ou do estado, constituídos por edifícios e “(...) objetos relacionados às artes, à ciência, à educação, à história, incluindo, também, outros ramos de conhecimento, quando envolvia arquivos, bibliotecas e coleções” (CARSALADE, 2015, online; GUEDES; MAIO, 2016, online).

61 <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>. Acesso em: 17 maio 2021.

As autoras Rodrigues (2016) e Loureiro (2020) apontam a conceituação de patrimônio documental, que vai ao encontro da tradução feita por Bustamante, do documento “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental”, do PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO (2002), que ratifica que o patrimônio documental pertencente a todos e por todos deve ser completamente preservado e protegido. Em outros autores, patrimônio documental é aquele que: “(...) se encontra em bibliotecas e arquivos [e] que constitui uma parte primordial desta memória [do mundo] e que reflete a diversidade dos povos, das línguas e das culturas”. (PALMA PEÑA, 2011, p.294)

Márcia Carvalho Rodrigues (2016) afirma que a criação do Programa Memória do Mundo foca em três especificações principais: “a) possibilitar a conscientização mundial da existência e importância do patrimônio documental; b) facilitar o acesso universal ao patrimônio documental e c) facilitar a preservação do patrimônio documental mundial através de técnicas adequadas” (PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO, 2002, p. 6). Esta diretriz funciona com ações estabelecidas em uma rede de práticas complementares entre si, a partir de critérios de avaliação por ordem de importância mundial do patrimônio documental. Tais critérios são definidos da seguinte forma:

1. Critério – **tempo**: A idade, em termos absolutos, não converte um documento em importante, mas cada documento é um produto de seu tempo. Alguns documentos evocam especialmente sua época, que pode ter sido de crise, ou de mudança social ou cultural significativa. Um documento pode representar um novo descobrimento ou ser o “primeiro de seu tipo”.
2. Critério – **lugar**: O lugar de criação é um atributo chave de importância. Pode conter informação fundamental sobre uma localidade importante na história e na cultura mundial, ou a própria localização pode ter exercido uma influência decisiva nos acontecimentos ou fenômenos representados pelo documento. Pode descrever entornos físicos, cidades ou instituições desaparecidas desde então.
3. Critério – **pessoas**: O contexto social e cultural de sua criação pode refletir aspectos significativos do comportamento humano, ou circunstâncias sociais, industriais, artísticas ou políticas. Pode captar a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou regressões. Pode mostrar o impacto de indivíduos ou grupos chave.
4. Critério – **assunto e tema**: O assunto pode referir-se a fatos históricos específicos ou desenvolvimentos intelectuais relacionados com as ciências naturais, sociais e humanas, a política, a ideologia, o esporte e a arte.
5. Critério – **forma e estilo**: O elemento pode possuir um notável valor estético, estilístico ou linguístico, ser um exemplar típico ou chave de um tipo de apresentação, costume ou meio, ou de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento. (PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO, 2002, p. 25)

Márcia Carvalho Rodrigues (2016) chama a atenção de que, para além destes cinco critérios, se deve observar as seguintes características: autenticidade do documento e/ou da

coleção documental, raridade, a possibilidade de ameaça ao bem ou à coleção de bens e previsão de implantação de um plano de gestão (de risco) elaborado pela instituição.

É importante para esta dissertação e vai ao encontro de minha formação em Biblioteconomia é que, direta ou indiretamente, os cinco critérios apontados pelo Programa Memória do Mundo dialogam com a Teoria da Classificação de Shiyali Ramamrita Ranganathan, disciplina obrigatória em nossa formação. Nesta Teoria, seu criador propôs um esquema classificatório pautado em categorias fundamentais que permitiriam classificar qualquer universo de assuntos: “As categorias fundamentais exercem como o primeiro corte classificatório estabelecido dentro de um Universo de Assuntos.” (CAMPOS, 2001, p.55)

As categorias fundamentais definidas por Ranganathan são: Personalidade (P), Matéria (M), Energia (E), Espaço (S) e Tempo (T), conhecidos como PMEST. Tais categorias estão contempladas nos cinco critérios de seleção da UNESCO e também são adotados tanto pelos arquivos quanto pelas bibliotecas.

Na tentativa de esclarecer sobre o patrimônio documental, Rodrigues (2016) direciona para a compreensão de que as políticas públicas e suas leis são os instrumentos que providenciam a preservação e proteção do patrimônio de cada país. Como exemplo, podemos citar a Espanha que através da Lei nº 16, de 25 de junho de 1985, delimita o que corresponde ao patrimônio documental e ao patrimônio bibliográfico. Esta diferenciação se faz pela tipologia documental que orienta que tudo que esteja relacionado ao patrimônio histórico espanhol, está identificado como patrimônio documental; patrimônio bibliográfico se refere aos acervos de arquivos, bibliotecas e museus.

Ainda a respeito da legislação espanhola, patrimônio documental é tratado da seguinte forma:

1. Entende-se por documento, para os efeitos da presente Lei, toda expressão em linguagem natural ou convencional e qualquer outra expressão gráfica, sonora ou em imagem, recolhidas em qualquer tipo de suporte material, inclusos os suportes informáticos. Excluem-se os exemplares não originais de edições.
2. Formam parte do Patrimônio Documental os documentos de qualquer época gerados, conservados ou reunidos no exercício de sua função por qualquer organismo ou entidade de caráter público, pelas pessoas jurídicas em cujo capital participe majoritariamente o Estado ou outras entidades públicas e pelas pessoas privadas, físicas ou jurídicas, gestoras de serviços públicos no que se relacione com a gestão destes serviços.
3. Formam, igualmente, parte do Patrimônio Documental os documentos com uma antiguidade superior a quarenta anos, gerados, conservados ou reunidos no exercício de suas atividades pelas entidades e associações de caráter político, sindical ou religioso e pelas entidades, fundações e associações culturais e educativas de caráter privado.

4. Integram, também, o Patrimônio Documental os documentos com uma antiguidade superior a cem anos, gerados, conservados ou reunidos por quaisquer outras entidades particulares ou pessoas físicas.

5. A Administração do Estado poderá declarar constitutivos do Patrimônio Documental aqueles documentos que, sem alcançar a antiguidade indicada nos apartados anteriores, mereçam esta consideração. (RODRIGUES, 2016, p.113)

Em território espanhol, o patrimônio documental arquivístico contempla a documentação com características de antiguidade e critérios de caráter público e/ou privado do sujeito produtor ou responsável pelo acervo ou coleção documental. E no patrimônio bibliográfico, chama a atenção:

para o fato de desconsiderar as obras publicadas a partir de 1958 como parte integrante do patrimônio, uma vez que foi neste ano que se criou a lei do depósito legal na Espanha. Outra observação a ser feita diz respeito aos tipos de obra que poderão vir a ser considerados patrimônio bibliográfico: livros e materiais audiovisuais. (RODRIGUES, 2016, p.114)

E já no contexto latino-americano, temos o caso da Colômbia que se ampara na Lei nº 1.379, de 15 de janeiro de 2010, que, em seu artigo 2º, descreve patrimônio documental nacional como:

Conjunto de obras ou documentos que conformam uma coleção nacional, que inclui as coleções recebidas por depósito legal e toda obra que se considere herança e memória, ou que contribua para a construção da identidade da Nação em sua diversidade. Inclui livros, folhetos e manuscritos, microformas, material gráfico, cartográfico, seriado, sonoro, musical, audiovisual, recursos eletrônicos, dentre outros. (RODRIGUES, 2016, p. 115)

A definição colombiana para patrimônio documental difere das definições dadas pela Unesco e Espanha. A Unesco defende a seleção de bens com base na sua excepcionalidade; já a legislação espanhola, apesar de mais criteriosa no sentido de diferenciar as áreas do patrimônio em bibliográfico e documental, também tende para a antiguidade e a raridade e exclui os livros oriundos de doação, via depósito legal. A Colômbia, por sua vez, considera patrimônio documental nacional toda a produção intelectual originada no país, acrescida de obras cujo valor intrínseco venha a contribuir para a formação da identidade nacional, sem fazer distinção entre os gêneros documentais (documentos de arquivo ou de biblioteca).

Ao observar as definições apresentadas anteriormente, não se pode deixar de considerar o fato da Unesco por se tratar de entidade de atuação internacional, quando elabora uma definição de patrimônio documental busca incluir o patrimônio cultural mundial, observando as particularidades de cada país e de seus patrimônios documentais nacionais. Daí a diferença exacerbada em relação à definição proposta pela Colômbia, que busca enaltecer a produção documental nacional, sendo este um dos objetivos fundamentais das bibliotecas nacionais,

consolidado especialmente pela prática do depósito legal. A legislação espanhola é também bastante generalista em suas definições, porém desconsidera a produção intelectual recente como parte do patrimônio documental nacional.

Rodrigues (2016) refere-se à descrição do patrimônio documental como aquele constituído por livros e documentos que estão armazenados em arquivos e bibliotecas. Segundo ela, os arquivos:

[...] acolhem, essencialmente, os fundos denominados documentais e são produtos da atividade administrativa de diversas instituições. Os segundos se ocupam dos fundos bibliográficos, e sua origem se encontra, normalmente, na atividade criadora do homem. (RODRIGUES, 2016, p.116)

Já Claudia Bazán e Patricia Monsalvo (2009) estudam a legislação argentina e definem como patrimônio cultural como aquele que abriga os documentos representantes de algo inventado pela humanidade no sentido de valorizar e transmitir conhecimentos às futuras gerações e como prova factual. Segundo elas, ele é concebido em uma dimensão tripla que compreende o suporte físico, a criação intelectual e a mensagem informativa que carrega, sendo seu significado constantemente atualizado no processo de comunicação. Assim, o documento é uma fonte permanente de informação, além de representar a memória da cultura humana e o “(...) testemunho dos acontecimentos da história, da vida contemporânea e do trabalho global da sociedade. Esta é a razão pela qual deve ser conservado e protegido”. (BAZÁN; MONSALVO, 2009, online)

Elas diferenciam os documentos de biblioteca dos documentos de arquivo de maneira bastante simplista: o conjunto de documentos gerados por um país se constitui dos que são publicados e dos inéditos. Assim, defendem a ideia de que as instituições responsáveis pela salvaguarda destes, seriam, respectivamente, as bibliotecas nacionais e os arquivos nacionais, salvo exceções onde há uma mescla entre estes, publicados ou inéditos.

Rosa María Fernández de Zamora (2009), que analisa o panorama do México, define a categoria de patrimônio documental como um conjunto de bens culturais que herdamos do passado e aquele que é criado pela própria geração em seu cotidiano. Isso porque, segundo ela, o patrimônio documental não se refere especialmente a documentos e livros antigos “(...) senão a todo documento de caráter singular, único ou valioso, do presente ou do passado porque patrimônio pode ser também o que estamos criando e deixaremos para as gerações futuras”. (FERNANDEZ DE ZAMORA, 2009, p.2)

Já Orlanda Jaramillo; Sebastián Marín-Agudelo (2014) afirmam que o patrimônio bibliográfico contempla características como originalidade, autenticidade e unicidade. Cabe considerar que no Brasil tais características também correspondem à função do documento

arquivístico, quer seja representante ou nato digital. Segundo Rodrigues (2016), o Brasil é o primeiro país latino-americano a ter um órgão público destinado à preservação e proteção do patrimônio artístico nacional, que foi o SPHAN, criado em 1937.

As pesquisas bibliográficas referentes aos assuntos patrimônio arquivístico, bibliográfico e documental, se interligam e suas questões necessitam de uma leitura atenta para identificar como cada estudo aborda o respectivo patrimônio. Vemos na literatura textos tão próximos que em alguns momentos confundem justamente porque no Brasil ainda não está oficial e objetivamente delimitado, o espaço entre as categorias de patrimônio bibliográfico e patrimônio arquivístico. Na mesma relação de itens⁶², referentes ao patrimônio arquivístico tombados pelo IPHAN, este encontra-se dentro da listagem do patrimônio bibliográfico, ou seja, as propostas de divisão entre as categorias de patrimônios documental, bibliográfico e arquivístico, ainda não estão definidas em função de não se identificar qual instância responsável para esta nomeação, se o AN, se o INEPAC ou o IPHAN, governo federal ou estadual. Vale mencionar que o site do Iphan informa que:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2014, online)

Em relação aos aspectos conceituais, históricos e legais do patrimônio documental, a pesquisa para esta dissertação nos confirma que os acervos arquivísticos sonoros ainda não são citados como bens tombados no segmento de natureza material móvel e não são reconhecidos como parte do patrimônio documental. Contudo, as autoras Merrill-Oldham; Reed-Scott (2001) e Zuñiga (2002) afirmam que para a realização do tombamento de acervos e coleções documentais, são necessários os seguintes procedimentos: condições físicas dos materiais, condições de armazenamento, manuseio ou cuidado com os documentos e plano de gestão de riscos.

De acordo com estes parâmetros estabelecidos pelas autoras, é possível afirmar ser possível a inscrição da candidatura dos acervos arquivísticos sonoros existentes aos órgãos patrimoniais, pois as instituições cumprem este protocolo de ações e tais acervos serem considerados como tal. O estudo de Silva (2017b) ratifica que tais procedimentos também fazem parte da nomeação do patrimônio documental arquivístico, categoria na qual podemos inserir os documentos arquivísticos sonoros. O que permanece chamando a atenção é a contradição existente no fato

⁶² Ver Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 15/04/2022), Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 13 jun. 2022.

dos arquivos sonoros ainda não serem considerados passíveis do processo de patrimonialização pelos órgãos de preservação patrimonial e cultural.

2.3 Patrimônio arquivístico

Iniciamos esta reflexão observando os entraves existentes nos sistemas de governo a respeito da definição de patrimônio arquivístico e seus gêneros documentais. Isso se observa nas publicações das áreas de Arquivologia e Patrimônio até em atividades como eventos institucionais, acadêmicos e técnicos.

Em um breve panorama histórico a respeito ao patrimônio arquivístico, os autores Ferreira e Perez (2014) desenvolveram um estudo a respeito da produção científica e acadêmica no âmbito do patrimônio e arquivos, com foco entre os anos de 2004 até 2012, enfatizando os artigos submetidos e aceitos nas edições do Congresso Nacional de Arquivologia no período mencionado. Vale ressaltar que 2012, foi a data da realização do V Congresso Nacional de Arquivologia, última edição a ter um simpósio temático sobre patrimônio, e este foi chamado de ‘Patrimônio documental e memória’. Este simpósio temático abrigou trabalhos com descritores de “patrimônio documental”, “patrimônio arquivístico” e “patrimônio cultural”, que englobava trabalhos com temas sobre aspectos legais, conceituais e históricos dos arquivos e seus processos de patrimonialização.

Conforme Cougo Junior (2020) o período analisado no parágrafo anterior, foram submetidos cerca de 400 trabalhos a este simpósio temático e deste total, havia três propostas com foco em patrimônio documental, sendo estas: um de patrimônio arquivístico e dois de patrimônio cultural. Este quantitativo reflete a carência de diálogo na área que deveria se ocupar desta discussão, já que o congresso de arquivologia debate e publica questões ligadas aos arquivos. Já no “*IX Congresso Nacional de Arquivologia*”, realizado em 2022, havia apenas três eixos temáticos gerais e em nenhum deles cabia trabalhos ou discussão a respeito de patrimônio arquivístico documental. Nesta colocação inicial o objetivo foi informar ao leitor que este relevante evento da área, ratifica a importância da temática nos campos da arquivologia, memória e patrimônio arquivístico.

Em 2014, este cenário não mudou substancialmente e neste mesmo ano foi publicado o livro “Patrimônio cultural e políticas públicas”, organizado por Nadia Maria Weber Santos e Cleusa Maria Gomes Graepin. Este livro teve um capítulo intitulado “Os discursos de patrimonialização de arquivos no Brasil”, de autoria de Evelyn Goyannes Dill Orrico e Eliezer Pires da Silva, considerados especialistas na área. Embora o texto aborde conceitos chave e importantes nesta discussão, a análise é um tanto rasa e sem debate e/ou contextualizações aprofundadas, deixando transparecer a necessidade de avanços neste campo. Contudo é uma publicação necessária para confirmação das inquietudes a respeito dos arquivos e seus processos de patrimonialização.

Nos últimos cinco anos a pauta arquivo e patrimônio foi retomada em publicações acadêmicas e científicas, como em 2019 com o artigo “O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo NovaCap”, de Renato Duarte Crivelli e Maria Leandro Bizello e em 2020, com a tese de doutorado “A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil”, de Francisco Alcides Cougo Junior. Nesse sentido, acreditamos que a discussão apresentada por Cougo Junior continua pertinente e necessária para as questões do campo da arquivologia e patrimonialização, a partir das próprias lacunas confirmadas nos parágrafos acima.

Algumas definições são necessárias para nortear os aspectos conceituais visto que a preservação de documentos de arquivo considerados como patrimônio, traz em si questões como a origem da palavra ‘arquivo’, vista na literatura em dois momentos: primeiramente por ter nascido na Antiga Grécia como *arché*, significando palácio dos magistrados e, posteriormente, mudou para *archeion*, que significa “local de guarda e depósito de documentos” (PAES, 2006, p. 19). No entanto, na literatura da área de arquivologia encontramos a tradução para o latim *archivum*, significando local de guarda de documentos e outros títulos. E posteriormente na publicação “*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*” do AN na qual “(...) o arquivo nada mais é que um conjunto documental gerado por uma instituição pública ou privada no decorrer de suas funções (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Cabe destacar também o conceito de documento de arquivo que para Bellotto “(...) são aqueles que depois do trâmite dentro da ação que justificou sua criação foram recolhidos a arquivos passando pelas diversas fases do ciclo vital dos documentos” (BELLOTTO, 2006, p. 272). Sendo assim, o documento que foi produzido como resultado de certa atividade dentro de seu organismo produtor faz parte de um conjunto da mesma proveniência, o que o torna um documento de arquivo.

O patrimônio documental arquivístico ou patrimônio arquivístico, tem definições importantes para estudos e práticas de suas atividades nas esferas pública ou privada. Na esfera

pública, temos o Dicionário de Terminologia Arquivística do AN (2005) que conceitua patrimônio arquivístico como um “(...) conjunto dos arquivos de valor permanente públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, online).

Nos estudos da Profa. Maria Otília Lage encontramos a seguinte definição:

Património Arquivístico – fontes documentais e património intelectual funcional de entidades públicas e privadas, colectivas e individuais, integrados em sistemas semi-fechados de informação social com determinada estrutura (natureza orgânica) e fundos ou núcleos (conjuntos orgânicos de documentos de uma única proveniência); séries (docs. correspondentes ao exercício de uma mesma actividade) e distintas unidades arquivísticas (docs. relativos a uma acção administrativa/judicial), colecção (docs. org. para referência), registro (docs. para controlo/descrição de docs. recebidos, produzidos) organizados em diferentes unidades de instalação. (LAGE, 2002, p.15).

Os aspectos conceituais no estudo de Corrêa (2017) atentam para os conceitos mencionados acima no Dicionário de Terminologia Arquivístico sobre o aspecto histórico-cultural do patrimônio arquivístico documental destacando a característica principal que está no ato de definir do que trata esse patrimônio. Em 2002, os estudos da Profa. Maria Otília Lage ressaltam as “(...) características mais abrangentes por apontarem esse patrimônio como tendo por origem desde a fase funcional dos documentos até a etapa permanente, pois trata de séries que só são definidas nessa fase do ciclo de vida documental” (CORRÊA, 2017, p.67). Tanto Corrêa como Lage nos chamam a atenção para a terminologia mais recente: patrimônio cultural dos arquivos.

A ligação entre patrimônio e arquivo observada entre os conceitos expostos por Corrêa (2017) e Lage (2002), no que diz respeito ao patrimônio documental como trabalhado nesta dissertação, mencionamos a lógica permanente em que este patrimônio e seus acervos seguem “(...) em valor histórico dos documentos que vão compor os fundos culturais dos arquivos públicos é definido mediante a gestão de documentos que abarca as fases corrente e intermediária.” (CORRÊA, 2017, p.68)

A partir dos aspectos históricos internacionais observa-se uma interseção entre história, memória e documento de arquivo. Le Goff (2012) menciona que no século XVIII foram criados os depósitos centrais de arquivo e destaca as instituições fundadas na Europa com a finalidade de armazenar documentos. É válido salientar que a França foi a partir de 1789 – início da Revolução Francesa – o momento de referência na guarda de documentos públicos e, conseqüentemente, na constituição de uma instituição de cunho arquivístico chamada de Arquivo Nacional, criado posteriormente. Esse arquivo passou a reunir documentos considerados importantes para aquele período de transição entre “(...) uma antiga sociedade e

para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade os foram para proteção dos direitos públicos” (SCHELLENBERG, 2006, p. 27).

Nessa época foi aprovado o “(...) Decreto de 25 de junho de 1794, que ordena a publicidade dos arquivos, abre uma nova fase, a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional” (LE GOFF, 2012, p. 444). Essa relevante mudança foi significativa também para o Estado assumir a responsabilidade pela centralização e conservação do acervo e, principalmente, para permitir à sociedade o acesso aos documentos sob sua custódia. Assim, tal medida se tornou um importante marco histórico para acesso aos documentos arquivísticos públicos.

No Brasil a discussão a respeito de patrimônio cultural arquivístico tem início justamente em parte do período compreendido pela ditadura civil-militar brasileira. Os anos entre 1969 e 1980, contribuíram positivamente para o debate a respeito da importância dos arquivistas nas pesquisas e nos estudos sobre patrimônio, mas que tivessem reflexos na prática profissional destes, buscando incluir os arquivos de forma direta e objetiva na política nacional de cultura. A partir de 2000, o processo de aproximação entre Sphan e proteção do patrimônio arquivístico brasileiro, segundo o Prof. Francisco Cougo Junior (2020, p.29) trouxe “(...) a constituição do Sistema Nacional de Arquivos e a incursão da UNESCO neste cenário” contribuiu para a legitimação dos aspectos legais e o processo de patrimonialização cultural de arquivos em âmbito nacional.

Diante disso, é perceptível a necessidade da preservação da documentação armazenada nos arquivos, uma vez que os documentos públicos podem e devem estar acessíveis à sociedade. Porém, observa-se que da produção do documento pelos organismos públicos até o acesso à informação propriamente dito, é imprescindível a intervenção do Estado no que se refere à organização e salvaguarda para posteriormente tornar o acervo acessível. No Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece em seu art. 23 que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...]” (BRASIL, 1988, p. 18).

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também conhecida como Lei de Arquivos, dispõe sobre arquivos públicos e privados, e explicita que: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e

informação.” (BRASIL, 1991, p. 1). Conseqüentemente, evidencia a responsabilidade do Estado no que se refere à importância dada à proteção do patrimônio documental do país, cabendo à administração pública proporcionar a preservação deste bem público.

Castro (2008) cita que a Constituição Brasileira de 1934, faz menção à proteção dos bens patrimoniais artísticos e históricos do país, defendendo que “(...) a noção de patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez (embora não exatamente com essa denominação), como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público” e em seu artigo 10 afirma que “(...) compete concorrentemente à União e aos Estados: (...) III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico [...]” (BRASIL, 1934, online).

A Constituição de 1988, considera o documento como um dos elementos que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro, como exposto no art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 123).

Professores na área da Arquivologia, como Jardim (1995), confirmam que foi no século XIX que o Estado brasileiro percebeu a importância de constituir um patrimônio cultural que lhe dessa identidade. Nos estudos de Portella (2012, p. 20) é definido como patrimônio cultural “(...) elo entre o passado e o presente de um grupo ou de uma nação que permite a identificação e a continuidade de sua história”. Pode-se, então, remeter este mesmo sentido à preservação do patrimônio documental (como patrimônio cultural), por meio da ligação que a sociedade possui com as formas de registro de seu passado, o que gera sua identidade, já que através destes registros acessíveis se pode rememorar sua história e cultura (JOUTARD, 2007; HARTOG, 2006).

Com o artigo “O risco da patrimonialização: a (não) avaliação e seleção dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros”, de Thiago Vieira (2013), seu autor afirma que no processo de patrimonialização a avaliação arquivística é considerada como etapa primordial da gestão documental e tem como objetivo determinante o valor dos documentos com vistas à sua destinação final: guarda permanente ou eliminação. A avaliação é fundamental, pois racionaliza o ciclo documental diminuindo ao máximo o quantitativo de documentos e destinando aos arquivos permanentes os que se constituirão em patrimônio documental, ou seja, quais fundos

documentais serão categorizados como permanentes e quais serão descartados nos arquivos e centros de documentação. Para tal, existe uma tabela de temporalidade estabelecida na área considerando as peculiaridades dos acervos a que se destina.

Na gestão arquivística realizada na Fiocruz, os documentos sonoros são elementos constitutivos dos acervos arquivísticos, porém não passam por processo de avaliação e descarte. Eles são documentos que nascem permanentes a partir de sua criação, uma vez que se constituem em prova documental da entrevista e possuem caráter probatório. Assim, não passam pelas etapas de avaliação, análise e seleção, levando-os diretamente ao seu processo de patrimonialização, assim tornando-o patrimônio arquivístico.

Conforme Zanirato e Ribeiro (2006), tal processo pressupõe uma seleção e avaliação daquilo que receberá o status patrimonial, seja por meio do tombamento, em se tratando de bens tangíveis, ou do registro, no caso dos intangíveis. Essa seleção é ditada por critérios de diversas naturezas, considerando seu valor histórico, documental, artístico, cultural, científico, educacional, afetivo, mágico, dentre outros, e está relacionada ao reconhecimento da importância desses bens como símbolos típicos de diferentes identidades e representatividades coletivas.

Falar de patrimônio arquivístico, cabe mencionar patrimônio arquivístico digital, que em 2003 a UNESCO promoveu uma expansão da conceituação de patrimônio. Conforme Corrêa (2017) a terminologia ‘patrimônio digital’ foi lançada e estabelecida na publicação “Carta sobre a Preservação Digital” que “(...) visa à identificação de conceitos, estratégias, ações políticas e éticas, dentre outras propostas, para gerar um processo de discussão conjunta entre as nações”. (UNESCO, 2003, online). A partir desta Carta, a UNESCO foi mais participativa em ações que promovem “(...) programas de digitalização de acervos em várias partes do mundo, o que a torna um importante agente para o processo de patrimonialização, principalmente dos documentos que já nasceram em meio digital.” (UNESCO, 2003, online). No artigo de Vitor Freire Corrêa (2017) informa que por meio desta Carta, os:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica, e outros tipos de informação, são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. Quando os recursos são criados em forma digital, não existe outro formato além do digital original. Materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas da Web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. (UNESCO, 2003, online).

No Brasil, em 6 de julho de 2004, foi realizada a 34ª reunião plenária pelo CONARQ que foi ao encontro das normativas estabelecidas pela Carta da Unesco em 2003, e com isto temos

a tradução, criação e aprovação da Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro. Esse documento basilar teve ampla difusão tanto acadêmica como científica, em publicações das revistas científicas, congressos, seminários, simpósios e na rotina de ações das instituições públicas. A Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro estabelece diretrizes para a criação de políticas e programas de preservação digital nos arquivos públicos e ressalta que ainda há desafios na preservação dos acervos digitais como práticas que ajudem a reforçar o acesso à informação pública como um direito. Além disso, estas diretrizes representam a “(...) fidedignidade dos documentos digitais ao longo do tempo, a formação de um sistema comum de práticas preservacionistas entre as instituições, e, por conseguinte a preservação da memória nacional” (CORRÊA, 2017, p.75), ratificando a importância da salvaguarda e do acesso aos acervos arquivísticos, por meio da demarcação e contextualização profissional na área de arquivo. Nesse sentido, o DAD/COC tem suas práticas e seus estudos com vistas ao patrimônio arquivístico digital institucional, respaldado por este documento.

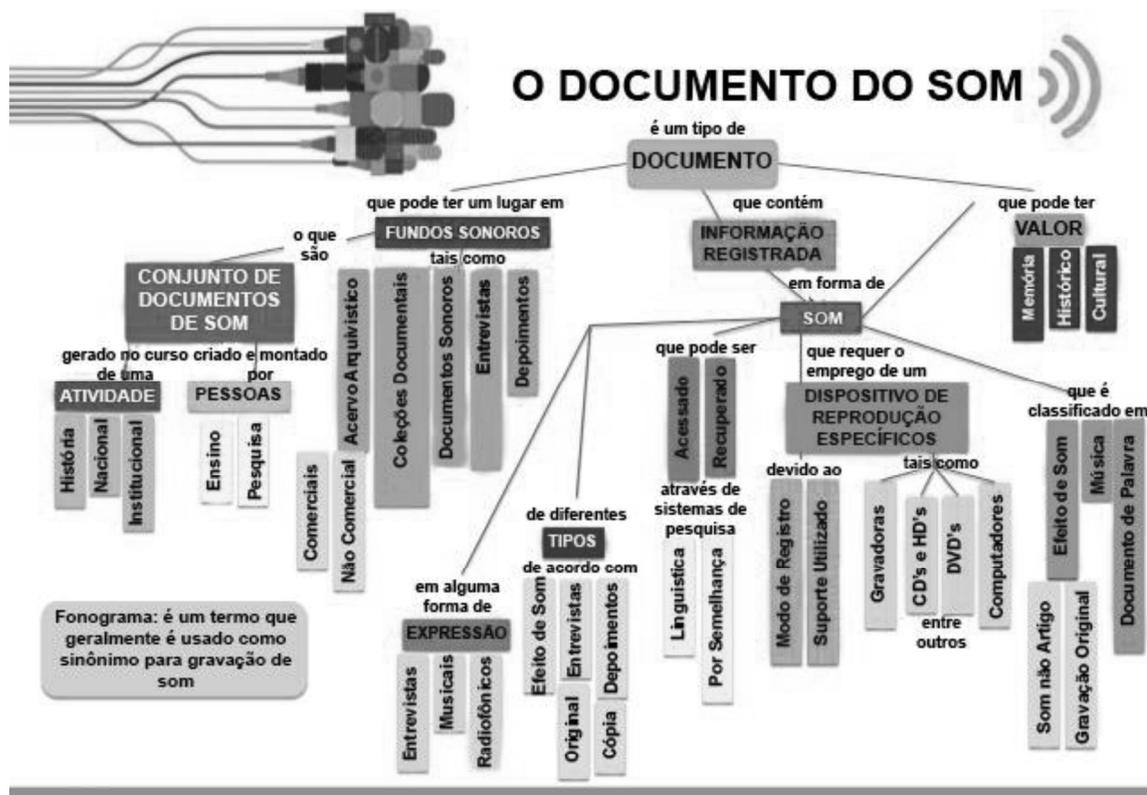
2.4 Documentos arquivísticos sonoros

Atualmente os documentos arquivísticos [sonoros] têm seu reconhecimento e representação como patrimônio cultural, embora não possuam a categoria dos chamados monumentos de ‘pedra e cal’, como menciona Chuva (2017), nem tampouco das obras de arte, como afirmam Nogueira (2005), Meneses (2012) e Zanirato; Ribeiro (2006). Autores como Duranti (1994) e Rocha; Rondinelli (2016) relatam que tal cenário ainda se dá pelos arquivos serem tratados como memórias auxiliares à gestão das instituições públicas e privadas. Além disso, estes também são sempre valorizados pelo duplo sentido da informação, seja administrativa e/ou histórica, e muitas vezes consolidados nos processos documentais em seus segmentos jurídico-legais.

Ozana Hannelsch (2020) afirma ser legítima a noção de documentos de arquivo desde sua gênese como evidência de um fato da atividade humana, e nos últimos anos também da inteligência artificial. Todavia, na segunda metade do século XX os documentos de arquivo considerados patrimônio cultural estavam atrelados aos aspectos valorativos, ou seja, um novo atributo lhe foi imputado. As instituições de memória com este cenário do patrimônio reveem a função dos documentos, dos princípios da arquivologia e seu fluxo documental. Essa nova perspectiva na abordagem do documento de arquivo amplia o sentido do patrimônio e a classificação de suas categorias, tais como artístico, científico, cultural, histórico, dentre outros, como também no segmento de sua representação, desde individual até mundial. Estas

características podem ser vistas na figura abaixo, que contempla as etapas correspondentes ao processo de patrimônio do documento sonoro, com as atividades deste gênero, os fundos relacionados, o valor institucional e o tipo de documento sonoro, ou seja, são informações que precisam estar contidas na fase de aplicação da gestão visando futuramente a preservação digital.

Figura 11: Documento sonoro e seu fluxo de trabalho.



Fonte: Jiménez Homes (2016, adaptado pela autora, 2022)

A figura acima foi baseada na figura original de Jiménez Homes que denomina o fluxo de trabalho referente ao documento com som como fonograma que no Brasil denominamos fluxo de trabalho. Este é desenvolvido no acervo sonoro do DAD com características e etapas próximas às do fonograma, assim vemos que são documentos sonoros que correspondem às atividades histórica, nacional e institucional; sua organização é por fundo documental e seu valor está relacionado à memória, cultura e história.

Em Santos e Moreira (2016), os documentos são registros das informações e consequentemente de conhecimento da e para sociedade, seja em qualquer formato ou suporte⁶³.

⁶³ O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define formato como o conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento e o

Portanto, os registros sonoros representam parte da cultura, memória e patrimônio das instituições, como também de uma nação. Gomes (2018) aponta uma conexão entre *memória individual* e *memória coletiva*, que se configura por meio da reflexão de Le Goff (1990) a respeito de documento-monumento. Contudo, para o objetivo desta dissertação, o conceito de documento elaborado por Le Goff, Documento-Monumento, ratifica seu papel fundamental por ser o testemunho histórico e cultural às futuras gerações, amplificando as potencialidades do próprio documento.

Le Goff (1990) confirma a ideia do documento-monumento ao afirmar que a memória coletiva e a história são conceitos aplicados a dois tipos de materiais: os monumentos e os documentos. Para o autor “(...) os monumentos são “herança do passado” e os documentos, “escolha do historiador”. O documento, originário do termo em latim *documentum*, deriva de *docere*, que significa ensinar, e que evoluiu para o termo provar, utilizado comumente na área jurídica. Segundo ele, “(...) é no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* (títulos e documentos) e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX”. (LE GOFF, 1990, p.535).

Nesse sentido, a documentação arquivística sonora é considerada patrimônio por se relacionar com o conceito de Le Goff, de documento/monumento. Monumento por ser legado à memória coletiva institucional e nacional; documento por ser prova, o fundamento do fato histórico “(...) sua objetividade opõe-se à intencionalidade do monumento”. (RIBEIRO, 2011, p.495).

Todavia, os registros sonoros como documentos arquivísticos são conjuntos de informações e salvaguardá-los e preservá-los, significa dar-lhes o papel que devem desempenhar para que possamos (re)formular e colocar em prática as políticas públicas culturais e patrimoniais em relação à memória coletiva. De acordo com Ribeiro (2011) a proteção do patrimônio documental arquivístico sonoro é uma questão cultural que interessa à sociedade para que possamos ouvir, (re)lembrar, (re)significar e (re)memorar. Estes documentos em silêncio, apagados ou esquecidos, comprometem a memória sonora de nossa história e cultura, fragilizando seu potencial lugar de monumento.

Trouillot (2016) acompanha a conexão dos documentos com a memória e, conseqüentemente, com o patrimônio, nos remete à realidade dos arquivos e assim temos o diálogo para estimular a reflexão em relação ao cenário de seu patrimônio cultural. Neste âmbito, suas narrativas trazem a memória social e nacional como ferramentas na reelaboração

de passados, presentes e futuros, como constantes propostas de conhecimento tanto para a comunidade acadêmica científica quanto para a sociedade civil.

Com relação aos aspectos legais, a questão referente aos documentos no âmbito do patrimônio, achamos oportuno retomar a menção ao artigo 23, do parágrafo 3º, da Constituição de 1988, onde se estabelecem as competências em comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; (BRASIL, 1988, online)

Além disso, temos a Portaria nº 90, de 27 de maio de 2010, do Conarq, que criou a Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), cujos objetivos são realizar estudos, propor normas e procedimentos no que se refere à terminologia, organização, tratamento técnico, guarda, preservação, acesso e uso de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. Deve também orientar as instituições na elaboração de projetos que possam resultar em financiamentos para a organização, preservação e acesso de seus acervos, e para a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para esse fim. (CONARQ, 2010, online)

Aqui foram apresentados os aspectos conceituais, históricos e legais referentes aos documentos sonoros no âmbito do patrimônio e arquivo em seus segmentos internacional e nacional. Ratificamos que a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, surge a terminologia Patrimônio Cultural e seus respectivos acervos, que substituiu a conceituação e compreensão do que anteriormente era chamado de Patrimônio Nacional, Histórico e Artístico.

As instituições de memória não aguardaram a Constituição regulamentar diretrizes sobre os acervos arquivísticos e estabeleceram ao longo dos anos, seus próprios critérios se apropriando da cultura institucional e suas práticas, a partir de entidades arquivísticas no âmbito internacional e nacional, tais ações institucionais se estendem ao DAD/COC que amparou suas atividades a partir de práticas efetivas em outras instituições de memória como, por exemplo, o tratamento arquivístico de documentos dos arquivos pessoais como realizado no CPDOC em um primeiro momento. A seguir veremos os tipos de documentos sonoros divididos em

documentos sonoros musicais, radiofônicos e os que preservam entrevistas, relatos e depoimentos.

2.4.1 Documentos sonoros como registros musicais

Aqui trabalharemos com documentos sonoros que são registros musicais, enfocando a trajetória histórica de sua conceituação e os respectivos aspectos legais em relação ao patrimônio. Para isso, volto ao artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que traz a definição das categorias de patrimônio material e imaterial como:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p.120)

Como vemos, o Patrimônio Cultural Brasileiro, material ou imaterial, inclui a categoria dos documentos de modo geral e estes fazem parte do patrimônio material, onde podemos incluir os documentos sonoros. Estes, por sua vez, constam na preservação do patrimônio imaterial por salvaguardar formas de expressão ou modos de criar, fazer e viver, por meio de gravação destas manifestações culturais nacionais. Assim, podemos dizer que a inserção da categoria documental em patrimônio cultural brasileiro, estabelece a conexão necessária para inserirmos o documento sonoro no âmbito das políticas culturais de preservação e patrimônio.

De acordo com Araújo (2020), os documentos sonoros musicais possuem registros de informações independentemente de seu suporte ou gênero musical, atribuindo um valor para memória coletiva e nacional, visto que se trata de bens tangíveis e como tal, é identificado como patrimônio material. Assim, os documentos sonoros musicais fazem parte do patrimônio documental musical identificado pelo pesquisador Cotta (2006, p.26), que nomeia a música como patrimônio que possui duas dimensões: “(...) uma [dimensão] material e fenomenológica (registrada em documentos iconográficos, sonoros e/ou audiovisuais) e outra dimensão material de caráter linguístico e semiológico (registros em documentos musicográficos)”.

Os autores Cotta (2006) e Araújo (2020) também afirmam que no decorrer da história do patrimônio, a noção referente ao patrimônio cultural esteve relacionada ao conceito de

patrimônio material, com dificuldade de uma definição para a música no âmbito do patrimônio cultural nacional. Na categoria de patrimônio documental igualmente não havia espaço em função da ausência de políticas públicas para a preservação dos acervos de música e/ou arquivos de música.

Cotta e Sotuyo Blanco (2006), no livro “Arquivologia e Patrimônio Musical”, contextualizam o patrimônio musical em relação à sua preservação e acesso afirmando que é necessário rever as noções de políticas culturais e patrimoniais em relação a estes documentos. Vale lembrar que desde a década de 1930 até 2006, os documentos musicais eram tratados como “patrimônio histórico e artístico nacional”, mesmo período em que a maioria das políticas públicas de preservação de patrimônio cultural no Brasil estava direcionada para bens tangíveis produzidos e/ou acumulados no período colonial, tal como o patrimônio arquitetônico religioso. Os documentos arquivísticos sonoros, vistos na Figura 12, pertencem à categoria de patrimônio documental arquivístico e não faziam parte da conceituação de patrimônio histórico e artístico nacional, uma vez que não correspondiam ao período colonial.

Figura 12: Documentos sonoros musicais.



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em análise muito pertinente sobre o patrimônio brasileiro, Márcia Chuva (2017) analisa a questão das políticas preservacionistas. Contudo, nesta visão o patrimônio musical brasileiro dos séculos XVIII e XIX, não foi considerado como parte integrante das políticas de preservação que ocorreram na gestão do SPHAN, segundo Cotta (2006), pois foi um período em que as categorias arte e arquitetura colonial eram vistas como patrimônio cultural nacional.

Cotta (2006) contextualiza que o patrimônio musical inclui a questão do colecionismo em função de perdas de vários acervos importantes para a cultura nacional⁶⁴, da ausência de políticas públicas direcionadas para a preservação de acervos musicais e a falta de um mapeamento de identificação de acervos que possam estar parte em uma instituição e parte em outra, impactando sua organicidade e sua função, por não estarem contemplados em nenhuma das duas categorias, seja documental, cultural seja arquivística.

Cotta e Sotuyo Blanco (2006) afirmam que a noção tradicional de patrimônio cultural, juntamente com o conceito de patrimônio cultural imaterial trouxe a possibilidade de tornar tais bens, como danças, festas populares, músicas típicas e outras diferentes práticas culturais. Esta proximidade revela que, no caso da música, temos duas interfaces, ou seja:

enquanto registrada em documentos, como no caso de manuscritos musicais, a música pode ser considerada como patrimônio material, pois são os documentos bens palpáveis (tangíveis); por outro lado, sabe-se que os documentos são, pois, registros que dão suporte a uma prática cultural que é, esta sim, a sua verdadeira manifestação fenomenológica, que se dá propriamente como música aos sentidos humanos – esta é sua face imaterial. (COTTA, 2006, p.26)

Logo, o patrimônio musical é, ao mesmo tempo, material e imaterial, tendo em vista essa especificidade e oferece grandes desafios do ponto de vista de sua preservação, ocorrendo o mesmo desafio com os documentos sonoros como entrevistas, como veremos adiante.

Outra questão que diz respeito dos documentos sonoros musicais, está relacionada ao tratamento destes acervos e aparece também na relação entre obra (partitura musical) e documento (arquivo sonoro). A literatura nacional aponta para a existência entre unidades musicais e unidades documentais, no sentido de que as primeiras podem ser consideradas como patrimônio cultural de maneira ampla, sem especificação e tratamento apropriados; já as unidades documentais possuem tratamento e organização específica e direcionada. Assim, nos leva ao seguinte questionamento: de que forma podemos tratar este documento? Como unidade documental ou unidade musical? Isso vai ser definido de acordo com a instituição (arquivo, biblioteca ou museu) detentora do acervo. Em determinadas instituições, como a Fonoteca Nacional do México, o documento musical tem tratamento bibliográfico; no Museu do Homem da França, o documento musical tem tratamento museológico.

No Brasil, os autores Cotta (2006) e Araújo (2020) informam que a Biblioteca Nacional faz uso de dois tipos de tratamento: um como se fosse acervo arquivístico e outro como bibliográfico. No Arquivo Nacional, temos o tratamento arquivístico como aquele empregado

⁶⁴ Vale lembrar o acervo de Mário de Andrade que se encontra dividido entre três instituições: IEB (parte arquivística), Instituto Levy (parte musical) e a Casa Mário de Andrade (parte museal).

no acervo de discos (Discoteca Arquivo Nacional). De acordo com Araújo (2020), a maioria das práticas e dos estudos realizados no Brasil para a salvaguarda do patrimônio documental musical foi feita pelos próprios musicólogos, como podemos ver nas conclusões no III Simpósio Latino-Americano de Musicologia (SLAM) em 1999, quando foram apresentadas diretrizes para a preservação e acesso à memória musical latino-americana.

Araújo (2020) afirma que as ações do III SLAM influenciaram as conclusões do IV Encontro de Musicologia Histórica (EMH) realizado em 2000, que definiu diretrizes para a promoção de ações ligadas à preservação, acesso e difusão do patrimônio musical brasileiro. Em 2016, foi realizado o XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), que publicou uma carta solicitando:

(...) a atenção dos sistemas de governo, instituições e responsáveis pela gestão do patrimônio público, para a salvaguarda, tratamento e acesso aos acervos musicais históricos brasileiros. Não obstante, o processo histórico nem sempre foi favorável à preservação do patrimônio documental musical (ARAÚJO, 2020, p.157).

A respeito dos aspectos históricos e patrimoniais referentes à produção acadêmica sobre a historiografia da música, Araújo (2020) afirma que no decorrer dos séculos XVI ao XIX, foram produzidos no Brasil diversos documentos a respeito da cultura musical. Até o século XVII, os manuscritos eram produzidos por estrangeiros que tinham como proposição investigar o “novo mundo”, ou seja, as Américas. Segundo ele, a produção das cartas dos jesuítas são fragmentos de documentos musicográficos (rituais indígenas), elaborados pelos viajantes Jean de Léry e Hans Staden, que também os registrou em xilogravuras. Tais documentos são considerados probatórios desta expedição e por serem estrangeiros, seus acervos de música e coleções documentais permaneciam sob sua guarda e não sob guarda nacional do país em que foram produzidos, no caso, o Brasil.

Os tipos documentais relacionados à música e elaborados no período mencionado acima, são fontes musicais ainda pouco conhecidas da cultura musical do Brasil e estão explicitadas na tabela abaixo:

Quadro 7: Periodização dos gêneros documentais-musicais.

Período	Gênero documental
Século XVI	Textual (cartas dos jesuítas) Musicográfico (fragmentos Jean de Léry) Iconográfico (xilogravuras Hans Staden)

Século XVII	Textual (Gregório de Mattos) Musicográfico (livros de canto de órgão, cartapácios e papéis de música) Iconográfico
Século XVIII	Textual (viajantes e expedidores) Musicográfico Iconográfico
Século XIX	Textual (viajantes europeus) Musicográfico Iconográfico Sonoro (final do século XIX)

Fonte: Araújo (2020, p.159)

É possível ratificar a importância dos documentos sonoros musicais, uma vez que historiadores da música pesquisaram e se fundamentaram em obras de ícones da música, como Guilherme de Mello, Mário de Andrade, Vincenzo Cernicchiaro, Renato Almeida, Mário de Andrade, Maria Luiza de Queiroz Amâncio dos Santos, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, Bruno Kiefer e Vasco Mariz.

No que se refere à produção literária da área da história da música no Brasil, Guilherme de Mello é mencionado como um dos precursores mais importantes na gênese da questão musical. Araújo (2020) identificou 1908 como o ano em que começam a surgir registros que mencionam Guilherme de Mello como um estudioso da história da música nacional. Em pesquisas realizadas no Gabinete Português de Leitura de Salvador e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia⁶⁵, o autor ressalta o cuidado e a atenção com o documento musical que se deve ter, já que Guilherme de Mello não menciona quais foram as fontes de pesquisas consultadas e utilizadas, e com isso nem sempre se tem a referência das publicações.

É importante mencionar que no livro de Guilherme de Mello intitulado “A Música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República”, publicado em 1908, encontramos dificuldade em identificar quais ideias são do autor ou de outros autores. Porém, mesmo com estas lacunas era a única obra que se tinha no período de sua publicação, continuando a ser fonte de pesquisa em anos posteriores.

⁶⁵ Vale ressaltar que essas pesquisas foram realizadas em parceria com o Acervo de Documentação Histórica Musical da UFBA (ADoHM-UFBA), no âmbito do Núcleo de Estudos Musicológicos da UFBA (NEMUS-UFBA).

Segundo Veiga (2010) e Araújo (2020), o teórico Cernicchiaro⁶⁶ chega ao ponto de cometer erros de tradução na leitura de Mello, como a criação de musicistas que nunca existiram e multiplicar obras musicais. Conseqüentemente, há erros nas obras de referências que foram replicados em enciclopédias, dicionários e glossários, de onde dificilmente serão retirados, apenas com uma reedição detalhada.

Com destaque no âmbito do patrimônio, da cultura e da música, temos o poeta, romancista, musicólogo, historiador de arte, crítico e fotógrafo brasileiro Mário Raul de Moraes Andrade, mais conhecido como Mário de Andrade. Considerado um dos fundadores do modernismo no Brasil, o estudioso e ensaísta, foi pioneiro no campo da etnomusicologia e publicou duas obras pioneiras: em 1929, o “Compêndio de História da Música Brasileira” e em 1942, a reedição da obra “Pequena História da Música”. As fontes eram ainda escassas e este quadro somente mudou com a segunda edição do Compêndio, ocasião em que foi possível identificar uma quantidade maior delas e agrupar os documentos musicográficos com os textuais. Mário de Andrade (1933) comprova o ineditismo de sua obra nas pesquisas feitas e o material (re)colhido, conferido e compilado. Vale lembrar que Mário de Andrade priorizava “a pesquisa do folclore”, pois esta era a sua preocupação com a criação de uma música nacionalista e brasileira.

Figura 13: Partitura musical no livro *Reise in Brasilien*

⁶⁶ O livro *Storia della Musica nel Brasile* do italiano Vincenzo Cernicchiaro, publicado em Milão, em 1926, documenta as “variadas formas das atividades musicais”, como biografias de compositores e músicos, ensino musical, instituições como orquestras e associações musicais ou concertos nacionais e estrangeiros no Brasil.



Fonte: Spix; Martius (1823)

A Figura 13 mostra uma partitura musical que se encontra no livro *Reise in Brasilien*, de Spix e Martius, do ano de 1823, considerado pelo professor de Música da USP Rubens Ricciardi, como a primeira edição impressa de música erudita ou popular brasileira. A obra faz parte do acervo bibliográfico da Seção de Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos da Fiocruz.

Flávia Toni (2017) ao analisar as correspondências entre Mário de Andrade e Luciano Gallet fez a transcrição dos manuscritos⁶⁷ que o primeiro recebeu do amigo igualmente musicólogo. Esta documentação faz referência ao significativo manuscrito referente a parceria destes musicólogos entusiastas da música, cultura e preservação, o Projeto de reforma da organização didática do Instituto Nacional de Música. Esta correspondência formam uma documentação reveladora pela identificação de duas frentes previstas: em 1928, em Praga, a apresentação no Congresso de Arte Popular, confirmando a dinâmica do valor histórico e imensurável da documentação musical e a participação e contribuição de Mário de Andrade às propostas ao planejamento dos cursos de ensino da música no Brasil, que podemos localizar nas diretrizes estabelecidas dos “(...) Decretos 19850, 19851 e 19852, de 11 de abril de 1931 para criação do Instituto Nacional de Música e assinado por Getúlio Vargas e Francisco Campos” (PAOLA; GONZALEZ, 1998, p. 29).

No âmbito legal, em maio de 2010, foi realizada a primeira reunião com os membros que faziam parte da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS) e nesta ocasião foi sugerida a inclusão de documentos musicais (partituras e afins) como parte de suas responsabilidades. Porém, esta atualização foi somente oficializada com o Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, incorporando os documentos musicais, com

⁶⁷ Estes manuscritos são um conjunto de três tabelas para o planejamento dos cursos de Composição, Piano, Regência e Canto Teatral, e consta a data 18 de janeiro de 1931 para o Plano Geral; como também o documento com titulação Bases para a organização do Ensino da Música no Brasil, do dia 22 de fevereiro de 1931.

oficialização do Conarq concedida em 2020. Nesse sentido, o Conarq (2019) dispõe a antiga CTDAIS, a partir da mudança de sua nomenclatura para Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM).

Essa Câmara surgiu a partir de várias constatações sobre o tratamento e organização destes documentos, tais como a carência de uma terminologia arquivística própria e normatizada para a documentação audiovisual, iconográfica e sonora. Além disso, também se constatou que o tratamento técnico demanda uma metodologia específica e que as instituições arquivísticas e não arquivísticas não possuem critérios definidos e padronizados de gestão arquivística desta documentação. E finalmente, de que a descrição arquivística necessita de especificidades próprias por possuírem características particulares. Estas foram, em linhas gerais, as demandas identificadas que resultaram na incorporação dos documentos musicais como gênero documental.

O estabelecimento de uma terminologia própria e normatizada auxilia a melhoria do diálogo entre instituições detentoras desses acervos e propicia as bases para a consolidação da área, influenciando diretamente na qualidade do tratamento arquivístico para sua difusão e na recuperação da informação de quem a pesquisa. O Conarq (2020) norteia a definição de padrões e procedimentos no tratamento destes documentos, requer alguns pressupostos, dentre eles o conhecimento do que já se pratica, o entendimento de ações já desenvolvidas por outras áreas e o diálogo com outros estudos, teorias e experiências. Contudo, deve-se esclarecer que o debate proposto pela CTDAISM pertence ao universo arquivístico e é através de suas teorias e práticas que o trabalho técnico das instituições tem sido direcionado.

Importante observar que a partir das lacunas nos aspectos conceituais e legais a respeito do patrimônio documental musical, Araújo (2020) em seu trabalho de doutorado, nos mostra a existência de ferramentas de catalogação para pesquisas em base de dados que resguardam nossa memória musical. Além disso, mostrou que as bases de dados, podem ser alimentadas com fontes bibliográficas e documentais, contribuindo para a visibilidade e reconhecimento dos documentos musicais no âmbito nacional.

Já em relação à preservação digital no Brasil, o portal Música Brasilis⁶⁸, criado em 2009, apresenta um acervo digital de partituras brasileiras e tem como missão a preservação, recuperação, acesso e difusão de repertórios brasileiros. Segundo Lanzelotte (2021), este acervo em sua maioria se encontra em formato manuscrito, no gênero arquivístico textual de difícil acesso em coleções públicas e privadas. O Música Brasilis é um projeto com patrocínio do

⁶⁸ Disponível em: <https://musicabrasilis.org.br/>. Acesso em: 27 maio 2022.

BNDES e tem apoio da UNESCO e ao Arquivo Nacional e a Rede Nacional de Serviços de Preservação Digital (Rede Cariniana) caberão prever o plano de preservação digital e seus critérios.

2.4.2 Documentos sonoros como registros radiofônicos

O rádio nasceu no Brasil, oficialmente, em 7 de setembro de 1922, nas comemorações do centenário da Independência, com a transmissão, à distância e sem fios, da fala do presidente Epitácio Pessoa na inauguração da radiotelefonia brasileira. Roquette Pinto, um médico que pesquisava a radioeletricidade para fins fisiológicos, acompanhava tudo e entusiasmado com as transmissões, convenceu a Academia Brasileira de Ciências a patrocinar a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que viria a ser a PRA-2.⁶⁹

Segundo dados do IBGE (2003), nos anos 1940, a comunicação por rádio era diretamente responsável pela inclusão de milhões de brasileiros no mercado consumidor, em um período da economia mais agrária, já que cerca de 80% da população estava no meio rural. De acordo com Kischinhevsky e Benzecry (2020), já nos anos 1980, aproximadamente 20% da população brasileira era de origem urbana. Este meio de comunicação é considerado uma tradição nacional da cultura e a preservação de seus acervos dos mais variados suportes, mas sobretudo para o sonoro, é preservar patrimônio radiofônico.

Os autores Calabre (2003), Kischinhevsky e Benzecry (2020) trabalham com diferentes aspectos da memória, patrimônio, arquivo e documentos sonoros radiofônicos e sua preservação (digital ou não). Este é um aspecto que não avançou e que até o momento continua sem ter a merecida atenção das autoridades responsáveis pela preservação destes acervos. Assim, vemos que a documentação produzida pelas rádios brasileiras, sobretudo nos anos 1940 e 1950, não foi preservada e não houve políticas culturais nesse momento com foco nesta documentação, mesmo diante da repercussão internacional sobre a importância destes acervos.

Estes autores veem como um grande descaso com o patrimônio radiofônico o prédio da Rádio Nacional, que faz parte do Patrimônio Histórico Nacional, abrigar e não considerar seus acervos e coleções documentais como patrimônio. Vale ressaltar que em 07 de julho de 2020⁷⁰, o Governo Federal anunciou o leilão do Edifício “A Noite”, o primeiro arranha-céu da América Latina, que abrigou a Rádio Nacional e a maior parte de seu acervo radiofônico, mas tal leilão

⁶⁹ Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/23526-historia-do-radio-no-brasil#:~:text=O%20r%C3%A1dio%20nasceu%20no%20Brasil,na%20inaugura%C3%A7%C3%A3o%20da%20radiotelefonia%20brasileira>. Acesso em: 27 maio 2022.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/07/bolsonaro-anuncia-leilao-da-antiga-sede-da-radio-nacional-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 07 jun. 2022.

não se concretizou. Na figura 14 vemos o auditório da Rádio Nacional onde aconteciam os shows e apresentações de grandes nomes da música brasileira que resultaram no material radiofônico citado acima.

Figura 14: Auditório da Rádio Nacional no Edifício "A Noite"



Fonte: Acervo Rádio Nacional do Rio de Janeiro [s.d.]

Lia Calabre (2003) informa que nos anos 1960 foi criado o Museu da Imagem e do Som (MIS), com sucursais em alguns estados como Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, e estes espaços se responsabilizavam por sua própria gestão, independentemente da matriz do MIS. O objetivo da criação do MIS foi a preservação dos acervos iconográficos e sonoros brasileiros, que desde o início do século XX, tiveram amplo crescimento. Durante a década de 1970, algumas dessas unidades, dentre elas a do Rio de Janeiro, iniciaram um projeto chamado ‘Depoimentos para a posteridade’, cuja documentação se constituiu em uma Coleção. Foram realizadas entrevistas, depoimentos e relatos referentes ao pioneirismo do rádio, teatro, cinema e televisão, que formam documentos sonoros radiofônicos com entrevistas consideradas documentos únicos.

As entrevistas foram realizadas com a presença de especialistas, tanto em assuntos radiofônicos como nos temas que os depoentes abordariam, fazendo com que boa parte dos depoimentos se aproximasse de um evento acadêmico, possibilitando a troca de experiências e ideias. Este acervo, tratado e organizado nas décadas de 60 e 70, corresponde à memória da Era de Ouro do Rádio (anos 1940 e 1950), e foi totalmente digitalizado entre 2005 e 2006. Em cada estado tal projeto enfrentou desafios, como pausas ou interrupções que acabaram causando a não continuidade da atividade de salvaguardar este acervo: “(...) com interrupções e retomadas causadas por problemas ora de orçamento, ora de equipamentos ou, simplesmente, por decisão

da administração que optava pelo redirecionamento dos projetos das instituições”. (CALABRE, 2003, p.5)

Como cada unidade mantinha seu próprio arquivo desde o funcionamento até a preservação, na Coleção Depoimentos podemos encontrar gravações feitas com os profissionais que atuaram na Rádio Nacional nas décadas de 1940 e 1950; trata-se de um acervo valioso e inédito, e o MIS é o maior detentor deste acervo original. Na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) é possível localizar alguns materiais da Rádio Nacional, mas o principal está no MIS, que teve entre 2003 até 2014, vários projetos para a digitalização deste acervo. Estas ações foram previstas com foco na nova sede do Museu em Copacabana e em formas diferenciadas e mais modernas para expor e dar acesso ao acervo do MIS.

Com isso, percebe-se que a documentação proveniente da programação das emissoras de rádio ainda não foi identificada e não há seu reconhecimento como objeto de preocupação nas políticas públicas como parte constitutiva do patrimônio cultural. Calabre (2003) aponta que as emissoras brasileiras não tinham a prática de documentar os registros sonoros e suas etapas de produção, só em ocasiões de programas comemorativos e/ou especiais. Normalmente as emissoras mesmo para programas exclusivos, não arquivavam esta documentação com o intuito de preservar. Todavia a Rádio Nacional é uma exceção, de acordo com Calabre (2003, p.1) “(...) costumava gravar alguns de seus programas para análise posterior. As gravações serviriam e serviram para o estudo e aprimoramento técnico e profissional da emissora. Entretanto, essa prática não era comum em outras rádios.”

Kischinhevsky e Benzecry (2020) também apontam a carência dos programas das emissoras de rádio e seus documentos radiofônicos estarem inseridos como parte integrante das políticas culturais e patrimoniais. Esta documentação é identificada como parte da documentação da indústria fonográfica na gestão atual do MIS-RJ, mas caberia estar na documentação da indústria radiofônica. Constatação semelhante podemos encontrar em duas das principais instituições de memórias do país, como a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Arquivo Nacional (AN). Na FBN encontram-se os documentos sonoros musicais referentes a produção musical brasileira, composta pelo Acervo de Música (partituras que recebem tratamento bibliográfico) e pelo Arquivo Sonoro (documentos sonoros tratados de forma arquivística). Assim, na FBN estes documentos não fazem parte de uma coleção documental própria, como encontrado no acervo sonoro do DAD que recebe tratamento arquivístico específico se comparado ao tratamento para documentos audiovisuais, por exemplo.

Kischinhevsky e Benzecry (2020) informam que em 1958 o AN cria a Equipe de Documentos Sonoros e sob sua gestão fica o acervo totalizando 15 mil documentos sonoros.

Deste levantamento, aproximadamente 5.000 são registros de jingles e músicas da Rádio Mayrink Veiga AM⁷¹; as outras coleções contemplam um pouco mais de 2.700 discos referentes aos artistas da época do rádio espetáculo. Todo este acervo foi doado pelo pesquisador musical Humberto Franceschi e faz parte da preservação compartilhada com diferentes instituições. Destacamos neste conjunto, os 68 documentos radiofônicos da Casa Edison, que foi a primeira gravadora brasileira e representante da memória musical na América Latina e também uma quantidade significativa do acervo da Rádio MEC. Interessante mencionar que com as iniciativas individuais, como a do pesquisador Franceschi, foi possível a reunião desse acervo mesmo não tendo políticas de guarda e preservação. O resultado inicial desta análise ratificou o amplo acervo existente e a lacuna referente às políticas públicas de conservação do patrimônio radiofônico no Brasil.

Conforme o mapeamento do IBGE (2003) em 1990, quase 90% da população brasileira ainda se incluía na faixa dos que consumiam a comunicação de rádio; já em 2017, essa faixa fica em torno de 69,2%. Estes dados são considerados os avanços da tecnologia da comunicação da informação e Kischinhevsky e Benzecry (2020) preveem que a rádio ainda é um meio de comunicação bastante popular em nossa sociedade e não possui uma política pública de preservação, seja cultural seja patrimonial.

Esta lacuna ainda ocorre mesmo com estes documentos sonoros radiofônicos amparados pela Lei 4.117, 27 de agosto de 1962, que além de instituir o Código Brasileiro de Telecomunicações, dá providências à conservação de acervos sonoros radiofônicos, previsto em seu artigo 71, nos parágrafos 2º e 3º, onde estabelece:

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.

§ 3º As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais.

Manuel Fernández Sande e Bruno Domingues Micheletti (2016), analisam questões como a delimitação do acervo do rádio e o questionamento do debate ser apenas de arquivos de áudio. Essas perguntas contribuem na discussão referente ao patrimônio radiofônico imaterial que é extremamente extenso, incluindo:

(...) as biografias de radialistas, os ritos de escuta (individual, coletiva), produção (apresentação de músicos ao vivo, campanhas de financiamento coletivo), suporte (aparelhos receptores analógicos, telefones móveis,

⁷¹ Em 1964 esta emissora de rádio foi fechada pela ditadura civil-militar brasileira.

computadores), interação (entre ouvintes e emissoras), geográficos (localização de emissoras), possibilidade de se gravar, editar e enviar entrevistas para a rádio ou entrar na programação ao vivo de qualquer local, e imagens. (FERNÁNDEZ SANDE e MICHELETTI, 2016, p.197)

Eles selecionam e tratam o patrimônio radiofônico de duas formas: escrita e sonora. Em relação à primeira, pode ser subclassificada em quatro partes: “(...) bibliográficas (livros e publicações em geral), Hemerográficas (jornais, revistas, periódicos científicos, dentre outros), Arquivísticas (roteiros, cartas, contratos), Legais (legislação) e Partituras [como também] outros documentos musicais”; em relação à segunda “(..) pode ser dividida em programas, músicas, jingles, discursos, entrevistas, fontes orais, objetos para produção de efeitos sonoros, dentre outros”. (SANDE e MICHELETTI 2016, p.198-199)

Outra questão importante pontuada por Kischinhevsky e Benzecry (2020) é a obsolescência desses suportes de discos de goma-laca e acetato de 78 rotações por minuto, pelos Long Play (LPs), compactos em vinil, fitas magnéticas de rolo, cartucheiras, fitas cassete, DATs, MiniDiscs (MDs), CDs, DVDs, até chegar ao armazenamento digital. A maioria dos gestores destas emissoras de rádio consideraram todo suporte anterior como descarte, devido ao alto custo para migração e de contratação de profissionais capacitados nos processos de transferência de suporte. Desta forma, existe uma perda significativa do patrimônio radiofônico da e para sociedade civil.

No Brasil, há 30 anos aproximadamente as etapas do processo de digitalização estão amparadas pela Lei 12.682⁷², este dispositivo legal confirma a importância e atenção que as gestões das emissoras nacionais precisam ter em salvaguardar seus arquivos e acervos sonoros. A intenção é diferenciar o tratamento utilizado nos gêneros documentais seja audiovisual seja sonoro radiofônico, além de seu processo de digitalização. Com isso, promover um acesso aos documentos sonoros radiofônicos que seja mais direcionado, respeitando os princípios da arquivologia (tais como integridade e autenticidade). Assim, pode ser assegurada a preservação dos conteúdos que empregam áudios culturais e históricos.

Buarque (2008) informa um exemplo internacional, importante de ser destacado que é da empresa alemã Digital Mass Storage System (DMSS) que em 1990, ao iniciar a preservação dos documentos sonoros radiofônicos, distribuiu nas rádios alemãs uma ferramenta similar ao que atualmente entendemos como repositório digital confiável. Essas rádios utilizavam discos rígidos (HDs) e tratavam de forma periódica a migração de arquivos físicos para diminuir a

⁷² Em 2012 foi criada a Lei 12.682, que autoriza a digitalização de documentos, mas sem o descarte dos papéis originais.

perda de informações. Vale ressaltar que esta migração obedecia a todas as etapas concernentes a uma preservação digital, a gestão deste repositório, com metadados, fluxo de trabalho, gestão de risco, dentre outros aspectos.

Maldaner (2016) mostra que no cenário nacional o patrimônio cultural relativo à preservação da memória radiofônica está contemplado nas Rádios Universitárias (USP FM, UFSM AM). Estas desenvolveram projetos de preservação de seus acervos e coleções documentais, com etapas de higienização, acondicionamento, preservação dos suportes originais e digitalização para assim promover a difusão da memória institucional, a partir do acervo arquivístico sonoro salvaguardado.

Os professores Marcelo Kischinhevsky e Lena Benzecry (2020) afirmam que a História do Brasil tem significativo destaque no campo da cultura e memória radiofônica, mas existem lacunas e entraves indicados na ausência do fluxo de trabalho que espelham os registros sonoros e seus documentos das emissoras de rádio. O resultado da pesquisa destes professores confirma a ausência destes documentos nas políticas de preservação traz um grande prejuízo para a sociedade, já que uma parte importante do patrimônio cultural fica desconhecido e inacessível aos cidadãos, estudantes, pesquisadores e profissionais brasileiros. A preservação e a guarda da memória social, dos costumes e lazer da população brasileira, contidos nas narrativas construídas por meio dos documentos arquivísticos sonoros radiofônicos, certamente faz parte de nosso patrimônio cultural brasileiro.

2.4.3 Documentos sonoros como entrevistas, depoimentos e eventos

Quando dialogamos diretamente com as categorias de patrimônio, arquivo e os documentos sonoros, temos a interseção com um fator fundamental que é a memória. Segundo Jardim (1999), a memória é uma dimensão que faz parte do campo da arquivísticas, mas os arquivos são além de lugares de memória, não são apenas isso. Em grande parte da literatura desta área, com destaque para a norte americana e canadense, os autores afirmam existir uma ruptura com esta visão, mesmo havendo uma dicotomia entre arquivologia e gestão de documentos que identifica grande parte daqueles documentos que se constituirão em memória nas instituições.

A memória no espaço arquivístico só é ativada, porém, se em tais lugares de memória forem gerenciados também lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. Se a memória não é neutra, muito menos a informação. É enquanto lugares de informação – espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional – que os arquivos se configuram hoje, provocando redimensionamentos na arquivologia (JARDIM, 1999, p. 3).

De acordo com Piccino (2005), estudos que analisam documentos sonoros como as entrevistas, afirmam que o bibliotecário e livreiro francês Édouard-Léon Scott de Martinville, inventou e patenteou o fononautógrafo em 1857, e que posteriormente foi chamado de fonógrafo: este instrumento é considerado o mais antigo dispositivo que captou um som gravado em 1860 (Figura 15). Segundo Tinhorão (1981), este foi o primeiro equipamento capaz de registrar sons em cilindros de papel, mas não podia reproduzi-los.

Em 1877, duas invenções importantes para o som e a gravação de entrevistas foram a do poeta francês Charles Cross e a do inventor e empresário norte americano Thomas A. Edison. O poeta Cross apresentou para a Academia de Ciências um mapeamento documentado sobre sua invenção: o primeiro aparelho reproduzidor do som nomeado como Paleofone⁷³. Já Thomas A. Edison patenteou o fonógrafo como da figura 15, um aparelho que tinha habilidade para executar uma gravação; Martinville panteou o fononautógrafo, um instrumento que contribuiu para as experiências de aprimoramento do fonógrafo que Edison panteou. Buarque (2008) afirma que em 1899, na Áustria foi criado o Phonogrammarchiv⁷⁴, tornando-se, assim, o mais antigo arquivo sonoro do mundo. A figura 16 mostra um modelo de gravador portátil produzido na década de 1940, que foi muito utilizado para a realização de entrevistas; a facilidade em transportá-lo influenciou bastante no crescimento da produção destes documentos no pós-segunda grande guerra.

Figuras 15 e 16: Fonógrafo e aparelho gravador para entrevistas.



Fonte: AUBRY (2015)



Fonte: SANTOS (2009)

No que diz respeito aos aspectos históricos, Anne Kaminsky (2000) publicou capítulo de livro narrando sua experiência ao organizar um projeto de história oral em 1990, quando

⁷³ Paleofone era um aparelho para gravação de registros com sulcos de vibração para chapa, o que depois se tornaria discos, mas não foi patentado.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.ocaw.ac.at/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

entrevistou antigos prisioneiros dos campos de concentração soviéticos da Segunda Guerra Mundial. Estes comparavam os fatos ocorridos consigo e o que se encontrava descrito em entrevistas já concedidas sobre a segunda guerra, com o argumento de que não se viam representados na memória e história oficial daquele período, já que o que se impunha era a memória dos prisioneiros dos campos nazistas. Nas entrevistas gravadas por ela nos anos 90, os depoentes dos campos soviéticos afirmam que ao saírem nos anos 50, foram realizadas entrevistas com prisioneiros identificados como parte dos nacional-socialistas, como se fossem a grande maioria dos presos e os verdadeiros representantes da memória nacional. O grupo entrevistado por ela, prisioneiros dos campos soviéticos, não se sentia parte integrante da história oficial da Segunda Grande Guerra por não terem participado destas entrevistas.

Segundo a autora, o resultado de sua pesquisa confirma a importância de documentos, no caso, as entrevistas, gravadas com sujeitos que trazem o olhar dos prisioneiros dos campos soviéticos e o quanto esta nova versão e reinterpretação do significado de ser prisioneiro de campos de concentração, contribuiu para a rememoração destes fatos. Os dois resultados, entrevistas dos anos 40 e as dos anos 90, são experiências que ratificam o quanto documentos sonoros gerados com as entrevistas de história oral são e devem fazer parte da história, da cultura, do patrimônio, da memória.

Na mesma coletânea, Von Plato (2000) analisou aspectos históricos da segunda guerra e ao realizar entrevistas de história oral, mostra que a metodologia e os documentos gerados por ela tiveram imensa importância para rememorar a história unindo outros suportes documentais. Assim, ao gravar tais depoimentos, recorreu a documentos escritos ou iconográficos com o intuito de aguçar as lembranças dos depoentes que, ao verem cartas e imagens (fotografias, figuras, cartões postais), puderam acionar mecanismos de lembranças de suas vivências e explorar suas histórias de vida, contribuindo com as “(...) mudanças de padrões e narrativas pessoais, as alterações da própria memória” (Von Plato, 2000, p.156).

2020 marca um momento bastante peculiar em nossa sociedade pela chegada do SARS-CoV2 (Covid-19) e suas variantes trazendo uma ressignificação de nossos hábitos e cultura, da relação com o trabalho e a saúde, nas implicações do cotidiano de todas as populações que se viram, de repente, tendo que redimensionar as diferentes categorias que regem o cotidiano.

Nesse sentido, o afastamento social imposto pelas razões epidemiológicas que acompanham a própria pandemia, gerou outra forma de criar acervos com depoimentos, palestras, eventos e cursos acadêmico-científicos. Este fato levou um número considerável de instituições, pessoas e comunidade científica a buscarem iniciativas para implementar ações e atividades, não só relacionadas à memória individual ou coletiva em seus documentos sonoros,

no sentido de preservá-las, mas também em dar continuidade a estudos, eventos, cursos, que anteriormente eram realizadas presencialmente.

Assim, vemos um aumento significativo na produção de registros sonoros em comunicações midiáticas, tais como plataformas de Youtube Music e Podcasts, que procuram registrar um evento que está em curso, como a Covid-19, mas também como uma alternativa ao isolamento imposto por ela, e dar seguimento às atividades de pesquisa ou de simplesmente registrar o que anteriormente era realizado de forma presencial.

A voz, o relato, o depoimento, o testemunho que constituem uma gravação sonora e estão registrados em um suporte tecnológico, tem sido um bom exemplo de preservação destas experiências pessoais que refletem as mudanças que temos experimentado e que ainda estão em curso por seu caráter de transitoriedade e incerteza.⁷⁵

A internet traz a possibilidade de documentar estes momentos de variadas formas e os congressos, webnários, eventos, mesas redondas ou *lives*, podcast's acadêmicos e institucionais, tem sido a maneira encontrada para manter comunicação e informação com pessoas e/ou instituições. Outras formas de registros como fotografias, desenhos, poemas, contos, observações, relatos, músicas ou quaisquer outros suportes possíveis igualmente têm sido utilizados. O importante é resguardar esse momento tão diferenciado pelo qual passa a humanidade e deixar registradas nossas experiências, porém, aqui, nos interessam os registros de voz, ou seja, os registros sonoros e sua relação com a documentação arquivística enquanto sua categorização como patrimônio cultural e documental arquivístico digital.

Há iniciativas internacionais como a *British Library* (BL) em sua versão *on line* disponibiliza na seção *British library sounds*⁷⁶, documentos que fazem parte do acervo de sons em geral, abrangendo uma ampla seleção de áreas temáticas e com uma entrada específica para o acervo de História Oral⁷⁷. A *Oral History Society* em parceria com a *British Library Oral History* desenvolveu um guia para produção de entrevistas à distância, devido a suspensão dos encontros presenciais entre equipe e entrevistados. Propõe as plataformas digitais como solução

⁷⁵ Algumas iniciativas de pesquisa, como o projeto 'Arquivos da Pandemia' (COC), 'Memória Covid 19' (Unicamp), 'Arquipélago de Memórias: pandemia, vida cotidiana e educação' (UFG), Projeto 'Memória Covid' (Universidade Nova de Lisboa), para citar alguns, pretendem reunir registros das pessoas que participam de maneira voluntária. Dentre estes registros, podemos encontrar depoimentos e gravações que compõem um acervo sonoro virtual refletindo algumas das consequências cotidianas da Covid-19 na vida de pessoas comuns (*ordinary people*).

⁷⁶ Algumas das áreas abrangidas são Accents&dialects; Art, literature and performance; Classical music, Popular music, Environment and nature, dentre outras que possuem relação com aspectos diferenciados da cultura daquela sociedade, bem como com sua memória coletiva. <https://sounds.bl.uk/>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

⁷⁷ British Library Sound Archive possui gravações das áreas temáticas de Arquitetura, Artes, Autores, Banco e finanças, Design, Caridade, Moda, Alimentação, Legislação, Mulheres pioneiras, História oral da ciência britânica, dentre outras. <https://sounds.bl.uk/Oral-history>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

para o aumento do interesse em conduzir entrevistas remotas, não deixando de tratar de questões éticas, legais, metodológicas e técnicas que as equipes vão se defrontar diante da nova realidade trazida pela Covid 19⁷⁸.

Os documentos sonoros como entrevistas concretizaram seu lugar de fala e de escuta por meio mais uma vez da tecnologia e da contextualização do historiador documentalista em sua expertise na inclusão do indivíduo na sociedade (memória individual na memória coletiva), confirmando que a alteridade é o debruçar da metodologia da história oral e seus documentos.

Na produção acadêmica nacional encontramos as seguintes definições em relação a patrimônio e arquivo. De acordo com o Conarq (2018, p.13) documento sonoro é “(...) um gênero documental integrado por documentos que contém registros sonoros.”; já o Dicionário Brasileiro de Terminologia do Arquivo Nacional (2005, p.79) afirma que “O documento sonoro é um registro sonoro, como disco e fita áudio-magnética.” Em publicações produzidas no âmbito do patrimônio, ainda não é possível encontrar uma definição referente ao documento sonoro como parte integrante do patrimônio nacional.

O documento sonoro conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística mencionado por Camargo e Belotto (2010, p.40) é um “gênero documental que utiliza como linguagem básica o som”, e seus registros contidos exclusivamente por sons. Desta forma o conceito internacional abordado por Gumaro Dámian Cervantes (2008, p.49) diz que o documento sonoro pode transmitir a informação através de linguagem verbal ou a partir de sons e necessitam de um equipamento tecnológico específico não só para registrar as informações para se consultá-las “São diversos os formatos e suportes, que refletem a evolução tecnológica”.

Em Bosi (1994) vemos que os documentos sonoros fazem parte do contexto de memória nacional por oferecer recursos culturais, para que os sistemas de governo, instituições de memória e sociedade civil compreendam sua importância, seja como bens culturais, patrimoniais ou seja como fontes de pesquisa. Estas categorias do documento sonoro por si só são fundamentais para confirmar a necessidade de serem pauta e prática nos processos de salvaguarda e acesso (preservação digital) para as próximas gerações.

Observa-se que a maioria dos documentos sonoros que fazem parte do acervo do DAD, são de registros oficiais, produzidos institucionalmente, cujas entrevistas representam fontes para a pesquisa. Segundo Bosi (2003, p.19-20), as entrevistas são “(...) uma via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História [e Memória] com a vida cotidiana.”

⁷⁸ Disponível em: <https://www.ohs.org.uk/covid-19-remote-recording/>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

Nesta dissertação adotamos a definição de documentos arquivísticos sonoros como entrevistas, depoimentos e/ou relatos, como registros sonoros que incluem entrevistas gravadas, eventos institucionais, depoimentos avulsos, dentre outros, que se encontram amparados pelas políticas de acervo e outras iniciativas institucionais da Fiocruz, ratificando seu potencial de documento como bem cultural, patrimonial e fonte de pesquisa.

Em aspectos históricos, direta e indiretamente nos campos do patrimônio e arquivo, observa-se a partir de René Dreifuss (1986) três momentos de utilização dos documentos sonoros em sua pesquisa de doutorado. O primeiro quando buscava ter acesso às entrevistas do arquivo sonoro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), já que seu tema era a ciência política no Brasil no período de criação do Ipes, final dos anos 50 e início dos anos 60. Contudo, no percurso metodológico realizou entrevistas de história oral com Raul Lima, que dirigia o Arquivo Nacional no período da pesquisa. O material proveniente desta entrevista fez toda a diferença sobre o conteúdo dos Arquivos do Ipes e de Paulo de Assis Ribeiro⁷⁹.

Segundo ele, a entrevista realizada com Raul Lima, proporcionou uma reinterpretação das fontes pelas diferentes versões dos fatos trazidos com ela; outra questão é que no período pós ditadura estes acervos nasceram apartados da área de arquivologia. Isto ocorreu devido à sua produção e tratamento serem realizados considerando os princípios da história ou das ciências sociais, e não da arquivologia que considerava estes documentos sonoros de entrevistas como um patrimônio silenciado nas publicações da área, em eventos acadêmicos e nas práticas institucionais. Um outro dado que chamou a atenção no decorrer de sua pesquisa foi a questão da preservação e manutenção deste acervo em diferentes instituições, pois havia lugares onde o espaço de guarda e a forma de armazenamento não eram apropriados nem adequados, o que poderia ocasionar descarte deste material por sua obsolescência devido a não atualização dos suportes, impactando negativamente parte da memória e do patrimônio nacionais.

Dreifuss (1986) nos chama a atenção para o terceiro momento (sub)notificado em seu artigo que corresponde ao processo de descarte de documentos sonoros gerados com as entrevistas, que é uma preocupação existente quando nos deparamos com uma organização dispersa em uma gestão compartilhada, por exemplo, e assim deixa de lado algumas questões fundamentais no processo de preservação dos documentos sonoros. Este pesquisador levanta de forma atenta a questão do descarte, já que a gestão estava compartilhada pelo menos em 3 instituições (FBN, AN e no IME), como preservar documentos sonoros como entrevistas, que

⁷⁹ Um dos formuladores do estatuto da Terra no período inicial do Ipes.

parecem ser silenciados ou descartados? como fazer a historiografia dos arquivos e a preservação destes documentos?

Vale mencionar que uma grande e importante obra da produção científica em relação à descrição documental de arquivos sonoros é considerada até hoje como a clássica e tradicional, que é o livro “Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros”, de autoria de Maria de Fátima Jaegger e Maria Helena P. de Lyra (1985). Vale ressaltar que seria importante ter uma atualização desta obra, pois os documentos sonoros de entrevistas têm atualizados os seus suportes e formatos, acompanhando os processos de sua manutenção, conservação e preservação, que pode levar à obsolescência.

Os documentos sonoros resultados de entrevistas acumuladas ou tratadas nas áreas do Patrimônio ou do Arquivo se deram a partir de sua produção científica, como a publicação Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Professor José Maria Jardim et al. (1987) constatou ao final da década de 1980, por meio da realização de uma pesquisa, que a métrica documental (sem constar a metragem dos arquivos privados) no Estado do Rio de Janeiro desde o séc. XVIII era de aproximadamente 170 km. Esta massa documental dizia respeito aos documentos institucionais nas esferas públicas e privadas, constituída por documentos convencionais (textuais, iconográficos, dentre outros) e fitas de computadores e gravadores de áudio.

O texto de Celia Costa (2001) “O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade” dialoga com o de Paulo Elian (2014) “Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950”, pois ratificam a interdisciplinaridade entre a História e a Arquivologia. De forma indireta, o texto de Santos (2014), destaca o uso de entrevistas, relatos, depoimentos como fontes de pesquisa em seu percurso metodológico e chama a atenção para a produção de documentos arquivísticos sonoros gerados em projetos de história oral.

O Conarq e o Arquivo Nacional têm naturezas diferentes, pois o primeiro tem como missão estabelecer normas e diretrizes para as práticas arquivísticas nas instituições públicas e privadas; já o Arquivo Nacional tem suas atribuições interligadas às atribuições da Advocacia Geral da União (AGU) por fazerem parte do Ministério da Justiça. Como visto na Portaria nº 159, de 21 de junho de 2018, o parágrafo do artigo 1º prevê à AGU “(...) avaliar o momento em que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim deverão ser revistos (...)”. Com o Arquivo Nacional

(2018, online⁸⁰) e a Lei de Acesso à Informação (LAI), elaborada pela Casa Civil, os aspectos legais permanecem na proposta inicial da época do Arquivo do Império, mas as mudanças técnicas correspondem ao processo que busca transcender cultural e historicamente aos aspectos legais desde então, por meio da preservação digital e a contextualização profissional deste processo.

Prosseguindo nesta reflexão sobre os aspectos legais no diálogo entre patrimônio e arquivos ou patrimônio arquivístico e seus documentos, vemos que em Delmas (2010) a nomeação das funções fundamentais dos arquivos à sociedade civil são lembrar, compreender, identificar e provar. Estas correspondem ao ato de lembrar como característica na gestão, compreender como utilidade científica, identificar como função social e provar como função jurídica. Seu pensamento nos apresenta alguns momentos históricos que confirmam estas funções do arquivo, como na Idade Média cuja função era jurídica pelo documento ser prova e no Renascimento como compreensão devido à sua função científica.

Silva e Madio (2016) afirmam que ainda não há na literatura nacional publicação que mencione quais os aspectos legais referentes ao patrimônio arquivístico, sendo que apenas a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, abordando o caráter arquivístico de documentos de diversos gêneros, formatos ou suportes, ficando compreendido a gestão dessa documentação. A LAI, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação e abrange a gestão de qualquer gênero documental. Segundo os autores Nascimento; Santos (2022), a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, estabelece a adequação dos arquivos permanentes, a partir de algumas prerrogativas, precisando responder a questão do prazo dos acervos e seus gêneros; a memória desde individual, coletiva até a institucional, contempladas nas perguntas a serem respondidas pelo acervo: com quem se compartilha esses documentos e qual o uso lhes será dado.

De acordo com Marcelo Siqueira (2011), a câmara CTDAIS, criada em 2010, com vínculo ao Conarq e ligada ao Arquivo Nacional, se configura em um órgão que propõe medidas corretas de organização e tratamento arquivístico voltados para acervos e gêneros documentais. Importante salientar que em 2010, existia apenas a publicação de Jaegger e Lyra (1985) que procurava estabelecer uma metodologia padronizada para os documentos sonoros, como já dito.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/codigo-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-de-arquivo>. Acesso em: 27 maio 2022.

Assim, apenas a partir de 2010, com a criação da CTDAIS, observamos um crescimento tímido em eventos e produção acadêmica sobre o tema.

De acordo com Silva e Madio (2016) esta criação foi direcionada para oferecer diretrizes arquivísticas para os documentos imagéticos e em 2013, temos um primeiro resultado com a publicação que traz recomendações na forma de tratamento dos documentos arquivísticos, indo além do glossário específico sobre gêneros documentais contemplados pela CTDAIS. Esta publicação representa um avanço nas discussões brasileiras a respeito do tratamento arquivístico adequado para esses documentos, devido às soluções e medidas sugeridas.

José Maria Jardim realizou uma apresentação on line em dezembro de 2021, convidado do Grupo de Estudo e Pesquisa em Epistemologia Arquivística/GEPE-Arq.UFPB, na qual retoma o debate contido na publicação de 2016 “Pesquisa em Arquivologia: métodos, especificidades e diálogos”. Neste texto traça um painel revigorante e renovador em relação à Arquivologia, epistemologia, práticas arquivísticas, diversidade e reconhecimento destas práticas. Segundo ele, em 1980 as universidades passam a discutir arquivologia a partir do conhecimento hegemônico, tendo um debate nas instituições públicas quando a pauta sobre a arquivologia e suas práticas já está consolidada em outros países, com isso a dinâmica a respeito da arquivologia e suas práticas no Brasil é um debate bastante contemporâneo.

Jardim (2016) também afirma que os produtos (teoria e prática) do universo acadêmico sobre a epistemologia e o diálogo da arquivologia com as instituições é uma construção entre as universidades e as instituições públicas arquivísticas. Este diálogo requalifica o trabalho de pesquisa, da teoria e prática da arquivologia, mas chama a atenção de que este elo não está sendo feito nem no Brasil e nem fora do país. O Brasil começa a participar desta pauta a partir de 1990, quando cria a Lei de Arquivos em 1991, que contribui para este avanço. Alguns autores mencionam este momento como a virada arquivística, referente ao objeto de arquivo e a epistemologia arquivística.

Na apresentação mencionada por Jardim afirma que na entrevista⁸¹ concedida por Cook (2012), este fala sobre um novo paradigma com conceitos dinâmicos virtuais como uma visão, fluxo, produção de documentos nos processos e nas próprias mudanças organizacionais. Cook chama atenção de que o próprio discurso arquivístico está em mudança e Jardim, na mesma apresentação com base no texto do ano 2016, ratifica este posicionamento quando afirma que no início de 2010 vivia-se uma segunda virada na área da arquivologia com novos intérpretes e interpretações. As pesquisas no campo da arquivologia começam a pensar o arquivo para além

⁸¹ Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39767>. Acesso em: 14 nov. 2022.

das normas regulativas e devido a esta virada arquivística, tem a presença do pós-moderno, pós-custodial nos acervos e coleções documentais, em pesquisas de arquivo, mas não necessariamente por via da arquivologia. Para Jardim (2016) tal afirmativa é vista na gestão de documentos que é estudada e abordada de maneiras distintas, por meio de novos elementos e olhares, nem sempre nas instituições hegemônicas de documentos. O ambiente e pensamento arquivístico passaram a ser possível nas normas de descrição e não as interpretar em um modelo neopositivista.

Para a área de arquivologia, Jardim (2016) afirma que a existência de outros modelos não objetiva suas práticas arquivísticas devido à ausência de uma política e um plano específicos, mesmo que estes processos tenham a melhor ferramenta, não se consolidam. Como Profa. Marilena Chauí (1995) se propõe em um esforço para dialogar com as categorias de patrimônio e arquivo, ela afirma que os processos podem mudar, mas precisam ser transformados para que aconteça na prática a política de cultura nacional.

Ainda neste debate em relação ao texto de 2016, Jardim elucida a identificação de massa documental acumulada para (in)definição de recolhimento/ou transferência e outras etapas previstas, estabelecidas pela Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-americanos (RADI) e estas mesmas etapas não entraram na pauta do Conselho Internacional de Arquivos e assim não as validaram, apresentando um pensamento colonial por engessar os processos em vez de dinamizá-los. A RADI tornou-se um instrumento eficaz de intercâmbio de informação e experiências no domínio dos arquivos, facilitando a comunicação e promovendo a cooperação, compartilhando experiências bem-sucedidas de arquivamento com os países que estão avançando na gestão de documentos.

Outro apontamento extremamente crucial que Jardim se refere é a necessidade de haver uma modificação nas lacunas dos acontecimentos previstos na Lei de Arquivos, o que impacta diretamente nas práticas arquivísticas. E no mesmo ano de 2016 temos os autores como Silva e Madio que chamam a atenção que apenas a Lei de Arquivos é a legislação arquivística específica que contempla a transferência e/ou recolhimento de documentos audiovisuais [e sonoros] para os arquivos municipais, estaduais ou federais.

Observamos que a história oral e seus registros no campo da Arquivologia está em diálogo com a inovação e a promoção tecnológica, gerando repositórios digitais que preservam e dão acesso aos documentos sonoros que anteriormente eram consultados apenas presencialmente.

Os documentos sonoros no campo patrimonial se aproximam do Patrimônio imaterial⁸² e/ou oral prevê aspectos legais com diretrizes e tratativas que contemplam os documentos sonoros nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, em sua ampliação como patrimônio cultural e a partir do reconhecimento da existência de bens culturais de natureza seja material seja imaterial.

Os estudos realizados pelo Iphan resultaram no determinante legal Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 e com isso se desdobraram em dois componentes legais. O primeiro é o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e o segundo é a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Assim, por meio da categoria patrimônio imaterial, os documentos sonoros são considerados como bem cultural e reconhecidos pela legislação.

Observamos que a história oral e seus registros no campo da Arquivologia está em diálogo com a inovação e a promoção tecnológica, gerando repositórios digitais que preservam e dão acesso aos documentos sonoros que anteriormente eram consultados apenas presencialmente. Como exemplo, podemos citar algumas iniciativas nacionais que se deram nos últimos cinco anos, tais como o Projeto Água!nabara, de 2018,⁸³ coordenado pelos Professores Alexandra Joy Forman (Instituto Urcá) e Jair Martins de Miranda (LABOGAD-UNIRIO), utilizam a metodologia da história oral na realização de entrevistas e na composição do acervo arquivístico, baseado no Records in Contexts Conceptual Model 0.2 (RiC-CM 0.2)⁸⁴ A documentação se encontra em tratamento arquivístico e objetivo é torná-lo patrimônio cultural dos arquivos.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou em 2020 o Repositório de Entrevistas de História Oral (REPHO/UFRGS)⁸⁵. Desde 2017, percebeu-se a necessidade de criar de um espaço de guarda e recuperação dos documentos sonoros produzidos em quantidade significativa pelas entrevistas de História Oral, realizadas tanto pelos discentes quando pelos docentes do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da UFRGS. Paralelamente a esta criação, foi observada a importância de se elaborar uma política de arquivamento, já que esta não existia e em 2020, foi lançada a publicação on line ‘Manual de Procedimentos do Repositório de Entrevistas de História Oral’ (REPHO, 2020).

⁸² Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em (...) musicais ou lúdicas; registros sonoros a respeito de determinado grupo social.

⁸³ Disponível em: aguanabara.org. Acesso em: 09 jun. 2022.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.ica.org/en/records-in-context-conceptual-model-02>. Acesso em: 09 jun. 2022.

⁸⁵ Disponível em: www.ufrgs.br/repho. Acesso em: 11 jun. 2022.

Vale ressaltar que o CPDOC/FGV é pioneiro com seu Programa de História Oral iniciado em 1975 e detém o maior conjunto de arquivos pessoais de personagens com destaque na vida pública brasileira. Com mais de 200 arquivos privados, contendo cerca de 2 milhões de documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, possui um conjunto de 2500 de entrevistas de história oral, com aproximadamente 7.700 horas de gravação. Todo este acervo de suportes variados está localizado na Casa Acervo⁸⁶ e contribuiu para a difusão do conhecimento científico no Brasil, por meio de produtos diferenciados, tais como os dicionários histórico-biográficos “Brasil Contemporâneo pós-1930”, “Elite política da Primeira República” e “História política fluminense”.

Com a criação da COC⁸⁷ em 1986, o DAD tem a gestão e custódia dos documentos arquivísticos sonoros como entrevistas, depoimentos, palestras, eventos dentre outros, resultantes das atividades e estudos desenvolvidos por seus profissionais e recebidos em doação de formas variadas ou produzidos com os vários projetos de história oral realizados por seus pesquisadores. A oficialização de sua política de acervos em 2012 possibilitou que estes documentos fizessem parte do processo de patrimonialização institucional. Dito isto, o acervo sonoro do DAD, dentre os citados acima, no âmbito nacional é o único que trabalha com base nas diretrizes arquivísticas e com elementos necessários para compor a política de acervos Fiocruz.

Cap. 3 – Diagnóstico do Acervo Sonoro

Este capítulo tem como objetivo apresentar um levantamento histórico e técnico por meio da metodologia de diagnóstico de acervo sonoro que faz parte do DAD, quer sejam representante ou nato digital, para a partir daí se obtenha recursos informacionais, humanos e políticos. Assim, escrevo a versão inicial de uma proposta do plano de preservação digital,

⁸⁶ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/casa-acervo>. Acesso em: 09 jun. 2022.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/acervo-arquivistico>. Acesso em: 09 jun. 2022.

contemplando suas práticas, critérios, estratégias previstas e adotadas, considerando sua importância como patrimônio cultural e arquivístico nas áreas das Ciências e da Saúde.

Este produto enfatiza as etapas que fazem parte do diagnóstico do arquivo e são as seguintes: a) realizar estudo sobre a história da instituição e seus documentos de arquivo que contam a trajetória da Fiocruz, do DAD e da COC; b) levantar os acervos e coleções documentais que são parte do acervo sonoro, e sua localização, estado de conservação, ou recebimento e produção de novos documentos sonoros; c) descrição do acervo sonoro com suas características, projetos e, principalmente, desafios encontrados na gestão, conservação e manutenção destes registros; e, por último, d) propor uma solução para o acesso em longo prazo destes documentos arquivísticos por meio de um plano de preservação digital.

Na dissertação de Tartaglia (2018), a autora contextualiza um ponto estratégico que é o conceito de autenticidade, aspecto muito importante não só nesta pesquisa, mas também na discussão sobre memória, patrimônio, arquivo e preservação digital, conforme se observa na figura 17. No Glossário sobre documentos arquivísticos digitais, elaborado pela Universidade Federal da Fronteira do Sul (online), o termo autenticidade é definido pela credibilidade de um documento enquanto documento. Isso quer dizer que a característica primordial do documento arquivístico, físico e digital, é o conteúdo documental, que em seu formato digital precisa ser o que diz ser. A característica de autenticidade é composta de identidade e integridade, tendo envolvimento com os aspectos diplomático, histórico e legal.

Figura 17: Áreas de interseção do conceito de autenticidade.



Fonte: Autora (2022)

Em Meneses (1999) a autenticidade é o elemento primordial para o objeto histórico/objeto documento para que estes sejam caracterizados como legítimo no âmbito do patrimônio. Na

área de arquivo, a presunção de autenticidade das coleções documentais arquivísticas está prevista nas Resoluções do Conarq (2012; 2015), uma vez que são decisões regulatórias; na preservação digital, a autenticidade é critério fundamental, como encontrado em Machado; Márdero Arellano, Lopes (2020) e Pontes (2021).

A autenticidade e sua interseção nas áreas de história oral, patrimônio, arquivo e preservação digital ocorre quando se constata pela literatura, que a Autenticidade é a característica essencial do documento contribuindo para que suas funcionalidades fiscais e legais sejam cumpridas. Assim, o fator probatório de um documento enquanto documento para fins de pesquisa, influencia na credibilidade e seu conteúdo.

A autenticidade perpassa a história oral por meio dos documentos sonoros como as entrevistas, que confirmam seu valor de prova e de pesquisa contido nas gravações. A legitimidade do documento no âmbito do patrimônio é apresentada a partir da autenticidade do bem cultural. Na arquivologia as resoluções do Conarq estabelecem suas decisões regulatórias através da autenticidade do documento e para que ocorra o processo de preservação digital é imprescindível a autenticidade dos documentos.

3.1 O Histórico do Arquivo do DAD/COC

Neste item o objetivo é apresentar um breve panorama sobre o cenário institucional por fazer parte dos pontos estruturantes de um diagnóstico de arquivo e também se aproximar do objeto de estudo desta dissertação. Ao se falar de arquivo vê-se como uma das iniciativas institucionais da COC, a Base Arch gerida pelo DAD. Na publicação Fiocruz (2020c) vemos que esta Base é um repositório arquivístico que contempla a descrição arquivística de seus gêneros documentais, cuja busca e recuperação é online. Contudo, é necessário estabelecer procedimentos para a salvaguarda e acesso em longo prazo desses documentos arquivísticos, visando sua longa permanência. No que se refere ao arquivo sonoro, a Base não armazena as gravações, os arquivos de áudio, mas sim as informações sobre esta documentação e, atualmente, as transcrições de parte do acervo.

As diretrizes estabelecidas pelo Sigda/DAD/COC são referências institucionais, de consulta online e gratuita, e contribuem na difusão da informação para outras instituições que tenham como proposta garantir a preservação das características arquivísticas de seus documentos, com destaque para a integridade, identidade e, a já citada e prevista nos aspectos legais, presunção de autenticidade. Estas características são ratificadas pela descrição e registros gerados, somando-se à relação orgânica entre os documentos de uma coleção e/ou

fundo, e para as entrevistas temos como exemplo o Arquivo Pessoal Paulo Carneiro, onde encontramos o registro sonoro mais antigo do acervo sonoro do DAD.

Desde 2013, com a publicação *Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde*, constatou-se que tais políticas são pensadas para os arquivos permanentes já prevendo os principais requisitos para a consolidação de processos e ações voltadas para a preservação digital destes acervos. O arquivo permanente do DAD procura seguir as diretrizes contidas nas referências institucionais, tais como na publicação 2020 o Preservo - Complexo de Acervos da Fiocruz: relatório de atividades; Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz: atualização 18.09.2020 e com o Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz.

3.1.1 Fiocruz e a COC

Com a criação da COC em 1986, é formado um centro de documentação, informação, ensino e pesquisa em história, memória, preservação do patrimônio cultural-científico e divulgação em ciências da saúde. A COC dispõe de quadro profissional qualificado, com pesquisadores que atuam como líderes de pesquisa no CNPq e outras agências de fomento em grupos voltados ao estudo histórico da medicina, da saúde pública, das ciências, das políticas e das tecnologias, e realiza pesquisa na área de arquivologia, preservação de acervos e divulgação e popularização da ciência. (FIOCRUZ, 2020c)

Ela é responsável pela preservação e acesso a um diversificado e amplo patrimônio da Fiocruz composto por edificações arquitetônicas juntamente com seus acervos e coleções documentais (arquivístico, bibliográfico e museológico)⁸⁸. Sob custódia e gestão do DAD, o arquivo permanente possui hoje mais de 100 fundos documentais, contendo arquivos pessoais e coleções de médicos, sanitaristas e cientistas com atuação nos campos da saúde, história das ciências, das ciências sociais e ciências biomédicas. Este acervo é composto também por fundos de unidades da Fiocruz e parcelas de arquivos de instituições na área da saúde, tais como as Conferências Nacionais de Saúde e Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP). Deste

⁸⁸ As edificações arquitetônicas são ecléticas e modernistas no Campus Manguinhos; sítios arqueológicos são exemplos de elementos do patrimônio arquitetônico, arqueológico e urbanístico tombados nas esferas: municipal, estadual e federal.

conjunto documental de caráter permanente, três são reconhecidos pelo Programa Memória do Mundo, da Unesco⁸⁹.

A maior parte do patrimônio cultural-documental da Fiocruz é de responsabilidade da COC e é aberto à pesquisa pública. Esta documentação, arquivística e bibliográfica, possui sistemas de consulta on-line na web, como também presencialmente na sala de consulta no DAD, mediante agendamento prévio, pois seus conjuntos documentais não podem ser retirados para empréstimo, mas cópias são permitidas se não acarretarem prejuízos à sua conservação; quando possível, também são fornecidas cópias digitais.

A COC tem atividades nos segmentos de educação formal e não formal, três programas de pós-graduação *stricto sensu*, um curso *lato sensu* de Divulgação e Popularização da Ciência; concomitantemente são oferecidos cursos de formação inicial para conservação de bens culturais e gestão da documentação, produtores culturais e para alunos universitários com interesses nas áreas de divulgação e popularização da ciência. (FIOCRUZ, 2020)

Importante não esquecer que há três locais na COC onde se tem documentos e acervos, que são o DAD, a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde⁹⁰ e a Biblioteca de Educação e Divulgação Científica, ligada ao Museu da Vida.

O DAD possui conjuntos documentais desde 1803, e é composto por mais de 100 fundos e coleções, com documentos institucionais e pessoais dos gêneros audiovisual (filmográfico), cartográfico, iconográfico sonoro e textual, constituindo um repositório singular da memória e da história da saúde no Brasil. Este arquivo histórico abriga fundos produzidos e acumulados pelos institutos que desde 1970 passaram a integrar a Fundação Oswaldo Cruz, “(...) como também aqueles de cientistas, sanitaristas, médicos e técnicos que participaram da formulação e execução de políticas públicas de saúde, além de parcelas de arquivos de instituições da área da saúde.” (FIOCRUZ, 2020b, online)

A Biblioteca de História das Ciências e da Saúde tem seu acervo bibliográfico especializado em história da saúde pública, história, sociologia e filosofia da ciência e, história da medicina e possui um acervo de aproximadamente 80 mil títulos datados desde o século XVII até 2022 e aberta ao público em geral com acesso gratuito. O Catálogo Mourisco é uma base de dados que reúne o acervo da Rede de Bibliotecas da Fiocruz, como também o Coleções

⁸⁹ Os arquivos dos cientistas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, bem como os negativos de vidro do fundo Instituto Oswaldo Cruz, foram reconhecidos como patrimônio documental da humanidade pelo Programa Memória do Mundo da Unesco, respectivamente nos anos 2007 e 2008, e de 2012.

⁹⁰ Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/informacao-e-comunicacao/biblioteca-de-historia-das-ciencias-e-da-saude>. Acesso em: 02 jun. 2022.

Especiais possui as coleções da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde, disponível na Base Hisa⁹¹.

A Biblioteca de Educação e Divulgação Científica⁹², pertence ao Museu da Vida, e contempla as áreas de museologia, ciências da vida, divulgação científica, educação, saúde e literatura infanto-juvenil. O Museu da Vida desenvolve também atividades fora da instituição por meio do caminhão da ciência, com o projeto Ciência Móvel, que oferece atividades e exposições itinerantes em diversas cidades da região Sudeste, mediante solicitação pelo site. O Museu da Vida⁹³ é o departamento da COC dedicado à divulgação e popularização da ciência, tendo como principal espaço de visitação no campus de Manguinhos, aberto e gratuito, que oferece ao público circuitos interativos com atividades voltadas “(...) à reflexão sobre as ciências e a saúde e suas relações com a vida, à sociedade e a história” (FIOCRUZ, 2020c, online).

O acervo museológico da COC encontra-se sob a guarda da Reserva Técnica do Museu da Vida e possui aproximadamente três mil itens, relacionados à história institucional. A partir do século XIX até 2022 este acervo é composto de “(...) instrumentos e equipamentos de laboratório, materiais e maquinário utilizados na produção de medicamentos e vacinas, instrumentos médicos, mobiliário, indumentária, objetos pessoais de cientistas da instituição e uma pinacoteca” (FIOCRUZ, 2020c, online).

3.1.2 Fiocruz, Política de Acervo e seu processo em Preservação Digital

Dentre a produção acadêmica nacional, Silva Junior e Mota (2012) relatam como uma política de preservação digital deve servir como orientação legal, desde a produção dos documentos (representantes e natos digitais) na fase da gestão até a sua preservação, para que se garanta o acesso à informação a longo prazo. Estes documentos se tornam objetos digitais produzidos, selecionados e armazenados por instituições públicas e/ou privadas, visando à superação da obsolescência tecnológica dos suportes ou dos documentos a serem preservados.

Vale lembrar que a elaboração de toda política é amparada em atos administrativos, inventários, leis, projetos selecionados por editais e padrões, normas e resoluções, todos instrumentos que dão força à política de preservação digital. Esta também passa por critérios

⁹¹ A Base Bibliográfica em História da Saúde Pública na América Latina e Caribe (Base Hisa) referencia o acervo de bibliotecas brasileiras e do exterior em sua área temática.

⁹² Disponível em: <https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/biblioteca>. Acesso em: 02 jun. 2022.

⁹³ Disponível em: <https://www.museudavida.fiocruz.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

que precisam estar conjugados à política institucional existente e estabelecida a partir da análise dos aspectos organizacional (gestão), legal e técnico. (FIOCRUZ, 2020c)

No âmbito internacional, em 2003, foi publicada pela Unesco a *Carta à Preservação do Patrimônio Digital*, elaborada pela Biblioteca Nacional da Austrália, e estabelece que a política de preservação digital de uma instituição pode estar inserida em um programa mais amplo de preservação. Rocha, Silva (2011) informam que esta Carta estabelece as bases conceituais para as principais iniciativas e projetos internacionais em preservação digital. Já no Brasil, em 2004 a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq “(...) apresentou a Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital, baseada na Carta para preservação do patrimônio digital, aprovada e adotada pela Unesco em 2003.” (ROCHA; SILVA, 2011, p.131).

A Fiocruz (2020a) estabeleceu sua política de preservação digital a partir da necessidade de ter diretrizes para uma gestão integrada de seus acervos científicos e culturais e, nesse sentido, o Preservo tem objetivos variados, mas alguns deles têm destaque para esta dissertação. O primeiro é estabelecer uma maior integração das ações de preservação, gestão e disponibilização de acervos entre os diferentes agentes institucionais; o segundo é preparar a instituição com uma infraestrutura mais adequada à preservação, seja físico ou digital referente ao patrimônio científico e cultural; e, por último, ampliar o acesso físico e digital aos acervos e ao conhecimento produzido a partir deles.

Pinheiro; Coelho (2019) ratificam a ideia de surgimento do Preservo como uma instância orientadora e norteadora de ações, estudos e processos integradores relacionados aos acervos científicos e culturais institucionais. Em 2010, o Preservo passou a existir como projeto selecionado a partir do edital do Programa de Preservação de Acervos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este Projeto também citado por Pontes (2021) contempla a formação por representantes das diversas unidades técnico-científicas da Fiocruz que tenham gestão e custódia de acervos, tais como a COC, o ICICT e o IOC.

A *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz* corrobora com a definição maior de patrimônio cultural, e como tal prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, e especialmente no Inciso III, que inclui criações científicas, artísticas e tecnológicas; já o Inciso IV, inclui obras, objetos e documentos, além de edificações e outros espaços que sejam destinados às manifestações artístico-culturais. Finalizando, (...) “o Inciso V que se refere aos conjuntos urbanos e locais de valor históricos, quer sejam sítios paisagísticos, artísticos, arqueológicos, paleontológicos ou ecológico e científicos”. (FIOCRUZ, 2020a, p.9)

A proposta de uma gestão integrada se deu em função da diversidade de acervos e tipologias, baseada em normativas para políticas específicas, programas e planos de médio e

longo prazos, incluindo a definição de responsabilidades e previsão de avaliação e atualização. Em consonância com estudos e ações desenvolvidos nos âmbitos nacional e internacional, que têm como instruções fundamentais desde a conservação preventiva até ao gerenciamento de riscos, a COC formulou em 2013⁹⁴ a *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde*. Esta publicação tem caráter inovador, com destaque para o estabelecimento de normas aos acervos diversos (aqui direcionado ao arquivístico), confirmando que pesquisa, ensino e extensão são elementos primordiais e “(...) estratégicos para a estruturação de políticas de preservação.” (FIOCRUZ, 2020a, p.5)

Em 2020, esta publicação teve uma última atualização que apresenta, dentro de uma metodologia aplicada, dois documentos cruciais, o programa e o plano de preservação digital. Estes documentos precisam estar alinhados ao inventário digital por ser um instrumento que identifica o acervo e possibilita a valorização, salvaguarda e acesso, para além da pesquisa, contribuindo para a agenda de discussão na Fiocruz, mesmo que possua apenas objetos digitais (documentos arquivísticos digitais) que componham o acervo.

A gestão e custódia dos acervos histórico-culturais das ciências e da saúde, são responsabilidade da COC, que se compromete pela salvaguarda, acesso e difusão dos bens culturais e patrimoniais que integram o patrimônio científico-cultural da Fiocruz. Tais ações são legitimadas internacional e nacionalmente por agências de fomento e pela própria sociedade civil. Este cenário só confirma nesta publicação citada no parágrafo anterior a importância e necessidade da Fiocruz oferecer a “(...) organização e implantação de políticas, planos e programas, (...) relativos a esses acervos buscando aliar sua preservação à ampliação de seu uso social e geração de pesquisas nos campos da história, das ciências e da saúde.” (FIOCRUZ, 2020a, p.5)

3.2 Apresentação do acervo sonoro

A apresentação e/ou identificação é uma etapa de pesquisa referente à gênese do documento de arquivo, realizada no início do tratamento documental para adotar requisitos normalizados das funções que sustentam seja no momento da produção seja da descrição.

O acervo arquivístico sonoro começou a ser formado com a criação da COC em 1986, com a realização de projetos de história oral para agrupar as entrevistas oriundas destes projetos. Com o tempo, vieram acervos gerados em outras ações, como gravações diversas de palestras,

⁹⁴ Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf. Acesso: em: 24 jun. 2022.

cursos ou eventos que se somaram ao acervo gerado pelos pesquisadores da COC e, conforme foram sendo recebidos acervos pessoais, o material sonoro destes personagens, foram também adicionados ao acervo permanente da Fiocruz, reunindo depoimentos, relatos, palestras, jingles, aulas, cursos etc, tendo com temática principal a saúde pública no Brasil. Assim, este acervo contribui para a história, cultura e memória da saúde pública em âmbito nacional, pois contém registros que possibilitam seu alcance e difusão para estudantes professores, pesquisadores e a sociedade civil.

O acervo sonoro da Casa de Oswaldo Cruz⁹⁵ possui cerca de 3800 horas de gravações e foi constituído em sua maior parte por meio da metodologia de história oral, que estruturou as entrevistas realizadas pelos projetos. Estas entrevistas são fontes de pesquisa que registram aspectos únicos de acontecimentos culturais e históricos por possuírem valor próprio irredutível como fonte primária que transcende os limites inerentes aos projetos de pesquisa que lhes deram origem. Neste limite observamos a construção de memória e identidade dos atores envolvidos, a raridade de elementos afetivos, a riqueza das interpretações a respeito da instituição e dos profissionais, que caracterizam de maneira única este material. Ele é constituído por documentos provenientes de projetos de pesquisa (entrevistas de história oral), de arquivos pessoais (acumulados ou produzidos pelo titular), ou depoimentos avulsos, conferências ou palestras, eventos institucionais etc., que são tratados de acordo com as diretrizes arquivísticas próprias destes documentos. Significa dizer que eles serão sempre parte do fundo arquivístico que os constituiu, mas receberão o mesmo tratamento documental, apropriado para os documentos deste gênero.

3.3 Acervo sonoro e seu diagnóstico

Os trabalhos de Fernandes (2019) e Pontes (2021) apresentam diagnósticos de acervos que contribuem para nortear este debate e seus autores discutem diagnóstico do estado dos arquivos com vistas à preservação digital. Estes trabalhos analisam a estrutura de seus documentos arquivísticos por meio do levantamento histórico e conceitual de seus acervos, tendo como ponto fundamental o tratamento que consiste na descrição arquivística, parte crucial em um diagnóstico. A descrição do acervo sonoro vai ao encontro da contextualização abaixo

⁹⁵ Acervo de História Oral DAD/COC, informações disponíveis em: [Acervo de História Oral \(fiocruz.br\)](http://acervo.de.historia.oral.fiocruz.br). Acesso em: 18 jul. 2022.

apresentada pelas autoras Oliveira; Bedin (2018) e Almeida (2018), para compreender o tipo de metodologia mais próxima da realidade do arquivo permanente do DAD/COC.

Oliveira e Bedin (2018) definem diagnóstico de arquivo como um instrumento que norteia os planos de ações a serem realizados, tornando-o um processo decisivo nas atividades desenvolvidas em um arquivo, identificando as necessidades e possíveis ausências na gestão documental. Por isso é imprescindível se conhecer o arquivo, suas características, necessidades reais e especificidades.

Calderon et al. (2004, p. 101) afirmam que o diagnóstico deve ser “(...) o ponto de partida para os projetos de organização de documentos, subsidiando a proposta de modelos de descrição apropriada, visando a um destino final eficiente e eficaz”. De acordo com a literatura da área de arquivo é imprescindível se aplicar o diagnóstico como ação inicial na gestão de arquivos e seus documentos, pois assim se tem conhecimento da situação real do arquivo e quais subsídios e propostas farão parte do plano de ação. Já os autores Cornelsen e Nelli (2006, p.82) afirmam que “o diagnóstico se refere à estrutura, às funções e às atividades e, por conseguinte, ao fluxo de informações que permeiam a organização.”

Minha argumentação está ancorada nos autores citados acima pelo fato do diagnóstico do arquivo e os mapeamentos das informações dos documentos sonoros irem ao encontro das definições e estruturas apresentadas, tais como da história da instituição e a participação dos documentos nesta história, o levantamento histórico e técnico do arquivo e a descrição do acervo, etapas primordiais no desenvolvimento do diagnóstico

A gestão documental ocorre antes do diagnóstico para verificar o estado do arquivo, e se há tratamento técnico dos documentos, recursos humanos e tecnológicos. Segundo Ferreira e Melo (2008, p. 12) a organização de arquivo se verifica no momento em que “(..) as atividades desempenhadas nas instituições correspondem aos documentos produzidos.” Assim, a gestão e o diagnóstico dialogam e trazem diversas vantagens, tais como o reconhecimento da tipologia documental, seus gêneros e sua atividade na instituição; identificar a existência de uma política de acervos, manual de gestão de documentos, plano de classificação e tabela de temporalidade, que proporcionam diretrizes a todo cenário institucional. Dito isso, o diagnóstico propõe vários planos de ação visando o acesso e difusão do arquivo para sociedade.

Segundo Lopes (1997) e Rousseau; Couture (1998), autores da literatura arquivística, existem diferentes metodologias de diagnóstico de arquivos, mas para demarcar qual o método que mais se aproxima da realidade do acervo sonoro do DAD, a abordagem apresentada por Lopes (1997) é a que mais se aproxima. Segundo ele, a realização do levantamento quantitativo de horas de documentos, as unidades físicas de arquivamento; o espaço físico, as características

da situação do arquivo e seus acervos no que se refere a gestão e preservação, são aspectos essenciais na elaboração deste diagnóstico

Já Rousseau e Couture (1998) tomam por base o estado do arquivo na análise dos procedimentos de produção, classificação, difusão, disponibilização e recuperação da informação e da proteção de conservação. Estas duas metodologias são as que mais se aproximam e cada uma delas busca compreender a estrutura da instituição e seu funcionamento a partir da gestão e custódia dos documentos arquivísticos, para que se tenha uma análise detalhada e os procedimentos para coletar os aspectos abordados (como armazenamento, conservação, digitalização) e assim apresentar a elaboração do relatório de diagnóstico ao estado do arquivo. Os resultados são obtidos a partir da investigação da situação arquivística e o levantamento histórico do arquivo, pois a análise da situação do estado do arquivo para qualquer instituição e/ou empresa, é um dado importante para o procedimento de diagnóstico.

Todavia, as abordagens referentes às metodologias de Rousseau; Couture (1998) e Lopes (1997), mencionadas acima apresentam recursos que auxiliam no processo do levantamento histórico-conceitual do arquivo, e se complementam em suas estruturas e por isso dialogam com o acervo sonoro. Para esta dissertação as informações obtidas tanto por observação direta quanto pela coleta, contribuíram para chegar ao resultado que é compreender o fluxo de trabalho e as atividades desenvolvidas neste acervo.

O acervo sonoro constitui parte importante do patrimônio cultural e arquivístico na área de História das Ciências e da Saúde no Brasil e sua conservação para a posteridade é ponto fundamental na preservação desta memória. O corte cronológico destas fontes é de 1940 até 2021, considerando a primeira data a do registro sonoro mais antigo existente no acervo, que integra o Fundo Paulo Carneiro, um arquivo pessoal; a última data diz respeito ao depoimento avulso de Nísia Trindade, que integra o Fundo Casa de Oswaldo Cruz.

Na apresentação do acervo sonoro do DAD observa-se que os profissionais das instituições públicas e privadas cotidianamente realizam ações de tratamento arquivístico e gerenciamento de informação, ao trabalharem com diversos suportes documentais, tais como sistemas de gerenciamento (Base Arch), mensagens de correio eletrônico⁹⁶, páginas na web, fotografias nato digitais e documentos sonoros.

3.4 Descrição do acervo

⁹⁶ CONARQ, 2022.

A descrição arquivística deste acervo institucional, como sugerido pelo InterPARES, abrange as etapas de recolhimento até a preservação do patrimônio cultural arquivístico da Fiocruz, “(...) proveniente de suas funções, ações e atividades, assim como pela incorporação de arquivos institucionais e pessoais de interesse para história das ciências e da saúde em todos os suportes, é competência da Casa de Oswaldo Cruz, por meio do Departamento de Arquivo e Documentação.” (FIOCRUZ, 2020a, p.7-8)

O acervo do DAD, como já dito, é formado por fundos e coleções dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, audiovisual e sonoro, e destacamos o ano de 1786, como o registro mais antigo em documento que integra o Fundo Paulo Carneiro, um arquivo pessoal. É neste mesmo fundo que encontramos o documento sonoro mais antigo do acervo com data de 1940, cujo suporte original era de fita rolo, material que foi digitalizado pelo Arquivo Nacional. O documento sonoro mais atual pertence ao Fundo COC e é uma entrevista realizada em 2021, por pesquisadores da COC e de outras instituições, com a presidente da Fiocruz Profa. Dra. Nísia Trindade. Trata-se de um depoimento avulso de valor histórico e patrimonial, como os demais documentos sonoros deste acervo, e foi gravado com objetivo de integrar o dossiê: 'Mulheres intelectuais: práticas culturais de mediação', da Revista Ibero-Americana publicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, publicada em 2021.

3.5 Aspectos técnicos e legais

Conforme já mencionado, a autenticidade do documento possui aspectos essenciais para a preservação digital e dentre outros podemos apontar os aspectos organizacionais e legais. Em relação aos aspectos organizacionais, observa-se que Boeres e Márdero Arellano (2005), destacam a necessidade das instituições de memória, Instituições de Ensino Superior, dentre outras, definirem políticas de preservação digital que incluam as reais necessidades, desde recursos humanos até financeiros e tecnológicos, chamando a atenção de aspectos relacionados aos direitos autorais. Nesse sentido, vale ressaltar que as entrevistas estão diretamente relacionadas a autoria do depoimento que pertence ao depoente que, por sua vez, doa os direitos de uso, acesso e publicização à instituição que o produz, no caso à Fiocruz. Vale ressaltar a importância dos profissionais que executam as entrevistas estarem atualizados sobre a preservação digital.

Grácio, Fadel e Valentim (2013) afirmam que os aspectos organizacionais da preservação digital dizem respeito à gestão institucional e estes estão relacionados principalmente aos objetivos, missão e visão das instituições públicas e privadas, que precisam

prever desde a formação de profissionais dedicados às ações e estudos de preservação até o planejamento de recursos financeiros para implementação e manutenção de seus arquivos. Tais aspectos oferecem validação à instituição e sua política, bem como proporcionam a continuidade das atividades de preservação digital a longo prazo, incluindo as possíveis mudanças que venham a acontecer no setor tecnológico, em diálogo permanente com os atos administrativos que são primordiais para a comprovação e garantia da atualização dos itens estabelecidos por meio política de preservação institucional.

Conforme Fiocruz (2020c) a COC é responsável pela gestão, preservação, acesso, recuperação e difusão do acervo arquivístico permanente e ao DAD, cabe a custódia. Para estas ações se darem em acordo, os três Serviços do DAD, têm importância seminal, que são o Serviço de Arquivo Histórico (SAH), o Serviço de Gestão de Documentos (SGD) e o Serviço de Conservação e Restauração de Documentos (SCRD).

Ao SAH cabe fazer a admissão dos arquivos que ingressam no acervo permanente, independentemente do suporte (iconografia, cartográfico, manuscrito, sonoro, audiovisual, dentre outros), “(...) seja na forma de recolhimento, para os documentos institucionais da Fiocruz, seja na forma de doação, no caso dos arquivos pessoais e coleções documentais.” (FIOCRUZ, 2020c, online). O SCRd faz a análise do estado de conservação destes conjuntos documentais, prevendo a higienização do acervo, conservação e acondicionamento adequados. Nesta etapa, caso haja material sonoro, este é encaminhado aos profissionais que trabalham diretamente com o suporte para fazer a identificação adequada, geração de cópia e mudança de suporte (se for o caso).

Este material fica sob responsabilidade do SAH e será incorporado ao restante do acervo permanente quando for organizado, e conterà seu arranjo e descrição em planilha específica na Base Arch, considerando o fundo ao qual pertence. Atualmente uma grande parte das transcrições de entrevistas dos projetos de história oral do Fundo COC, se encontra disponível na Base Arch e quaisquer interessados têm acesso ao conteúdo da entrevista, já que foram inseridos os objetos digitais metadados. Vale ressaltar que os profissionais que atuam no SAH e trabalham diretamente com o acervo sonoro, possuem um documento intitulado Inventário do Acervo Sonoro que é atualizado permanentemente com informações mais específicas sobre os documentos sonoros.

O SGD é a instância que discute e apoia a implantação de atividades de gestão de documentos na Fiocruz e do Sigda. No âmbito do Sigda, foi criado em 2018, o grupo de trabalho ‘Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais’, oficializado pela Portaria 6069/PR 2019, que discute ações a serem implementadas em relação aos acervos e seus gêneros

documentais desde sua produção até a preservação digital. No que se refere ao acervo sonoro pertencentes ao Fundo COC, com documentos produzidos pelos profissionais da COC, estes devem ser encaminhados ao SAH para tratamento arquivístico por meio do SGD.

Estes documentos deverão estar em consonância com as regras estabelecidas no documento *Programa de Gestão dos Documentos Digitais da Fiocruz* (Fiocruz, 2021, p.18), no que se refere aos metadados recomendados e aceitos desde a produção até a preservação digital destes documentos. Os gêneros documentais dos acervos da COC fazem parte do programa de gestão de documentos com recomendações de boas práticas para todas as unidades técnico-científicas da Fiocruz. Desde 2021, foi criada uma Comissão Permanente de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais (CPGDAD), igualmente ligada ao Sigda, e resultado direto da atuação do Grupo de Trabalho citado acima.

Os profissionais dedicados ao tratamento arquivístico do material sonoro são uma historiadora documentalista e uma arquivista, podendo ter estagiários de acordo com a disponibilidade institucional. As duas profissionais citadas se responsabilizam em identificar o material recebido por recolhimento ou doação, verificar se há alguma transcrição, sumário ou resenha biográfica sobre as gravações. São estes profissionais que preenchem as planilhas necessárias e fazem a inserção das informações na Base Arch.

A equipe do SAH participa do planejamento das ações de preservação digital de arquivos permanentes tanto na CPGDAD, que conta com um membro da equipe do arquivo sonoro, como na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), e ambas dialogam com a política institucional por meio do programa de preservação digital de acervos.

Em relação aos aspectos legais destes depoimentos de acordo com os autores Santos; Nascimento (2022) observam que o acesso às transcrições das entrevistas, depoimentos e relatos armazenados na Base Arch, necessita estar de acordo com os aspectos legais e isso depende do termo de cessão assinado. Se o depoente impõe sigilo ao conteúdo de sua entrevista, a mesma não deve ser acessada de forma alguma, mas esta é uma situação que não ocorre com frequência, já que normalmente quando o depoente doa seu depoimento, ele quer que aquele conteúdo seja do conhecimento de todos.

Como já dissemos, a maioria das entrevistas do acervo sonoro, sobretudo aquelas decorrentes de projetos de história oral, foram documentos produzidos em um momento histórico que não havia a recomendação de submissão dos projetos aos comitês de ética e pesquisa que utilizem seres humanos. Em razão disso, os documentos assinados pelos depoentes em concordância com a entrevista chamavam-se Termo de cessão de depoimento oral, que registra a grande parte das autorizações dos depoimentos coletados pelos profissionais

da COC, e incluíam os direitos e sanções relativos à proteção da propriedade intelectual (no caso, o depoimento) e as legislações de proteção e acesso às informações contidas naquele documento. Este documento cede à Fiocruz, o uso da entrevista para fins de pesquisa, ensino, educação ou divulgação científica, e dentre estes usos, está inclusa sua divulgação em rede, como atualmente é feita pelo DAD por meio da Base Arch.

Aqui é importante salientar que atualmente o indicado, considerando as boas práticas de pesquisa com seres humanos, é a submissão do projeto de história oral ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, por ter mais proximidade com o produto resultantes de tais projetos. O coordenador da pesquisa faz a submissão do projeto na Plataforma Brasil, administrada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), e encaminha junto aos demais documentos necessários, um protótipo de Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

O RCLE é elaborado tendo como base as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, números 466, de 12/12/2012 e a 510, de 07/04/2016, que resguardam os direitos dos depoentes ao sigilo, não constrangimento, possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa ou ter acesso aos dados em qualquer fase, dentre vários outros direitos, que devem ser respeitados. Por isso, a concordância e assinatura deste documento é tão importante para dar acesso ao conteúdo da entrevista concedida.

Os principais usuários deste acervo são os próprios pesquisadores, estagiários, bolsistas e técnicos da Fiocruz, além dos possíveis consultantes dos setores da COC, que são os alunos dos cursos de pós-graduação e dos cursos livres ofertados, colaboradores, além dos pesquisadores da Fiocruz como um todo, ou público externo à Fiocruz.

Importante ressaltar que a partir do segundo semestre de 2022, em função de grande parte das transcrições de entrevistas de projetos do Fundo COC estarem disponíveis na Base Arch, não é mais necessário o procedimento descrito acima. Porém, o acesso ao formato de áudio (MP3 ou WAV) somente se dá pela sala de consulta e o conteúdo solicitado é enviado por e-mail, mediante o preenchimento dos formulários de identificação e a respeito do uso que se fará das informações. Finalizando, é importante chamar a atenção que a autorização para o acesso ao conteúdo das entrevistas, quer em áudio quer em sua forma transcrita, é sempre ditado pelo sujeito que concede o depoimento, pois se este impuser algum tipo de restrição ao conteúdo original, o documento em áudio não será modificado, e estará disponível para o público interessado somente a transcrição autorizada pelo depoente.

3.6 Descrição do espaço físico/Armazenamento

Os documentos sonoros de tipos variados como o original analógico, representante digital e nato digital tem seu armazenamento em diferentes tipos de suporte: HDs externos, fitas cassete, CDs, DVDs, HD interno de um computador *desktop*. No servidor local se encontram armazenados em HDs externos e o HD interno de um computador *desktop* que estão localizados no andar térreo do CDHS, no DAD; as fitas cassete e os HDs ficam no acervo sonoro; CDs e DVDs, estão localizados no 1º andar, do CDHS.

Figuras 18 e 19: Acervo sonoro em CD's no CDHS.



Fonte: Silveira Junior (2022)

Os nato digitais são normalmente produzidos nos formatos .WAV, porém alguns entrevistadores fazem gravação em formato MP3, o que não é absolutamente recomendável, tendo em vista que estes documentos são a fonte primária dos depoimentos e devem ser gravados originalmente em formato não comprimido. Este aspecto é importante quando trabalhamos com acervos permanentes, considerando as práticas previstas no documento *Programa de Gestão dos Documentos Digitais da Fiocruz* (Fiocruz, 2021), que em sua página 18 explicita os tipos de gravação recomendados e os aceitos apresentados no quadro abaixo, Formatos de arquivo recomendados e aceitos para a fase de gestão dos gêneros audiovisual, iconográfico, sonoro e textual.

Quadro 8 - Formatos de arquivo recomendados e aceitos para a fase de gestão dos gêneros audiovisual, iconográfico, sonoro e textual

Gênero documental	Formatos recomendados	Formatos aceitos
Audiovisual	Multimedia Contânier / Codec: FFV1 Container: AVI (Audio Video Interleave) / Codec: v210 Container MOV (QuickTime) / Codec: v210	Contânier: MP4 (MPEG-4 /Codec: h.264; h.265; ProRes; DV25; DV50.
Iconográfico	TIFF (TIFF version 6 uncompressed)	JPEG PNG (Portable Network Graphics)
Sonoro	AIFF (Audio Interchange File Format) ALAC (Apple Lossless Audio Codec) BWF (Broadcast Wave File) FLAC (Free Lossless Audio Codec) WAV (Waveform AUDIO File Format)	AAC (Advanced Audio Coding) MP3 (MPEG-1/2 Audio Layer 3)
Textual	Portable document format for preservation (PDF/A) Texto simples (TXT)	Microsoft Word (DOC) (DOCX) OpenDocument text (ODT)

Fonte: Fiocruz (2021)

O acervo arquivístico sonoro está organizado e grande parte está descrita na Base Arch. Esta Base é elaborada no sistema aberto AtoM - Access to Memory⁹⁷, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e customizado pela COC conforme princípios e diretrizes de descrição arquivística (nacional e internacional). Em Fiocruz (2020c, online) o sistema AtoM, operacional em ambiente *web* (versão 2.3.1), é uma ferramenta de código aberto destinado à descrição normalizada de arquivos. Esta Base permite também “exportar metadados em formato XML para os padrões Dublin Core e EAD (Encoded Archival Description)”.

3.7 Sistema de Gestão

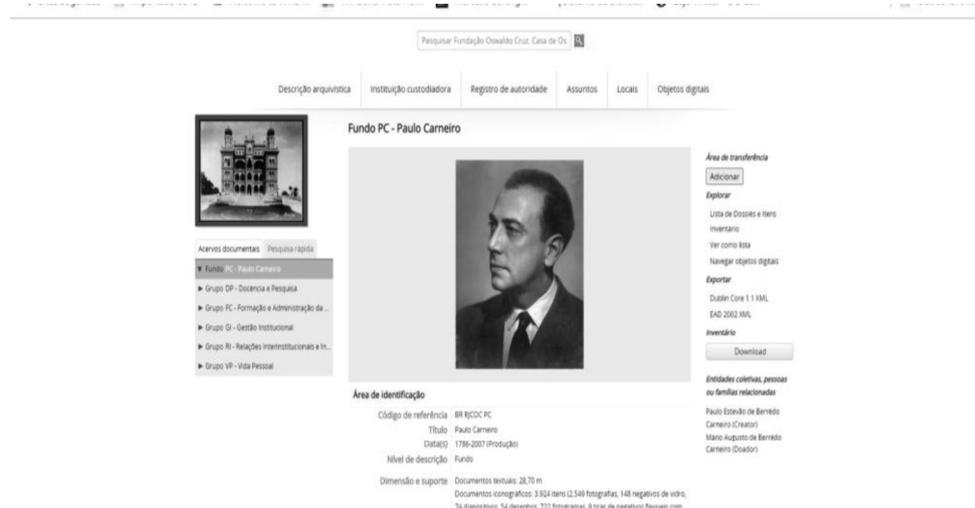
O sistema de gestão ou gerenciamento de informação do arquivo permanente é a Base Arch onde se encontram registrados e descritos os fundos e/ou coleções que compõem o acervo sonoro, sejam estes nato-digitais (em menor número de horas) ou representantes digitais, que por serem analógicos em sua fase de produção, possuem um número de horas significativamente maior que o nato digital.

Com base no texto dos autores Buarque; Machado; Pontes (2020) vemos que os documentos arquivísticos digitais descritos na Base Arch o são de acordo com a Norma

⁹⁷ AtoM. Disponível em: <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR) e Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH).

Figura 20: Tela de apresentação do Arquivo Paulo Carneiro na Base Arch.



Fonte: Base Arch

Os objetos arquivísticos digitais gerenciados na Base Arch, possuem metadados descritivos associados, baseados nos padrões EAD e Dublin Core (DC), devido a operabilidade com o sistema aberto e de gestão AtoM. O conjunto mínimo de metadados descritivos e técnicos adotados para cada gênero documental está descrito na publicação “Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fundação Oswaldo Cruz: manual de aplicação para a fase produção de documentos” (versão 1.0). Em destaque no acervo arquivístico sonoro temos os esquemas de metadados técnicos OHMS e BWF MetaEdit; atualmente a Base Arch contempla o uso apenas de metadados descritivos e de técnicos.

Por meio de Dreer; Machado; Pontes (2020) se observa que os formatos de arquivo de áudio presentes no acervo sonoro digital em grande parte são proprietários (.mp3; .mp4, .wav), ou seja, são registros que foram transformados em arquivos digitais por terem sido produzidos em meio analógico e precisam ser digitalizados e preservados para serem oferecidos em formatos abertos e o acesso aos documentos arquivísticos digitais ocorra.

O acervo sonoro digital do DAD tem o tamanho aproximado de 1,5 TB até 2022, sendo estimado anualmente um crescimento de cerca de 20 a 30 horas anuais, com a digitalização dos arquivos produzidos em meio analógico. Os objetos digitais que compõem o acervo estão armazenados em HDs externos e seus suportes são fita K-7, CD e/ou DVD.

Figura 21: Acondicionamento das fitas cassetes.



Fonte: Silveira Júnior (2022)

Em Fiocruz (2020c) vemos que a gestão dos documentos sonoros segue as normas adotadas no DAD e utilizou-se a categoria “fundo”, respeitando o princípio da proveniência; podemos citar como o melhor exemplo, o Fundo COC que abriga sua própria produção e acumulação documental. Também observamos documentos sonoros em coleções, como é o caso da Coleção Comissão Nacional de Reforma Sanitária⁹⁸, cujos documentos não são descartados e recebem o mesmo tratamento arquivístico daqueles originários dos fundos.

Figura 22: Tocador de fitas cassete, marca TEAC.



Fonte: Silveira Júnior (2022)

⁹⁸ Coleção é um nível mais amplo, tendo em vista tratar-se de um conjunto de documentos com características comuns e reunidos intencionalmente, sem a presença de outros documentos que pudessem criar um contexto orgânico de produção documental, característico dos arquivos.

De acordo com a Nobrade, a descrição arquivística é feita a partir do fundo para o item, passando pelas categorias de Seção, Série, Dossiê e Item. Os itens documentais no acervo sonoro são o conjunto de fitas ou arquivos digitais que fazem uma entrevista, de um determinado depoente, no caso dos projetos de história oral. Estes são descritos por meio de um código de referência específico a cada um deles, que possui as seguintes informações: título, data, nível de descrição, dimensão e suporte, bem como condições e pontos de acesso, com os metadados do objeto digital inserido, no caso a transcrição da entrevista, dentre outros campos próprios da Nobrade. Não necessariamente em outras séries, como os depoimentos avulsos, o próprio depoimento será um item, mas por vezes pode ser um dossiê, dependendo da organização dada àquela documentação. Seu acesso é feito por meio da Base Arch (<https://basearch.coc.fiocruz.br>).

3.8 Segurança do acervo

Ao focarmos na gestão da avaliação de riscos, parte fundamental no processo de preservação digital, destacamos que a segurança do acervo é importante para dois pontos importantes: possíveis ameaças ao acervo e a mitigação de riscos. Conforme aponta Aureliana Tavares (2017), é preciso estruturar um plano de contingência e sua terminologia mais apropriada seria gestão de avaliação de risco. A relação entre a preservação digital e suas práticas (plano, política e inventário), contribui para estabelecer uma metodologia capaz de antecipar e diagnosticar os riscos da ação de apenas estocar informação e não ter mecanismos de preservação. Esta é uma nova forma de olhar para as resoluções dos problemas que circundam a área dos documentos arquivísticos digitais e sua preservação.

Estela e Oliveira (2022) citam autores como Barateiro (2010) e Tavares; Galindo (2017), dedicados às demandas da gestão de risco na preservação digital, que apresentam este tema como uma ferramenta para prever as questões de contingência, sendo estas inexistentes neste tipo de instrumento ou caso exista ausência de atualização. A preservação digital relaciona-se diretamente neste cenário de avaliação de riscos, seja pelos recursos humanos ou pelos recursos tecnológicos. Tanto um quanto outro, na ausência da avaliação de riscos, oferece perdas que na maioria das vezes são irreversíveis, pois o manuseio, a conversão e o atraso e/ou falta de manutenção do acervo arquivístico sonoro pode causar apagamento da memória pública nacional.

Para a elaboração desta proposta preliminar sobre preservação digital do acervo sonoro do DAD, foram consultadas as publicações *Planos de Preservação Digital da VideoSaúde*

(Icict)⁹⁹, *Preservação Digital do Repositório Institucional Arca*¹⁰⁰ e *Preservação Digital da Coleção Mais Médicos*¹⁰¹ e é imprescindível estruturar a previsão de demandas específicas às etapas de gestão e preservação deste acervo, incluindo aí a avaliação de riscos com possíveis soluções às demandas sugeridas ou apontadas no quadro 8. Neste quadro apresentamos a versão parcial da avaliação de riscos para aplicação aos documentos sonoros (representantes e natos digitais), tendo como base o modelo e os critérios existentes na publicação institucional *Guia de gestão de riscos da Fiocruz*¹⁰².

Quadro 9: Níveis de Risco.

IMPACTO	Muito Alto 10	10 RM	20 RM	50 RA	80 RE	100 RE	 RB Risco Baixo RM Risco Médio RA Risco Alto RE Risco Muito Alto/Estratégico
	Alto 8	8 RB	16 RM	40 RA	64 RA	80 RE	
	Médio 5	5 RB	10 RM	25 RM	40 RA	50 RA	
	Baixo 2	5 RB	4 RB	10 RM	16 RM	20 RM	
	Muito Baixo 1	1 RB	2 RB	5 RB	8 RB	10 RM	
	Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10		
	PROBABILIDADE						

Fonte: Dreer; Machado; Pontes (2020, p.11)

Dreer; Machado; Pontes (2020) afirmam que a avaliação preliminar apresentada no quadro 9, aponta níveis de risco de médio a alto, associados à preservação dos documentos arquivísticos digitais do acervo de história oral. Fiocruz (2020c) informa os níveis mais graves de risco, que de forma imediata requerem para além de sua aplicação, sua obrigatoriedade, sendo estabelecidos três fatores: “1) perda ou corrupção dos arquivos digitais; 2) alteração inesperada ou deliberada dos arquivos digitais; e 3) acesso não autorizado aos arquivos digitais.” Os mesmos autores apontam os possíveis riscos referentes ao nível médio, tais como: “a) metadados insuficientes e b) obsolescência de formatos de arquivo e dispositivos de armazenamento.” Neste quadro também são “apontadas as possíveis demandas associadas a cada um dos riscos, os controles existentes para reduzir o seu impacto, além das possíveis ações de tratamento para a sua mitigação.” (FIOCRUZ, 2020c, online)

Nos campos das áreas funcionais os autores Dreer; Machado; Pontes e Nascimento ambos do ano 2020 relatam a indicação do quadro 9, que seguem a publicação *Levels of Digital Preservation*¹⁰³ (Níveis de Preservação Digital) – conjunto hierárquico de recomendações desenvolvido pela Library of Congress.

⁹⁹ Dreer; Machado; Pontes (2020). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45915>. Acesso em: 18 jul. 2022

¹⁰⁰ Nascimento (2020). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41394>. Acesso em: 18 jul. 2022

¹⁰¹ Fiocruz (2020c).

¹⁰² Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/39359/2/guia_de_gestao_de_riscos_da_fiocruz.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

¹⁰³ Disponível em: <https://ndsa.org/publications/levels-of-digital-preservation/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Quadro 10: Planilha de identificação e avaliação de riscos

Área Funcional	Risco	Consequências/Impactos	Nível de Risco	Controles Existentes	Ações de Tratamento
Armazenamento	Perda ou corrupção dos arquivos digitais	Incapacidade de ler, acessar e recuperar conteúdos .mp3 para atendimento e .wav armazenamento e preservação CDS em .wav. Coloca-se .wav e .mp3 acervo sonoro e audiovisual 1 original mais 1 cópia digitalizada sala do acervo, 1 cópia de segurança em outro HD e outro local.	ALTO Probabilidade (5) X Impacto (8) = 40	Os arquivos digitais da coleção são mantidos em diferentes tipos de armazenamento (HDs externos, servidor e fitas cassetes), havendo redundância e dispersão de local	Documentar a forma de utilização e tratamento das mídias de armazenamento utilizadas, a fim de assegurar sua longevidade, indicando os recursos e requisitos necessários para o seu funcionamento.
Integridade	Alteração inesperada ou deliberada dos arquivos digitais	Perda de fixidez dos arquivos digitais, comprometendo sua integridade. A capacidade de manutenção da integridade é um dos elementos essenciais da preservação digital. Falta de manutenção adequada ou uma manutenção inadequada podem comprometer a integridade de acervo	ALTO Probabilidade (5) X Impacto (8) = 40	Teremos arquivos no sistema Archivematica, porém, ainda a definir qual profissional fará as verificações periódicas. Só há verificações de integridade e de presença de ANTVírus nos arquivos digitais que estão armazenados nos HDs. Procedimentos desse tipo nos dispositivos localizados no acervo sonoro DAD/COC.	Etapa em andamento; onde está sendo montando o HD com todo acervo sonoro, após isso se tem a proposta a partir do manual de preservação e dos PPDs existentes a seguinte ação: Geração de soma de verificação (<i>checksum</i>) de todos os arquivos digitais, além de sua verificação a cada seis meses, no mínimo. Os valores de <i>checksum</i> deverão ser gerados e verificados em todos os dispositivos onde estão armazenados os arquivos digitais. Além disso, realizar verificação de vírus, rotineiramente, em todos os dispositivos.
Controle	Acesso não autorizado aos arquivos digitais	Corrupção, alteração ou exclusão dos arquivos digitais. Atividade dos profissionais do setor	ALTO Probabilidade (5) X Impacto (8) = 40	O acesso aos arquivos digitais armazenados nos HDs externos e no servidor local é restrito à equipe técnica autorizada do acervo sonoro DAD/COC, mas não é formalmente documentado.	Possibilidade de documentar todos os profissionais que terão autorização para ler, editar e mover os arquivos digitais da coleção.
Metadados	Metadados insuficientes	Impossibilidade de descrever, compreender, encontrar e recuperar o conteúdo adequadamente. Metadados consistentes são cruciais para prover presunção de autenticidade aos conteúdos, incluindo informações sobre as ações de preservação realizadas ao longo do ciclo de vida dos arquivos digitais.	MÉDIO/ALTO Probabilidade (5) X Impacto (5) = 25	Alguns metadados descritivos e técnicos estão de acordo com os metadados especificados seja no Manual de Digitalização da Fiocruz ou Padrão de Metadados, mas são insuficientes para descrever plenamente os conteúdos.	Geração de metadados técnicos para todos os documentos digitais da coleção.
Conteúdo	Obsolescência de formatos de arquivo e dispositivos de armazenamento	Incapacidade de reprodução e leitura dos arquivos digitais, comprometendo o acesso aos seus conteúdos.	MÉDIO/ALTO Probabilidade (5) X Impacto (5) = 25	Uso do formato MP3, MP4 e .WAV (contêiner/codec) como representante digital oriundo de materiais digitalizados e monitoramento dos processos de obsolescência dos formatos de arquivo, sobretudo nato digitais.	Elaborar estratégia de normalização de formatos de arquivo, voltados para a preservação.

Fonte: Dreer; Machado; Pontes (2020; adaptado por Maciel; Silveira Junior, 2022)

Indicar a necessidade de prever a avaliação de riscos é informar sobre os fatores que possibilitam as possíveis ameaças e mitigação de riscos, como visualizado nos quadros 8 e 9. Cabe ao Comitê Gestor do Preservo da Fiocruz¹⁰⁴ decidir o momento de estabelecer a avaliação da gestão de riscos dos acervos científicos e culturais; isso é feito por meio da previsão das

¹⁰⁴ Comitê Gestor do Preservo. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-6012/2019-pr>. Acesso em: 15 jul. 2022

demandas oriundas das recomendações e orientações da CPGDAD. Este Comitê também auxilia na implantação e manutenção de boas práticas para aperfeiçoamento das atividades realizadas pelos profissionais envolvidos com o acervo sonoro do DAD/COC.

3.9 Plano de Ação

Na intenção de demarcar uma fase de periodização da preservação digital, Pontes e Soares (2022) afirmam que o processo da preservação digital de documentos na e da Fiocruz corresponde ao Projeto Preservo em 2010, que se tornou a gênese de toda a dinâmica em organizar, conservar, preservar, recuperar e dar acesso ao crescimento dos acervos produzidos e recebidos, representantes e nato-digitais. Para tais resultados, a Fiocruz conta com atores externos que ratificam a importância da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro, documento estabelecido pela Unesco e traduzida pelo Conarq, como também o movimento da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz e até as legislações, como a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para amparo e atualização aos aspectos legais e técnicos.

Dito isto, a COC desenvolve suas estratégias de forma legal e funcional segundo a relação das políticas externas com as políticas institucionais e como exemplo disso, afirmamos que logo após a promulgação da LAI, a Fiocruz publicou em 2014, a *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento*¹⁰⁵; em 2016 a *Política de Comunicação da Fiocruz*¹⁰⁶, a primeira edição em 2018 da *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais, com atualização em 2020*¹⁰⁷, e também em 2020 a primeira versão da publicação “*Política de memória institucional da Fiocruz*”¹⁰⁸.

Pontes; Soares (2022) afirmam que estas publicações vão ao encontro dos princípios e normas previstos para a preservação do patrimônio científico e cultural da instituição e o acesso aberto ao conhecimento que se origina. O resultado deste debate é que as políticas institucionais da Fiocruz e de outras instituições, como o AN e o Arquivo da Câmara dos Deputados de Brasília, tratam de questões pertinentes ao documento digital que tem sido pauta nos projetos de pesquisa e ensino referentes aos acervos culturais da Fiocruz. O projeto PRESERVO e a

¹⁰⁵ Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf. Acesso em 24 jun. 2022.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciet/41668>. Acesso em: 24 jun. 2022.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-preservacao-dos-acervos-cientificos-e-culturais-da-fiocruz>. Acesso em 24 jun. 2022.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-memoria-institucional-da-fiocruz>. Acesso em: 24 jun. 2022

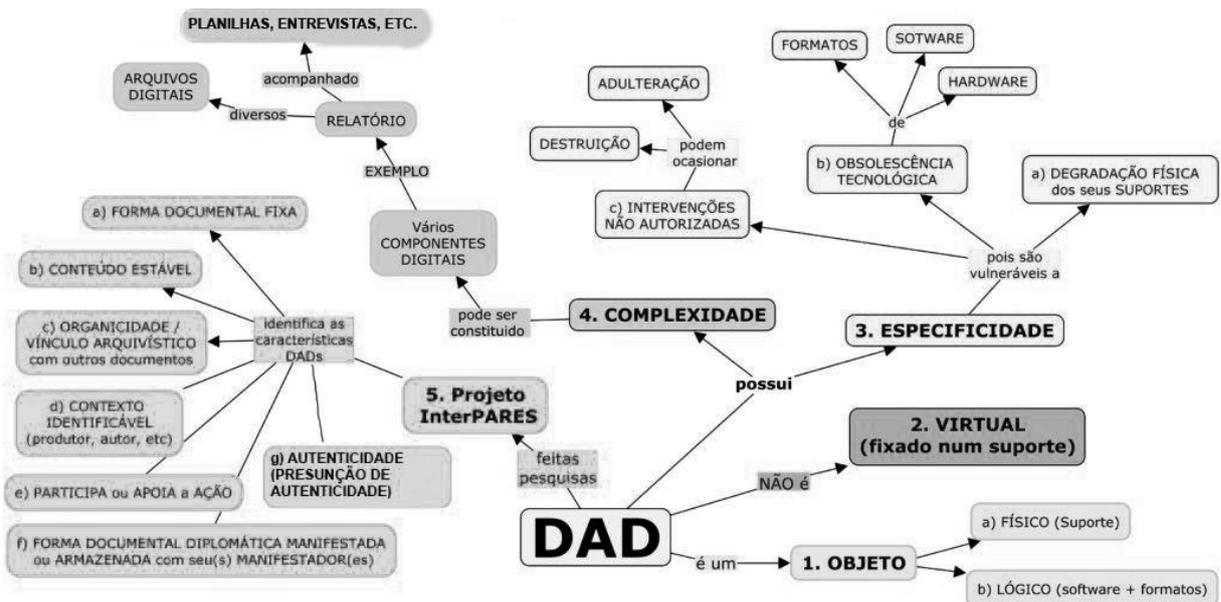
elaboração do Programa de Preservação Digital orientam e resultam na proposta do acervo arquivístico sonoro e sua preservação digital, do qual se deriva esta dissertação.

Conforme relatam Parter (2018), Rocha (2020) e Sant’anna (2001), os documentos arquivísticos digitais são aqueles que integram os processos desde a produção até a preservação em meio digital. Com isso se torna responsabilidade dos profissionais de documentação e de arquivo, trabalharem em conjunto com os profissionais da tecnologia da informação, para que juntos possam definir qual o melhor programa e/ou sistema que se enquadra na demanda. Desta forma, os registros documentais que formam o acervo terão garantia de sua autenticidade e acesso a longo prazo.

Segundo Rocha (2020), a identificação dos documentos arquivísticos em meio ao ambiente digital é fundamental e corresponde ao início do processo arquivístico do acervo, pois a identificação vai ao encontro da preservação digital, a partir de “(...) sua inclusão no programa de gestão de documentos, bem como pela definição de uma política, e também pela elaboração e implantação de um plano de preservação digital.” (ROCHA, 2020, p.99)

O mapa conceitual sobre documento arquivístico digital visto abaixo, segundo Lopes (2020) ilustra as etapas presentes na descrição de um documento arquivístico digital, indo ao encontro da preservação digital e, em particular, de características como especificidade e a obsolescência.

Figura 23: Mapa conceitual DAD/COC.



Fonte: Lopes (2020; adaptado pela autora, 2022)

Vale ratificar que o documento arquivístico digital, seja representante ou nato digital, deve ter as mesmas características do documento arquivístico físico, dentre elas, organicidade, autenticidade e integridade. No processo de preservação digital duas questões são fundamentais: 1) o que os diferencia (representante ou nato) é a forma de serem salvos, sendo que no caso do DAD, é salvo em um suporte magnético codificado em dígitos binários e 2) é preciso existir a relação de organicidade do documento e sua preservação digital, ou seja, as principais características do documento físico também consistem no documento arquivístico digital.

De acordo com Lopes e Flores (2016), a preservação de documentos arquivísticos digitais, tem relação direta com o InterPARES, projeto que desde 1999 é coordenado pela Profa. Luciana Duranti. O objetivo do InterPARES é desenvolver conhecimento essencial para a preservação a longo prazo de registros autênticos criados e/ou mantidos em forma digital e fornecer base para padrões e suas estratégias, políticas e planos de ação capazes de garantir a longevidade desse material e a capacidade de seus usuários confiarem em sua autenticidade. Possui diversos grupos de estudos, dentre eles os de arranjo e descrição de acervos e preservação, que dialogam de forma direta com esta dissertação.

Dito isto, observamos os resultados e produtos apresentados nas três primeiras fases do projeto e em cujo site¹⁰⁹ podem ser encontradas maiores informações. Em 1999, ele foi lançado e procurava orientar a respeito das etapas de criação, troca e processamento de informações digitais, para identificar a obsolescência que começa desde a parte física e vai até a parte de hardware e software, comprometendo os meios de armazenamento digital (...) “e a facilidade com que as entidades digitais podem ser manipuladas.” (InterPARES, online)

Assim, é possível compreendermos que o meio digital ocasionou com suas práticas e estudos referentes aos métodos tradicionais, que os registros fossem identificados e reconhecidos como precisos, confiáveis e autênticos, avaliados e preservados. Este Projeto teve colaboradores pertencentes às organizações e instituições dos cinco continentes, com atuação nos setores público e privado, que representaram “(..) uma variedade de programas de pós-graduação, desde linguística, estudo de cinema e história, até administração pública, fotografia e ciência da computação.” (InterPARES, online)

De 1999 até 2012, o Projeto InterPARES teve as seguintes fases:

- Entre 1999 e 2001: realização do Projeto cujo objetivo principal era a preservação de autênticos registros administrativos e legais criados e mantidos em bancos de dados e sistemas

¹⁰⁹ Disponível em: [O Projeto InterPARES](#). Acesso em: 07 fev. 2022.

de gestão de documentos. Seus principais produtos foram requisitos conceituais para autenticidade, métodos de seleção e preservação, e um quadro intelectual para o desenvolvimento de políticas e estratégias. Os resultados obtidos do InterPARES podem ser encontrados no site do projeto em formato de formulário eletrônico ou publicado como livro *The Long-term Preservation of Authentic Electronic Records: The Findings of The InterPARES Project*. Em 2005 foi editado por Luciana Duranti e distribuído pela Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA), como também está disponível no site do projeto¹¹⁰. (InterPARES, online)

- Entre 2002 e 2007: desenvolver teoria e métodos capazes de garantir a confiabilidade, precisão e autenticidade dos registros eletrônicos desde sua criação e ao longo de sua preservação. A pesquisa e o trabalho se concentraram em registros criados em sistemas dinâmicos, experienciais e interativos no curso de atividades artísticas, científicas e governamentais. As descobertas e resultados desta fase podem ser encontrados no site do Projeto; também são publicados como um livro intitulado *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: Experiential, Interactive and Dynamic Records*. Em 2008 foi editado por Luciana Duranti e Randy Preston e também distribuído pela Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA), além de estar disponível no site do projeto¹¹¹. (InterPARES, online)

O InterPARES 3, iniciado em setembro de 2007 e concluído em abril de 2012, teve como meta a implementação dos resultados das duas primeiras fases do Projeto em organizações de arquivamento ou unidades dotadas de recursos limitados.

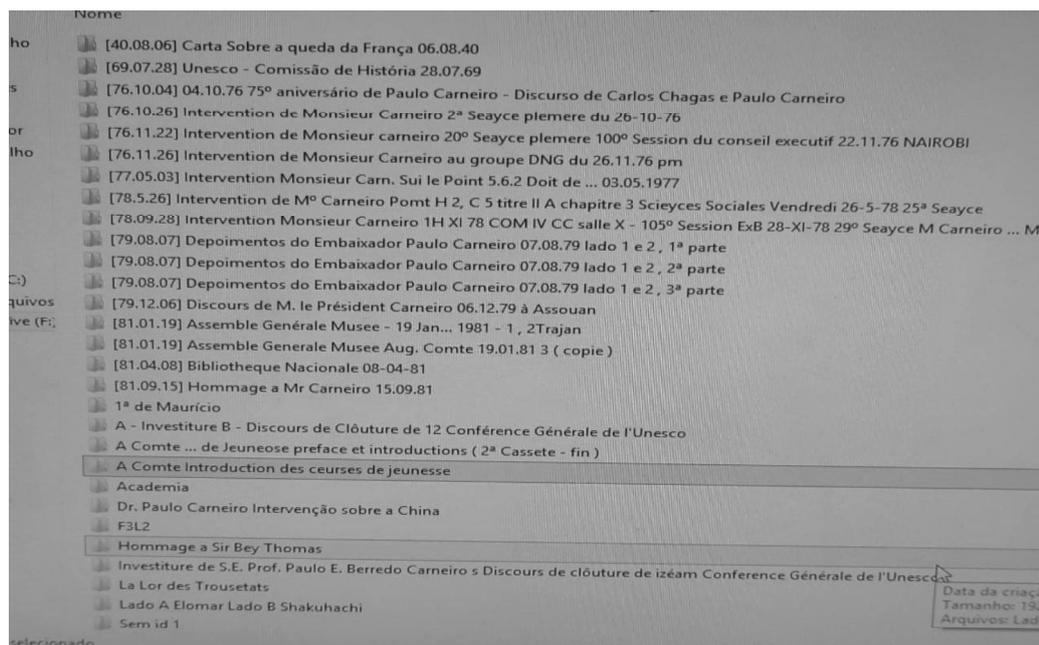
O elo entre Projeto InterPARES e o DAD está nas ações e estudos que este Projeto dispõe em suas discussões e atividades referentes a um arquivo permanente, descrição arquivística e preservação digital que os procedimentos que norteiam o acervo sonoro DAD/COC em suas práticas.

Nacionalmente podemos mencionar a experiência pioneira do acervo sonoro do DAD em apresentar e documentar o seu diagnóstico, subsídio para uma proposta às práticas de preservação digital e que assim possam dialogar com as ações vivenciadas pelos gestores dos acervos sonoros da Fonoteca Nacional do México e do Museu do Homem, localizado na França.

Figura 24: Processo de digitalização do Fundo Paulo Carneiro.

¹¹⁰ Projeto InterPARES. Disponível em: <http://www.interpares.org/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

¹¹¹ Projeto InterPARES. Disponível em: <http://www.interpares.org/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

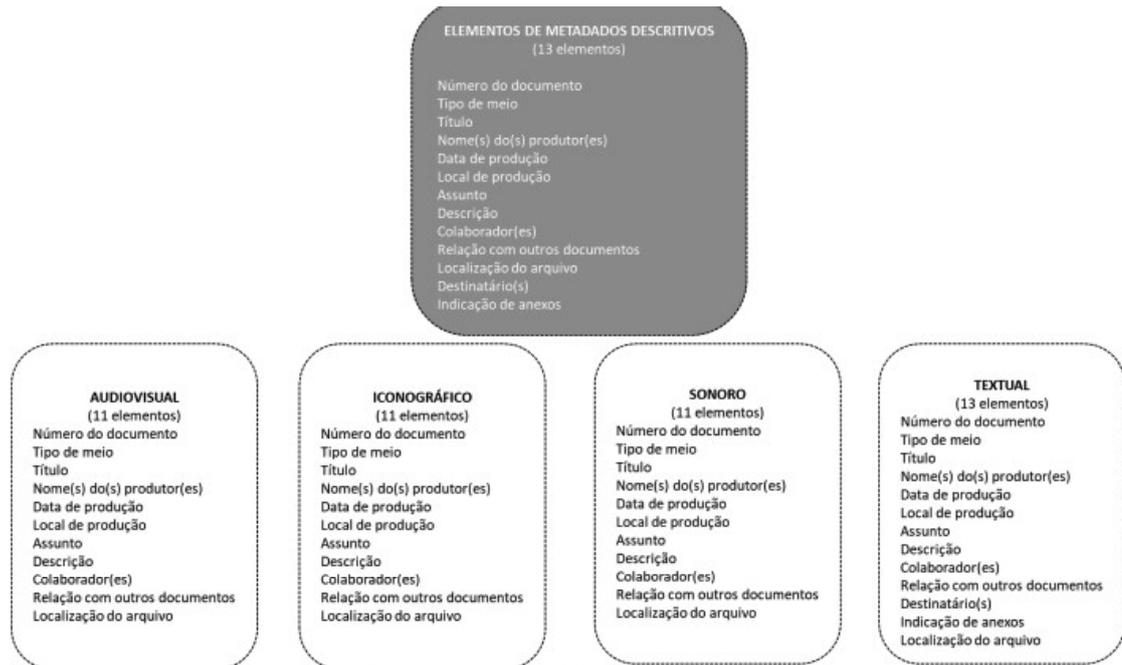


Fonte: Silveira Junior (2022)

Vale lembrar a prestação de serviço do Instituto Moreira Sales para a Fiocruz foi iniciada em 2008 e durante mais de um ano digitalizou grande parte do acervo sonoro do DAD, sobretudo os áudios referentes aos Projetos de História Oral e os depoimentos avulsos, estes digitalizados integralmente. Em relação aos demais documentos do acervo, vale ressaltar que diante da impossibilidade de sua digitalização completa, a equipe de profissionais do DAD escolheu seminários, palestras e cursos como mais importantes e, portanto, objeto da digitalização pelo IMS naquele momento. Os áudios dos Encontros de História e Saúde, seminários organizados pela COC que contava com convidados externos, nacionais e estrangeiros, bem como com pesquisadores da Fiocruz, foram todos digitalizados.

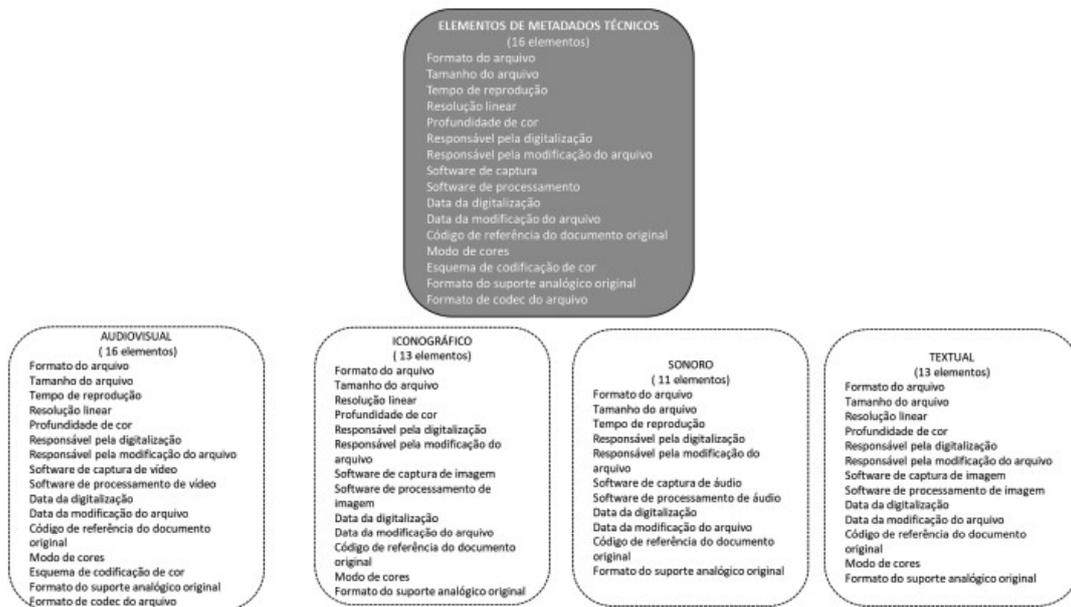
No trabalho entre a Fiocruz e o IMS se teve resultados parciais sobre o processo de digitalização das entrevistas e pudemos propor o estabelecimento de diretrizes para a digitalização de um acervo com esta especificidade; apresenta os requisitos e o fluxo de trabalho estruturado para este processo. Os procedimentos adotados nesta digitalização objetivaram assegurar a autenticidade dos representantes digitais desde o momento da sua criação, por meio da adoção de metadados como vistos nas figuras 26 e 27, que descrevem o histórico do processo de digitalização, sendo parte inicial e integrante do processo de preservação digital.

Figura 25: Elementos de metadados descritivos



Fonte: Sigda/Fiocruz (2020)

Figura 26: Elementos de metadados técnicos



Fonte: Sigda/Fiocruz (2020)

Fonte: Sigda/Fiocruz (2020)

Finalizando o diagnóstico do acervo sonoro do DAD, é possível afirmar que possui para além da peculiaridade das entrevistas, aspectos fundamentais como o inventário, tornando-o possível de fazer parte do Programa de Preservação Digital da Fiocruz por meio do Preservo. Este acervo também é integrante das políticas institucionais como, por exemplo, a política de acervos, norteadoras para que se congreguem em grupos de trabalho e/ou de estudos, onde se

agregam experiências e conhecimentos compartilhados para as práticas e estratégias adotadas na preservação digital.

3.10 Algumas práticas correntes de preservação digital em acervo sonoro

A partir das publicações nacionais e internacionais se pode observar as práticas existentes em diferentes instituições sobre o processo de preservação digital em documentos sonoros e apontam para os melhores resultados em práticas preservacionistas. Gostaria de chamar a atenção de dois casos e o primeiro deles é da *Association française des archives orales, sonores et audiovisuelles* (AFAS) cujas diretrizes utilizadas para a digitalização de documentos se encontra descrita na publicação “*Partager les archives sonores du musée de l’Homme sur le web avec la plateforme Telemeta*”, cujo tratamento para documentos sonoros é museológico e ainda não se tem tratamento arquivístico para tais documentos. O segundo exemplo é o da Fonoteca Nacional de México com o documento “*El archivo digital sonoro*” ratificou suas próprias diretrizes e realiza o tratamento bibliográfico para documentos sonoros. Ambas as publicações contaram com o apoio da The International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA). A instituição francesa e a mexicana obtêm melhores resultados com a preservação de seus documentos como fontes de pesquisa e fontes de prova.

Outras iniciativas existem e foram consultadas, nos âmbitos internacional e nacional, tais como: IASA TC-04, IASA TC-03 (in Portuguese) elaborados pela IASA, ARSC Guide to Audio Preservation (2015) elaborado Association for Recorded Sound Collections, Guía para catalogación de documentos sonoros en la plataforma NOA MediArc (2015), elaborado por Edgar Chávez García e Manual para la elaboración del inventario de la Fonoteca Nacional de México (2015), elaborado por Mariela Salazar Hernández.

Este diagnóstico tem como objetivo propor um plano de preservação digital para um momento mais oportuno, pois o diagnóstico fornece subsídios que ajudam nesta proposição. O diagnóstico soma-se às normativas do Preservo-Complexo de Acervos da Fiocruz, por meio do Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz, como também ao plano de preservação digital de seus respectivos acervos e coleções documentais aprovados pela Fiocruz (2020c), que são os seguintes: *Plano de Preservação Digital da VideoSaúde (Icict)*¹¹² e *Plano de Preservação Digital do Repositório Institucional Arca*¹¹³, como também o produzido pelo

¹¹²Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/45915/2/Plano%20de%20Preserva%c3%a7%c3%a3o%20Digital%20VSD_20210201_v1.1_FINAL.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

¹¹³ Disponível em: [Plano de preservação digital: Repositório Institucional Arca \(Versão 1.0\) \(fiocruz.br\)](#). Acesso em: 02 fev. 2023

DAD¹¹⁴, *Plano de Preservação Digital da Coleção Mais Médicos*¹¹⁵, como também a dissertação *Preservação digital no Programa de História Oral do CPDOC: rotinas e práticas de gestão e preservação*, de Lima (2022).

Observamos que em Portugal a preocupação com as práticas de preservação digital data do início dos anos 2000, com os estudos de Borbinha, et al (2002), Ferreira, (2006) e Campos; Saramago (2007). Lopes (2008) se baseia nestas publicações para ratificar a importância da prática em preservação a longo prazo e enumera os resultados mencionados por seus autores. Estes afirmam que para a prática da preservação digital é preciso que as instituições patrimoniais ou não, incorporem determinados requisitos, como conceitos, estratégias e ações. Ele informa que a preservação digital necessita de atenção constante desde o início da informação na Idade Média até a atualidade, pois se esta prática não existisse, não teríamos acesso aos documentos, livros, fotografias, gravações, obras de arte ou gravuras, que foram preservadas ao longo dos séculos e estão sendo passadas de geração a geração.

A questão-problema vista pelos autores Hedstrom; Montgomery (1998) são as práticas de preservação que dia a dia se modificam em um ambiente digital devido às mudanças tecnológicas, humanas e políticas, sempre buscando estratégias em se adequar ao momento histórico para garantir o acesso a longo prazo.

No Brasil, a partir de estudos e pesquisas apresentados por Márdero Arellano (2008), vemos que a preservação digital é um dos maiores desafios e é urgente termos pesquisas e práticas dedicadas à preservação digital. Ao final do século XX, instituições como arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e informação, centros de memória e todo segmento ligado à história e cultura do país, produziu uma quantidade significativa de conteúdo digital, sobretudo com a pandemia que teve início em 2020.

A publicação *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória* apresenta uma definição de preservação digital como sendo um “Conjunto de ações que tem como objetivo manter a possibilidade de acesso e de interpretações dos objetos digitais ao longo do tempo.” (ROCHA, 2020, p.109) e complementando esta definição, este mesmo autor informa o que é necessário para ler o documento digital: localizar e identificar os arquivos digitais, ler e interpretar os bits (codificação binária) e apresentar o objeto digital através dos dispositivos.

A preservação digital de acordo com Rocha (2020) garante o acesso aos objetos digitais e os gestores dos acervos precisam estar atentos aos desafios apontados em estudos da área, cujo maior problema é o tempo que pode trazer a fragilidade do suporte digital o que, na maioria

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49569>. Acesso em: 02 jun. 2022.

¹¹⁵ Disponível em: [Plano de Preservação Digital: Coleção Mais Médicos \(fiocruz.br\)](https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49569). Acesso em: 02 fev. 2023

das vezes, impossibilita o acesso ao documento. Este é um dado crucial a todos os gêneros documentais, mas em especial ao gênero sonoro por suas características, habilidades e peculiaridades, devido as mudanças causadas pela obsolescência tecnológica dos suportes.

Com a publicação *Plano de Preservação Digital da VideoSaúde Distribuidora (VSD)*, se pode observar que as práticas adotadas no trabalho realizado pela VSD, de forma direta ou indireta, têm ações que se relacionam à preservação digital, a partir de práticas na gestão, recuperação, acesso e instrumentos de trabalho como inventário, atenção a atualização das mídias digitais, ou seja, existem normas e princípios para o acesso destes documentos arquivísticos.

Para o acervo sonoro do DAD, há manutenção periódica das fitas cassete (acervo original) que devem ser rebobinadas a cada dois ou três anos; para cada documento arquivístico digital gerado, temos o disco rígido e fita cassete e Cd's ou DVD's. Os suportes originais analógicos ou nato digitais encontram-se armazenados na mesma sala. O controle de temperatura e umidade dos espaços de guarda é feito por profissionais do Serviço de Conservação e Restauração de Documentos. Para ter acesso a este acervo é preciso conhecer a senha que abre a porta do espaço de guarda e autoriza a entrada do profissional.

Uma prática de preservação digital importante realizada com o acervo sonoro é o controle da manutenção e atualização dos recursos tecnológicos e a atenção à obsolescência dos suportes e formatos de arquivos. Como informam Dreer; Machado; Pontes (2020, p.10) “(...) quando necessárias, são realizadas migrações de suportes sob risco de obsolescência.”

Em Fiocruz (2020c) vemos que os trabalhadores que atuam no DAD, participam e contribuem com as publicações já mencionadas nos Grupos de Trabalho em Preservação Digital do PRESERVO e no de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais. Estes são atentos a estudos, pesquisas, normas e boas práticas dentro e fora da instituição, no que se refere à preservação digital de acervos arquivísticos.

Um dos resultados do Grupo de Trabalho Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais, é a constituição da Comissão de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais (CPGDAD), que em 2020 publicou o *Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fundação Oswaldo Cruz: Manual de aplicação para a fase produção de documentos (versão 1.0)*. Ali são estabelecidos metadados mínimos descritivos que devem ser adotados para os documentos sonoros, sejam estes representantes e natos digitais; tais metadados correspondem a 11 campos, além dos metadados técnicos mínimos.

Apenas nos arquivos de áudio do acervo sonoro estão registrados os metadados dos arquivos digitais originais (formato .mp3, .mp4, wav, dentre outros) armazenados no servidor

local e nos HDs; as informações contempladas são desde o gravador ou outro recurso utilizado, software, ficha técnica e o tema e/ou projeto relacionado à entrevista, quando couber para o caso dos projetos de pesquisa. Segundo Fiocruz (2020c) é preciso que os metadados descritivos, tais como nome do produtor, data e local de produção, bem como os metadados técnicos, como formato de arquivo e tamanho, estejam contemplados nas práticas de preservação digital adotadas pela instituição. Vale ressaltar que na Base Arch a disponibilização e o acesso contemplam boa parte das transcrições de entrevistas com os metadados descritivos e técnicos correspondentes. No que se refere aos arquivos de áudio, até o momento não se encontram disponíveis on line, mas apenas por consulta presencial.

Os objetos digitais correspondentes ao acervo sonoro são armazenados em HDs, que se encontram nas salas de trabalho dos profissionais responsáveis pela gestão deste acervo; depois do tratamento arquivístico destes documentos sonoros, eles são copiados em um servidor local, que pode ser acessado por todos os colaboradores envolvidos.

O acervo de cópias não deve estar junto do acervo original; este procedimento é o ideal e visa a segurança do arquivo e seus documentos para o caso de algum acidente ou imprevisto que o coloque em risco. Essa estratégia prevista para os documentos digitais de acervos com depoimentos orais deve seguir “(...) a regra de preservação digital conhecida como “3-2-1”: a produção de ao menos três cópias de cada documento, mantidas em dois tipos diferentes de armazenamento (HDs e servidores), com pelo menos um deles geograficamente separado dos demais.” (FIOCRUZ, 2020c, online)

Em uma versão do Plano de Preservação digital do acervo sonoro do DAD é recomendável constar a estratégia de preservação avaliada e adotada com a escolha do software e que precisa estar em conformidade com o modelo conceitual referencial arquivístico OAIS. Recomenda-se também uma ferramenta como a Bizagi que possa construir o fluxo do trabalho de digitalização do acervo.

Em relação a importância dos softwares de código aberto para gestão de arquivos sonoros, como o Telemeta, temos a iniciativa franco-mexicana da professora Perla Olivia Rodríguez-Reséndiz com as pesquisadoras Joséphine Simonnot e Dafne Citalli Abad-Martínez (2018), que ratificam a relevância destes países neste campo. As pesquisadoras defendem, contudo, o registro em formatos sem compressão, como WAV, o que coloca um grande desafio para o armazenamento de grandes volumes de áudio. A experiência apresentada pelas profissionais citadas acima, impôs um grande desafio devido a quantidade de emissoras radiofônicas que participaram da iniciativa com as transmissões diárias ocasionando um significativo volume documental.

Na Fiocruz e em consonância com as orientações e recomendações estabelecidas pelo CONARQ, formou-se em 2019 o Grupo de Trabalho de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais da Fiocruz, ao qual já nos referimos anteriormente¹¹⁶ Atualmente a CPGDAD inclui o arquivo permanente do DAD/COC, com destaque para os documentos sonoros de entrevistas que fazem parte do patrimônio cultural da instituição, tendo como resultado o Plano da Vídeo Saúde.

Segundo Rocha (2020) se observa que a pandemia de Covid-19, explica em parte o crescimento dos arquivos que se somou à massa documental digital, e a atenção deve ser redobrada para a questão dos recursos tecnológicos, como hardwares, formatos, softwares, suas obsolescências e as fragilidades dos suportes. Assim, percebemos que os desafios da preservação digital consistem desde a longevidade dos documentos digitais até a carência de recursos humanos, a fragilidade dos suportes e a obsolescência dos formatos, que dificultam ou interrompem o acesso aos registros digitais. Ele alerta que para garantir o acesso a longo prazo, manutenção e atualização dos procedimentos para a realização da preservação digital, é preciso estabelecer estratégias. Os autores Dreer; Machado; Pontes (2020); Márdero Arellano (2008); Pontes (2021) e Rocha (2020) afirmam a necessidade de se ter em uma versão definitiva de um plano de preservação digital, as seguintes etapas: preservação tecnológica, emulação, encapsulamento, migração, normalização e uso de formatos abertos.

Há pouco mais de 20 anos, a preservação tecnológica se constituía na manutenção dos equipamentos e programas sem uso. Ali pensava-se que a questão-problema sobre obsolescência estaria sanada, mas esta etapa se apresentou na prática com um custo elevado para prevermos a longo prazo. A manutenção dos programas também é difícil, pois alguns não tem longevidade, as licenças de uso expiram e os desenvolvedores não fazem mais sua manutenção e atualizações, como também a manutenção de um software pode depender também da manutenção de um hardware. Estes fatores impactam imensamente a implantação e atualização da preservação digital de um acervo sonoro.

O que observamos é que diante da necessidade de adaptação desta parte do processo de preservação tecnológica, as instituições em vez de elaborar planejamentos a longo prazo, começaram a pensar em médio e curto prazo para atender dois pontos: custo elevado dos processos de implantação e manutenção, como também o acesso aos documentos. Esta constatação se dá em função da carência de profissionais especializados e os equipamentos que desaparecem quando suas licenças saem de uso e os desenvolvedores não continuam fazendo

¹¹⁶ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-6069/2019-pr>. Acesso em: 22 jul. 2022.

manutenção porque “(...) a manutenção de um software pode ter dependência com a manutenção de um hardware.” (ROCHA, 2020, p.110)

O curto prazo não é recomendado nas estratégias de preservação digital, mas é viável e possível para a realidade dos profissionais. Assim, agindo como medida preventiva e protetiva para as mudanças tecnológicas nos acervos e suas coleções documentais nas instituições públicas e privadas, o curto prazo torna-se uma possibilidade real de recuperar os documentos aparentemente esquecidos.

No que diz respeito à manutenção ou Revisão do Plano de Preservação Digital (PPD), o ideal é que após sua implementação possa ser revisto anualmente ou não ultrapassando 18 meses, a partir de sua última atualização ou quando houver alguma demanda específica em relação ao acervo sonoro. O recebimento de acervo em quantidade não prevista, impactando os processos de preservação digital, como também as atualizações tecnológicas de programas, plataformas e ferramentas utilizadas, é uma destas demandas.

Todavia, existem elementos que necessariamente devem constar nesta Revisão, tais como: possibilidades de atualização de valores que constam no orçamento institucional previsto para a preservação digital, podendo haver alterações de investimentos e custos relacionados. A manutenção do sistema de gestão e preservação digital implantado e na tecnologia adotada pelo acervo sonoro do DAD pode corresponder a uma ou mais etapas do processo de preservação digital, como é visto nos planos de preservação digital da Fiocruz.

Um PPD para o acervo sonoro do DAD deve abordar critérios e estratégias, pesquisar o acervo digital já existente (documentos nato digitais e os representantes digitais), para observar os procedimentos técnicos aplicados ao arquivamento permanente. É preciso ainda identificar e analisar os padrões mínimos de metadados (técnicos, descritivos e de preservação) recomendados para digitalização de documentos sonoros e apresentar as questões existentes ou não, em termos de metadados mínimos adotados, que deveriam ser agregados para atestar a questão de integridade, identidade e presunção de autenticidade.¹¹⁷

Deve ter também conter as etapas de Identificação, Justificativa e Detalhamento do Plano de Preservação selecionado, uma vez que tanto o acervo quanto o pacote de informação dos objetos digitais confiável institucionalmente estejam em testes de armazenamento. O repositório digital do DAD/COC tem sua integração com o ICA-ATOM e Archivematica, que

¹¹⁷ Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais.

são recursos tecnológicos apropriados para os documentos arquivísticos, que se constituíram no acesso e difusão de forma descrita e normalizada.

O AtoM (Access to Memory) e o Archivematica são importantes para a preservação digital permanente devido aos recursos especializados e ao enfoque específico que cada ferramenta oferece no gerenciamento e preservação de arquivos digitais. Ele é um aplicativo web de código aberto para descrição e acesso a arquivos, foi desenvolvido pela organização Artefactual Systems e projetado para ser fácil de usar, flexível e escalável. Suporta padrões internacionais de descrição arquivística e metadados, como ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH, permitindo que instituições arquivísticas criem e gerenciem descrições de arquivos e as publiquem na web, facilitando o acesso à informação pelos usuários.

O Archivematica é uma plataforma de preservação digital de código aberto e também desenvolvida pela Artefactual Systems. Seu objetivo é oferecer uma solução completa e automatizada para a preservação de arquivos digitais de longo prazo. Trata-se de uma ferramenta que segue as melhores práticas e padrões internacionais de preservação digital, como o próprio modelo OAIS (Open Archival Information System) e o padrão de codificação de dados PREMIS (Preservation Metadata: Implementation Strategies). O Archivematica é capaz de processar e normalizar uma ampla variedade de formatos de arquivo, criar metadados de preservação e gerar pacotes de arquivos (AIP's) autênticos, seguros e preserváveis ao longo do tempo.

A importância do AtoM e do Archivematica reside na capacidade que eles têm em apoiar a implantação do RDC-Arq e abarcar os desafios específicos da preservação digital, fornecendo soluções integradas e baseadas em padrões arquivísticos para descrição, acesso e preservação de arquivos digitais.

Essas ferramentas ajudam as instituições de memória na gestão e preservação de seus acervos arquivísticos efetivamente seus fundos e suas coleções digitais, garantindo a integridade, autenticidade e acessibilidade, em destaque a autenticidade.

Por meio dos estudos desenvolvidos e apresentados nesta dissertação, o Diagnóstico realizado de forma completa, ou seja, com todos os seus elementos previstos e já ditos, oferece e fornece para a equipe que trabalha com este acervo, a oportunidade de (re)conhecer a situação técnica e assim identificar a implementação de processos que contribuam ao acesso a longo prazo. Tal situação em diálogo com a Gestão Documental implica em trabalhar com processos arquivísticos em consonância. O mapeamento das informações a partir dos dados coletados traz possibilita propor plano de ações, consolidando um dos objetivos principais do DAD que é

salvaguardar os documentos, mantendo sua organicidade e integridade como também otimizar na recuperação da informação dos documentos.

A literatura confirma que o Diagnóstico do estado do arquivo é a metodologia mais direcionada da Gestão de Documentos e traz subsídios para propor práticas da preservação digital. Importante dizer que os resultados do Diagnóstico são próprios de cada instituição, por isso é indicado que estes sejam atualizados em prazos não muito longos. Da mesma forma que o inventário tem atualizações frequentes, as demais ferramentas também precisam ser atualizadas, afinal o arquivo é dinâmico, é um organismo em crescimento, e se entende que a elaboração e aplicação de um programa de Gestão de Documentos estão diretamente relacionados com o diagnóstico.

Desta forma se vive nos últimos cinco anos ações e estudos mais atentos aos acervos arquivísticos e sua preservação digital, onde pessoas e instituições dedicadas a tais práticas se reúnem por meio de grupos, encontros, reuniões e comitês de forma acadêmica, científica e institucional. Trata-se, sem dúvida, de uma mudança significativa para o cenário dos arquivos permanentes, seus gêneros documentais e sua preservação digital, pois ratifica a preservação digital ser um processo inadiável nas instituições públicas e privadas.

Por essa razão, se espera que o Diagnóstico relatado nessa dissertação alcance e contribua nas próximas ações referentes aos fluxos de trabalho, como também na otimização e eficiência das atividades institucionais e acadêmicas. Para além de preservar a memória nacional e institucional, ser informação, referência, prova e/ou fonte de pesquisa, e mesmo que ainda não haja um PPD para este acervo foi importante pontuar aspectos que devem fazer parte de um Plano e, nesse sentido, o diagnóstico do acervo é etapa fundamental para a preservação digital.

4 Considerações Finais

A Biblioteconomia, que é minha formação profissional, possui como procedimentos técnicos as práticas de organização e representação da informação que trabalham com documentos registrados em diferentes suportes, tais como os audiovisuais, bibliográficos, cartográficos, iconográficos, textuais e os documentos sonoros. A diversidade de forma, suporte e tipologia necessita de processamentos técnicos específicos, logo de uma representação descritiva igualmente específica, tais como metadados e pontos de acesso, que são ferramentas necessárias na preservação da memória retratada nos documentos. Percebe-se que aos documentos de arquivo se aplicam ferramentas semelhantes, para além de promover a socialização dos saberes e formas de fazer, cumprindo igualmente o papel social da Biblioteconomia. Desta forma e com este pensamento, comecei a encontrar a interlocução com esta dissertação.

A questão problema apresentada na dissertação se deu a partir da necessidade de propor um plano de preservação digital, que só é possível a partir do diagnóstico do estado do arquivo. Esta metodologia conduz de forma instrumental e apropriada para o levantamento destes documentos sonoros, contemplando características fundamentais, como a integridade, autenticidade ou a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Isto se dá com vistas à preservação digital do acervo permanente em conjunto com a aplicação das

técnicas adequadas de gestão e preservação arquivística e cultural do acervo sonoro do DAD/COC/FIOCRUZ.

O desenvolvimento desta dissertação utilizou as diretrizes de arquivo, patrimônio e de preservação aos processos de gestão, conservação e preservação arquivística, tendo como destaque a metodologia de história oral aplicada para entrevistas, relatos e depoimentos e a ferramenta Audacity. Esta ferramenta utilizada para o tratamento documental permite a edição de áudio e sua aplicação serve para gravar sons, reproduzir entrevistas, importar e exportar WAV, MP3 e MP4.

O capítulo 1 apresentou o atendimento ao primeiro objetivo específico, que era conhecer de maneira geral as práticas no campo da Arquivologia focando nos documentos sonoros, informando suas especificidades e características tratadas na gestão e preservação. Desta forma foi possível conhecer melhor todo o acervo sonoro da COC e seus aspectos de infraestrutura física e/ou organizacional, tendo a adoção e as ações de procedimentos técnicos e normativos a gestão arquivística, e tais fases confirmam a necessidade das etapas consistentes e/ou adotadas no processo de preservação digital.

Neste capítulo o intuito foi apresentar o acervo sonoro do DAD, pertencente à COC, e a partir de sua formação, que reflete a produção, gestão e preservação das fitas cassetes, transformando-as em documentos digitais. Para informar a respeito destas etapas arquivísticas se contextualizou a História dos Arquivos e da Arquivologia em um diálogo com o Arquivo Permanente do DAD, e a criação do DAD/COC com seus acervos e coleções documentais, com destaque para os subcapítulos da interseção entre os documentos sonoros como entrevistas e a formação dos arquivos pessoais. Encerrando este capítulo contextualizamos o acervo permanente e suas ferramentas de gestão e preservação. Os documentos arquivísticos sonoros possuem valor científico, cultural e de prova, sendo fundamentais para a preservação da história, cultura e memória de nossa sociedade. Possuem valor primário por terem características de prova e valor secundário por terem sua finalidade relacionada ao valor científico para memória e para o conhecimento. Estas questões arquivísticas previstas neste acervo estão diretamente baseadas e relacionadas às decisões regulatórias de números 39 e 43 do Conarq.

No capítulo 2 se buscou valorizar o papel do patrimônio cultural em relação aos arquivos do DAD, composto por documentos histórico-institucionais, como audiovisuais, fotográficos, textuais ou cartográficos, em especial os documentos sonoros que nem sempre são diretamente reconhecidos nas práticas institucionais da Fiocruz, mesmo com reconhecimento dos grupos de pesquisa, estudos e trabalho. Contudo, em retomada da pauta de discussão das comissões e

comitês da Fiocruz, a partir do cenário institucional e seus movimentos históricos, foi possível constatar que é preciso atenção e ação, para que tais acervos e seus documentos ultrapassem a esfera das preocupações dos gestores e assim atendam melhor demandas pertinentes aos documentos e seus suportes informacionais que caracterizam esses arquivos. Neste capítulo procuramos demonstrar que as ações de preservação dos acervos tal como os procedimentos diversos, inventários, políticas ou planos, têm se consolidado por meio de encontros, reuniões, eventos nacionais e internacionais. No âmbito nacional temos visto reuniões que se desdobram em grupos de pesquisa e trabalho, onde se consolida a necessidade de debate e ação nos esforços técnicos, institucionais, gerenciais e científicos em relação aos documentos sonoros, mesmo que saibamos existirem trabalhos realizados com baixo custo e/ou recurso financeiro para a gestão e preservação digital de seus arquivos.

As interfaces políticas entre os Ministérios da Cultura e o da Justiça ainda não estão integradas a ponto de haver autonomia das práticas para o Arquivo Nacional, que pertence ao Ministério da Justiça, para melhor concretizar a preservação do patrimônio cultural dos arquivos e seus gêneros audiovisuais, iconográficos, sonoros e outros. Por isso observamos a falta de objetividade no que concerne a patrimonialização destes arquivos e seus acervos, o que também ocorre no Iphan e Inepac, já que AN, Conarq, Iphan e Inepac afirmam não terem autonomia para definir a respeito da questão do processo de patrimonialização dos documentos arquivísticos sonoros.

Com o Conarq observa-se que as coleções arquivísticas estabelecidas pelo Poder Legislativo oferecem diretrizes a partir de suas decisões regulatórias, ou seja, os aspectos legais existem para legitimar a permanência, manutenção e preservação destes acervos e seus documentos. Todavia ainda existem lacunas, interfaces e sobreposições de atores, atividades e etapas dos processos para o documento sonoro. Desta forma, a carência das mudanças necessárias que precisam ocorrer com base nos aspectos legais, reflete diretamente nas práticas dos aspectos técnicos. Todavia é necessário adequar a questão da preservação digital do patrimônio cultural arquivístico incluindo desta forma, o gênero sonoro, pois, caso contrário, grande parte dos arquivos científicos, culturais, institucionais, históricos e universitários, estarão fadados à obsolescência física e tecnológica, pela insignificância de ações estratégicas, critérios, estudos e adequações relativos à sua salvaguarda.

Os desafios sempre existiram e fazem parte dos movimentos históricos e seus avanços na comunicação, informação e tecnologia. Porém, essa dissertação apresenta reflexões e proposições que procuram contribuir para ajustes, adequações e contribuições aos estudos e práticas de profissionais das instituições públicas e privadas, das esferas governamentais, das

universidades e/ou sociedade civil. Assim, podemos demarcar desde a gestão até a preservação dos arquivos, inclusive seus acervos sonoros.

Silva (2013) já relatava que perguntas e suas respostas precisam ser estruturadas para que possamos recomendar os aspectos técnicos e os profissionais, que os envolvidos tenham suas práticas previstas em relação ao patrimônio cultural arquivístico e sua preservação digital. Aspectos legais e técnicos existem, mas é preciso perceber o documento arquivístico como parte importante do processo de ampliação de nossa cultura e história. Só a ampliação de nossa consciência pode expandir o conhecimento, e só depois do conhecimento vir a ação, ou seja, é preciso que a instituição reconheça a importância do acervo sonoro como parte do patrimônio cultural e desenvolva ações nesse sentido, munindo seus profissionais com normas e resoluções que apoiam esta iniciativa.

Por outro lado, recentemente tivemos a oportunidade de dimensionar a discussão das ações de preservação para os documentos arquivísticos sonoros com apresentação no Simpósio Temático ‘História Oral e Arquivos’, na 16ª edição do Encontro Nacional de História Oral e no evento comemorativo aos “10 anos da Rede Cariniana”. Estes eventos proporcionaram as trocas de experiências em um espaço de escuta e fala, e contribuíram para apresentar ações e propostas referentes à preservação digital do acervo da COC, já que sabemos de sua total importância nos fluxos da produção científica no Brasil e de frequentar estes espaços acadêmicos, sugerindo e propondo questões dessa natureza.

No capítulo 3 foi apresentado um levantamento conceitual, histórico e técnico do acervo sonoro por meio do diagnóstico de arquivos com aspectos fundamentais a serem observados, tais como: o histórico do arquivo, a descrição, armazenagem, segurança do acervo, projeto do processo de digitalização e o plano de ação. De acordo com as informações coletadas, é preciso que as atividades de gestão deste acervo até sua preservação sejam oficializadas junto ao PRESERVO-COMPLEXO DE ACERVOS DA FIOCRUZ com vistas à preservação digital, seguindo os protocolos acordados. Esta necessidade é inadiável aos documentos sonoros que possuem características bastante peculiares e são parte da divulgação e comunicação científica das ciências e da saúde.

Em relação ao armazenamento destes documentos as condições são adequadas e respeitam as normas e prazos estabelecidos pela COC e pelo Conarq, em relação ao espaço físico e temperatura do espaço, bem como o acondicionamento dos suportes de diferentes materiais, como fitas cassetes, CD’s ou DVD’s. A fase de gestão se faz por meio de todas as informações relevantes sobre o acervo e seus documentos produzidos e recebidos, que procura verificar as condições de armazenamento visando sua longevidade preservando suas

características principais, rebobinagem das fitas cassete, atualização sempre que necessário dos inventários e preenchimento das planilhas na Base Arch. Desta forma, este trabalho afirma que o diagnóstico de arquivo é um instrumento de avaliação na gestão documental e imprescindível como o primeiro passo para possibilitar a elaboração de um Plano de Preservação Digital (PPD), etapa a qual este acervo será objeto no momento propício.

Com Martins (2021) podemos afirmar que se abrem dois debates relacionados aos arquivos e seus documentos. O primeiro deles é que os documentos sonoros como suportes informacionais ainda não estão alinhados a uma discussão sobre política, cultura, economia e a questão social, e é bem difícil travar esta discussão sem efetivar este diálogo entre acervo de depoimentos orais, patrimônio e preservação digital sem mencionar os aspectos políticos, institucionais, culturais, históricos e socioeconômicos. O segundo debate nos permite entender que alguns suportes informacionais foram e são silenciados justamente porque o apagamento surge para impedir a difusão da informação e com isso obscurecer parte da trajetória da sociedade, desconsiderando sua cultura e história.

No decorrer desta dissertação nos deparamos com as expressões suporte e formato, e vemos a importância de contextualizá-las e seu uso. Porém, o elemento fundamental que faz ligação com as áreas de patrimônio, arquivo e preservação digital não é apenas a informação, que é abstrata, mesmo quando está em suporte adequado, mas sim a pessoa (as pessoas) que são o elemento comum por apresentarem e impulsionarem a necessidade informacional, que pouco a pouco é visto na produção científica nacional e internacional. O sujeito e sua oralidade também se constituem em documento e a voz é o primeiro suporte informacional que se traz, e se detém a informação e/ou conhecimento, ela é o elemento chave que faz parte dos documentos sonoros. Martins (2021) ratifica tal informação quando menciona que a oralidade e os documentos sonoros fazem parte da construção do conhecimento e por isso a oralidade é o primeiro suporte informacional.

Vale ressaltar, mais uma vez, o aspecto patrimonial destes documentos e sua importância para a preservação da memória social de um país por meio do exemplo de um podcast chamado ‘Radio Novelo Apresenta’. Em seu primeiro episódio chamado Ouvindo vozes, que foi ao ar no dia 17 de novembro de 2022, foi possível conhecer a experiência de o professor titular de História do ICHF/UFRJ, Carlos Fico, que pesquisa há muitos anos o período da ditadura militar no Brasil. Ao tomar conhecimento de que estavam disponíveis ao público, as mais de 10 mil horas com os arquivos de áudios das sessões realizadas pelo Superior Tribunal Militar, entre 1975 a 1985, solicitou uma cópia para fins de pesquisa.

Nestas sessões se julgavam os civis por crimes cometidos contra a ditadura e os áudios deixam claro diversos ‘confissões’ sobre torturas, e desaparecimento de militantes da esquerda no Brasil. Com o decorrer do programa, Fico chama a atenção do quanto trabalhar com arquivos de áudio difere de trabalhar com o documento textual e, neste caso, o documento escrito sobre as sessões são apenas as atas que expressam a decisão final do julgamento. Os meandros da discussão, os argumentos, as entonações das vozes, enfim, os detalhes que são trazidos a partir da pesquisa com este tipo de documento são para o professor é algo muito rico e ‘vivo’.

O que se quer aqui é chamar a atenção para a importância destes documentos, pois se a eles não fosse atribuído um valor pelos gestores das instituições públicas, certamente já teriam sido destruídos e, neste caso, surpreende até mesmo tais documentos não terem sido desprezados e silenciados de alguma forma, já que provam exatamente o quanto foi criminoso o período da ditadura militar no Brasil. A sobrevivência destes documentos e seu uso pelo pesquisador de maneira inédita, mudou os rumos da pesquisa acadêmica sobre o tema e do que se conhecia até então sobre as responsabilidades do Estado e o desaparecimento e a tortura de militantes políticos de esquerda, trazendo à luz novas visões sobre a história e a memória da sociedade brasileira.

Vale destacar alguns aspectos primordiais neste processo de pesquisa. O primeiro deles é que ainda não há definição do conceito de patrimônio arquivístico, bibliográfico e/ou documental, e são encontrados em autores nacionais a informação sobre conceito de patrimônio bibliográfico e documental, patrimônio arquivístico, patrimônio documental e muitas vezes estes autores englobam as categorias de patrimônio citados entre eles mesmos e incluem ainda livros de artistas. Assim, sem uma definição clara e objetiva, o legislador não consegue estabelecer uma lei de algo que ainda não está concreto para a sociedade.

O segundo aspecto corresponde aos órgãos de proteção do patrimônio arquivístico e os órgãos normativos, como Conarq, que possuem diferentes atribuições. Todavia o Conarq pode pensar em construir uma lei de proteção para os arquivos, mas este não é o único responsável para tal ação. Outra instituição de qualquer parte do país que detenha um acervo arquivístico é tão responsável quanto o Conarq e também pode ajudar o legislador, visto que não é função dos órgãos de proteção em níveis estadual, municipal e federal, concorrer com as instituições de guarda destes acervos. Na verdade, são órgãos que dão uma chancela a mais para estes acervos, como se estivessem conferindo um selo de valor cultural para eles. A proteção legal é da sociedade como um todo, então todos os órgãos são responsáveis pela guarda, não apenas o Iphan, mas o Conarq, o Arquivo Geral da Cidade ou Arquivo Municipal.

Por fim, a conexão entre patrimônio, arquivo e preservação digital está em estimular as reflexões sobre ações, construções, narrativas e a capacidade dos documentos arquivísticos refletirem a memória coletiva, social, nacional, individual e institucional, contribuindo para que outras perspectivas e possibilidades sejam realizadas sobre o arquivo permanente no cumprimento do seu papel na sociedade civil e acadêmica, já que análises e discussões sobre este tema ultrapassam, em muito, os limites desta dissertação.

Referências Bibliográficas

ALBERCH FILGUERAS, Ramon. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya. (UOC), 2003.

ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro, 2015. p.284-285. (volume 2)

ANDRADE, Mario de. **Compêndio de história da música**. 2a ed. São Paulo: 1933, 211 p.

ARAÚJO, Pedro Ivo Vieira e Assis. Novas ações musicológicas em prol do patrimônio musical no Brasil. **ICTUS Music Journal**, v.14, n.2, p.155 – 171, 2020. Disponível em: [Novas ações musicológicas em prol do patrimônio musical no Brasil | ICTUS - Periódico do PPGMUS-UFBA | ICTUS Music Journal](#). Acesso em: 31 maio 2022.

D'ÁVILA, Édison. **Os instrumentos de pesquisa e o acesso à informação do arquivo**: a proposta de um “guia” para o arquivo Histórico de Itajaí. Itajaí: [s.d.]. Datilografado.

AUBRY, Luciana. **Registros sonoros**. 2015. Disponível em: [\(Registros sonoros \(slideshare.net\)\)](#). Acesso em: 02 jun. 2022.

AZZI, Christine Ferreira. O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento. **Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 353-371, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5902/217614856910>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/6910/4185>.

BALAN, Luciana. **A gestão da informação aplicada ao arquivo do INCQS**. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Política e Gestão de CT&I em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

BARATEIRO, José et al. Designing digital preservation solutions: a risk management-based approach. **The International Journal of Digital Curation**, [Edinburgh], v. 5, n. 1, p. 4-17, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.2218/ijdc.v5i1.140>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Arquivos permanentes: Aspectos iniciais de sua organização. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (orgs.). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 65 - 82.

BAZÁN, Claudia B.; MONSALVO, Patrícia E. **Legislación sobre preservación del patrimonio documental y bibliográfico argentino**. [Buenos Aires, 2009]. Disponível em: <http://goo.gl/uHsxri> Acesso em: 26 fev.2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BORBINHA, José Luís et al. Manifesto para a Preservação Digital. **Cadernos BAD**. v.2, p. 69-81, 2002. Disponível em: Disponível em: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/sumario22002s.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BORGES, Renata Silva. **O elo perdido: as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade**. 2021. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

BORGES, Viviane Trindade. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 16, n. 2, p. 663–76, mayo-agosto, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 1994. 484 p.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê. 2003.

BRAGA, Marcella Mendes Gonçalves; RONCAGLIO, Cynthia. Os usos do termo “diagnóstico de arquivos” no âmbito do poder público federal do Brasil. **Perspect. ciênc. inf.** v.26, n.02, Apr-Jun, 2021. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/4122>.

BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 9., 2008, São Leopoldo, Rio Grande do Sul **Anais...** São Leopoldo, Rio Grande do Sul. São Leopoldo, RS: Associação Brasileira de História Oral, 2008. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6818?show=full>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

CALABRE, Lia. A Era do Rádio: Memória e História. In SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2003. Disponível em:

<http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.379.pdf>
Acesso em: 23 maio 2022.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, 3., 2007, Bahia. **Anais...** Bahia, 23 a 25 de maio 2007, Faculdade de Comunicação – UFBA, Salvador. Disponível em: http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de documentação: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. 112 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 2010. 39 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 2009, p. 27-39.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007. 316 p.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 2001. 131 p.

CAMPOS, Fernanda; SARAMAGO, Maria Lurdes. Preservação digital de longo prazo em instituições patrimoniais: reutilização e adaptação de metadados. **Actas dos Congressos Nacionais de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, v.9, n.1, p.1 – 7, 2007.

CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. In: **A Lição de Rodrigo**. Recife: Amigos do DPHAN, 1969. 41 p.

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2015. (termo chave ‘Bem’).

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. **Anais...** In: INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 1. Textos. São Paulo: FEBAB, 2002. p. 135-150.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v.9, n.23, 71-84, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8848>. Acesso em: 27 maio 2022

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História e Patrimônio**. Brasília, n. 34, 2011. p.147-165. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 28 maio 2022.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2017. 484 p.

CONRADO, Flávia Helena. **Arranjo, descrição e difusão do patrimônio documental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2014. 184 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Porto Alegre: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

COOK, Terry. Entrevista com Cook Terry. [Entrevista concedida a Profa. Dra. Solange Puntel Mostafa e ao Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142 - 156, jul./dez. 2012. Disponível em: [Entrevista - Terry Cook \(PORTUGUÊS\) \(brapci.inf.br\)](#). Acesso em: 20 maio 2022.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial**, 2017. Disponível em http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Terry%20Cook%20publicacao_tecnica%20593.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.

CORRÊA, Vitor Freire. **Patrimônio arquivístico digital: práticas memoriais de preservação digital dos arquivos públicos no Brasil**. 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/11511>. Acesso em: 16 mar. 2022

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n.26, p. 217-232, 2001.

COTTA, André Guerra; SOTUYO BLANCO, Pablo (Org.). **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: EDUFBA, 2006. 89 p.

COTTA, André Guerra. Fundamentos para uma arquivologia musical. In: COTTA, André Guerra; SOTUYO BLANCO, Pablo (Org.). **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: EDUFBA, p. 15-37, 2006.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CRIVELLI, Renato Duarte; BIZELLO, Maria Leandro. O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo NovaCap. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 35-53, June 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000200035&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3288>.

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p. Disponível em: [Coleções e Fundos – CIDDIC \(unicamp.br\)](#). Acesso em: 30 jul. 2021.

DÁMIAN CERVANTES, Gumaro. **Los documentos especiales en el contexto de la archivística**. México, 2008. 93 p.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. **Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais**. 1985. 8 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 08 jun.2022.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História e memória: metodologia da história oral: In: **História oral: memória, tempo e identidades**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.9-25.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (DAD). Casa de Oswaldo Cruz (COC). Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. 84 p.

DIAS, Caio Gonçalves. O Planejamento da Cultura: Políticas Culturais, Unesco e Brasil (1966-1988). **Dados**, v. 66, p.1-36, 2022.

DISTRELLI, Henrique Alvares. **Repositório arquivístico digital confiável – RDC-Arq**, s.d. Disponível em: **Repositório arquivístico digital confiável – RDC-Arq. — Serpro**. Acesso em: 27 jan. 2021.

DREER, Marco; MACHADO, João Guilherme Nogueira; PONTES, Eliane. **Plano de Preservação Digital da VideoSaúde - Distribuidora (VSD) Versão: 1.1**. Rio de Janeiro: Fiocruz/VideoSaúde, 2020. 21 p.

DREIFUSS, Renê Armand. Ao arquivo, com carinho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 21, p. 27-32, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat21_m.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.10-14, n.1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986. Disponível em: [Print 00000029.tif \(65 pages\) \(brapci.inf.br\)](http://brapci.inf.br/Print/00000029.tif). Acesso em: 11 out. 2021.

DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos como Provas de Ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n.13, p.49 - 64, 1994.

ESTELA, Flor Silvestre de M.; OLIVEIRA, Alexandre F. de. Gestão de risco e preservação digital no contexto brasileiro: o estado da arte. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 3, n. 00, p. e022009, 2022. DOI: 10.20396/rebpred.v3i00.16586. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/16586>. Acesso em: 20 jul. 2022.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo: Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental**. Paris: UNESCO, 2002. 67 p. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrim%C3%B4nio_documental.pdf. Acesso em: 02 maio 2021

FERNANDES, Juçara Palmeira. **Patrimônio audiovisual em saúde no Brasil: manual de tratamento do acervo da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz**. 2019. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão em Patrimônio Cultural em Ciências e na Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC, 2019.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à Preservação Digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2022.

FERNÁNDEZ SANDE, Manuel; MICHELETTI, Bruno Domingues. Preservação audiovisual: proposição de uma tipologia para categorização do patrimônio radiofônico. In: ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora Cristina; KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Estudos Radiofônicos no Brasil**: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: Intercom, 2016. (Coleção GPs: Grupos de Pesquisa, v.22)

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el caribe. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, **Anais...** 75., 2009, Milão. Disponível em: <http://goo.gl/99eurJ>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FIANKAN-BOKONGA, Catherine. Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural. **O Correio da UNESCO**, p.7–10, out.-dez. 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2009.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 124 p

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editora Humanitas, 2006. 136 p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luís. **La memoria subrogada**: mediación, cultura y conciencia en la red digital. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Elen Cristina de Aguiar. **Para além do Palácio Gustavo Capanema**: a Biblioteca Euclides da Cunha como patrimônio cultural. 164 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus- Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, p.1-8, 2008.

GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel. **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. 152 p.

GRIGOLETO, Maira Cristina. O patrimônio institucionalizado pela perspectiva do gesto: aproximações entre Bibliografia e Arquivologia. **Em Questão**, vol. 25, 2019 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465661027011> DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245250.194-215>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, p.1-31, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142018000100409&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2022.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; Luciana Maio. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete online). Disponível em: [Dicionário do Patrimônio Cultural: Bem Cultural - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#). Acesso em: 20 maio 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HANNESCH, Ozana. Patrimônio arquivístico: uma abordagem preliminar das práticas de preservação. **Manduarisawa**, v. 4, n. 1, p. 33-59, 2020.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia história**, v.22, n.36, p. 261-273, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022

HEDLUND, Dhion; FLORES, Daniel. Análise e aplicação do software livre ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria-RS. **Informação Arquivística**, v.3, n.1, p.24-41, 2014. Disponível em: <http://aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/34>. Acesso em: 24 nov. 2022.

HEDSTROM, Margarete; MONTGOMERY, Sheon. **Digital Preservation Needs and Requirements in RLG Member Institutions**. Mountain View CA: RLG. 1998. p. 3. Disponível em: <http://www.rlg.org/preserv/digpres.html>. Acesso em: 18 jul. 2022.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf. Acesso em: 27 de maio 2022.

HEYMANN, Luciana Quillet; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 11 - 29.

HUYSSSEN, Andreas. Monumentos e memórias do Holocausto. In: HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.9-40.

JAEGER, Maria de Fátima Pereira; LYRA, Maria Helena P. de. **Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações Técnicas, 38)

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **El profesional de la información**, Barcelona, v. 23, n. 4, p. 425-432, Julio/Agosto 2014. Disponível em: <http://goo.gl/ECCEmr>. Acesso em: 13 fev. 2022.

JARDIM, José Maria. Instituições arquivísticas: estrutura e organização: a situação dos arquivos estaduais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 39-42, 1986.

JARDIM José Maria et al. Mesa-redonda: acervos arquivísticos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p.171 – 185, 1987.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da informação**, v. 25, n. 2, 1995.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil**: problemas de acessibilidade e disseminação. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JARDIM, José Maria. Sabores e saberes dos arquivos. **Ponto de Acesso**, Salvador, n. 1, v. 5, p. 109-111, 2011.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: métodos, especificidades e diálogos. In: NEVES, Dulce Amélia de Brito. ROCHA, Maria Meriane Vieira. SILVA, Patrícia. **Cartografia da Pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil**: João Pessoa. EDUEPB. 2016. Disponível em: www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/96. Acesso em: 20 maio 2022.

JIMÉNEZ HOMES, Martha Ivonne. **Documentos sonoros**. Facultad de Humanidades Información y Documentación. Universidad Yacambú. Venezuela. 2016. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/marthaonline/documentos-sonoros>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JOUTARD, Phillipe. Reconciliar história e memória? Escritos um. **Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2007, p. 223 – 235.

KISCHINHEVSKY, Marcelo, BENZECRY, Lena. Desafios na preservação do patrimônio radiofônico no Brasil. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v.43, p.49 - 55, 2020. <https://doi.org/10.5209/dcin.67250>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental**: Territórios, Práticas e Desafios. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS, 4)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p.33 - 47.

LANZELOTTE, Rosana. Musica Brasilis: acervo digital de partituras brasileiras. In: SINPRED – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRESERVAÇÃO DIGITAL, 5., 2021, Campinas. **Anais eletrônicos** [...]... Campinas(SP), 2021. Disponível em: <http://eventoscariniana.ibict.br/index.php/sinpred/article/view/53>. Acesso em: 02 fev. 2022.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

LOPES, Ana Suely Pinho; FLORES, Daniel. Patrimônio documental: a preservação digital em longo prazo. **Acervo**, v.29, n.1, p.178 - 188, 2016.

LOPES, Gustavo Adolfo. **Mapa conceitual sobre Documento Arquivístico Digital (DAD)**. 2020. Disponível em: www.arquivista.blog.br Acesso em: 22 jul. 2022.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

LOPES, Vitor. **Preservação digital**. Portugal: Universidade do Minho, Guimarães, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto como fazer, 6)

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Repensando a noção de patrimônio documental. **Memória E Informação**, v.4, n.2, p. 98 - 112, 2020. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruiarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/133>.

LOURENÇO, Marta Catarino; WILSON, Lydia. Scientific heritage: reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. **Studies in History and Philosophy of Science**, v.44, n.4, p.744 - 753. 2013.

MACHADO, João Guilherme N.; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel; LOPES, Cleomar H. Preservação de documentos audiovisuais: avaliação da aplicabilidade do Archivematica. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 1, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/14235>. Acesso em: 10 maio 2021.

MALDANER, Sandra Schinwelski. **Documento sonoro como patrimônio arquivístico documental**: um ambiente de descrição, difusão e acesso para o museu antropológico Diretor Pestana. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: [Documento sonoro como patrimônio arquivístico documental: um ambiente de descrição, difusão e acesso para o museu antropológico diretor pestana | Manancial - Repositório Digital da UFSM](http://repositorio.ufsm.br/handle/11062/11062). Acesso em: 09 maio 2022.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. Brasília: UnB, 2008. 354f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

MÁRDERO ARELLANO. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000200002&script=sci_arttext/. Acesso em 25 de jul. 2022.

MARQUES, Amélia. **Arquivos nas Ciências da Informação**. Origem histórica dos arquivos. 2007. Disponível em: <http://ameliamarques.web.simplesnet.pt/origem.htm>. Acesso em 13 out. 2021.

MARTINS, Carlos Wellington. **Da argila a nuvem: a transformação dos suportes informacionais**. Youtube, 25 mar. 2022. Disponível em: [269\) PALESTRA: Da argila a nuvem: a transformação dos suportes informacionais - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=269PALESTRA:Daargilaanuvem:a%20transforma%20dos%20suportes%20informacionais%20-YouTube). Acesso em: 25 mar. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, v.2, n. 155, p.191 – 203, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. Editora Contexto, 2020.

MEDEIROS, Nilcéia L.; AMARAL, Cléia M. G. A representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. **Em Questão**, v. 16, n. 2, p. 297 – 310, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11041>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MENDO CARMONA, Concepción. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia, **SIGNO**. Revista de Historia de la Cultura Escrita. v.2, p.113-132, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. p.11 - 29.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009, 1, **Anais...** Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39, v.2, t.1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20%20MENESES.pdf>

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or Documentation: Can We Appraise Archives by Select Content? **American Archivist**, v. 57, Summer, p. 528-542, 1994.

MERRILL-OLDHAM, Janice Elaine; REED-SCOTT, Jutta. **Programa de planejamento de preservação: um manual para autoinstrução de bibliotecas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 139 p. v. 37.

MICHELON, Francisco Ferreira; MACHADO JUNIOR, Claudio de Sá; SOSA GONZÁLEZ, Ana Maria (Orgs.). **Políticas públicas do patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: Ed. UPel, 2012. 359 p.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 160-174, jul./dez. 2013.

MOLINARI JUNIOR, Clóvis. Apresentação (Dossiê imagem e movimento). **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.16, n.1, p.1-8, 2003.

NASCIMENTO, José Antonio Pereira do; SANTOS, Vanderlei Batista. **Lei de Arquivos, Lei de Acesso à informação, Lei Geral de Proteção de Dados**. 2022. 1 vídeo (1h30min). Publicado pelo canal SINDIBRJ. Disponível em: [\(221\) WEBINAR - Lei de Arquivos, LAI e LGPD: Reflexões - YouTube](#). Acesso em: 01 jun. 2022.

NEDEL, Leticia Borges. Da Sala de Jantar a Sala de Consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Org.). **Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ, 2014, v. 1, p. 131 - 164.

NEUMANN, Ricardo. Arquivos Pessoais, História Oral, Blogs e Rock Alternativo. **Revista Interdisciplinar de Cultura**, v.22, n.1, out., p. 71-77, 2014.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pe... \(usp.br\)](#). Acesso em: 04 nov. 2021.

OLIVEIRA, Nezi Heverton Campos de. Patrimônio Cinematográfico: conceito, políticas e processos de patrimonialização. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 8, n.15, jan./ jul, p. 104 - 120. 2019.

OLIVEIRA, Tania Maria M.; BEDIN, Sonali P. M. Diagnóstico de arquivo como instrumento de avaliação na gestão documental. **Ágora**, v. 28, n. 56, p. 115-135, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13606>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires. Os discursos de patrimonialização cultural dos arquivos no Brasil. In: SANTOS, Nadia Maria Weber; GRAEPIN, Cleusa Maria Gomes. (Org.). **Patrimônio cultural e políticas públicas**. Canoas: UNILASALLE, 2014, v. 1, p. 135 - 150.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 6 reimp. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, México, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/pqAY8O>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PARTER, Scott. How to talk to it about digital preservation. **Journal of Archival Organization**. v.14, n.1-2, p. 1-12, nov. 2018. DOI:[10.1080/15332748.2018.1528827](https://doi.org/10.1080/15332748.2018.1528827). Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/329078852> How to Talk to IT about Digital Preservation. Acesso em: 27 maio 2022.

PEREGRINO, Miriane da Costa. Patrimônio cultural, patrimônio documental: o fundo Promoart do CNFCP/IPHAN. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, v.23, n.47, p.57 – 78. 2013. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/444>

PEREIRA, Fernanda C. **Arquivos, memória e justiça**: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: [Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul \(ufrgs.br\)](http://ufrgs.br). Acesso em: 31 maio 2021.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete online). Disponível em: [Dicionário do Patrimônio Cultural: Documentação - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](http://dicionario.iphhan.gov.br). Acesso em: 27 maio de 2021.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Memórias em disputa**: a Unesco e a patrimonialização de acervos históricos. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; NASCIMENTO JR., José do. Ciência e saúde: desafios ao patrimônio mundial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, abr.-jun. 2020, p.637–656.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo. Políticas de preservação sob a perspectiva do Preservo: Complexo de Acervos da Fiocruz. In: **COMCOL / ICOM. Criando e Implementando Políticas de Acervo**: colecionar o contemporâneo dos registros do Seminário COMCOL 2015 Gestão e Desenvolvimento de Coleções. Rio de Janeiro, 2017.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 3 - 15.

PONTES, Eliane Batista; SOARES, Magda Lucia Almada. Acervos arquivísticos audiovisual e sonoro da Fiocruz: uma reflexão acerca de sua preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 3, n. 00, p. e022003, 2022. DOI: [10.20396/rebpred.v3i00.16594](https://doi.org/10.20396/rebpred.v3i00.16594). Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/16594>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PONTES, Eliane Batista. **Planejando ações de preservação digital**: diagnóstico do acervo audiovisual do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde da Fiocruz. 2021. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão em Patrimônio Cultural em Ciências e na Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC, 2021.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258 p.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO FILHO, Hayrton Rodrigues do. 'A qualidade dos metadados dos documentos de arquivo'. **Revista Digital AdNormas**, Edição 78, Ano 2, Out. 2019. Disponível em: <https://revistaadnormas.com.br/2019/10/29/a-qualidade-dos-metadados-dos-documentos-de-arquivo/>. Acesso em: 21 maio 2021.

PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Elaborado por Ray Edmondson. Traduzido por Bustamente. Ed. rev. [S.l.]: Divisão da Sociedade da Informação/Unesco, 2002. Disponível em: <http://goo.gl/fZ621k>. Acesso em: 14 mar. 2022.

REIS, Erlon da Fonseca Teffé. **Gestão de documentos: a importância dos seus aspectos legais no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. 93 f

ROCHA, Cláudia Lacombe. Gestão e preservação de documentos digitais. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (Orgs.). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. cap. 6

ROCHA, Cláudia Lacombe; RONDINELLI, Rosely Curi. Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisitando alguns dos conceitos que as precedem. **Acervo**, v. 29, n. 2, p. 61-73, 2016.

ROCHA, Claudia L.; SILVA, Margareth da. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro. **Acervo**, v. 17, n. 2, p. 131-140, 7 dez. 2011.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, SP v.14, n.1, p.110 – 125, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, María del Carmen. La delimitación de la Archivística como ciência. **Cuadernos de documentación multimídia**, n.10, 2000. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1408620>. Acesso em: 30 set. 2021.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária**. 2011. 270f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em: https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. p. 11-36.

SANTOS, Cristina Strohschoen dos Santos; MOREIRA, Katia Suelem. A Preservação e a difusão do acervo sonoro da Rádio da UFSM. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 841-856, out. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp. Acesso em: 12 maio 2022.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Teatral; Faperj, 2010.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angelica Alves da C.; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.) **História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014. 224 p.

SANTOS, Rogério. **Sobre a história da gravação magnética**. 2009. Disponível em: <https://industrias-culturais.hypotheses.org/5669>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias e concepções**. 2012, Tese. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SEÑAL MEMORIA. **Infografía los soportes: de señal memoria**, 2016. Disponível em: [Los soportes de Señal Memoria | Señal Memoria \(senalmemoria.co\)](https://senalmemoria.co). Acesso em: 05 mar. 2021.

SEVERINO, José Roberto. Memória social: audiovisual e identidades. In: CAPUTO, Maria Constantina; TEIXEIRA, Carmen Fontes (Orgs.). **Universidade e sociedade: concepções e projetos de extensão universitária**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 103 – 110.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira. O Documento visual sob a perspectiva arquivística: reflexões, estudos e propostas da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros do Conselho Nacional de Arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3., 2011, Londrina. **Anais...** Londrina, 2011.

SILVA, Luiz Antonio Santana da.; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Ações da Câmara

Técnica de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros - CTDAIS, para institucionalização de documentos não textuais no Brasil. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, n.5, p.8 7- 97, 2016.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Cartas patrimoniais: notas introdutórias sobre as possíveis implicações nas políticas de proteção do patrimônio cultural no Brasil. **Humanidades e tecnologia (FINOM)**, v. 34, n. 1, p. 149-167, 2022.

SILVA, Luiz Carlos da; MIGUEL, Marcelo Calderari; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da. Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 15, n. 1, p. 4, 2021.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos Niterói: EdUFF, 2017a. 280 p. (Série Nova Biblioteca, v. 17)**

SILVA, Rubens Ribeiro G. da. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Ciência Da Informação**, v.40, n.3, 2013. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v40i3.1304>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SILVA, William Jerônimo Gontijo. **A preservação do patrimônio documental arquivístico da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. 2017. 379 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017b.**

SILVA JUNIOR, Laerte Pereira da; MOTA, Valeria. **Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.51-64, jan./abr., 2012.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos. Niterói: UFF, 2013.**

SIMONNOT, Joséphine. Partager les archives sonores du musée de l’Homme sur le web avec la plateforme Telemeta, **Bulletin de l’AFAS** [En ligne], 46| 2020, mis en ligne le 14 mars 2020, consulté le 01 juin 2021.URL: <http://journals.openedition.org/afas/4056>; DOI: <https://doi.org/10.4000/afas.4056>. Acesso: 27 maio 2021.

STELLA, Joelma Cristina Silva Moreira et al. Mediação cultural para a infância a partir do programa institucional de experimentação artística (Pibiexa) da Universidade Federal da Bahia, UFBA. In: CONINTER - CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 10., 2021, Niterói. **Anais eletrônicos** [...]... Niterói(RJ) Programa de Pós-Graduação em, 2021. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/xc22021/428733-MEDIACAO-CULTURAL-PARA-A-INFANCIA-A-PARTIR-DO-PROGRAMA-INSTITUCIONAL-DE-EXPERIMENTACAO-ARTISTICA-\(PIBIEXA\)-DA-UNI](https://www.even3.com.br/anais/xc22021/428733-MEDIACAO-CULTURAL-PARA-A-INFANCIA-A-PARTIR-DO-PROGRAMA-INSTITUCIONAL-DE-EXPERIMENTACAO-ARTISTICA-(PIBIEXA)-DA-UNI). Acesso em: 04 fev. 2022

SOLIS, Sydney Sergio Fernandes; ISHAQ, Viven. Proteção do Patrimônio Documental: tutela ou cooperação? **Revista do Patrimônio**. Rio de Janeiro, n.22, p. 186 - 190, 1987.

SORDI, Neide Alves Dias de. **Manual de procedimentos do programa de história oral da Justiça Federal**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2007. 36 p

ST. LAURENT, Gilles. **Guarda e manuseio de materiais de registro sonoro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; 43). Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/cpba>. Acesso em: 25 out. 2021.

TANNO, Janete L. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. **Acervo**, v. 31, n. 3, p. 88-101, 10 dez. 2018.

TARTAGLIA, Ana Roberta de Souza. **As encadernações da coleção de obras raras e especiais da Casa de Oswaldo Cruz**: um estudo para sua preservação. 164 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda; GALINDO, Marcos. Processos de preservação digital na Rede Memorial Pernambuco (RMP). **Informação & Tecnologia**, Marília/João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 163-184, jul./dez. 2017. Especial Enancib 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/itec/article/view/38790>. Acesso em: 19 jul. 2022.

TAYLOR, Hugh A. The Collective Memory: Archives and Libraries As Heritage. **Archivaria**, v. 15, jan., p. 118-30, 1982. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/10975>. Acesso em: 05 nov. 2021.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51643>. Acesso em: 21 set. 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. ‘Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais’. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 65 - 91.

TINHORÃO, José R. **Música Popular**: do Gramofone ao Rádio e TV. São Paulo: Editora Ática, 1981.

TONI, Flávia Camargo. Pesquisa e criação nas cartas de Mário de Andrade e Luciano Gallet. **OPUS**, v. 23, n. 1, p. 256 - 270, 2017.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.233-245.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016, 263 p.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Conferencia Mundial sobre políticas culturales**. Problemas y Perspectivas. México, 26 de

julio - 6 de agosto de 1982a. CLT-82/MONDIACULT/ 3. Paris: UNESCO, 14 de junio 1982. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505_spa. Acesso em: 19 fev. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Paris, 17-20 de novembro de 1972. [WHC.2004/WS/2] UNESCO, 1972. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por. Acesso em: 20 mar. 2022.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, p.76-96, set./dez. 2004.

VEIGA, Manuel. **Impressão musical na Bahia**. Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.nemus.ufba.br/artigos/imb.htm> Acesso em 24 de jan. de 2022.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. O risco da patrimonialização: a (não) avaliação e seleção dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.7, n.3, p. 148-166, dez 2013.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.247 -265.

VON PLATO, Alexander. Competições entre as vítimas. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 155-163.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 251 - 262, 2006.

ZUÑIGA, Solange. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados. **Revista Registro**, Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 71-89, jul. 2002.

Normas e legislação

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, n.51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas para descrição arquivística**. Rio Grande do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/pesquisa-no-acervo>. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** de 1937. Disponível em: [Constituição dos Estados Unidos do Brasil 37 | Constituição dos Estados Unidos do Brasil \(de 10 de novembro de 1937\)](https://www.jusbrasil.com.br/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37), Presidência da Republica (jusbrasil.com.br). Acesso em: 27 maio 2022

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística**. França: CIA, 1984.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM)**, 2020. Disponível em: [Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais - CTDAISM — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 17 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**: Nobrade. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2006. 124 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n.43** - Diretrizes para a Implementação de Repositórios Digitais Confiáveis de Documentos Arquivísticos, 2015. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/publicacoes-ctde/166-diretrizes-para-a-implementacao-de-repositorios-arquivisticos-digitais-confiaveis.html>. Acesso em: 27 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n.41** - Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. 2014. Disponível em: [Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014 — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 30 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n.39** - diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. 2012. Disponível em: [Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014 — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 28 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n.37** - Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. 2012. Disponível em: [Projeto capa conarq com logo.indd \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 10 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n.28** - Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - CODEARQ: atualizada 2020. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-28-de-17-de-fevereiro-de-2009>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais**: 8ª versão. Rio de Janeiro: CONARQ, 2020. 62 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais. **Glossário v.3.0**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. 26 p.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Preservo - Complexo de Acervos da Fiocruz**: relatório de atividades. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC/Presidência, 2021. 60 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49569>. Acesso em: 28 maio 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Casa de Oswaldo Cruz (COC). **Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2020a. 37 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44220>. Acesso em: 28 maio 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz: atualização 18.09.2020**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2020b.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Casa de Oswaldo Cruz (COC). Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). **Plano de Preservação Digital – Coleção Programa Mais Médicos**: versão: 1.0. Rio de Janeiro: Fiocruz/DAD/COC, 2020c.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Política de Memória Institucional**. Rio de Janeiro: Fiocruz/DAD/COC, 2020d. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-memoria-institucional-da-fiocruz>. Acesso em: 24 jun. 2022

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (Sigda). **Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fundação Oswaldo Cruz**: manual de aplicação para a fase produção de documentos (versão 1.0). Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2020e. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/documentos-de-referencia>. Acesso em: 27 maio 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (Sigda). **Programa de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2021. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/documentos-de-referencia>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Casa de Oswaldo Cruz (COC). **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 21 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. Rede Nacional de Serviços de Preservação Digital – Rede Cariniana. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)/Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio material**. [s.d]. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 13 jun. 2022.

INSTITUTO ROERICH DA PAZ E DA CULTURA DO BRASIL. **Salva guarda do patrimônio**. Disponível em: <https://roerich.org.br/>. Acesso em: 11 out. 2021.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUND AND AUDIOVISUAL ARCHIVES (IASA). **Guidelines on the Production and Preservation of Digital Audio Objects** (IASA-TC 04). 2. ed. 2009. Disponível em: <http://www.iasa-web.org/tc04/audio-preservation>. Acesso em: 09 maio 2022.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUND AND AUDIOVISUAL ARCHIVES (IASA). **The Safeguarding of the Audiovisual Heritage: Ethics, Principles and Preservation Strategy (web edition)**. (IASA-TC 03). Disponível em: <http://www.iasa-web.org/tc04/audio-preservation>. Acesso em: 09 maio 2022.

GLOSSÁRIO

Este Glossário foi baseado no glossário elaborado no Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fundação Oswaldo Cruz: Manual de aplicação para a fase de produção de documentos (Versão 1.0) ¹¹⁸

Acervo

conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição, de uma nação.

Acervo sonoro

Consiste em um conjunto de documentos sonoros de uma entidade produtora ou custodiadora, podendo fazer parte de toda instituição de memória, sendo estas: arquivo, biblioteca, centro de memória e museu.

Arquivo

conjunto de documentos escritos, sonoros, fotográficos, microfilmados, dentre outros mantidos sob a guarda de uma entidade pública ou privada.

Arquivo sonoro

Compreende o armazenamento do acervo sonoro, cujo suporte traz os registros de qualquer tipo de áudio, independente do processo de gravação e de leitura, em sua maioria caracterizado como arquivo permanente, por ter valor histórico do documento.

Audacity

Software livre de edição e gravação digital de áudio que possibilita, por exemplo, a conversão de fitas cassetes e arquivos em gravações digitais; a edição de arquivos de some a inserção de metadados.

Autenticidade

Corresponde a uma das principais características do documento arquivístico.

BIT

Binary Digit Bit, em português dígito binário. É a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida. Um bit pode assumir somente dois valores como 0 ou 1.

BWF MetaEdit

É um aplicativo gratuito e de código aberto que suporta a incorporação, validação e exportação de metadados nos arquivos audiovisuais e sonoros Broadcast WAVE Format (BWF).

Custódia

Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos.

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/documentos-de-referencia>. Acesso em: 24 jun. 2022

Digitalização

Processo pelo qual um dado analógico é digitalizado, gerando um dado digital. Segundo o Conarq, em sua publicação *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*, a digitalização é um processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits -que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (binary digit) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados.

Documento

Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato, sendo este dividido em suas categorias: documento arquivístico, documento bibliográfico e documento museológico.

Documento arquivístico

Documento produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e retido para ação ou referência.

Documento digital

Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

Documento arquivístico digital

Documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico.

Documento arquivístico sonoro

Documento arquivístico com ênfase no gênero documental sonoro.

Documento nato digital

É o documento que nasceu em formato digital, tal como um documento produzido pelo Libreoffice, por uma câmera digital e tantos outros que nascem no formato digital. Os documentos nato digitais, ou seja, aqueles que já “nasceram digitais”, possuem validade legal equiparando-os aos documentos físicos. Salvo exceções, caso exista alguma peculiaridade em lei ou procedimento administrativo que exija documentação em papel, hipótese que se faz necessária sua reprodução em papel.

Documento sonoro

Pode constar em acervos como: arquivísticos, bibliográfico, museológico e até em um tratamento no âmbito do patrimônio imaterial.

Esquema de metadados

pode ser aplicado para objetos digitais. Expresso em XML, contém um subconjunto de campos e utiliza elementos textuais, ao invés de códigos numéricos, possibilitando uma fácil compreensão.

Formato

Como conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento.

Gênero Documental

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos sonoros e documentos textuais.

OAIS

Modelo de Referência Conceitual OAIS especifica os principais critérios que a preservação digital deve se amparar, sendo estes a autenticidade, fidedignidade, integridade e usabilidade, principalmente quando falamos em documentos arquivísticos digitais

OHMS

Sincronizador de Metadados de História Oral (OHMS). O Centro Louie B. Nunn em História Oral das Bibliotecas da Universidade de Kentucky criou uma ferramenta baseada na web chamado OHMS (Sincronizador de Metadados de História Oral) para melhorar o acesso à história oral online de forma eficiente. O OHMS fornece aos usuários recursos de pesquisa em nível de palavra e uma transcrição correlacionada ao tempo ou entrevista indexada conectando o termo de pesquisa textual ao momento correspondente na entrevista gravada online.

MP3

MPEG Audio layer 3—é um formato de compressão de dados de áudio com baixas perdas, desenvolvido pela ISO.

MP4

MPEG-4 Parte 14—é um padrão de container de áudio e vídeo que é parte da especificação MPEG-4 desenvolvido pela ISO/IEC 14496-14.

Nato digital

É o documento que nasceu (se originou) em formato digital, a partir de um dispositivo digital ou software computacional.

Normalização

submeter à norma ou normas, padronizar.

Normatização

para expressar a ação de estabelecer normas, regras, regulamentos, rituais, dentre outros.

Padrão de Metadados

Um padrão de metadados estabelece um conjunto de elementos de metadados para uma comunidade, incluindo a especificação de cada elemento e esquemas decodificação para permitir a interoperabilidade entre os sistemas que utilizam o padrão.

Preservação Digital

É o processo contínuo que garante o acesso futuro a acervos e arquivos digitais.

Presunção de Autenticidade

Apoia-se na evidência de que os documentos arquivísticos foram mantidos com uso de tecnologias e procedimentos administrativos que garantiram a sua identidade e integridade.

Representante digital

Representação em formato de arquivo digital de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nascido originalmente em formato de arquivo digital (born digital).

SAAI

Modelo de referência para um sistema que constitui o sistema aberto de arquivamento de *informação*

Suporte

Como material no qual são registradas as informações.

Telemeta

É uma ferramenta de gestão [e preservação] gratuita e de código aberto que apresenta métodos rápidos e seguros para arquivar, fazer backup, transcodificar, analisar, anotar e publicar qualquer arquivo de vídeo, em especial os áudio digitalizado com metadados extensos. Os projetos que sejam dedicados ao arquivamento de mídia colaborativa, laboratórios de pesquisa e humanidades digitais, especialmente em casos de uso etnomusicológico e musicais, que precisam organizar e publicar facilmente coleções sonoras documentadas de arquivos de áudio, CDs, vinis digitalizados e fitas magnéticas em um banco de dados forte, por meio de uma plataforma inteligente e segura, de acordo com padrões web abertos.

VDS

A VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz é uma unidade técnico-científica de guarda, produção e disseminação de acervos arquivísticos audiovisuais em saúde, com o objetivo principal de compartilhar conhecimento.

WATCHOUT

Software multi-display utilizado para criar apresentações, compõe e gerencia diferentes elementos de mídia, tais como vídeo, imagens estáticas, animações, gráficos, som entre outros e os reproduz em múltiplos displays.

WAV

WAVE form audio format – é um formato-padrão de arquivo de áudio da Microsoft e IBM para armazenamento de áudio em PCs.